

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA MARTINS HUPP

TURMA NILCE SOUZA MAGALHÃES: FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR E
DIREITO INSURGENTE

CURITIBA

2022

ANA PAULA MARTINS HUPP

TURMA NILCE SOUZA MAGALHÃES: FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR E
DIREITO INSURGENTE

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito,
Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direitos
Humanos e Democracia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Prestes Pazello.
Coorientadora: Prof. Dra. Sônia Fátima Schwendler

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Hupp, Ana Paula Martins

Turma Nilce de Souza Magalhães: feminismo camponês popular e direito insurgente / Ana Paula Martins Hupp. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito.

Orientador: Ricardo Prestes Pazello.

Coorientadora: Sônia Fátima Schwendler.

1. Trabalhadoras rurais. 2. Mulheres do campo. 3. Direitos das mulheres. I. Pazello, Ricardo Prestes. II. Schwendler, Sônia Fátima. III. Título. IV. Universidade Federal do Paraná.

Bibliotecária: Eglem Maria Veronese Fujimoto – CRB-9/1217

ATA Nº215

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM DIREITO

No dia dezessete de maio de dois mil e vinte e dois às 15:00 horas, na sala 317, Prédio Histórico - Praça Santos Andrade, 50, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestrand **ANA PAULA MARTINS HUPP**, intitulada: **TURMA NILCE DE SOUZA MAGALHÃES: FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR E DIREITO INSURGENTE**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO PRESTES PAZELLO. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: RICARDO PRESTES PAZELLO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ALEXANDRE BERNARDINO COSTA (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), ERIKA MACEDO MOREIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, RICARDO PRESTES PAZELLO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: Coorientação realizado pela Professora Doutora Sonia Fátima Schwendler.

CURITIBA, 17 de Maio de 2022.

Assinatura Eletrônica

19/05/2022 12:22:55.0

RICARDO PRESTES PAZELLO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

19/05/2022 13:31:09.0

ALEXANDRE BERNARDINO COSTA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

Assinatura Eletrônica

23/05/2022 14:11:39.0

ERIKA MACEDO MOREIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANA PAULA MARTINS HUPP** intitulada: **TURMA NILCE DE SOUZA MAGALHÃES: FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR E DIREITO INSURGENTE**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO PRESTES PAZELLO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Maio de 2022.

Assinatura Eletrônica

19/05/2022 12:22:55.0

RICARDO PRESTES PAZELLO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

19/05/2022 13:31:09.0

ALEXANDRE BERNARDINO COSTA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

Assinatura Eletrônica

23/05/2022 14:11:39.0

ERIKA MACEDO MOREIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

À Aline Maria, companheira de turma e de luta, em sua memória.
Um exemplo de vida feminista, camponesa, popular e insurgente.

Para minha bisavó, Angélica, com quem muito aprendi a amar.

AGRADECIMENTOS

*Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo.¹*

Esta dissertação é feita de sonhos que encontraram na organização e luta coletiva sua realização. O sonho de ter acesso à terra e uma vida melhor, sonho de continuar os estudos, sonho de ser educadora. O sonho da criança que queria mudar o mundo e fazer a diferença. Sonhos dos meus avós, dos meus pais, vividos coletivamente com um povo que tem no campo sua raiz e memória.

Sem a força dos camponeses que ousaram sonhar e lutar, nada disso seria possível. Por isso, agradeço imensamente ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, por trazer a nós a humanidade interrompida, e a utopia de um amanhã em que sejamos verdadeiramente livres.

Agradeço aos meus pais, por serem os primeiros a acreditarem em mim, me incentivaram aos estudos e fazerem destes uma prioridade de vida. Aos meus familiares que de maneiras distintas me lançaram ao vôo.

Deixo os meus agradecimentos ao Professor Ricardo Prestes Pazello, que tem me acompanhado neste percurso da escrita desde a graduação, por me acolher neste ciclo de mestrado, a quem tenho um enorme carinho de chamar de orientador e que tem sido uma fonte de inspiração dos meus ensaios teóricos. Também agradeço a Professora Sônia Fátima Schwendler, cujas contribuições foram inestimáveis como coorientadora, referência no tema da educação do campo e dos estudos de gênero.

Agradeço ao Coletivo Jatobá, com quem compartilhei as angústias e anseios da pesquisa, pelas palavras de conforto e incentivo, por acreditarem na formação como uma das bases de nossa atuação na advocacia popular.

Agradeço à RENAP - Rede de Advogados e Advogadas Populares, na figura dos advogados/as Fernando Prioste, Naiara Bittencourt, Claudio Oliveira, Daisy Ribeiro, Darci Frigo e do Instituto Democracia Popular e Terra de Direitos que nestes sete anos de caminhada na formação jurídica têm me mostrado as contradições do sistema de justiça, e com ela as doçuras das pequenas-grandes conquistas nas lutas populares.

¹ FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.84.

Não poderia deixar de agradecer à Cintia, Iara, Jaque, Ana, Antonio, Natália, Diogo e demais amigos por regarem a vida de companheirismo, troca mútua, afetos, risos e cachaça. Vocês são um abraço quente na gélida Curitiba.

Agradeço à Alice, companheira nesta caminhada, que esteve ao meu lado entre choros e alegrias, com quem tenho rompido as cercas da homofobia e descoberto outras formas de ser e amar.

Agradeço à Turma Nilce de Souza Magalhães e ao Pronera, sem o qual este momento é inimaginável. Agradeço a todos/as/es que direta e indiretamente fizeram parte do projeto, entre advogados/as/es populares, professores/as, servidores e funcionários em geral da Universidade Federal do Paraná.

E, por fim e não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por ter subsidiado este trabalho com financiamento público, e com ela, eu agradeço imensamente à educação pública brasileira e à classe trabalhadora deste país.

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de
sangue e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.*

O ontem – o hoje – o agora.

*Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

Conceição Evaristo - Vozes-mulheres

RESUMO

O presente trabalho busca estudar a relação entre mulheres, terra e direito a partir da experiência da Turma Nilce de Souza, Turma pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) na faculdade de direito da Universidade Federal do Paraná. Para a análise, utilizo como marco teórico o feminismo camponês popular, em diálogo com o pensamento descolonial, elaborado por críticos latino-americanos do grupo modernidade/colonialidade, e a teoria marxista do direito. Parto da pesquisa participante para compreender a contribuição das mulheres do campo para a práxis jurídica neste território marcado pela colonização e por um sistema de gênero específico, em que a trajetória das mulheres camponesas nos movimentos populares de luta pela terra tem-se afirmado como componente medular no contexto de lutas por libertação na América Latina, as quais assumem uma luta contra a opressão e exploração a partir dos recortes estruturais de gênero, raça e classe, construindo outras formas de ser, conhecer e viver por meio de práticas e pedagogias de resistência em contraponto ao sistema de poder colonial/moderno. No encontro com o fenômeno jurídico, percebido na experiência da Turma Nilce de Souza, elas tensionam outras práxis, denunciando e reivindicando as formas jurídicas a partir do feminismo camponês popular, horizonte político de suas lutas e, com isso, promovem o uso tático do direito, na concretude do direito insurgente.

Palavras-chave: Mulheres do Campo; Feminismo Camponês Popular; Direito Insurgente.

ABSTRACT

The present work seeks to study the relationship between women, land and law based on the experience of Turma Nilce de Souza, Turma by the National Program for Education in Agrarian Reform (Pronea) at the Faculty of Law of the Federal University of Paraná. For analysis, I use as a theoretical framework or popular field feminism, in dialogue with decolonial thought, elaborated by Latin American critics of the modernity/coloniality group, and the Marxist theory of law. Part of the participant research to understand the contribution of rural women to legal practice in this territory marked by colonization and by a specific gender system, in which the trajectory of rural women in popular movements of struggle for the land is affirmed as a core component in the context of struggles for freedom in Latin America, as we assume a struggle against oppression and exploration from two structural cuts of gender, race and class, building other ways of being, knowing and living through practices and pedagogies of resistance in contraponto ao system of colonial/modern power. I did not find as a legal phenomenon, perceived in the experience of Turma Nilce de Souza, they stress other practices, denouncing and vindicating legal forms from popular field feminism, political horizon of their struggles and, with isso, promote the tactical use of law, in the concreteness of insurgent law.

Keywords: Rural Women; Popular Peasant Feminism; Insurgent Law.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mulheres, água e energia não são mercadoria!.....	86
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Etapas de criação da Turma Nilce de Souza Magalhães.....	109
QUADRO 2 - Grade horária do curso de direito da Universidade Federal do Paraná.....	114

LISTA DE SIGLAS

AJUP - Assessoria Jurídica Universitária Popular

ACP - Ação Civil Pública

CAHS - Centro Acadêmico Hugo Simas

CEU - Casa do Estudante Universitário do Paraná

CEUC - Casa da Estudante Universitária de Curitiba

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CRAB - Comissão Regional de Atingidos Por Barragens

CPP - Comissão Política Pedagógica

EFASE - Escola Família Agrícola do Sertão

EJA - Ensino de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JST - Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MAB - Movimentos dos Atingidos e das atingidas Por Barragens

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MP - Ministério Público

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores e das trabalhadoras Rurais Sem Terra

NB - Núcleo de Base

NDCC - Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania

NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

ONU - Organização das Nações Unidas

PLPs - Promotoras Legais Populares

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RENAP - Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CORPO E TERRA COMO ESPAÇOS DE DISPUTAS, E TERRITÓRIOS DE DEFESA PARA AS MULHERES: APROXIMAÇÕES.....	22
1.1 DEBATES SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO PRÉ-COLONIAIS: UM CONVITE À REFLEXÃO	27
1.2 A IMPOSIÇÃO DO SISTEMA DE GÊNERO COLONIAL/MODERNO	39
1.3 AS MULHERES DENTRO DOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA	52
1.3.1 Mulheres em luta: semeando resistência	55
1.3.2 Mulheres, água e energia não são mercadorias	75
1.3.3 Toda mulher quilombola é sinônimo de resistência	88
2 TURMA NILCE DE SOUZA MAGALHÃES: AS MULHERES CAMPONESAS OCUPANDO O LATIFÚNDIO DO SABER-FAZER JURÍDICO	95
2.1 A ENTRADA DE CAMPONESES E CAMPONESAS NA ARENA DA FORMAÇÃO JURÍDICA	101
2.2 NÓS QUE SOMOS FILHOS DE POBRES E AINDA NÓS QUE SOMOS MULHERES NEGRAS	116
2.3 A AUTO-ORGANIZAÇÃO DA TURMA COMO UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA, QUE NÃO SE FAZ SEM OS “HOMENS”, MAS É FORJADA PELAS “MULHERES” ...	123
2.4 EU VI COM MEUS PRÓPRIOS OLHOS, MULHERES SE TRANSFORMANDO DENTRO DA TURMA.....	131
3 ENTRE O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR E O DIREITO INSURGENTE	137
3.1 UM FEMINISMO QUE NASCE DA EXPERIÊNCIA DE LUTA DAS MULHERES DO CAMPO	139
3.2 O LUGAR DO DIREITO: CRÍTICA À RELAÇÃO SOCIAL PRODUZIDA PELO CAPITALISMO	150
3.3 TURMA NILCE DE SOUZA E DIREITO INSURGENTE: QUAL É O NOVO?	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS.....	176

INTRODUÇÃO

Simone de Beauvoir, teórica e ativista social francesa do século XX, reconhecida por importantes contribuições para o pensamento feminista, afirma duas frases que me parecem bem atuais: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, e “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”.² A dimensão ontológica em torno do “torna-se mulher” é uma questão amplamente debatida dentro dos movimentos feministas, exatamente porque o feminismo hegemônico, que nasceu oficialmente a partir da Revolução Francesa (burguesa) no século XIX, que instituiu os “direitos do homem e do cidadão”, como liberdade, propriedade e liberdade, não incluiu as mulheres. Desta exclusão, as mulheres da classe média e elite da Europa Ocidental e Estados Unidos passaram a reivindicar, dentre outras coisas, direitos iguais na educação, nos postos de trabalhos e direito à cidadania, como o voto, criando o movimento das sufragistas na Inglaterra e o movimento dos direitos da mulher no Estados Unidos.³

Embora esta iniciativa tenha propiciado a abertura de discussões sobre a condição da mulher na sociedade, e o reconhecimento formalmente de direitos relevantes, as feministas negras a partir da segunda metade do século XX passaram a questionar assiduamente esse ser mulher. Ao falarem sobre a condição da mulher na sociedade, o feminismo hegemônico o pronunciava com base nas experiências das mulheres burguesas, brancas do ocidente, cuja bandeira da opressão era o casamento, o ambiente doméstico e não poderem trabalhar, uma realidade distinta de mulheres não brancas ou da classe trabalhadora. Assim, a noção de mulher estava adstrita ao corpo, ou melhor, ao órgão sexual e a uma ideia de opressão a partir dessas experiências. Por outro lado, as mulheres negras, questionando esses pressupostos universais e burgueses, adicionam nos debates feministas da época os termos raciais. Um episódio memorável e precursor neste processo é a manifestação de Sojourner Truth, uma abolicionista e ex-escravizada, que profere o discurso “E não sou uma mulher?”, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851.

Angela Davis, Patrícia Collins, Audre Lorde, bell hooks são algumas das escritoras negras que lançam bases para o método da experiência nos estudos e movimentos feministas, demarcando as diferentes formas de experienciar as opressões e a não hierarquia entre elas.

² BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p.9

³ MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. In: Seminário CETROS crise e mundo do trabalho no Brasil, 6., 2018, Itaperi, **Anais**. Itaperi: UECE, 2018.

Desse ponto de vista, elas argumentam que o ocidente entende a diferença em termos binários: homem/mulher, superior/inferior, bom/mal, mente/corpo, definindo o local que cada grupo ocupa na diferença em que, vale dizer, também foi institucionalizada. Por isso, essas autoras empenharam esforços em ressignificar a diferença, questionando a hegemonia das experiências das mulheres brancas, as quais encaram que a opressão de sexo/gênero atinge todas as mulheres de mesmo modo, ignorando seus privilégios e as diferenças de raça e classe.⁴

No Brasil, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez trazem para o debate a realidade da mulher negra na sociedade brasileira marcada pela colonização, em que violência colonial permanece viva na formação das hierarquias sociais. Elas afirmam que as mulheres no país e na América Latina e Caribe possuem uma experiência histórica distinta do discurso clássico da opressão da mulher. Aqui, o feminismo branco e ocidental se voltou para o reforço do mito da democracia racial e da teoria da miscigenação, ou seja, na defesa da ideia de branqueamento, o que culminou na necessidade de enegrecer as reivindicações das mulheres. Junto a este movimento das diferenças, ou melhor, das diversidades dentro dos feminismos, feministas como Maria Lugones e Oyèronké Oyěwùmí têm denunciado a própria invenção da mulher, indo além de suas diferenças, debatendo a imposição de um sistema de gênero específico a partir da colonização, que mudou significativamente as relações no seio de comunidades originárias, desnaturalizando padrões mentais engessados em nossa socialização, que reforçam violências e desigualdades.⁵

De outro lado, a atualidade da segunda frase de Beauvoir tem sido vista nos últimos anos com o acirramento da crise do capitalista e com ela uma nova onda de exploração dos recursos naturais e de superexploração da força de trabalho. Na pandemia da covid-19, iniciada em 2020, podemos ver, mais do que nunca, a importância de uma leitura dos problemas socioeconômicos considerando gênero, raça e classe, pois o empobrecimento da população, a fome, falta de acesso à saúde, à moradia e a violência expõem quem são e onde

⁴ Ver LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p.235-238; LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p.239-252; COLLINS, Patricia Collins. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p.271-312; HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018; DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁵ Ver CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019; GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amerifricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

vivem aqueles mais afetados/as: mulheres negras/étnicas, localizadas no campo e nas periferias das cidades, no capitalismo dependente. Historicamente elas estão à frente da economia do cuidado, que segundo dados do laboratório Think Olga⁶, o trabalho não remunerado de mulheres corresponde a 11% do PIB nacional, o que também é apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres que indica que o trabalho não remunerado de mulheres varia de 10% a 39% do PIB dos países.⁷

Elas também são a maioria das trabalhadoras domésticas, em torno de 76,4%, e informais. Na saúde, elas correspondem a 65% das trabalhadoras, entre técnicas em enfermagem, enfermeiras e cuidadoras. Com a pandemia, os trabalhos precarizados foram os mais afetados, assim como elas foram as mais expostas ao contágio nos postos de trabalho ligados à saúde, aos cuidados com familiares doentes e ao cuidado com as crianças, aumentando a sobrecarga em triplas jornadas ou ocasionando afastamento nos postos de trabalho.⁸ No tocante à violência, a pandemia desvelou a insegurança que estas mulheres vivem no ambiente doméstico, em um momento em que as orientações eram o isolamento e “ficar em casa”. O Fórum de Segurança Pública apontou, com base em indícios preliminares, que nos primeiros meses de março de 2020 houve um aumento de casos, partindo de pessoas conhecidas da vítima, o que concede um alto grau de complexidade ao enfrentamento da violência de gênero e expõe o distanciamento de uma rede de proteção, dificultando o acesso a redes e serviços públicos e à informação e ajuda.⁹

Olhando para o campo, nossos territórios também foram marcados pela violência doméstica e sobrecarga das mulheres, as quais enfrentam desafios estruturais muito antes da pandemia de acesso a serviços públicos, à informação e rede de apoio. Neste sentido, esse período histórico, para além de recrudescimento das violências e violações de garantias, é também o momento de apontar para estratégias e possibilidades, o que podemos ver com a solidariedade na produção de alimentos, a união entre campo e cidade na luta contra os despejos e a mobilização das mulheres, movimentos, povos e comunidades tradicionais contra as violências, em defesa da terra e da natureza e, de um modo geral, da vida no planeta.

⁶ Organização não-governamental que tem como missão sensibilizar a sociedade sobre questões de gênero e suas interseções.

⁷ ONU MULHERES. **Trabalho de cuidados oscila entre 10 e 39% do PIB de países, considera ONU Mulheres**. Site. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalho-de-cuidados-oscila-entre-10-e-39-do-pib-de-paises/>>. Acesso em 28.mar.2022.

⁸ MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. **A divisão sexual do trabalho no contexto da pandemia**. Revista Trabalho Necessário, v. 19, n. 38, p. 105-125, 16 jun. 2021.

⁹ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19**. 2º Ed. Nota técnica, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>>. Acesso em 29.03.22.

É neste contexto que esta pesquisa está inserida e compõe uma singela contribuição às lutas populares, em especial na compreensão da práxis jurídica. Antes de entrar propriamente na pesquisa, quero contar uma breve memória minha, postura que venho assumindo em outros trabalhos, a fim de me posicionar diante de um modo de conhecer que estabelece uma cisão entre objeto e sujeito/a conhecedor/a; e, não menos, por ser partícipe daquilo que estudo, sendo a dissertação também reflexo da minha história de vida, portanto, um componente inicial deste trabalho.

Meu envolvimento com os movimentos populares do campo, mais especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), está atrelado à trajetória dos meus avós maternos e da minha mãe, camponeses que com muitas dificuldades faziam da terra fonte de sustento no interior do estado do Espírito Santo, e que encontram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a possibilidade de melhores condições de vida no campo. Minha mãe foi a primeira professora no acampamento, em 1996, e junto com ela na sala de aula, com poucos meses de idade, eu iniciava minha história junto a lutas, uma história que se inicia, não menos, na sala de aula.

Como filha de assentados e sem terrinha, a educação do campo foi pedra angular de minha formação, no verdadeiro encontro entre teoria e prática. Lembro com muito carinho da “pasta da realidade”, material onde reuníamos os trabalhos do tempo-comunidade com temas que envolviam, já naquele momento das séries fundamentais, a distribuição de terra na região, o uso de agrotóxicos, bem como a produção de alimentos saudáveis, com entrevistas aos mais antigos da região, agricultores, dentre outras pessoas que propiciavam um conhecimento para além da sala de aula. Vale mencionar, também, os trabalhos práticos nas hortas da escola, atividades nas disciplinas de agricultura e zootecnia, intervenções e intercâmbios entre escolas de assentamentos.

Tamanha a importância da escola do campo na minha trajetória que é curioso pensar que a mesma escola em que concluí o ensino, no assentamento, está na minha família há três gerações. Conforme minha mãe me conta, a escola Córrego do Cedro foi criada para atender crianças da antiga comunidade Córrego do Cedro¹⁰, formada por pessoas nativas da região, pertencentes a uma mesma família, que viviam da agricultura, pesca e caça. É neste local, nos anos de 1960, em um espaço cedido e numa turma multisseriada, que minha avó foi alfabetizada até a 4ª série. Com o passar do tempo, algumas famílias foram vendendo suas terras e migrando para as cidades vizinhas. Dessa forma, a comunidade foi enfraquecendo e as

¹⁰ Localizada próximo às margens do Córrego do Cedro, região tomada de mata nativa e com muitas árvores de Cedro.

terras foram se tornando pastos para a criação de gado da fazenda que havia comprado os terrenos. Deixando a comunidade de existir, a escola também é desativada.

A última família dessa comunidade, meus bisavós, tiveram que desocupar o espaço onde moravam, passando para um terreno próximo que lhe restou como herança de família. Em uma localização mais distante das margens do Córrego do Cedro, inicia-se a formação de uma nova comunidade, continuada com um dos integrantes que restou da família, permanecendo com o mesmo nome o novo lugarejo. A família era formada por meus bisavós, seus filhos e netos, todos trabalhando na agricultura, tendo o cultivo da mandioca como a principal cultura entre os familiares.

Com a formação de novas famílias e o crescimento do número de crianças, entre elas minha mãe, surge a necessidade de reativação da escola Córrego do Cedro neste local. A chegada de uma professora, para a fazenda vizinha da comunidade, retoma o trabalho de matrícula e organização de uma turma multisseriada nos anos de 1980, começando o funcionamento na Igreja Católica que já tinha na comunidade, atendendo as crianças do entorno e proximidades. Com o aumento do número de alunos/as, é então construído um espaço próprio pelas famílias, no terreno doado pelo meu bisavô.

Mas no decorrer do tempo, a professora que lecionava há anos nesta escola casou-se e surgiu a necessidade de morar em outro lugar. Com isso, a escola ficou sem a professora, pela qual a comunidade tinha grande consideração e admiração, passando por um rodízio constante de professores, muitos com formação insuficiente, pois o lugar era de difícil acesso e transporte. A quantidade de crianças também foi diminuindo, em razão da migração das famílias para tentar a vida na cidade. A escola é, assim, novamente desativada e toda a propriedade onde se localizava a Escola Córrego do Cedro é vendida para um fazendeiro vizinho, findando ali aquela comunidade.

A partir do ano de 1995, minha mãe, neta da última família da Comunidade Córrego do Cedro, retorna para a casa dos meus avós, uma das famílias que continuaram no campo com uma pequena terra adquirida por herança e, como professora recém-formada no curso de magistério, começa um trabalho de base para montar uma turma de alunos que estavam fora da escola. Com a relação de 18 alunos (1ª a 4ª série), ela requer junto à secretaria municipal de educação, e com apoio de um vereador da região, a reabertura da escola Córrego do Cedro, iniciando as atividades no mês de fevereiro daquele mesmo ano (1995). Como a estrutura antiga não existia mais, a escola passou a funcionar em um espaço cedido na Fazenda Itaúnas.

Em 1996, ouvia-se comentários de que a Fazenda Itaúnas estava à venda, trazendo medo e receio aos moradores da região com a preocupação de quem seria o novo proprietário

e se iria aceitar o funcionamento da escola. Entre junho-julho, chega às proximidades um grupo com cerca de 300 famílias caracterizado como sem-terra, Movimento este que era desconhecido das famílias nativas, ocupando todos os espaços da fazenda. A escola continuava seu funcionamento normal em uma das casas. Tudo acontecia com muita discrição, tanto a venda da área pelo proprietário, quanto a ocupação, ao mesmo tempo que era muito novo para as famílias da região e também desconhecido. Com a chegada do acampamento e o aumento do número de crianças, a escola passa a funcionar nos turnos matutino, vespertino e o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) noturno, surge então a necessidade de mais um educador, no que chega outra educadora para trabalhar e morar no acampamento com sua família.

Do que minha mãe conta, a chegada das famílias à terra conquistada mudou totalmente a educação nesta escola e região, a começar pela estrutura física, número de educandos e educadores, reivindicações junto aos órgãos públicos, sobretudo o jeito de educar as crianças, a sua pedagogia. Apresentam-se neste momento representantes do setor de educação do MST, coordenando a escola e dando todas as orientações a serem seguidas, uma proposta de educação diferenciada: a educação do campo.

Assim, esta educação “diferenciada” me propiciou raízes na valorização dos saberes do campo, mas o ingresso na Turma Nilce de Souza Magalhães, por via do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) no curso de direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), me trouxe novos significados de vida, em que pude compreender e nomear pontos estruturantes de minha existência na sociedade, como ser condicionada ao ambiente doméstico, assim como estar em um corpo mulherizado, limitado e controlado o tempo todo. Um corpo igualmente racializado e marcado pelo racismo. Na Turma pude compreender essas nuances e o que significa ser do campo e pisar em uma terra ocupada, de luta. Assim, na Turma Nilce me compreendi mulher, negra e camponesa, bem como da luta popular. Significava o encontro com uma práxis libertadora, compartilhada e coletivizada.

Portanto, a ideia de escrever sobre a relação entre mulheres, terra e direito nasceu desse acúmulo de vivências e reflexões de vida e durante a Turma Nilce, e não por acaso as experiências das mulheres da Turma, mulheres do campo no curso de direito, são o objeto da pesquisa. A Turma, a partir de sua práxis, traz à memória a auto-organização das mulheres camponesas, seu protagonismo na luta pela terra e sua intencionalidade pedagógica na transformação social. Com efeito, não posso deixar de dizer que o uso do referencial de mulheres na pesquisa é marcadamente político como “seres reais, históricas e sujeitas sociais

definidas pela tecnologia de gênero e efetivamente ‘engendradas’ nas relações sociais”¹¹, sem excluir a noção de que os estudos sobre as mulheres é também um estudo sobre os homens, “rejeitando a validade de esferas separadas”, além de se contrapor a justificativas biológicas, afirmando inteiramente a construção social de gênero e sexo¹², por esta razão, os termos mulheres ou homens devem ser lidos sempre entre aspas.

Com base nessa jornada, o trabalho tem como marco teórico o feminismo camponês popular em diálogo com o pensamento crítico latino-americano e a teoria marxista do direito. O feminismo camponês e popular desafia os movimentos populares do campo a enxergarem a totalidade das relações de poder, estes que, por muitos anos, nutriram certa resistência a incorporar as discussões de gênero em suas agendas, sob o ponto de vista que esta minaria o sentido das lutas centrais: a luta de classes e a luta pela terra.

As mulheres do campo buscaram desconstruir essa concepção, tecer críticas, afirmar sua trajetória histórica e tensionar a abertura para outras concepções e práticas, estabelecendo parâmetros conceituais e posicionamentos políticos na luta de libertação, que não necessariamente estavam nas reivindicações desses movimentos. A síntese a que chegaram é de que era preciso construir, desde nossa realidade, o enfrentamento à estrutura de poder capitalista, patriarcal e racista e para isso reinventaram o feminismo, elaborando, com base nisso, o feminismo camponês e popular, a partir de suas cosmovisões, contextos culturais e ações políticas, considerado uma teoria social e um projeto político coletivo em construção.

Dentro do pensamento crítico latino-americano, as propostas descoloniais partem de paradigmas não dominantes, questionam as narrativas da historiografia oficial e mostram como se configuraram as hierarquias sociais, assim como as relações de dominação e exploração neste território. Tais propostas foram gestadas no grupo colonialidade/modernidade, formado por intelectuais que buscaram posicionar a América Latina no debate sobre a modernidade, até então esquecida, elaborando o conceito fundamental de colonialidade do poder, como o eixo que articula, numa estrutura comum de poder, a questão do trabalho, da raça e do gênero (instâncias heterogêneas, descontínuas e conflituosas, mas que, articuladas nesta estrutura comum, ordenam e estruturam as relações de exploração/dominação/conflito). A respeito dos estudos feministas descoloniais, Maria Lugones provoca a inserir o feminismo também na luta anticolonial e anticapitalista, a partir

¹¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminismo: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p.136.

¹² SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica, p.55.

dos povos oprimidos, subalternos, excluídos cujas vozes ecoam dos territórios colonizados, mas igualmente territórios de resistências.

Por outro lado, a teoria marxista do direito fornece uma análise mais próxima da compreensão que quero dar sobre o fenômeno jurídico, a qual tem sido relida em diálogo com o pensamento crítico latino-americano, na busca por se aproximar das lutas populares, e em contrapartida fornece um debate a respeito do horizonte revolucionário e os usos possíveis do direito. Nela, temos as importantes contribuições do soviético Evguiéni Pachukanis, que elaborou a célebre obra “Teoria geral do direito e marxismo”, publicada pela primeira vez em 1924, referência nos estudos marxistas do direito.

Todavia, este trabalho assume não apenas um diagnóstico, mas também uma postura, cuja voz ecoa de dentro dos movimentos sociais populares e, portanto, de sujeitas em movimento. Assim, questiono quais são as contribuições das mulheres do campo diante do fenômeno jurídico e, por que não, no horizonte da transformação social/revolucionária? Para responder a esta questão, me volto à Turma Nilce de Souza, cujo estudo se desenha pela pesquisa participante, e pela escolha da história oral temática, como método para acessar fontes orais, que tem no vivido, portanto, na memória, sua matriz investigativa, e que será mais bem explorada na introdução do segundo capítulo da análise específica da Turma.

Orientada por estes pressupostos, busco trazer para dentro da pesquisa as vozes das mulheres da Turma Nilce, vozes historicamente deixadas à margem de uma narrativa convencional e, diante disso, compreender suas trajetórias ligadas à práxis jurídica. Utilizei como ferramenta as entrevistas gravadas, que ocorreram de forma síncrona, via plataforma digital de vídeo-chamada. A princípio, havia a pretensão de realizar entrevistas presenciais e, ainda, visitas de campo, mas foram impossibilitadas pela pandemia da covid-19 coincidentes com as etapas da pesquisa. Vale dizer que, levando em conta que muitas áreas rurais possuem desafios de acesso a serviços básicos, incluindo acesso à internet, isso também se refletiu nas entrevistas, com pequenos cortes no áudio ou quedas durante as chamadas, mas que não interferiram de modo substancial no todo das falas, estando essas interferências descritas nas transcrições.

Sobre esse esforço, tomei por amostra a trajetória de 9 mulheres da Turma, sendo que, com 8 delas utilizei a metodologia da história oral temática e fontes documentais, e, com 1 utilizei as memórias publicadas e fontes documentais. Para referenciá-las na pesquisa, usei nomes de mulheres históricas¹³, preservando assim, suas identidades, com exceção de Aline

¹³ Olga Benário, Joana d’Arc, Dolores Cacuango, Carolina de Jesus, Célia Sanchez, Anita Garibaldi, Elza Soares e Ana Maria Primavesi.

Maria, companheira de Turma muito querida, seu falecimento se deu durante a pesquisa, vítima de uma política de governo genocida e da falta de vacinas de combate à Covid-19. Embora não tenha conseguido realizar a entrevista, que já estava na etapa de ser marcada, utilizei sua biografia organizada e publicada por muitas mãos intitulada “Aline Maria: uma construção de vida feminista, popular e agroecológica.” Destaca-se também a entrevista com uma estudante da primeira Turma do Pronera no direito, em que faço uso do anonimato e sua narrativa serve como referência dessa experiência que foi precursora.

Aliado ao uso do método da história oral temática, especificamente dedicada ao estudo da Turma, utilizei na integralidade da pesquisa um conjunto de bibliografias e documentos produzidos pelos movimentos populares: materiais formativos, cartilhas, dossiês, registros e notícias em sites e bancos de dados, bem como documentos produzidos pela própria Turma a que tive acesso por minha participação, em diversos momentos, como componente do setor de memória e membra da coordenação: relatórios, *e-mails*, trabalhos de conclusão de curso, atividades de tempo-comunidade etc.

A pesquisa, então, se estrutura em três capítulos. No primeiro capítulo busco compreender a relação entre a colonialidade e expropriação da terra com a luta das mulheres, aproximando-me das bases do feminismo camponês e popular. No segundo capítulo, estudo especialmente a trajetória das mulheres da Turma Nilce, iniciando pelo resgate histórico de criação da Turma, para em seguida evidenciar suas narrativas e memórias em torno da experiência do Pronera no curso de direito da UFPR. No último capítulo, aprofundo as bases teóricas do feminismo camponeses e popular, como ela atravessa o campo jurídico a partir da experiência da Turma. Com esse quadro, o trabalho é resultado de experiências transformadoras, que me transformaram e estão transformando a sociedade. As mulheres da Turma Nilce, em sua diversidade, e ao compartilharem suas trajetórias, choram, riem, se emocionam, e manifestam a potência das mulheres organizadas e dispostas a lutar.

1 CORPO E TERRA COMO ESPAÇOS DE DISPUTAS, E TERRITÓRIOS DE DEFESA PARA AS MULHERES: APROXIMAÇÕES

No primeiro tomo de *O capital*, Karl Marx destaca que “a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo”¹⁴ de acumulação originária do capital, isto é, a gênese das relações capitalistas. Para Silvia Federici, a categoria de Marx de “acumulação originária” é capaz de explicar o fim do feudalismo e o desenvolvimento do sistema capitalista, mas é insuficiente e silenciador sobre até que ponto a acumulação originária, com a expropriação da terra, se nutriu das questões de gênero e da exploração dos corpos femininos.¹⁵

Esse “silenciamento” não se encontra apenas em Marx, cujos estudos são fundamentais na compreensão das relações capitalistas, mas encontramos o mesmo rompante em autores latino-americanos como Aníbal Quijano, formulador da colonialidade do poder. Embora em Marx haja um verdadeiro silêncio, em Quijano gênero é referenciado em sua superficialidade a partir de categorias hegemônicas, reduzindo a complexidade do debate a termos biologizantes e do diformismo sexual, conforme destaca María Lugones.¹⁶ Crítica semelhante é feita por Oyèronké Oyěwùmí aos teóricos da colonização, em especial Franz Fanon, ao afirmar que este ignora o fato de que os colonizadores foram homens e usaram de sua identidade de gênero para impor o controle colonial. Em síntese, declara:

As histórias de colonizados e colonizadores foram escritas desde o ponto de vista masculino - as mulheres são periféricas, se é que aparecem. Embora os estudos sobre colonização escritos a partir dessa perspectiva não sejam necessariamente irrelevantes para a compreensão do que aconteceu aos nativos, devemos reconhecer que a colonização afetou homens e mulheres de maneiras semelhantes e desiguais. [...] A partir do momento em que os colonizadores eram homens e usavam sua identidade de gênero para condicionar a política, o processo colonial se diferenciava por sexo. Do exposto, é óbvio que qualquer debate sobre hierarquia na situação colonial deve levar em conta seu poderoso componente de gênero, somado ao uso da raça como base das distinções.¹⁷

¹⁴ MARX, Karl. **O capital**. vol. I, tomo 1. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 516

¹⁵ FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019, p.118.

¹⁶ LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

¹⁷ OYEWUMI, Oyeronke. **La Invención de las Mujeres: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá, Colombia: Editora En la frontera, 2017, p. 208. Tradução nossa.

A crítica que estas autoras realizam, longe de estancar a relevância das formulações feitas pelos teóricos, exprimem a necessidade de um olhar atento à categoria de gênero como composição dessa trama que se desenvolve partir da colonização: a formação de um sistema-mundo, cujo arsenal é a combinação atroz do patriarcado, capitalismo e racismo. Desse ponto de vista, o estudo sobre a Turma Nilce de Souza não poderia ser diferente, a sua trajetória não deixa negar que carrega em si os três cortes estruturais da sociedade colonial/moderna: gênero, raça e classe.

Em trabalhos, cujas pesquisas elaboram um perfil consistente de sua composição, com destaque para as pesquisas “O Pronera visto de dentro: reflexões sobre a turma de direito da UFPR” (2017), escrito por Jeferson Pereira e Rafaela Santos, ambos quilombolas da Turma e os trabalhos de conclusão de curso “O direito das populações do campo à educação: a Turma “Nilce de Souza Magalhães” (2019) de Cleusa Santos e “Um pensamento ‘outro’: o Pronera no Direito UFPR” escrito por mim em 2019, a Turma de beneficiários da reforma agrária, agricultura familiar e quilombolas no curso do direito da UFPR foi composta por 30 mulheres e 17 homens, incorporando mais tarde dois estudantes haitianos, consolidando uma turma de 30 mulheres e 19 homens, portanto, um total de 49 pessoas.

Além desse contexto, a turma abarcava pessoas de 15 estados brasileiros, que considerando regiões de fronteira de dois estudantes, são no total 17 estados brasileiros presentes na Turma: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, sendo destes 12 estudantes do Nordeste, 3 do Norte, 4 do Centro-oeste, 7 do Sudeste e 19 do Sul. Há, ainda, o fator geracional, desde jovens de 17 a adultos de 50 anos, com mais de 65% de negros na Turma e 28,1% dos estudantes são os primeiros de suas famílias a acessarem o ensino superior.¹⁸

Ademais, a renda da maioria das famílias dos/as estudantes/as não ultrapassa dois salários mínimos e, no que pese não constar dentre os critérios de ingresso nas turmas, os estudantes e famílias compõem movimentos populares campestres, estando presentes, ao todo, cinco movimentos: MST; Movimento Atingidos Por Barragens (MAB); Comunidades Quilombolas ou Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) e Pastoral da Juventude Rural (PJR).¹⁹

¹⁸ PEREIRA, Jeferson. MIRANDA, Rafaela. **O PRONERA visto de dentro: reflexões sobre a turma de direito da UFPR.** Programa de Iniciação Científica e em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

¹⁹ PEREIRA, J. MIRANDA, R. **O PRONERA visto de dentro: reflexões sobre a turma de direito da UFPR.**

Diante desses dados, é factível argumentar de que se trata de uma Turma majoritariamente feminina, negra, da classe trabalhadora do campo e que possui não só uma diversidade cultural proveniente das cinco regiões do país, mas uma diversidade étnica/racial e geracional. Quando escrevi em outros trabalhos a respeito de uma Turma com este perfil dentro de um curso de direito, tradicionalmente masculino²⁰, de herança colonial e destinado às classes mais abastadas, afirmei o Pronera como espaço de luta e resistência. Uma política pública da educação do campo que questiona a estrutura hegemônica da educação jurídica e fratura o que o sistema colonial/moderno, trazendo para dentro da produção do conhecimento um pensamento e uma prática “outra”, oriunda dos povos que se encontram à margem do padrão mundial do poder.²¹

Neste sentido, mais do que apropriado iniciar este trabalho fazendo uma reflexão mais detida sobre a identidade da Turma Nilce de Souza, buscando localizar a matriz de poder colonial/moderna e demonstrar que a expropriação das terras, desde a colonização e a imposição da colonialidade de gênero, foi e é um dos métodos mais engenhosos dessa estrutura de poder, tendo sido a forma de impor uma dominação (masculina) no mundo, em que as mulheres do campo historicamente elaboram práticas e metodologias de resistência. Com isso, quero dar contornos à trajetória das mulheres da Turma Nilce de Souza Magalhães, em que me dedico, especialmente, no segundo capítulo.

Com efeito, me auxiliou neste percurso das elaborações de Joan Scott, a qual tem dado conta de trazer à tona o uso de gênero para além de análises restritas à família ou ao sexo. Partindo da definição de gênero como categoria de análise histórica, ela desenvolve seu conceito e teoria de gênero sobre duas proposições. A primeira é gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Esta proposição se funda sobre quatro aspectos e nenhum deles pode operar sem os outros: 1) o primeiro aspecto diz respeito aos “símbolos culturalmente disponíveis que evocam

²⁰ Os primeiros cursos de direito no Brasil foram criados em 1827, em Olinda e em São Paulo. A presença de mulheres nos cursos ocorre apenas no final do século XIX, mas é em 1906 que tivemos a primeira mulher advogada no país Myrthes Gomes de Campos (ver SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. RIZZINI, Irma. MYRTHES DE CAMPOS (1875-1965): a “mulher advogado” na luta pelos direitos das mulheres. Revista Communitas, Rio Branco, V5, N9, Jan.-Mar, 2021). Na UFPR, a faculdade de direito foi criada em 1912, e teve a primeira diretora após mais de 100 anos desde sua criação. A professora Vera Karam de Chueiri foi eleita em junho de 2016 e tomou posse em agosto do mesmo ano (Ver LOYOLA, Sonia. Vera Karam é a primeira mulher a assumir a direção do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 01/08/16. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/vera-karam-e-a-primeira-mulher-a-assumir-a-direcao-do-setor-de-ciencias-juridicas-da-ufpr/>>. Acesso em 21.jan.22.).

²¹ HUPP, Ana Paula Martins. **Um pensamento “outro”**: o Pronera no direito UFPR. Monografia (Graduação em direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

representações múltiplas (frequentemente contraditórias)”²², por exemplo, Eva e Maria, como símbolos da tradição cristã Ocidental; 2) no segundo, os conceitos/afirmações normativas, encontradas geralmente na religião, na educação, nas doutrinas jurídicas, colocam em evidência as interpretações do sentido dos símbolos e dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas; 3) o terceiro aspecto é a noção de fixidade extraída dos conceitos normativos, por isso necessário descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência eterna na representação dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais, como construtor de gênero, incluindo a economia, a organização política e não somente o parentesco; 4) o quarto aspecto é a identidade subjetiva. Deve-se examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas. Seu objetivo nesta primeira proposição é tornar possível pensar os efeitos de gênero nas relações sociais e institucionais, examinando desde classe, raça, a qualquer processo social.²³

A segunda proposição de Scott gira em torno propriamente de sua teorização sobre gênero, em que afirma ser este o primeiro campo pelo qual o poder é articulado. Segundo ela, “o gênero não é o único campo, mas parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder, no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas”²⁴. A noção de Scott é importante à medida que o gênero é capaz de codificar o sentido e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, mesmo não operando sozinha. Como bem menciona, gênero dentro do significado de poder do sistema colonial/moderno é um artifício persistente do Ocidente que, como demonstraremos, será imposto ao mundo através da colonização.

Dessa maneira, o esforço aqui empregado está em reivindicar esse olhar sobre gênero desde uma trajetória específica: a do lugar das mulheres camponesas, em que diferentes identidades políticas e de luta se encontram. O ponto geopolítico de partida é a América Latina e o Caribe, como local de uma relação específica com a terra e o gênero. Por isso, a dimensão da territorialidade merece ser abordada, a fim de justificar o recorte geográfico utilizado nesta investigação, se contrapondo ao imaginário de territórios como substâncias a-históricas, e territorializar a nossa produção do conhecimento por meio do que chamamos

²² SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica, p.67.

²³ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica, p.67-69.

²⁴ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica, p.71.

locus enunciativo, ou seja, na compreensão de que todo saber se constrói a partir de um lugar ou território e não deslocado do mundo.

Carlos Porto-Gonçalves, em seu texto “A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha”, nos explica que, antes de mais nada, América Latina e Caribe são territórios inventados pelo colonizador e, como tais, “realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram.”²⁵ A própria designação América é em homenagem ao explorador, mercador e “geógrafo” Américo Vespúcio, carregando, dessa forma, a sua marca do colonialismo, razão pela qual os povos originários do continente, em contraponto a “América”, têm utilizado a expressão *Abya Yala*, que na língua do povo Kuna significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento”.

Porto-Gonçalves argumenta, ainda, que na América haverá as primeiras cidades racionalmente planejadas, e esta racionalidade será desde seu nascimento, colonial. Do mesmo modo, existiram aqui os mais modernos engenhos, cuja principal mercadoria manufaturada era a cana-de-açúcar nos séculos XVI e XVII. E estavam aqui no Brasil, em Cuba e no Haiti.²⁶ A violência, o saqueio e a expulsão da humanidade dos povos são características que irão percorrer aquele período até os dias atuais, na expropriação da terra e na imposição de uma estrutura específica de gênero e imposição da ideia de raça, configurando novos sujeitos históricos. É neste contexto que as mulheres do campo se insurgem, resistem e se organizam ante a perda das suas relações comunais, de suas crenças, de suas formas de ser e viver no mundo, elas que, sem dúvida, são uma das grandes afetadas, forjando corpo e terra como territórios de defesa.

Com base nesse olhar sobre este território, procuro destrinchar três momentos históricos de valor para a análise proposta: a) aquele anterior ao “descobrimento” e conquista, em que apresento o caso Andino e Yorùbá com a finalidade de mostrar uma relação específica entre gênero e terra. Através deste ponto, também busco desnaturalizar as noções do masculino e feminino imbricadas em nossa socialização, visto que a maioria dos estudos, mesmo aquelas que retratam “mulheres”, “homens”, “indígenas” e “negras” na historiografia deste período não questionam esse ser homem e ser mulher na nossa sociedade, bem como as identidades sociais que decorrentes; b) o segundo momento é a colonização em si, e a imposição de novas relações pautadas na exploração-dominação, em que busco demonstrar as

²⁵ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENIA, Ana Esther (Coord.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p.161.

²⁶ PORTO-GONÇALVES, C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha, p.153.

relações que se estruturavam neste nosso território inventado, com a imposição de um sistema do gênero colonial/moderno aliado a expropriação da terra e, por fim, c) o terceiro momento é o final do século XX, de organização das mulheres dentro dos movimentos populares do campo, em que a luta pela terra se entrelaça a luta organizada das mulheres. Sem demora, vou a estas questões.

1.1 DEBATES SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO PRÉ-COLONIAIS: UM CONVITE À REFLEXÃO

Diante da identidade de uma Turma formada por maioria mulheres, negras, camponesas, cujos pés pisam na América Latina, uma das primeiras questões que me defronto é a própria historicidade dessas identidades sociais ante sua naturalização. Para debater, ou melhor, descolonizar este olhar inicial, realizo um relato das críticas feitas por María Lugones, Rita Segato e Juliana Paredes, cujo debate se centra na existência de gênero e patriarcado nas sociedades anteriores à colonização, mas sem com isso, romantizar os contextos abordados.

Inicialmente, a socióloga argentina María Lugones chama atenção para o que ela define de colonialidade de gênero ou sistema de gênero colonial/moderno, partindo das formulações de Quijano sobre colonialidade do poder e do texto de Oyěwùmí sobre os povos Yòrubá do norte da África. Lugones busca debater as diferenças na organização de gênero em seu sistema colonial/moderno, para além do visível ou hegemônico, e isso acontece, diz a autora, quando acrescentamos no quadro de análise os termos raciais. Neste ponto, as contribuições das mulheres negras são, para a autora, fundamentais. Elas trazem a perspectiva da interseccionalidade, que revela que não é possível ver categorias de raça, classe e gênero separadas.

Em Quijano, Lugones admite que não existe esta separação, mas o eixo colonialidade não trabalha todos os aspectos de gênero, visto pelo prisma de sua articulação com o capitalismo, e superficialmente articulado com os sentidos que o racismo lhe deu. Por isso, as contribuições de Lugones estão em pensar o lado oculto do sistema de gênero colonial/moderno e em que medida os eixos elaborados por Quijano mostram a imposição de gênero como formadora da colonialidade do poder e a colonialidade do poder como formadora do sistema de gênero.

Vale ressaltar que, Quijano é comumente conhecido por suas contribuições no grupo latino-americano modernidade/colonialidade, responsável por introduzir no cenário do

continente o conceito de colonialidade, definido pela imposição de uma classificação à população do mundo em categorias hierarquizantes de raça/etnias. Sobre este aspecto, segundo o autor, raça não teria história antes da América, de modo que, presumivelmente desenvolveu-se a partir das diferenças travadas entre conquistadores e conquistados, “construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos”²⁷, tornando-se parte fundante de um novo padrão mundial de poder que se inaugurou com o “descobrimento” da América Latina e Caribe, e que foi capaz de criar novas identidades sociais como “negros”, “índios”, “mestiços”, “amarelos” e redefinir outras, “que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem”, mas passaram a adquirir, “em relação às novas identidades, uma conotação racial”, tais como: português, espanhol e depois europeu.²⁸

Neste novo padrão mundializado, as relações de poder foram se estruturando como relações sociais de exploração, dominação e conflito articuladas em torno da disputa pelo controle sobre diferentes planos das existências sociais, das quais incluem:

1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a ‘natureza’ e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças.²⁹

Outros conceitos são imprescindíveis na análise de Quijano. Se, para o autor, a colonialidade é a classificação hierarquizante das pessoas fundada na ideia de raça, posicionando cada uma na estrutura social que ia se formando com a colonização, definidas ante um ordem de valor: conquistadores como superiores-civilizados e conquistados como inferiores-selvagens, por outro lado, no colonialismo não há necessariamente “relações racistas de poder”, ou seja, o colonialismo - a dominação/exploração de uma população sobre outra, cujas identidades culturais são distintas e sedes centrais localizam-se em territórios e sob autoridades diversas - pode existir sem a colonialidade, embora o contrário não seja válido, a colonialidade só mundializou-se e mostrou-se profunda e duradoura em virtude ao colonialismo.

²⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANGER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p.117.

²⁸ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina. SA, 2009, p.106.

²⁹ QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social, p.76.

A modernidade igualmente foi fruto deste mesmo processo histórico específico, compreendida como o lado oculto da colonialidade, apesar das narrativas oficiais a considerarem como um fenômeno do século XVIII, exclusivamente europeu, e positiva ao mundo como um todo. O autor explica que a modernidade é a fusão das experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades emergentes do capitalismo que gestava-se no território que se será intitulado Europa, na assim chamada por Marx acumulação primitiva (originária), criando “um novo universo de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada.”³⁰

Com base nisso, Lugones aponta para o fato de que em Quijano há uma descrição de gênero que não é questionada, ao que a autora destaca estreita e hiperbiologizada, contida no plano do “sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie”. O que ela extrai de seus escritos é que as disputas em torno do que ele chama de “sexo” são feitas entre homens e os “seus recursos” entendidos como femininos, ou seja, se resume em quem controla o acesso ao sexo e quem é entendido por recursos. Ela ainda afirma que o autor “não entende homens como recursos nos encontros sexuais, assim como mulheres não disputam nenhum nível de controle”³¹, fazendo uma abordagem hegemônica de gênero, restrita à dicotomia e noções naturalizadas de homem e mulher, conforme podemos ver do trecho que o autor escreve abaixo:

1. Em todo o mundo colonial, as normas e os padrões formal-ideais de comportamento sexual dos gêneros e, conseqüentemente, os padrões de organização familiar dos “europeus” foram fundados sobre uma classificação “racial”: a liberdade sexual dos homens e a fidelidade das mulheres foram, em todo o mundo eurocêntrico, a contrapartida do “livre” – sem sujeição a pagamentos, como na prostituição, mais antiga na história – acesso sexual dos homens “brancos” às mulheres “negras” e “índias”, na América, “negras”, na África, e de outras “cores” no resto do mundo em submissão. 2. Na Europa, ao contrário, foi a prostituição das mulheres a contrapartida do padrão burguês de família. 3. A unidade e a integração familiar, impostas como eixos do padrão burguês de família no mundo eurocêntrico, foram a contrapartida da contínua desintegração das unidades de parentescos pais-filhos nas “raças” “não brancas”, apropriáveis e distribuíveis não apenas como mercadoria, mas como “animais”. Isso principalmente entre os escravos “negros”, já que sobre eles essa forma de dominação foi mais explícita, imediata e prolongada. 4. A marcada hipocrisia subjacente às normas e valores formais-ideais da família burguesa não é, desde então, alheia à colonialidade do poder.³²

À vista disso, Lugones entende sexo biológico e a classificação social binária (homens-mulheres) como uma construção social e histórica, sustentando suas ideias nos

³⁰ QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social, p.74.

³¹ LUGONES, M. Colonialidade e gênero, p.68.

³² QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social, p.111.

estudos de Oyěwùmí sobre a cultura Yorùbá, em que a autora defende que na sociedade Yorùbá gênero não existia antes da colonização, de modo que, com a colonização na África, as “fêmeas *obìnrin* foram qualificadas como “mulheres”, e que as africanas e africanos foram categorizados pela ‘raça’ - uma construção de sentidos que gerou, como consequência, a dupla subordinação das mulheres africanas. Pode-se dizer que esse processo abrangeu todas as ‘mulheres de cor’.”³³

A respeito do que defende de Oyěwùmí, ponto chave dos argumentos de Lugones, gostaria de explorar um pouco mais. A socióloga nigeriana traz um ponto de vista interessante sobre gênero em comunidades na África. Seu relato é provocador e abre novas discussões sobre gênero e sua presença em sociedades anteriores à colonização. Assim, ela nos apresenta aos povos Yorùbá localizados na África Ocidental, na região sudoeste da Nigéria, e que durante o comércio atlântico de africanos escravizados, destaca-se, fizeram parte da diáspora para o Brasil.³⁴ Esse resgate é importante, pois se contrapõe a uma ideia homogeneizante dos grupos étnicos oriundos da África para o Brasil e uma noção de povos sem memória e sem passado anterior à colonização, se resumindo apenas ao passado da escravidão. Apesar da cultura Yorùbá não traduzir a diversidade de culturas africanas, ela é um chamado à reflexão.

Neste sentido, em um esforço de reconstituir a cosmologia e as instituições socioculturais dos Yorùbá, Oyěwùmí defende que o gênero - concebido pela autora como uma “instituição que [baseando-se em um tipo de corpo] estabelece modos de expectativas para os indivíduos, ordena o processo social da vida diária, e constrói organizações sociais em grande escala em uma sociedade, como economia, ideologia, família e política”³⁵ - não era um princípio organizador da sociedade Yorùbá, já que as categorias sociais “homem” e “mulher” eram inexistentes. O princípio básico da organização social era a antiguidade, determinada pela idade relativa. Esta seria a categoria social principal e de preponderância, consistindo na classificação das pessoas em suas idades cronológicas e implicando em responsabilidades perante a família e a comunidade, e não meramente uma questão de privilégios na vida cotidiana.

Desse modo, a maioria dos nomes e pronomes seguiam sem gênero, não havia, por exemplo, palavras em Yorùbá que designassem filho, filha, irmão e irmã. O que seria para nós

³³ WASSMANSDORF, Marina Lis. Feminismos De/Pós Coloniais sob rasura: As perspectivas de Gênero e Patriarcado de María Lugones, Rita Segato e Julieta Paredes. **Captura críptica**: direito, política, atualidade. Florianópolis, n.5., v.1., jan./dez. 2016, p.160.

³⁴ OYEWUMI, O. **La Invención de las Mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género, pp.76, nota 125. Tradução nossa.

³⁵ OYEWUMI, O. **La Invención de las Mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género, p.95. Tradução nossa.

uma “mãe”, questionada a respeito da sua “filha”, seria dito na cultura Yòrubá: minha criatura, o que, para a autora, torna evidente a ausência de categorias de gênero. Isso não indica que na língua Yorùbá não era possível expressar informações sobre diferenças anatômicas entre masculino e feminino. Significa que tais diferenças não eram relevantes culturalmente ao ponto de projetarem para a esfera social, diferente do Ocidente, em que qualquer conversa ou contexto social, por mais simples que seja, evocará gênero.

De igual forma, Oyěwùmí declara que a tradução das categorias Yorùbá *obìnrin* e *òkùnrin* como “fêmea/mulher” e “macho/homem” é errônea à medida que não se trata de uma oposição binária e hierarquizante, como quis parecer a muitos dos estudiosos até então. A origem dessas duas palavras está ligada a uma humanidade comum presente no sufixo “*rin*”, diferenciadas pelas variações anatômicas dos prefixos *obìn* e *òkùn*. Diferente do ocidente que privilegia apenas um, isto é, o macho como nome e a norma para a “espécie hu-man-a.” Na cultura Yorùbá, *òkùnrin* não era a norma e nem *obìnrin* o outro e, acima de tudo, não constituíam uma classificação social. Essa disparidade do uso equivocado de *obìnrin* e *òkùnrin* fica mais evidente quando a autora afirma que as mulheres na experiência ocidental evocam imagens que: a) não têm pênis; b) não têm poder; c) não participam da arena pública e esclarece que essas imagens não equivalem a *obìnrin*. *Obìnrin* diz respeito às questões reprodutivas, propriamente ditas, sem delas extrair suposições de suas personalidades ou psicologias. Ademais, ambos os termos só se aplicam aos adultos, não incluindo *omòdé* (crianças) e *ẹranko* (animais). Os animais fêmeas e machos seriam representados pelos termos *abo* e *akọ*, respectivamente.³⁶

Dentro disso, a autora faz um uso de *obìnrin* e *òkùnrin* em seu sentido anatômico referente às diferenças do feminino e masculino sem conotações hierárquicas de fêmea/mulher e macho/homem, “para enfatizar o fato de que, no sentido do mundo Yorùbá, é possível reconhecer essas distinções fisiológicas sem projetar intrinsecamente uma hierarquia entre as duas categorias sociais.”³⁷ Fazendo esse uso, ela utiliza o prefixo “ana” para assinalar sua limitação ao aspecto ana-tô-mi-co, propondo novos conceitos de anafêmea, anamacho e anasexo. Esta é a primeira reflexão que Oyěwùmí nos convida a adentrar: o significado sociocultural de certos conceitos linguísticos da cosmovisão Yorùbá, ao que afirma que, “ao

³⁶ OYEWUMI, O. **La Invención de las Mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Tradução nossa.

³⁷ OYEWUMI, O. **La Invención de las Mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género, p.87. Tradução nossa.

contrário das línguas europeias, o Yorùbá não ‘produz gênero’; em vez disso, ‘elabora antiguidade’”.³⁸

Em sua descrição sobre as instituições e práticas sociais específicas Yorùbá, Oyèwùmí registra, em termos gerais, que a unidade social e política dos Yorùbá é *agbo ilé* - “uma casa que abrigava um grupo de pessoas que reivindicaram a descendência comum de uma ancestral ou ancestral fundador.”³⁹ Esse grupo de pessoas, membros de *idilé* (linhagem) eram chamados de *omọ-ilé* e eram estruturados de acordo com o nascimento. *Agbo ilé* era uma unidade sociopolítica de posse da terra em que, em alguns casos, havia ocupações especializadas, como tecelagem, tinturaria ou ferraria. As anafêneas casadas com estranhos formavam um grupo denominado *aya ilé*, que significava os mais jovens na hierarquia - ordenado de acordo com a data de seus casamentos. Individualmente, *omọ-ilé* ocupava a posição de *okọ* em relação a *aya*. As traduções de *aya* como “esposa” e *okọ* como “marido” impõem construções sexuais e de gênero que não fazem parte da concepção.⁴⁰

Essa estrutura mostra a centralidade do espaço familiar na definição da posição social de seus membros. A diferença crucial não era gênero, mas o modo de incorporação à linhagem: nascimento para *okọ* e casamento para *aya*. No contexto Yorùbá, o termo *okọ* abrangia tanto anamachos como anafêneas e os proveitos de herança seguiam o sistema de parentesco consanguíneo, de modo que nem *okọ* nem *aya* herdavam um do outro. Para Oyèwùmí, o casamento e o que o envolve é um dos focos centrais das leituras incorretas ocidentais sobre as culturas africanas, resultado da incapacidade de compreender essas culturas como são, em seus próprios termos. Sendo assim, a busca por encontrar o patriarcado na cultura Yorùbá se resume, dentre outras coisas, na questão do dote, entendido como a “transferência de bens da linhagem do noivo para a da noiva” como negociação da “mulher”, logo, a “mulher” como vítima do casamento e a insistência na patrilinearidade e seu enfoque no papel das anafêneas, ignorando suas funções como *omọ-ilé* (membros da linhagem).

Do ponto de vista da autora, pensadores/as ocidentais e pensadores/as locais implicados nesta lógica ignoram duas características dos casamentos Yorùbá: sua natureza coletiva, que envolvia as duas partes da linhagem, e sua natureza recíproca, que significava responsabilidades compartilhadas. Diante deste contexto, o dote servia concretamente para ter acesso ao sexo e as garantias parentais sobre as criaturas nascidas do matrimônio, e não

³⁸ OYEWUMI, O. **La Invención de las Mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género, p.97. Tradução nossa.

³⁹ OYEWUMI, O. **La Invención de las Mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género, p.87. Tradução nossa.

⁴⁰ OYEWUMI, O. **La Invención de las Mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género.

poderes sobre a pessoa e ao trabalho que ela desempenha. Em contraposição, o noivo assumia uma obrigação tradicional de transferência de bens, mas também de prestação de diversos serviços para com a linhagem de sua noiva que duravam a vida toda. Outro fato é a ideia de patrilinearidade a partir da experiência europeia, que desconsidera que, na cultura Yorùbá, a linhagem natal continuava a ser a principal fonte de identidade social ao longo da vida e de acesso a materiais e outros tipos de ajuda. O interesse e a participação na linhagem de nascimento não se perdiam após o casamento. Igualmente, o exercício da autoridade e do poder, orientados pela idade, não excluía as *ìyá* - as mães idosas da linhagem, que, coletivamente, eram conhecidas como *àwọn ìyá* (mães). Em uma sociedade baseada na oralidade, como a Yorùbá, as decisões coletivas não poderiam ser tomadas sem participação das *ìyá*, as quais, enquanto mais antigas da linhagem, controlavam a memória e a informação, daí a importância de suas posições.⁴¹

Outro aspecto relevante é a poligamia, embora a monogamia fosse a norma. Oyèwùmí elucida que, tendo em vista que o casamento tinha como fundamento a reprodução, a procriação e a saúde das criaturas eram primordiais, sobressaindo sobre outras necessidades, consideradas secundárias. Tamanho era esse entendimento que as criaturas eram consideradas *ire* (bênçãos divinas), essenciais para a manutenção da linhagem e para sua sobrevivência. As novas mães realizavam a abstinência das relações sexuais pós-parto, já que acreditavam que podiam diminuir suas chances de sobrevivência, podendo o novo pai manter relações com outras companheiras conjugais. A respeito da poligamia, Oyèwùmí escreve:

A atitude geral dos *obìnrin* em relação à poligamia variava em considerá-la atraente a tolerável, tolerância baseada na apreciação de seus benefícios. Um dos interesses das anafemeas *omo-ilé* estava em contar com uma grande comitiva de *aya-ilé* para chamá-los quando requisitassem sua ajuda. Neste aspecto particular, a poligamia era um privilégio neutro ao gênero determinado pela reciprocidade estabelecida entre cada indivíduo *aya* e cada indivíduo *oko*. Também seria de interessante para uma *aya* adulta estar em um matrimônio polígamico, uma vez que a responsabilidade da cozinha recaía a *aya* mais jovem; por isso, era comum que uma *aya* iniciasse o processo de poligamia para seu parceiro conjugal. Não o via como algo contrário de seu interesse geral. Alguns desses pontos de vista são evidentes na resposta que obtive de uma “mãe idosa”, *Àlari de Òkè Mápó*, que entrevistei em *Ìbàdàn*.⁴²

De outra parte, a divisão do trabalho seguia a idade relativa e tinha como premissa as obrigações sociais, que incluíam a necessidade de se sustentar e de atender às necessidades de sua família. Em alguns casos, *aya* tinha sua propriedade e seu companheiro, a dele. Como um

⁴¹ OYEWUMI, O. **La Invención de las Mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género, p.122. Tradução nossa.

⁴² OYEWUMI, O. **La Invención de las Mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género, p.115. Tradução nossa.

não herdavam do outro, *aya* era incentivada a prover seu próprio sustento. Por conta das características locais, já que Yorùbá era formado por grandes assentamentos populacionais de economia baseada na agricultura, comércio e várias ocupações e negócios especiais, cozinhar não era e não é central para a definição da vida familiar, a maioria das pessoas comiam fora de casa, quando ocorriam, *aya* jovens assumiam as tarefas domésticas. No entanto, o envolvimento com a profissionalização da comida liberava muitas mães de cozinhar, dedicavam-se aos mercados locais, à agricultura e ao comércio em geral. Com isso, Oyèwùmí sintetiza uma segunda reflexão: a existência de um mundo em que o corpo não seja determinante, e sim as relações sociais.

De acordo com a autora, com o comércio transatlântico escravista as configurações de gênero na sociedade Yorùbá se alteraram e, mais tarde, seriam intensificadas pelo imperialismo do século XIX. O gênero será incorporado, assim como as categorias hierarquizantes em termos raciais de colonizador e colonizado: “Os europeus colonizaram as fêmeas como africanas e como mulheres africanas.”⁴³ As chefas anafêmeas da linhagem foram destituídas de sua autoridade e um poder e autoridade masculina constituiu como norma social. As prerrogativas sobre a terra, antes consanguíneas e independentes das relações matrimoniais, foram convertidas em propriedades conjugais, o que significa que a *aya* perdia seus direitos de propriedade independentes, passando por força da lei colonial aos bens pertencentes e administrados pelo marido. A esposa, como única beneficiária do marido, significará a exclusão de outras mulheres, como mães, irmãs e filhas.

Diante desta análise, Lugones diz que o problema em Quijano seria exatamente este: assumir um quadro de análise sobre as relações de gênero na realidade latino-americana e caribenha sob as lentes de categorias tipicamente ocidentais, numa leitura puramente biologizante, patriarcal, heterossexual das disputas pelo controle do sexo, ou seja, não questiona essas próprias categorias e naturalizações. Com base nas experiências latino-americanas e caribenhas, com presença nessas culturas de uma pluralidade ginocêntrica e a experiência Yorùbá, da inexistência de gênero, Lugones vê a imposição de um sistema de gênero binário e hierarquizante, de supremacia masculina como um legado duradouro da dominação colonial. Afirma ainda que a inserção violenta de raça e o sistema de gênero ocidental foram cruciais à colonização, de modo que, em muitas culturas dos territórios colonizados, tais marcações de gênero sequer existiam.

⁴³ OYEWUMI, O. **La Invención de las Mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género, p.209.

Sobre este aspecto, a antropóloga argentina-brasileira Rita Segato estabelece uma leitura distinta, apesar de concordar com as formulações sobre a colonialidade de gênero em Lugones. Do seu ponto de vista, gênero existe nas sociedades indígenas e afro-americanas anteriores à colonização, inclusive na sociedade Yorùbá, mas, de uma forma diferente da que assume na modernidade. Apoiada em evidências históricas e relatos etnográficos, ela defende a existência de estruturas semelhantes ao que chamamos relações de gênero e à existência de “hierarquias claras de prestígio entre a masculinidade e a feminilidade, representados por figuras que podem ser entendidas como homens e mulheres.”⁴⁴

Para a autora, no seio dessas estruturas, haveria a elaboração e o reforço de uma masculinidade de tributos “destemidos” e “corajosos” “para poder exhibir o pacote de seis potências – sexual, bélica, política, intelectual, econômica e moral – que lhe permitirá ser reconhecido e qualificado como sujeito masculino”, ainda que, fluídas as posições nestas sociedades, sendo citado pela autora diversos casos da existência de, aos nossos olhos, relações com o mesmo sexo e transitividades de gênero. A construção dessa masculinidade ganharia a natureza de status, sendo os sujeitos obrigados a adquiri-la, “atravessando provas e enfrentando a morte.” Com a introdução do gênero colonial/moderno através da colonização, esse status é modificado perigosamente, assim como as demais estruturas.⁴⁵

Para a autora, haveria também a presença de um patriarcado que ela chama de baixa intensidade, que, não à toa, foi a aliança entre colonizador e colonizado em um pacto para a perda radical do poder político das mulheres em que, entre outras coisas, a colonialidade do poder mantém pujante. A designação dos homens como interlocutores privilegiados, como titulares das terras e donos de suas parentas, ao mesmo tempo em que transformaram o espaço doméstico em espaço privado e foram eleitos os verdadeiros ocupantes das instâncias políticas, serviu aos interesses da colonização e à eficácia de seu controle.

As implicações disso na vida das mulheres indígenas e afro-brasileiras são complexas. Segato destaca que, nas aldeias, as mulheres:

atuaram e refletiram divididas entre, por um lado, a lealdade às suas comunidades e povos na frente externa e, por outro lado, sua luta interna contra a opressão que sofrem dentro de suas comunidades e povos, denunciam frequentemente a chantagem das autoridades indígenas, que as pressionam para que posterguem suas demandas como mulheres sob o argumento de que, ao não fazê-lo, estão

⁴⁴ SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade:** em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos CES [Online], v. 18, dez. 2012, p.118. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1533>>. Acesso em: 03.dez.21.

⁴⁵ SEGATO, R. L. **Gênero e colonialidade:** em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, p.117.

colaborando para o enfraquecimento da coesão em suas comunidades, tornando essas mais vulneráveis nas lutas por recursos e direitos.⁴⁶

Para aprofundar a reflexão aqui posta e dimensionar as relações de gênero em sociedades indígenas anteriores à colonização, abordo o estudo do historiador peruano Fernando Armas Asín, com base em registros históricos sobre as mudanças que ocorreram em torno do sexo, da sexualidade e, em linhas gerais, nas relações de gênero num contexto de constituição da sociedade colonial nos Andes no século XVI e XVII. Segundo ele, a forma de crescer, o que para nós seriam mulheres e homens na sociedade Andina anterior à colonização estava ligada a atividades cotidianas, tais como: tecer, cozinhar, caçar, guerrear, isto é, uma relação de responsabilidades e expectativas sociais perante a comunidade, garantindo a cada membro os elementos de subsistência. Essas atividades práticas e cotidianas da vida doméstica reforçavam uma organização de gênero e laços de parentesco, cujo padrão dominante eram linhas paralelas de descendência, ou seja, as mulheres se viam descendentes de uma linhagem de mulheres, por meio de suas mães e avós, ao passo que os homens se viam como descendentes de seus pais, através de uma linhagem de machos. Inclusive, as garantias fundiárias estavam sujeitas a este princípio, de modo que as mulheres, por meio do vínculo com outras mulheres, tinham acesso à terra, água, rebanhos e, em alguns casos, recursos tributários. O equilíbrio da organização social dos povos andinos exaltava as diferenças entre mulheres e homens a partir de suas contribuições para a manutenção da vida em comunidade, em que cada um/a tinha suas tarefas específicas.⁴⁷

Neste contexto, uma das principais atividades realizadas pelas mulheres era tecer, ainda que realizassem outras tarefas como cozinhar, cuidar das crianças, trabalhar na colheita e cuidar dos rebanhos. De acordo com Armas Asín, a tecelagem nos Andes tinha valor especial, pois representava espaços de solidariedade e de troca, sendo a mulher o nexo dessa representação. Segundo ele, a igualdade era representada pela troca de tecidos entre a nobreza e a troca de qualquer lã fina ou grossa entre pessoas comuns, “a troca de presentes era sinal de igualdade.” Dentro disso, homens e mulheres viam suas contribuições como interdependentes e complementares, cumprindo a mulher um papel central em sua sociedade.”⁴⁸ Com efeito,

⁴⁶ SEGATO, R. L. **Gênero e colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, p.117.

⁴⁷ ARMAS ASIN, Fernando. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII). Una acercamiento provisional. **Revista de Indias**, [S. l.], v. 61, n. 223, p. 673–700, 2001. Disponível em: <<https://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/497>>. Acesso em: 03.dez. 2021. Tradução nossa.

⁴⁸ ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII), p.674. Tradução nossa.

esta divisão não era considerada restrita ao ponto de um/a não poder fazer as tarefas do/a outro/a, tanto era que, em casos excepcionais, as mulheres guerreavam:

Essa complementaridade e capacidade de ocupar posições atribuídas ao outro, possibilitou que a mulher pudesse em casos extremos ser uma guerreira (as associações míticas saltam à nossa memória, com a figura de Mama Huaco), ou mesmo ser Kuraka. Aparentemente, o último era perfeitamente normal nos Andes. O cronista Sarmiento de Gamboa narra que, no ataque de Chanka a Cuzco, um dos Kurakas defensores foi uma mulher, Chanan Curycoca, que foi excepcionalmente corajosa. Padre Bernabé Cobo, por sua vez, ao falar da conquista inca do Senhor do Warco (em Cañete), conta-nos que seu líder era uma mulher, muito feroz e sanguinária. Já no século XVI, havia algumas mulheres entre os Huanca Kurakas do centro do Peru.⁴⁹

A divisão social em duas esferas interdependentes, sexualmente vinculadas e complementares, faziam parte da cosmovisão andina que buscava equiparar as suas condições de sua existência a uma visão sacra do equilíbrio natural das coisas de dentro. A adoração de Illapa (raio), o dominador dos céus, provedor das chuvas, promovia o encontro com Pachamama (a terra), fornecendo os elementos necessários para sua fertilidade e procriação. Ambos complementares. Illapa adquiria conotações masculinas (conquistador e provedor) e mesmo que a os rituais a Pachamama escapassem ao gênero, aquela adquiria conotações femininas. Metades igualmente importantes, vistas também entre figuras sacras em deuses locais.⁵⁰

Nos tocante a sexo e sexualidade nos povos andinos, estes afunilavam bem a simetria complementar dos gêneros. “Não somente como vínculo de procriação (assim como Illapa e a Pachamama, onde a terra é fertilizada graças à chuva) senão como expressão da união corpórea dos seres em busca do prazer, para além do destino procriativo do encontro.”⁵¹ Conforme apresenta Armas Asín, nas narrativas extraídas de espanhóis comuns e padres sobre a vida sexual dos povos andinos, interpretadas a partir de uma visão eurocristã, estes descrevem horrorizados sobre o desprezo a virgindade antes do casamento, ao que diziam que a fidelidade das mulheres andinas se dava somente após o casamento, antes disso, buscam “conhecer-se” e “juntar-se”. Armas Asín explica que estes termos referem-se a “antiga prática andina de reconhecimento mútuo do casal, antes de adquirir compromissos como unidade

⁴⁹ ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII), p.675. Tradução nossa.

⁵⁰ No Brasil, um exemplo nítido, é o que encontramos no povo Kaingang, a partir da autora Vangri kaingang que escreve a obra “Estrela Kaingang: a origem do primeiro pajé” (2016) em que nos conta que o pajé é o único capaz de juntar as duas metades clônicas kamê e kanhru, que estruturam toda a sociedade kaingang, desde plantas, animais a humanos kaingang.

⁵¹ ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII), p.678. Tradução nossa.

doméstica estável.” Sem dúvida, homens ocidentais fundados numa crença cristã repressiva sobre sexo e sexualidade não podiam “conceber que as relações sexuais fossem livres de alguns laços morais.” O casamento e a fidelidade não eram nada mais do que a formação de uma unidade doméstica pelo ritual de união e o fato de os dois terem alcançado um equilíbrio permanente, na fase sexual da idade adulta.⁵²

Antes disso, deveriam percorrer o caminho do amadurecimento sexual e sentimental, em que as descobertas sexuais eram incentivadas para a estabilidade futura. O ritual necessário atravessava a adolescência e a juventude. De modo que, “a virgindade, neles, não era importante.” Dentro desta perspectiva, as relações de dois seres expressavam encontros criativos e complementares, em que, “qualquer barreira restritiva ameaçava destruir o equilíbrio do mundo social e do cosmos andino.” Tratava-se, segundo o autor, de um “encontro equilibrado, sem laços sociais.” Essa forma de conceber as relações por parte dos andinos era vista com maus olhos pelos colonizadores que acreditavam na castidade e em uma ideia de traição e adultério. De igual modo, qualificavam como demoníacas as práticas sexuais tidas como desviantes, como o sexo anal, homossexualidade, dentre outras.⁵³

Julieta Paredes, feminista indígena do povo aimará, na Bolívia, segue a mesma linha de Segato, embora use a expressão patriarcado ancestral para se referir à presença de uma opressão de gênero específica encontrada nas culturas e sociedades pré-coloniais e distinta da dos colonizadores. Para a autora, o patriarcado é um “sistema de todas as opressões e violências que a humanidade e a natureza experimentam, mas esse sistema foi construído historicamente sobre os corpos das mulheres.”⁵⁴ A autora utiliza dessa definição se contrapondo a um conceito de patriarcado ocidental, na ideia de opressão dos homens contra as mulheres. Ela e outras pensadoras indígenas do feminismo comunitário denunciam que não existe apenas o patriarcado Ocidental, desvelando um patriarcado gestado nos princípios, costumes e valores desses povos, que se enraízam em fundamentalismos étnicos e essencialismos. Ele está na dualidade complementar e, para elas, tem sua própria forma de expressão, manifestação e temporalidade diferenciada do patriarcado ocidental. Sobre isso, ela explica melhor em uma entrevista que dá:

⁵² ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII), p.678-679. Tradução nossa.

⁵³ ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII), p.679. Tradução nossa.

⁵⁴ PAREDES, Julieta. Mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. **Revista Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia. Dossiê: Giro decolonial.** Foz do Iguaçu, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, v. 3, n. 2, ago. 2020, p.35. Entrevista.

Então, esse é outro conceito importante porque antes de 1492 ou 1500, não vamos dizer que em nossos territórios não existiam relações de poder. Sim, havia relações de poder, não como as coloniais, não no mesmo cunho, tampouco eram relações de poder subdesenvolvidas ou atrasadas, eram em outros formatos porque havia um paralelismo – que é outro conceito muito importante do pensamento e proposta descolonizadora no Feminismo Comunitário: a contemporaneidade e o paralelismo de tempos, isto é, este é o tempo da Europa, este é o tempo de Abya Yala, não se encontram antes de 1500... Assim que as relações que existiam antes de 1500 ou 1400, não tem nada a ver com a Europa, são de nosso próprio cunho, nossas próprias sujeiras, podemos dizer.⁵⁵

Ao meu ver, as análises de Segato e Paredes proporcionam uma maior aproximação sobre a gênero nessas sociedades, sem que com isso reproduzam uma idealização ou uma generalização, de uma presença onipresente de gênero e patriarcado em termos puramente ocidentais. As divergências entre as autoras parecem centrar-se na existência de gênero e no nível do patriarcado nessas sociedades pré-coloniais, mas concordam com o agravamento das relações de poder e subordinação estabelecidas com a colonialidade, principalmente no tocante às mulheres de cor e na conjunção entre homens de cor e homens brancos. Parto agora para entender as nuances dessa combinação, e as mudanças com a imposição de um sistema de gênero colonial/moderno.

1.2 A IMPOSIÇÃO DO SISTEMA DE GÊNERO COLONIAL/MODERNO

Com a conquista seguida da colonização, as sociedades andina e Yòrubá passam por um verdadeiro epistemicídio de suas formas de ser e viver no mundo. No caso andino, a destruição da sua organização política, o extermínio e, conseqüentemente, a queda demográfica e a destruição sistemática de suas práticas culturais implicou mudanças profundas. Os conquistadores souberam explorar a seu favor as bactérias e os vírus que trouxeram em seus navios, assim como a traição e a intriga, incitando o rancor e as divisões dentro dos antigos impérios.⁵⁶

A escala de extermínio dos povos originários ganhava contornos assustadores. Quijano registra que, se considerarmos as áreas asteca-maia-caribenha e a área de Tawantinsuyu (Império Inca), foram exterminados cerca de 35 milhões de habitantes, em menos de 50 anos, o que implicou não só uma grande catástrofe demográfica, mas a

⁵⁵ PAREDES, J. **Mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear**, p.29.

⁵⁶ GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010, [p.19]. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4194484/mod_resource/content/1/As%20veias%20abertas%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf>. Acesso em 03.dez.2021.

destruição das sociedades e culturas.⁵⁷ Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina*, também nos apresenta cifras espantosas. Segundo ele, antes do aparecimento dos conquistadores, os povos indígenas na América somavam não menos do que 70 milhões, um século e meio depois restavam somente 3,5 milhões.⁵⁸ Em uma de suas passagens, o autor descreve a destruição das civilizações Astecas, e o holocausto dos indígenas das Ilhas do Caribe na busca pelo ouro e prata:

Hernán Cortez revelou para a Espanha, em 1519, a fabulosa magnitude do tesouro asteca de Montezuma, e depois chegou a Sevilha o gigantesco resgate, um aposento cheio de ouro e prata, que Francisco Pizarro fez o inca Atahualpa pagar antes de degolá-lo.

(...)

os indígenas foram completamente exterminados nas lavagens do ouro, na terrível tarefa de revolver as areias auríferas com a metade do corpo debaixo d'água, ou lavrando os campos até a exaustão, com as costas dobradas sobre pesados instrumentos de arar trazidos da Espanha. Muitos indígenas da Dominicana se antecipavam ao destino imposto por seus novos opressores brancos: matavam seus filhos e se suicidavam em massa.⁵⁹

Por outro lado, conforme Walter Mignolo, em mesmo período (1531-1660), estima-se que “no mínimo 155.000 quilos de ouro e 16.985.000 quilos de prata entraram legalmente na Europa”⁶⁰, sem contabilizar a quantidade ilegal que chegava de outras maneiras. Os grandes beneficiários não eram a Espanha e Portugal, apesar de configurarem como a porta de entrada do avanço do mercantilismo capitalista, ao contrário do que se pensa, foram outras localidades da Europa “que puderam incubar o capitalismo moderno, valendo-se, sobretudo, da expropriação das terras e dos povos primitivos da América.”⁶¹

Como efeito, segundo Armas Asín, onde antes eram terras andinas, foram criados povoados habitados por espanhóis, mestiços e agora o que restou de seus povos. Um corpo de legislações espanholas passou a reger os Andes, dizendo respeito, principalmente, à propriedade e uso e usufruto dos bens. As terras comunitárias deram lugar à propriedade privada e individual. E não demorou muito para que, entre os próprios andinos, passasse a

⁵⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad racionalidad. In: BONILLA, Heraclio (comp.). **Los conquistados**. 1492 y la población indígena de las Américas. Quito: Libri Mundi, Tercer Mundo, 1992. Tradução nossa.

⁵⁸ GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*, fls.38.

⁵⁹ GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*, [p.19].

⁶⁰ MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.90.

⁶¹ GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*, [p.30].

existir relações desiguais de acesso à terra diante dessa lógica, restando à antiga nobreza andina certos privilégios.⁶²

Entre alguns "benefícios" relegados à nobreza - estratégias usadas pelos colonizadores -, as mulheres nobres andinas conseguiram garantir para si alguns títulos de terras em contraposição às mulheres pobres que apenas tinham o direito de usufruto, sem título. No entanto, as leis espanholas classificaram as mulheres como legalmente incapazes, o que afetou significativamente a posição das mulheres na então colônia. Isso significava que para qualquer transação legal ela deveria ter a autorização prévia de um homem (pai, irmão, marido) que deveria atuar como seu tutor. Elas tinham o direito de propriedade, mas não podiam exercê-lo livremente, o que se contrapunha veemente aos costumes andinos “em que as mulheres, em virtude de sua condição de complementaridade e liberdade, tinham acesso aos bens que utilizavam, sem autorizações especiais ou opiniões de seus cônjuges.”⁶³ Mas não apenas isso, as mulheres nobres andinas tentaram conservar suas tradições, mas as investidas espanholas as impediam de frequentar espaços e posições de poder entre as estruturas políticas reservadas à nobreza andina, fragilizando seu papel social e inflando um protagonismo masculino.

Do roubo das riquezas através do genocídio, Galeano acentua: “seguir-se a exploração sistemática, nos socavões e jazidas, do trabalho forçado dos indígenas e dos escravos negros arrancados da África pelos traficantes.”⁶⁴ Quanto a isso, a cobrança de impostos, em moeda ou mercadorias, obrigava as camadas mais pobres nos Andes ao trabalho até a morte em minas de ouro e prata. Em alguns casos, para fugir das mitas, indígenas andinos alugavam suas filhas e esposas a mineiros, soldados e mestiços.⁶⁵

A igreja não ficou de fora, cobrava sua cota parte: “desde as taxas dos sacramentos, às primícias, ou oferendas dos primeiros frutos que as quintas ou o gado comunal davam, para as paróquias”⁶⁶ e exigia trabalho na construção de igrejas, na limpeza e na servidão. A instituição do tributo era a justificativa legal para a servidão e a exploração do trabalho até a exaustão; o controle social e o convencimento cabia à Igreja.

De certo que a façanha do “descobrimento” da América não poderia se explicar sem a tradição militar da guerra das cruzadas que buscavam ampliar o reino de Deus sobre a terra.

⁶² ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII), p.686. Tradução nossa.

⁶³ ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII), p.686. Tradução nossa.

⁶⁴ GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**, [p.33].

⁶⁵ ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII).

⁶⁶ ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII), p.688. Tradução nossa.

A Igreja Católica teve, assim, um protagonismo determinante na conquista do Novo Mundo, não apenas por justificar a violência sobre os povos originários, mas por participar ativamente de sua dominação através da imposição cristã colonial baseada no racismo religioso.⁶⁷ A guerra santa já havia sido iniciada e espalhavam-se pelo território europeu as práticas de “acusações de adoração ao demônio como arma para atacar inimigos políticos.”⁶⁸ Em 1492, por exemplo, a guerra cristã contra o Islã expulsara cerca de 150 mil judeus declarados da Espanha. A Santa Inquisição se alastrava sobre o mesmo território.

Foi assim que o vice-rei do Peru, D. Francisco de Toledo (1569-1581), para extrair mais trabalho das populações indígenas e melhor evangelizar, mandou agrupar indígenas de diferentes parentescos em cidades especiais, dada a decadência demográfica. E diante da dupla tributação, ordenou que a mulher fosse atribuída apenas ao grupo de parentesco do marido, morando onde ele residia, assim como seus filhos. Isso implicou na ruptura com estruturas andinas de organização, fundada nas descendências paralelas e impulsionava os vínculos ocidentais patrilineares. O processo foi lento e houve resistência por parte dos andinos, mas com o passar do tempo as mulheres deixaram de acessar recursos naturais através do parentesco da mãe e, nesse processo, o homem assumia cada vez mais o papel de chefe da família e dono dos bens, enquanto a mulher passou a um papel de segunda ordem, dona de casa, zeladora e tecelã, explorada na mesma comunidade.⁶⁹

O sexo também passou por transformações, de reprodução e prazer, explorado livremente na comunidade andina, passou a significar instrumento de violência e de agressão contra as mulheres na sociedade colonial. Segundo Armas Asín, “a mulher, acostumada a relacionamentos livres, passou a suportar posições sexuais que a tornavam simbolicamente inferior ao parceiro. Estupros, agressões físicas, concubinato, tudo isso implicava uma carga negativa que a forçava mentalmente a um status inferior e desigual.”⁷⁰ Para ele, não significa que nas comunidades andinas anterior a colonização não houvesse abuso sexual, ocorre que, agora, tornava-se sistemático e, acima de tudo, utilizado como instrumento de domínio do homem sobre a mulher. De certo que, “à perda do seu papel na organização social juntou-se o abuso físico.”⁷¹

⁶⁷ GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**.

⁶⁸ FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**, p.383.

⁶⁹ ARMAS ASIN, F. *Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII)*.

⁷⁰ ARMAS ASIN, F. *Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII)*, p. 690. Tradução nossa.

⁷¹ ARMAS ASIN, F. *Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII)*, p. 690. Tradução nossa.

A Igreja cristã figurou como uma das maiores desumanizadoras das mulheres. Neste tocante, a visão eurocristã de pecado e culpa foram elementos essenciais para tornar a conquista um “ato emancipatório”, de “caridade” ou numa “razão de fé”. Os povos originários eram culpados de sua “imaturidade”, o que justificava o sofrimento como um sacrifício e um custo necessário ao processo de modernização. Essa falácia gera dois movimentos: projeta os mitos da modernidade e lança as bases do eurocentrismo, em que a Europa se afirmará superior e civilizada enquanto as vítimas conquistadas, próximas à natureza, em um estado de “selvageria”, são culpadas de sua barbárie e ignorância e, portanto, inferiores. Considerada mais desenvolvida, a cultura europeia assumirá a missão civilizadora possibilitando com que os conquistados alcancem o progresso. Isso também leva a uma perseguição massiva de mulheres por idolatria, principalmente àquelas que resistiam na defesa de seus cultos e sua espiritualidade voltada para a relação com a terra e a natureza. O fundamento era a mulher como portadora do perverso e do pecador, dominada por paixões, pouco pensante, lasciva e escrava de puro desejo sexual. Dentro da tradição judaica, ela fez Adão pecar, razão que evidencia sua condição inferior, mais suscetível ao diabo. Com isso, a Igreja “consagrou a mulher como indivíduo capaz de fazer o homem pecar, concentrado na sensualidade e na perversão, possuída pelo Maligno.”⁷²

A perspectiva masculina, justificada pela busca da santidade no mundo, transformou as mulheres em filhas do diabo e inimigas da Lei de Deus e, portanto, uma criatura perigosa e verdadeira inimiga para a colonização. Diversos foram os manuais publicados na Europa, aplicados neste território, que descreviam as práticas de “bruxarias”, isto é, as manifestações malignas que deveriam ser combatidas, em sua grande maioria, relativas às práticas da medicina natural, culturais, reprodutivas como o aborto e sexuais: sodomia, poligamia, homossexualidade e “travestismo”. Com base nisso, “ídolos foram destruídos, os templos, incendiados [...] banquetes, as canções e as danças, assim como as atividades artísticas e intelectuais (pintura, escultura, observação das estrelas, escrita hieroglífica) — suspeitas de serem inspiradas pelo diabo — foram proibidas.”⁷³

A ideia cristã de sexo só para a reprodução e não para o prazer e somente dentro do matrimônio em termos tradicionais não permitia a coexistência de outras práticas. Em certa passagem, Armas Asín, em um retrato histórico, afirma que o vice-rei Toledo em suas

⁷² ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII). p.690. Tradução nossa.

⁷³ BAUDEZ, Claude; PICASSO, Sydney. *Lost Cities of the Mayas*. Nova York: Harry N. Abrams, 1992, p. 21 *apud* FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**, p.394. Tradução Coletivo Sycorax.

Ordenações proibiu a união antes da formação da unidade doméstica na tradição andina, punindo, com cinquenta golpes e outras punições, um homem e uma mulher que viviam juntos sem serem casados católicos. Dessa forma, ao catolicismo coube transformar as práticas andinas em torno do sexo e sexualidade em pecados, determinando como deveriam ser as relações íntimas e influenciando, em grande medida, nos comportamentos públicos.

Arelada à perseguição estava a condenação dessas mulheres a trabalhos forçados, abusos físicos e sexuais, a servidão dentro e fora dos espaços da Igreja. São inúmeros os relatos extraídos dos escritos de Armas Asín acerca dos abusos que membros da igreja cometiam a partir de suas funções, aproveitando-se dos atos religiosos, como exemplo, da Quaresma e da Semana Santa, quando a congregação se confessava em massa, para abusar das mulheres indígenas. E como consideravam os povos indígenas mentirosos por natureza, e as mulheres indígenas objeto do mal, as denúncias por parte dessas mulheres ao Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lima mantiveram-se paradas. Mesmo assim, foram cerca de 200 casos denunciados de aliciamento, em trezentos anos de atividade da Inquisição de Lima.⁷⁴ No entanto, embora a Inquisição tenha chegado ao fim, a aliança entre aparatos da Igreja e do poder público permaneceram encarregados do controle social, conforme explica o autor:

A forma como as cidades foram construídas, com bairros bem classificados, bem como vagas exclusivas para homens ou mulheres, bem como as instituições encarregadas da educação feminina ou masculina, e com uma modalidade de ensino em cena, nada mais foram do que amostras dessa forma de pensar e compreender o papel do gênero e o papel específico da mulher na Colônia. Havia toda uma ideologia de base, que justificou plenamente essas exibições externas. E a Inquisição, o confessorário ou o padre do púlpito, pregando aos domingos, eram apenas formas de persuasão de algo inerente à formação da sociedade. Como eram as festas religiosas e outras formas de piedade pública, um veículo para catequizar através da visão e dos sentimentos, bem como para colocar paróquias em certas partes da cidade. Doutrinação que entrou mais pelos olhos do que pela mente. Esse controle do público e do privado (cujas fronteiras não eram muito claras na época) atingiu a vida familiar, onde, como dissemos, a mulher tinha um papel muito subordinado, doméstico, sem acesso a cargos familiares importantes, a ser superado pelo irmão em assuntos como o morgadio. E mesmo não podendo decidir sobre seu destino fora da família consanguínea, sendo muitas vezes casada com alguém de quem os pais gostam.⁷⁵

Como nos Andes, em outras partes do mundo uma relação peculiar de exploração e dominação se estruturava, tendo como premissa o saque, a violência e a desumanização dos

⁷⁴ ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII), p.697. Tradução nossa.

⁷⁵ ARMAS ASIN, F. Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII), p.698-699. Tradução nossa.

povos colonizados e, principalmente, das mulheres, como meios mais importantes de acumulação de riquezas de capitais e que tornou possível a aparição de uma nova etapa da história mundial. Os povos retirados à força das mais diversas regiões do continente Africano e sujeitos à escravização na América fizeram parte deste processo. No Brasil, por exemplo, os falantes Yorùbás provenientes do comércio escravista serão chamados de nagô. Marcadas pela colonialidade de gênero, as mulheres Yorùbás, neste contexto, se defrontarão com uma nova dinâmica de negação da vida e negação da sua condição de humanidade para dar lugar à condição de trabalhadora e reprodutora. A colonização recairá sobre seus corpos, de maneira que, talvez, nunca antes haviam experimentado.

O banco de dados contido no *site* SlaveVoyages⁷⁶ que deu origem ao *Atlas do comércio transatlântico de escravos* publicado em 2010, afere a magnitude das empresas negreiras, mercado igualmente lucrativo à Europa e aos colonizadores. Ao todo foram retirados da África 12,5 milhões de pessoas em 350 anos. O Caribe e a América do Sul receberam 95% dos escravos que chegaram às Américas, aproximadamente 11 milhões de homens, mulheres e crianças. E chegaram aos portos brasileiros perto da metade desse total. O Brasil fez-se epicentro do comércio de escravos e, vale lembrar, foi o último a abolir formalmente a escravidão em 1888.⁷⁷

Arrancados de seus territórios, eram medidos e pesados, e chamados de “peças das Índias”, para então serem embarcados e colocados à sorte na travessia do oceano. A taxa de mortalidade beirava de 10% a 20%, afetados pela varíola, disenteria, carências de alimentação e de água. De cada 10 navios que saíam da costa de países Africanos, os pesquisadores do Atlas estimam que 1 sofria algum tipo de rebelião a bordo ou ataque na costa africana e, em 26 casos, africanos conseguiram tomar o navio e retornar à África.⁷⁸

Os que atracavam nestas terras tinham destinos certos: a exploração da mão de obra em plantações de cana-de-açúcar, minas de ouro e prata e servir aos trabalhos domésticos para a classe dominante colonial. Como no caso dos povos originários que habitavam este território, reduzidos em sua diversidade a “índio” - o selo do colonizador, uma outra e nova identidade social será criada a partir do tráfico de pessoas da África submetidas à escravidão na América, homens e mulheres serão marcados pela cor da pele e fenótipos, em que a negritude será sinônimo de inferioridade, razão similar que justificará sua exploração. O

⁷⁶ O site SlaveVoyages é uma iniciativa digital colaborativa que compila e disponibiliza publicamente registros dos maiores tráficos de escravos da história.

⁷⁷ SLAVEVOYAGES: Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/>>. Acesso 03.dez.2021.

⁷⁸ SLAVEVOYAGES: Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/>>. Acesso 03.dez.2021.

objetivo central é atacar suas identidades individuais e coletivas, a fim de exercer o controle, “domesticá-los.”

A conquista através desta lógica cuidará de impor uma noção de gênero hierárquica, binária e repressiva aos povos conquistados, corroborando para instituir uma supremacia masculina no mundo. Essa estratégia já vinha afetando de maneira significativa o papel social das mulheres no que Marx chama de acumulação primitiva do capital no contexto europeu. Para Federici, a perseguição de diversas mulheres, sob o jugo de estarem atrás de um mal, na figura estilizada da bruxa que pactua com o diabo, “foi primordial na derrota do campesinato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais.”⁷⁹ Acredito que, ainda que se trate de contextos distintos, estamos falando de táticas semelhantes que utilizadas neste território tiveram confluência com outros aspectos, como raça. Desse modo, os discursos catequistas e eurocêntricos sobre os corpos tiveram como premissas a imposição de gênero hierarquizante, binário e repressivo juntamente com o racismo. Não se trata de elementos em separado, mas atuaram em concomitância servindo a um propósito comum.

Em ambos os casos, andino e Yorùbá, as mulheres ocupavam dentro da organização social posições de autoridades e suas tarefas continham valor socialmente reconhecido. Outro ponto curioso é o acesso à terra de forma independente do homem por meio da descendência paralela ou por meio das garantias consanguíneas de uma linhagem. A organização de base comunitária refletia na visão de mundo e nas relações com a terra, com a natureza e entre indivíduos. Em todos os casos, a colonização impôs a propriedade privada. No Brasil, a propriedade privada enquanto projeto colonizador e capitalista foi implantada junto com a concentração de terra, favorecendo a formação dos latifúndios: grandes concentrações de terra na mão de uma única pessoa, pilar da exploração da terra, também subordinada às necessidades estrangeiras. Para se ter uma ideia, a historiografia oficial nos conta que, em 1534, o imenso território brasileiro foi dividido em apenas 15 grandes faixas de terra, cada uma com um “capitão”, cunhada pelos portugueses de capitânicas hereditárias. A exploração do território deteve-se no primeiro período de colonização ao litoral e na extração do pau-brasil, diferente de outras regiões da América Latina e Caribe. Logo em seguida, apareceram as primeiras plantações de cana-de-açúcar no Nordeste, uma das regiões mais ricas do país à época.

Por evidência, a imposição dos latifúndios não ocorreu sem uma imposição da dominação masculina. Isso fica evidente em como as mulheres são expulsas dessa relação de

⁷⁹ FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva, p.118.

acesso à terra de forma independente, e como sua subordinação e inferiorização vai sendo construída em um pacto entre o colonizador e colonizado, afetando, sobremaneira, as mulheres negras, indígenas e demais mulheres étnicas e de cor.

Se por um lado o movimento histórico de destruição das cosmovisões e das formas de ser e existir dos povos originários foi um movimento indispensável para o estabelecimento de novas formas de dominação e exploração, este movimento não se deu sem resistências. Claudia Korol enegrece este raciocínio ao dizer que todo contexto histórico é dinâmico. Isso coloca em evidência o engessamento mental que adquirem as relações de poder na estrutura colonial/moderno, e talvez seja essa uma das maiores conquistas desse sistema, o colonizado afirmar a frase: “este mundo sempre foi assim e sempre vai ser assim” quando se refere às desigualdades e injustiças. Todavia, sendo o contexto histórico dinâmico, conforme Korol, é “produtor e gerador de resistências, de processos que tendem a transformações.”⁸⁰ Para bell hooks, pensadora feminista afro-americana, a resistência é, do aspecto subjetivo, a denúncia à realidade imposta e o reivindicar do oprimido a si próprio, em que diz: “na resistência, o explorado, o oprimido, trabalha para expor a falsa realidade – para reivindicar e recuperar nós mesmos.”⁸¹ Catharine Walsh, segue raciocínio semelhante, e vê na resistência “práticas e metodologias - pedagógicas - de luta, rebelião, fugitivos, insurgência, organização e ação (...), para continuar sendo, sentindo, fazendo, pensando e vivendo — decolonialmente — apesar do poder colonial.”⁸² Portanto, é neste contexto que surgem novos/as sujeitos/as históricos que questionam e denunciam as estruturas colocadas e são capazes de anunciar novos horizontes.

A exemplo disso, as resistências das mulheres marcadas pela colonização se deram e dão de diversas maneiras. Segundo Federici, diante da perda da posição que ocupavam nas sociedades anteriores à invasão e colonização, as mulheres indígenas resistiam “negando-se a ir à missa, a batizar seus filhos ou a qualquer tipo de cooperação com as autoridades coloniais e com os sacerdotes.” Outro ponto marcante, de negação e repugnância ao destino imposto pelo colonizador nas minas, nas plantações e maus-tratos submetidos por seus parentes masculinos, algumas mulheres se suicidavam e matavam seus filhos, muito provavelmente para evitar que tivessem o mesmo destino. Em outros casos, fugiam para lugares inacessíveis para que pudessem praticar a religião nativa e retornar às relações sociais que esta religião expressava. Como defensoras assíduas de suas culturas, “organizaram suas comunidades e,

⁸⁰ KOROL, Claudia. **Hacia una pedagogía feminista**. Buenos Aires: El Colectivo, América Libre, 2007, p.135. Tradução nossa.

⁸¹ HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Mringolo. São Paulo: Elefante, 2019, p.27.

⁸² WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013, p.25. Tradução nossa.

diante da traição de muitos chefes locais cooptados pela estrutura colonial, se converteram em sacerdotisas, líderes e guardiãs, assumindo tarefas que nunca antes haviam exercido.” Outras assumiam a tarefa de “preparar as pessoas para o momento em que se encontrassem com os sacerdotes católicos, aconselhando sobre que coisas deveriam contar e quais não deveriam revelar.”⁸³

As mulheres negras, submetidas à escravidão e outras formas de violência e exploração, igualmente às suas companheiras indígenas se rebelavam de diferentes modos: por meio das manifestações culturais e religiosas, pequenas faltas quando não se submetiam às tarefas impostas, quando sabotavam e prejudicavam a produção, as insurreições, assassinatos, formações de quilombos, planejando sua alforria, que poderia ser alcançada pelo pagamento ou cumprimento da condição imposta pelo senhor. Elaine Cristina Dias, ao analisar os anúncios dos periódicos paraibanos que circularam nas últimas décadas da escravidão, apresenta dados interessantes. Diante dos anúncios de jornal, ela informa que as mulheres correspondiam a 25% fugitivas, o que não significa que resistiam menos, mas que usavam diferentes estratégias para alcançar a liberdade, contendo, nisso, uma maior responsabilidade dessas mulheres com os filhos, em que a luta por sua liberdade, muitas vezes, também era a luta pela liberdade deles/as.⁸⁴ Corroboram, neste sentido, os escritos de Tatiany de Oliveira Simas, sobre a resistência de mulheres escravizadas em Pernambuco entre 1830-1856, em que diz que as mulheres negras foram as que mais conseguiram juntar o valor necessário para sua liberdade, “lutando” não apenas pela sua alforria como a dos seus filhos, maridos e outros familiares.⁸⁵

Para Simas, a prática do aborto também era utilizada como forma de livrar o/a filho/a da escravidão, pois não desejavam que seus/as filhos/as tivessem o mesmo fim. Segundo ela, quando grávidas, as mulheres negras escravizadas não tinham tratamentos adequados, eram obrigadas a trabalhar e o esforço físico as levava ao aborto natural, muitas vezes, retornando ao trabalho em curto período de tempo da perda. Quando as crianças nasciam, as condições para criá-las eram das mais adversas e estas mães se utilizavam de artifícios para preservar a vida da criança, recorrendo ao apadrinhamento por uma pessoa de influência, como tentativa

⁸³ FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva, p.402-404.

⁸⁴ DIAS, Elaine Cristina. **Retrato Falado**: O perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013, p.114.

⁸⁵ SIMAS, Tatiany de Oliveira. **História de resistência de mulheres escravizadas em Pernambuco (1830-1856)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em história do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

de assegurar a liberdade e o batismo para que permanecessem juntos.⁸⁶ Em outros casos similares, como o que relata Davis sobre as mulheres escravizadas nos Estados Unidos, as mulheres grávidas eram obrigadas a cumprir igualmente cotas de produção, caso reclamassem, recebiam punições, em alguns casos até a morte, como descreve uma de suas citações:

Uma mulher que diga algum desaforo enquanto trabalha no campo e que esteja em gravidez avançada é obrigada a deitar em um buraco feito para que caiba todo seu corpo e é açoitada com um chicote ou espancada com uma pá cheia de furos; a cada pancada se forma uma bolha. Uma das minhas irmãs foi punida dessa forma com tanta crueldade que o trabalho de parto se adiantou, e a criança nasceu no campo. Esse mesmo feitor, sr. Brooks, matou uma garota chamada Mary desse jeito. O pai e a mãe dela estavam na lavoura na hora.⁸⁷

As crueldades físicas e psicológicas vividas na casa-grande não foram poucas. Recebiam palmatórias, os famosos bolos, e o mais comum dos castigos domésticos eram aqueles em que eram colocadas no tronco e tinham partes do corpo mutiladas, marcadas a ferro incandescente, açoitadas e muitas vezes torturadas até a morte.⁸⁸ As escravizadas eram vítimas dos maus tratos tanto da senhora quanto dos senhores, tinham seus corpos explorados fisicamente e sexualmente, e, por vezes, eram estupradas como forma de humilhar, controlar e demonstrar a supremacia branca.⁸⁹ Havia também a violência dos seus próprios companheiros, indo de encontro com aquilo que era comum na relação senhor-escravo, do castigo através de açoites e agressões físicas às torturas e humilhações, que tinham o intuito de dominar e impor medo e respeito.

Portanto, a insubordinação era uma forma de se contrapor ao sistema. Fugas, tumultos, insurreições, revoltas e agitações. Onde quer que o trabalho escravo existisse, surgiam quilombos e as mulheres estavam nestes espaços. Nos diversos estudos a respeito de quilombos normalmente é possível identificar a participação das mulheres escravizadas. No quilombo do Quariterê no Mato Grosso, citado por Maria Fátima Machado como o “maior e mais significativo da região de Vila Bela (na Chapada e no vale do Guaporé), não só pela sua população mas também pela organização social e fartura das suas roças”, tinha como

⁸⁶ SIMAS, T. de O. **História de resistência de mulheres escravizadas em Pernambuco (1830-1856)**.

⁸⁷ DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**, p.28.

⁸⁸ MOTT, Maria Lucia Barros de. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988, p.26.

⁸⁹ STEARNS, Peter. **História da sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010, p.126.

liderança a Rainha Teresa (de Benguela).⁹⁰ Sobre o quilombo Manuel Congo, como é comumente conhecido o episódio de insurreição quilombola de Vassouras, região Fluminense do Rio de Janeiro no ano de 1838, Eliseu Vargas, em sua pesquisa historiográfica, relata:

No combate, o vice-rei foi morto e o cativo Manuel Congo, rei do quilombo, principal líder dos insurretos, escravo pertencente ao capitão-mor Manuel Francisco Xavier, foi preso. Uma escrava, Mariana Crioula, rainha do quilombo, lutou ferozmente, e não se entregou até ser dominada por força, como mostra o relato do coronel chefe da Legião: “Uma crioula de estimação de D. Francisca Xavier não se entregou senão a cacete e gritava: morrer sim, entregar não!!!”.⁹¹

Vale destacar figuras como Dandara conhecida por sua liderança no quilombo dos Palmares e que nos últimos meses de sua gravidez organizou sua fuga e de alguns escravos para Palmares lutando ao lado de Ganga-Zumba, e ergueu um dos maiores quilombos da história do Brasil. Em relação ao levante de 1814, na Bahia, João José Reis, historiador e professor da Universidade Federal da Bahia, encontrou uma lista com nome de prisioneiros envolvidos no processo e identificou o nome de mulheres escravas pertencentes a vários proprietários, confirmando que, apesar de ser um número pequeno, houve uma participação ativa feminina na rebelião, como se pode ver no trecho abaixo:

Essas mulheres, então, se aquilombaram no Sangradouro, sob a liderança do Malomi, e seguiram “voluntariamente” o roteiro do levante de 1814, embora não se esclareça se alguma chegou a participar da batalha final no rio de Joanes. Mas acompanharam os homens até o litoral, onde a pugna propriamente dita teve início. E não só isso. Se o comportamento de Ludovina pode ser estendido às demais, se envolveram na briga, algo incomum naquelas partes da África de onde procediam.⁹²

Ao mesmo tempo em que umas disputam a liberdade por meio das fugas e conflitos, outras travaram lutas por vias institucionais. Convém lembrar de Esperança Garcia que escreve em 1770 uma carta direcionada ao Governador da capitania de São José do Piauí denunciando os maus tratos e a violência destinados a ela, suas companheiras e filhos. A carta de Garcia é considerada um dos documentos mais antigos de “reivindicação de uma pessoa

⁹⁰ MACHADO, Maria Fátima Roberto. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 25., 2006. **Anais eletrônicos**. Goiânia: 2006, p.8. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/GT48Fatima.pdf>>. Acesso em: 03.12.2021.

⁹¹ VARGAS, Eliseu Júnio Leite de. **Insurreição quilombola e ordem senhorial**: Quilombo em Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, em 1838. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em história, Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Nova Iguaçu, 2012, p.41.

⁹² REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 68-115, jan./jun. 2014, p.110.

escravizada a uma autoridade”⁹³, que dentro do contexto de resistências da época, possui duas singularidades: “a resistência, através da luta pelo direito, e a atuação como membro da comunidade política que a escravizava”⁹⁴, sendo reconhecida em 2017 pela Ordem dos/as Advogados/as do Brasil (OAB), subseção do estado do Piauí, como primeira advogada piauiense, contendo sua carta todos os elementos de uma petição, quais sejam: endereçamento, identificação, narrativa dos fatos, fundamento no direito e pedido, conforme transcrição livre abaixo:

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda de onde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha.⁹⁵

De outra forma significativa, Gertrudes Maria, “uma alforriada sob condição”⁹⁶ e pequena comerciante chamada à época de quitandeira, moradora de João Pessoa, que contrata advogados para se opor aos seus donos e donas, em um dos primeiros registros de pessoas escravizadas no país a contratarem advogados, em 1820. Através da via judicial, ela lutou para que não fosse levada a leilão em praça pública em razão de dívida de seu senhor Carlos José da Costa. Sua história, resgatada pela historiadora Solange da Rocha, demonstra como as mulheres exploravam “as brechas das leis”, “afirmando a sua humanidade, opondo-se à visão predominante na época, que a considerava apenas uma mercadoria.”⁹⁷ Como Gertrudes,

⁹³ SOUZA, Maria Sueli Rodrigues de; et al. **Dossiê Esperança Garcia**: símbolo de resistência na luta por direito. Teresina: EDUPFI, 2017, p.52.

⁹⁴ SOUZA, M. S. R; et al. **Dossiê Esperança Garcia**: símbolo de resistência na luta por direito, p.7.

⁹⁵ SOUZA, M. S. R; et al. **Dossiê Esperança Garcia**: símbolo de resistência na luta por direito, p.7.

⁹⁶ Alforria era o ato em que o senhor libertava seus escravos, geralmente alcançada mediante pagamento, de forma gratuita ou condicionada, isto é, quando o senhor impunha alguma condição. No caso de Gertrudes, sua alforria foi condicionada. De acordo com Solange Rocha, ela havia pago 100 mil réis (50% do valor exigido), e a “outra metade de sua liberdade seria quitada com o trabalho para seus senhores, a ser realizado por um período incerto, pois a liberdade estava condicionada à morte dos mesmos.” PEREIRA DA ROCHA, Solange. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007, p.88-89.

⁹⁷ PEREIRA DA ROCHA, S. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual, p.88-89.

podemos citar Rofina, Silvéria, Luiza e Benedicta, outras tantas mulheres que no século XIX ingressam no judiciário em busca da liberdade.⁹⁸

Pois bem, até aqui busquei demonstrar as relações que se estruturavam neste nosso território inventado, com a imposição de um sistema do gênero colonial/moderno. Por outro lado, esse sistema de gênero foi, desde seu início, atrelado à expulsão das mulheres de sua relação com a terra, sejam como possuidoras sejam como detentoras de saberes ancestrais ligados a ela, em que a racionalidade moderna, o latifúndio, o patriarcado e o racismo se fizeram pilares das relações de dominação/exploração/conflito no campo. Sob este jugo, vimos que, historicamente, as mulheres têm criado práticas e metodologias pedagógicas de luta. Se, em um primeiro momento, estas formas são espontâneas, no final do século XX, pela primeira vez, estas práticas e metodologias serão vistas a partir das mulheres coletivamente organizadas. Importa, assim, dar um passo adiante no assunto que quero adentrar: as mulheres nos movimentos populares do campo.

1.3 AS MULHERES DENTRO DOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA

a gente estava morando na periferia da Açailândia que é a cidade que fica a 60km da segunda maior cidade do estado que é Imperatriz, a gente estava na periferia, passando fome e aí era eu, sete, não! era meus seis irmãos, minha mãe e toda a família dela [...] e aí surgiu uma oportunidade, sempre surge assim no Maranhão, tipo “ei, vão ocupar uma terra, uma fazenda lá, tá improdutivo” e o nome era fazenda Califórnia. E aí minha mãe, meu pai sempre mais à direita, assim, indiferente com as coisas, minha mãe sempre querendo sobreviver, uma mulher que quer sobreviver na vida,[...] eu não tinha nascido ainda, minha mãe decidiu, tipo “gente, vamos todo mundo para aquela ocupação”, pega o barraco de lona e vamos. E aí foi todo mundo, meu pai trabalhava na cidade como carpinteiro e tal, ele ficou na cidade, minha irmã foi lá cozinhar para minha mãe que estava grávida de mim, e aí com 6 meses de idade, eu estava morando debaixo do pé de manga, debaixo do barraco de lona.⁹⁹

A narrativa acima me é contada por Marielle, uma das mulheres entrevistadas da Turma Nilce de Souza, a qual descreve seu contato inicial com o MST a partir da história de sua mãe. O contexto social que sua família está inserida nos anos de 1990, era a realidade de muitas famílias na segunda metade do século XX. Durante a ditadura militar que se instaurou no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, o país passou por um acirramento do processo de expulsão da terra, forçando muitas dessas famílias a residirem nas periferias das grandes cidades.

⁹⁸ Ver HARTEN, Maria Marinho. **Mulheres escravizadas em ações de liberdade - Recife oitocentista 1870-1885**. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-graduação Mestrado Profissional em História, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020.

⁹⁹ Entrevista com Marielle, MST/MA.

Os governos autoritários empenharam-se em implementar um modelo de desenvolvimento no campo fundado na modernização da agricultura com base na grande propriedade. Isso significava a concessão de créditos e subsídios principalmente aos setores de insumos agrícolas, com domínio cada vez maior sobre os recursos naturais de solo, clima e relevo, e incentivo à mecanização, que criavam de modo artificial às condições favoráveis para a expansão da produção e da produtividade. Como consequência: o aumento do latifúndio e das áreas de monocultura¹⁰⁰ da cana-de-açúcar, da soja, entre outros cultivos, que estruturavam cada vez mais a vida no campo. A intensificação da mecanização multiplicou os excedentes de mão de obra e o trabalho assalariado, ao passo que excluiu da política agrícola a agricultura familiar, agravando as desigualdades socioespaciais e econômicas, sem contar os impactos ambientais, efeitos na distribuição demográfica, na divisão do trabalho, entre tantos outros aspectos.¹⁰¹

As mulheres sofreram fortemente os resultados dessa ideia de modernização. Segundo Chistrina Campos, elas foram as mais excluídas – ou incluídas de modo mais precário – no mundo do trabalho vinculado à modernização na agricultura. De acordo com o estudo que a autora realiza em Cruz Alta, no estado do Rio Grande do Sul, no território marcado pelo agronegócio, definido por ela como a “face neoliberal de expansão do capital no campo brasileiro”¹⁰². A autora constata que as mulheres ocupam menos postos de trabalho fixos, considerados pelas empresas “pesados” para elas, ficando adstritas a trabalhos agrícolas temporários e os serviços de limpeza nas empresas. Além do mais, ocupam menos funções que envolvem a tomada de decisões, como vendedores e gerentes e, no tocante à renda, a autora observa ainda uma desigualdade salarial entre mulheres e homens em iguais condições laborais, o que intensifica o fenômeno da feminização da pobreza.

Assim, nos idos de 1960, a ideia de desenvolvimento se ampliava para setores da indústria, com incentivo a grandes projetos, incluindo projetos hidrelétricos e de mineração. O conceito de desenvolvimento foi veementemente difundido pelas nações que se auto-intitulavam “desenvolvidas” a partir dos anos 1950. Para Escobar, essa promessa foi marcada

¹⁰⁰ Grandes extensões de terra com apenas um cultivo.

¹⁰¹ FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹⁰² CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 106. De outra parte, a autora conceitua agronegócio da seguinte maneira: “Em nossa concepção, o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um locus privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais.” CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**, p.109.

pela teoria da modernização aliada ao crescimento econômico e que gerou como produto um determinismo científico, tecnológico e do capital, em que nações do norte indicavam o modelo econômico e de vida com premissas de hegemonia global.¹⁰³

Como efeito, a mecanização no campo e a ideia de desenvolvimento nutriu-se do cenário de exclusão e violência, traduzido no avanço da fronteira agrícola do latifúndio sobre territórios indígenas e quilombolas, bem como expulsou camponeses de suas terras. Diante deste contexto surgiram diversos movimentos populares do campo, a exemplo: o MST, Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Embora pouco mencionadas, as mulheres estão presentes. Encontram-se nos sindicatos, nos partidos políticos, nas igrejas e nas famílias que faziam desses espaços ferramentas de luta. As Ligas Camponesas foram precursoras desse processo. Posso citar aqui, sem exaurir a diversidade de mulheres que estiveram nesses espaços de resistência camponesa, duas figuras importantíssimas: Margarida Alves - líder dos trabalhadores rurais da Paraíba e Presidenta do Sindicato Rural de Alagoa Grande, que atuou na organização de outros sindicatos de trabalhadores rurais e influenciou outras mulheres camponesas a se engajarem na luta camponesa; assassinada em 1983 a mando de latifundiários da região, inspira hoje a Marcha das Margaridas, um dos maiores símbolos da luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade - e Elizabeth Teixeira - líder das Ligas Camponesas nos anos de 1960, atuando na luta por trabalho digno, reforma agrária e justiça no campo e hoje, com seus 97 anos. Ambas camponesas da Paraíba.

Mas o que são os movimentos populares, que destoam dos movimentos sindicais, dos partidos políticos e das ligas camponesas? Ricardo Pazello, em sua tese, traz elementos que são capazes de responder a esta questão. Ele explica os movimentos populares a partir do que chama de disjuntivas, rechaçando concepções polarizantes próprias da modernidade. Seriam, primeiramente, diferentes de movimentos sociais, concepção mais ampla, que incorpora também formas de organização social conservadoras e burguesas. O popular daria então o sentido, como “bloco histórico dos oprimidos”, sujeitos capazes de romper com as relações estruturais de poder. Entre as disjuntivas, ele destaca quatro, sendo elas: a) espontaneidade-organização; b) reivindicação-contestação; c) denúncia-anúncio; e d) especificidade-totalidade. Assim, os movimentos populares se caracterizam por “levantes espontâneos e as construções rigorosamente planejadas”; por “reivindicarem a ordem posta e, ao mesmo tempo, refutá-la”; por denunciarem, mas projetando outros mundos possíveis; e pela relação

¹⁰³ ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar com la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

entre o todo e a especificidade, a partir realidade concreta dos atingidos pelos cortes estruturais à totalidade concreta de exploração e dominação.¹⁰⁴

Com isso, quero compreender as mulheres dentro dos movimentos populares do campo, tendo por referência os movimentos que a turma Nilce de Souza Magalhães compõe, quais sejam: MST, MAB, Comunidades Quilombolas ou Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e MPA. Para esta tarefa, faço uso de bibliografias, privilegiando um acervo de arquivos e documentos produzidos pelos próprios movimentos, entre cartilhas, jornais, dossiês, narrativas autobiográficas, assim como recortes das entrevistas disponíveis nestes materiais e as que me foram concedidas de mulheres da Turma Nilce, as quais serão aprofundadas no capítulo seguinte.

Em minha concepção, a trajetória das mulheres dentro dos movimentos populares do campo inaugura um novo momento histórico de transformação social, cunhada em uma compreensão relacional de gênero e luta pela terra, em torno da demanda por direitos.¹⁰⁵ De outra parte, não é possível compreender o feminismo camponês popular, sobre o qual buscamos refletir, “sem apreender o processo histórico de sua construção”, cujas bases estão “assentadas na história de luta das mulheres do campo.”¹⁰⁶

1.3.1 Mulheres em luta: semeando resistência¹⁰⁷

A trajetória das mulheres nos movimentos populares do campo destacados acima é marcada por pontos de encontros e por especificidades. Em todas elas, a luta por participação nos espaços de decisão dos movimentos e direito à terra é encontrada, mas as especificidades revelam experiências distintas na maneira como são afetadas pela colonialidade de gênero em seus territórios, bem como as estratégias que assumem de enfrentamento. Assim, diante dos resultados da pesquisa, noto uma aproximação entre a trajetória das mulheres do MST, mulheres do MPA e mulheres da PJR, sendo que nesta última foram encontrados poucos relatos que dão conta de fornecer um panorama completo. À trajetória das mulheres do MAB

¹⁰⁴ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares:** o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito, Curitiba, 2014, p.32-34.

¹⁰⁵ A palavra direito é usada neste capítulo para representar as reivindicações relatadas na trajetória das mulheres camponesas, mas será mais bem definida no capítulo 3.

¹⁰⁶ SEIBERT, Iridiani Graciele. **Feminismo Camponês e Popular:** Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2019, p.114.

¹⁰⁷ Lema do I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra realizado em março de 2020, em Brasília, Distrito Federal.

e mulheres quilombolas, dedicamos tópicos próprios, tratados mais à frente, na busca por contemplar suas histórias e a sua diversidade de experiências.

Como assinalai na abertura deste tópico, a situação econômica e social do país, proveniente da modernização conservadora no campo e ideia desenvolvimentista, leva a uma expulsão massiva de trabalhadores do campo, seja pela expansão da produção mercantil e grandes projetos econômicos no interior das unidades produtivas ou devido à introdução de melhorias tecnológicas que tornaram desnecessários seus serviços. São normalmente pequenos agricultores, arrendatários, posseiros, moradores precários dos grandes latifúndios, que ficam diante de duas alternativas. A primeira delas é participar dos projetos de colonização no norte, mas que frustrados pelas condições nestes locais, retomam para suas regiões de origem. Izabel Grein, militante do MST que participou desses momentos históricos, relata em sua autobiografia que “muitos voltaram desanimados, sem nada, muito tristes, porque tinham perdido muitos membros da família com a febre amarela, que tinha muito forte para esses espaços do norte do Brasil”¹⁰⁸. A segunda opção era migrar para as cidades, seduzidos pelas promessas do milagre econômico e melhores condições de vida, o que não ocorre, acirrando a miséria e produzindo um contingente de trabalhadores sem terra, nas periferias das cidades. Nesta época, entre os anos de 1970-1980, Izabel exercia o ofício de freira e realizava trabalhos de base com a população periférica de Porto Alegre. Assim, presencia a chegada de muitos camponeses à cidade. Segundo ela, a periferia era um dos primeiros locais em que muitos desses trabalhadores do campo, que haviam perdido a terra no interior, passavam a morar quando migravam para a cidade: “era uma miséria muito grande”; “eu acompanhava essas famílias que vinham do campo, com todos os costumes do campo e chegavam na cidade e não encontravam trabalho e quando encontravam trabalho tinham muitas dificuldades de se adaptar nesse trabalho.”¹⁰⁹

Diante da ruína das alternativas e da realidade socioeconômica desse período, começam a surgir diversas reações, inscritas nas primeiras ocupações espontâneas ou resistências em terras que deveriam ser desocupadas. Roseli Caldart explica que as reações que dão condições para o nascimento do MST (e também o MAB, ambos gestados na década de 1980), não podem ser lidas apenas por uma realidade objetiva de misérias e insegurança, incorporam-se neste processo outros elementos, ou melhor dizendo, um conjunto de

¹⁰⁸ Sua autobiografia foi gravada e disponibilizada pelo Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em seu canal no Youtube. Ver GREIN, Maria Izabel. História de Vida e Ação Política 11 - Maria Izabel Grein (MST). **LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AÇÕES COLETIVAS E SAÚDE (LAPPACS)**. Youtube, 03 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2d2VJ2DpfLU&t=1040s>>. Acesso em: 02.jan.22.

¹⁰⁹ GREIN, M. I. História de Vida e Ação Política 11 - Maria Izabel Grein (MST).

elementos socioculturais e políticos que integrará o processo de reação desses trabalhadores.¹¹⁰ Sobre este aspecto, Izabel explica que no período que estava no convento cursando filosofia coincide com o movimento sócio-ecclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960:

Foi dentro daquele período de 1965 até, não me lembro o ano, do Conselho Vaticano Segundo que teve uma abertura muito grande da Igreja. E para a América Latina, então, o Conselho Vaticano Segundo se transforma... foi feito uma grande Assembleia em Puebla, e dali que saiu um documento com um apoio muito grande a Teologia da Libertação. E a Teologia da Libertação ela fazia uma leitura do evangelho a partir da realidade, com o método ver, julgar e agir, e eu estudei bastante esses documentos para entender a realidade. Mas nos locais, a Igreja organizava as Comunidades Eclesiais de Base e a gente estava aí também, fazendo trabalhos, fazendo as reflexões, usando esse método pra fazer o trabalho de base aí nos espaços, principalmente urbanos.

Assim, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada em 1975, passam a contribuir com a organização dos/as trabalhadores/as e na luta contra injustiças e por direitos, orientadas pela Teologia da Libertação. A Pastoral da Juventude Rural (PJR), criada em 1978, participa dessas ações, e torna-se um movimento diferenciado por ser o único que tem como eixo central a juventude rural, organizando os jovens no campo e suas reivindicações. Há também um contexto político de redemocratização no país que favorece o levante da luta pela reforma agrária, juntamente a vários focos de reações à ditadura e à retomada da democracia. E não menos, implica nesses movimentos uma herança dos processos de luta pela terra provenientes do campesinato brasileiro: Palmares, Canudos, Guerra do Contestado, as Ligas Camponesas.¹¹¹

Paralelo a isso, Caldart destaca um conjunto de fatos desencadeadores, consagrados em lutas localizadas em diferentes regiões do país, que repercutem e sinalizam a necessidade de uma articulação nacional. No caso do MST, o acampamento na Encruzilhada Natalino¹¹² no Rio Grande do Sul foi um deles, conhecido internacionalmente por revelar a problemática da terra no Brasil e a luta dos sem-terra, além de ter sido precursor de outras ações no país e concebido como um marco histórico de lutas camponesas, que enfrentaram a intervenção militar-federal, em um exemplo de resistência e organização.

Na trajetória Izabel, convidada a fazer trabalho de base no acampamento na época, a ida para o Natalino foi um divisor de águas. Ela afirma em sua autobiografia que chegando ao

¹¹⁰ CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**.

¹¹¹ CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**.

¹¹² Bernardo Fernandes relata que o lugar foi conhecido como Encruzilhada Natalino, porque havia um comércio próximo, cujo proprietário se chamava Natalino, assim como este era o nome do primeiro colono que acampou. FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**, p.55.

acampamento se defrontou com a realidade das famílias e com a luta de classes, o que implicou uma mudança em sua vida:

Mas quando eu cheguei lá no Natalino, o que aconteceu comigo, eu fiquei olhando para aquele povo, filhos de pequenos agricultores, povo arruinado que veio do Norte ou expulsos da reserva indígena Nonoai, eu digo, não isso é luta de classes, isso que eu estudei nos documentos da Igreja, que eu vi lá naquele lá do Marx do Manifesto Comunista que falava em luta de classes, digo, isto aqui é luta de classes e eu vou tomar o partido dos meus, então eu vou ficar com povo que está com a terra, isso deu uma guinada na minha vida, mudou totalmente o meu jeito de viver a partir daí.¹¹³

As mulheres também participam das primeiras ocupações espontâneas de terra em 1979, conforme descreve Bernardo Fernandes sobre a ocupação da fazenda Macali:

O acampamento dos colonos era um espaço de luta e resistência, de modo que estavam dispostos ao enfrentamento. As mulheres pegaram seus filhos e formaram uma barreira em torno do acampamento. Esse enfrentamento fez os brigadianos recuarem de suas posições e começaram as negociações com o governador. [...]. O governo autorizou os colonos a plantarem na área e retirou a brigada militar do local. Iniciava a primeira experiência de organização do trabalho e da produção da terra conquistada. A conquista da Macali fortalecia a decisão dos colonos de serem assentados no próprio estado.¹¹⁴

No entanto, apesar das mulheres estarem na construção das lutas, e mais à frente se tornarem verdadeiras lideranças de suas comunidades, sua participação em instâncias decisórias dentro dos movimentos nem sempre foi uma realidade. A respeito da luta que travam nos movimentos, Izabel rememora fatos significativos que irão influir na organização das mulheres do campo e na tomada de consciência. Ela narra que com as famílias do acampamento Encruzilhada Natalino assentadas,¹¹⁵ em 1983 ela já está em Chapecó - SC trabalhando nas Comunidades Eclesiais de Base. A ditadura estava chegando ao fim e se organizavam no Oeste de Santa Catarina, em parte do Sudoeste do Paraná e em parte do Rio Grande do Sul, as oposições sindicais dos/as trabalhadores/as rurais e ela ajudava neste processo. Vale dizer que os sindicatos durante a ditadura militar haviam sofrido diversas intervenções, e seus dirigentes perseguidos e em alguns casos, assassinados, a fim de minar qualquer tentativa de organização popular por parte dos/as trabalhadores/as ou reclamação de direitos trabalhistas. Diante disso, o trabalho de reestruturação dos sindicatos, no movimento

¹¹³ GREIN, M. I. História de Vida e Ação Política 11 - Maria Izabel Grein (MST).

¹¹⁴ FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**, p.53.

¹¹⁵ Das 600 famílias que chegaram a participar da ocupação, Fernandes descreve que 142 desistiram, 252 foram para o Mato Grosso, permanecendo ao final apenas 15, sendo que, dessas, boa parte vendeu os lotes e migraram para outras regiões ou voltaram para o Sul, e o restante foram assentadas em Ronda Alta e Salto do Jacuí. Ver FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**, p.61.

de redemocratização no país, encontrou alguns desafios: a) a rejeição por parte dos trabalhadores rurais à retomada dos sindicatos, temendo novamente as repressões; b) a ausência das lideranças que eram referências e tinham uma relação de confiança com os trabalhadores, o que dificultava a mobilização; e c) a vigilância e repressão do Departamento de Ordem Política e Social sobre os sindicatos e Federação em diversos momentos. Com a dificuldade para retomar ou fundar novos sindicatos, a Federação precisou adotar uma estratégia que lhe permitisse ganhar a confiança dos trabalhadores, dando ênfase ao trabalho de base.¹¹⁶

Dessa forma, nas regiões em que Izabel estava atuando, a estruturação dos sindicatos partiu de dentro das Comunidades Eclesiais de Base e, como as mulheres estavam nestes espaços, participaram junto da construção das oposições dos sindicatos de trabalhadores rurais: “todas nós estávamos lá, ajudando a organizar o sindicato”¹¹⁷. No entanto, no momento eleição da direção, as mulheres foram impedidas de votar e sindicalizar, conforme explica Izabel:

quando elegeu a primeira direção do sindicato, as mulheres não tinham direito ao voto, o presidente disse “olha, companheiras, vocês estão aqui nesta assembleia, mas vocês podem intervir falando, explicando, dizendo o que como vocês veem, a realidade e as necessidades que vocês tem, mas na hora de votar, só seu marido pode votar porque ele que é o representante da família, ele representa a senhora”. As mulheres disseram: “Como? Nós ajudamos a eleger esse sindicato, nós fizemos a luta junto, como é que nós não temos direito de participar” e as mulheres então exigem o direito de participar nos sindicatos, de serem sócias do sindicato.¹¹⁸

Para Izabel, foi neste momento que as mulheres passaram a se descobrirem como sujeitas políticas e a organizarem-se dentro da luta: “foi um processo muito bonito, das mulheres agricultoras, das camponesas que começam a se organizar.”¹¹⁹ A primeira luta que essas mulheres travam para além da sindicalização é a de serem reconhecidas como agricultoras e com isso terem direito à aposentadoria, ao salário-maternidade, acidente de trabalho, direitos que os homens já acessavam por serem identificados como agricultores. Pois, com a modernização no campo, essas mulheres foram expulsas da agricultura; condicionadas ao ambiente doméstico e à condição de “do lar”, tornando-se cada vez mais dependentes dos pais ou maridos.

¹¹⁶ TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Sindicalismo rural e conflitos de terra na Baixada: 1967-1979. In: Simpósio Nacional de História, 25., 2009. Fortaleza: ANPUH, 2009.

¹¹⁷ GREIN, M. I. História de Vida e Ação Política 11 - Maria Izabel Grein (MST).

¹¹⁸ GREIN, M. I. História de Vida e Ação Política 11 - Maria Izabel Grein (MST).

¹¹⁹ GREIN, M. I. História de Vida e Ação Política 11 - Maria Izabel Grein (MST).

A este respeito, a modernização, e no seio dela o agronegócio, visto como o avançar do capitalismo no campo, se beneficia do que Helena Hirata e Danièle Kergoat designam como divisão sexual do trabalho, organizada por dois princípios básicos: separação e hierarquização. Dentro desta divisão, portanto, haveria trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, bem como enquadramento dos homens “à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado.”¹²⁰ Isso fica nítido com a fala de Izabel:

quando começou entrar máquina na agricultura, as mulheres são expulsas da agricultura porque a máquina fazia o trabalho e quem trabalhava com a máquina era o marido, o homem, e a mulher tinha que ir para dentro da casa, e ela não tinha mais direito, não tinha mais o dinheiro, era do homem, e ela ficava alijada de tudo.¹²¹

Esta separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, baseado na oposição masculino-feminino, também se expressa na oposição casa-roçado, demarcando o espaço do trabalho e do não trabalho no campo, e no campo das divisões dos bens valorizados socialmente e dessa forma hierarquizados.¹²² De certo que as novas configurações da divisão sexual do trabalho provenientes da modernização se fundem com a divisão das tarefas por sexo já existentes no modo de produção e de vida camponês, cujas bases já continham relações hierárquicas de sexo e de lugares de trabalho para o masculino e o feminino, em que o homem é o responsável pelo roçado, quem define o que plantar, as variedades de sementes, que se apropria das técnicas e dos instrumentos de trabalho e, embora toda família contribua, essas contribuições, principalmente das mulheres, eram consideradas ajudas.¹²³ De outra parte, a força de trabalho reprodutivo desempenhada pelas mulheres, trabalho necessário para o sustento da vida e a sobrevivência humana, se torna ponto de acumulação e de exploração capitalista que se beneficia do trabalho não remunerado na esfera doméstica e do cuidado, e consegue isso ao transformar estes trabalhos em um atributos naturais, “da psique e da

¹²⁰ HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007, p.599.

¹²¹ GREIN, M. I. História de Vida e Ação Política 11 - Maria Izabel Grein (MST).

¹²² HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 26 *apud* ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 239.

¹²³ ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha.; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 239.

personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina.”¹²⁴

Diante da exclusão em diferentes espaços e da tomada de consciência das desigualdades na construção das oposições sindicais e acesso à terra, as mulheres camponesas passam a se organizar de maneira autônoma em relação aos sindicatos e à Igreja, criando diversos movimentos de mulheres¹²⁵ que mais tarde, serão reunidos no Movimento de Mulheres Camponesas. Entre as principais questões que elas como: 1) não serem reconhecidas como trabalhadoras rurais; 2) expansão do agronegócio nas diversas regiões do país acompanhada da exclusão e/ou inclusão precarizada da força de trabalho feminina; e 3) marginalização nas principais instâncias de organização dos trabalhadores. Organizadas, elas vão criando estratégias de lutas, locais e nacionais, tensionando debates e inscrevendo suas reivindicações a partir de suas outeidades.¹²⁶ Merece destaque uma dessas resistências presenciadas por Izabel em Brasília à época:

E lá em Brasília, o Ministro da Agricultura disse “olha, essa profissão de agricultora não existe, existe a profissão de agricultor, se vocês querem ser agricultoras, voltem pra casa e o marido de vocês assine a carteira de vocês, a carteira de trabalho, aí vocês são agricultoras”, e aí as mulheres ficaram muito furiosas e aí voltamos para a CONTAG [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], e lá discutimos e tomamos a decisão que nós éramos agricultores sim e que voltando pra casa, a gente ia convencer os dirigentes dos sindicatos que nós éramos agricultoras e nós tínhamos que garantir o nosso documento, essa profissão. E aí acontece que, nesse tempo, decidimos também que nós no sindicato, então quando alguém fosse casar, quando uma menina fosse casar, e o cartório perguntasse qual era a profissão, ela dizia agricultora, sua mãe? ela é agricultora também. Quando nascia uma criança e ia registrar, qual é a profissão da mulher? agricultora. Se o cartório questionasse, e ligasse para o sindicato, o sindicato iria dizer que elas eram agricultoras sim e que essa profissão existia e que eles podiam escrever.”¹²⁷

Assim, esses processos de resistências que nasciam no esboço de um contexto político de redemocratização nos anos de 1980 passam a fazer parte da luta por direitos das mulheres no processo constituinte, em uma interação entre mulheres do campo e da cidade, que construíram diversos encontros e seminários sobre os direitos da mulher por todo o país, repercutindo para que os “direitos da mulher à terra, especificamente, fossem incluídos na

¹²⁴ FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2017, p.42.

¹²⁵ No começo dos anos 2000 esses movimentos se unificaram e formaram o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

¹²⁶ As mulheres, a partir desta origem, possuem existências marcadas por essa “outeidade”. Estas são consideradas o “outro” por natureza e quanto maior a identificação com outros “parâmetros de diferença” (raça, classe, educação) maior também a sua “outeidade” e possivelmente exclusão. O sujeito apto a se beneficiar das riquezas modernas era predominantemente homem, branco, católico, educado formalmente, proprietário e/ou industrial, os demais passam por um processo de dessubjetificação que cria a subalternidade, os “outros” sem direito a ter, a falar e a construir o mundo.

¹²⁷ GREIN, M. I. História de Vida e Ação Política 11 - Maria Izabel Grein (MST).

pauta constitucional como parte da expansão geral dos direitos das mulheres na Constituição de 1988.”¹²⁸ Carmen Deere sintetiza bem os direitos então conquistados:

Além da inclusão de mulheres na reforma agrária, outros ganhos para as mulheres rurais na Constituição de 1988 incluíam o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Foi estipulado que esses benefícios referiam-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares, incluindo as trabalhadoras familiares não remuneradas. Esses benefícios incluem, além do direito ao seguro desemprego e por invalidez, 120 dias de licença-maternidade remunerada para as mulheres. Além disso, a idade de aposentadoria para mulheres rurais foi estipulada em 55 anos e para os homens rurais em 60 anos, ou após 30 anos de serviço para mulheres e 35 para homens, condições mais favoráveis do que para os trabalhadores urbanos. Mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção camponesa estariam aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, não mais somente como uma dependente do homem chefe de família.¹²⁹

Esses episódios de luta das mulheres, a partir dos sindicatos e movimentos autônomos, irão marcar desde o princípio a trajetória do MST, conforme podemos ver adiante.

Paralelo à reestruturação dos sindicatos rurais e à organização das mulheres a partir da impossibilidade de sindicalização, aconteceu, em 1984, no município de Cascavel – Paraná, o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, oficializando a criação do MST como movimento de massas de caráter nacional. Embora histórico este momento, os registros acessados não dão conta de informar a atuação política das mulheres na ocasião. No entanto, o mesmo não ocorre no ano seguinte, com o 1º Congresso Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado em Curitiba - Paraná, convocando todos/as que lutavam pela terra para ampliar o movimento no território nacional. Segundo Fernandes, era o início da territorialização do movimento pelo país.¹³⁰ No Congresso, que contou com presenças notáveis de entidades e outros movimentos, esteve circunscrita a luta política das mulheres camponesas para garantirem sua participação como delegadas no Congresso, conforme lembra Izabel: “Nesse Congresso em Curitiba com 1500 delegados e nós discutimos, exigimos a participação de 30% de mulheres neste Congresso.”¹³¹

Das análises do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST) contidos na plataforma digital “Hemeroteca luta pela terra”, encontramos duas notícias de fevereiro de 1985 sobre o Congresso. Na notícia intitulada “Mulheres vão à luta”, elas reivindicam seu

¹²⁸ DEERE, Carmen Diana. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 175- 204, jan.-abr./2004, p.183.

¹²⁹ DEERE, C. D. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira, p.183.

¹³⁰ FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**.

¹³¹ GREIN, M. I. História de Vida e Ação Política 11 - Maria Izabel Grein (MST).

lugar como sujeitas políticas do processo de luta pela terra, ainda muito centrado na figura masculina do “trabalhador rural sem terra”. Nela há um relato de uma dessas mulheres que informa que, ao chegarem no Congresso, constataram que não tinha nenhuma mulher na mesa: “achamos injusto. Discutimos bastante e acabamos com duas mulheres ocupando a mesa e a Coordenação Nacional do Movimento.”¹³²

Por sua vez, elas não apenas participaram do evento, reivindicando espaços ativos de voz, como também organizaram na ocasião a 1ª Assembleia de Mulheres Sem Terra e elaboraram um documento com reivindicações específicas, que compôs o documento final do Congresso. Dentre as normas gerais do movimento, restou aprovado: a organização de comissões de mulheres dentro do MST para discutir problemas específicos, o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres e a luta contra o machismo.¹³³

Do ponto de vista de Izabel, que à época ainda estava em Chapecó vinculada às Comunidades Eclesiais de Base e que ajudou a construir esses espaços históricos: “o movimento Sem Terra, ele vem marcado pela luta das mulheres desde a sua origem, porque as mulheres quando entraram, vieram pra dentro do movimento, elas já tinham essa discussão também como mulher, como trabalhadora rural.”¹³⁴ Refletindo a respeito do processo pedagógico da luta de gênero que ocorre dentro da luta pela terra a partir do protagonismo das mulheres trabalhadoras do campo, em especial das mulheres dentro do MST, Sônia Schwendler elenca pontos-chaves de sua conscientização e como elas assumem uma intencionalidade pedagógica em gênero capaz de reinventar os próprios movimentos, na transformação das práticas e relações internas. O primeiro deles é a inclusão da família no processo de luta pela terra. Para a autora, “este fator de inclusão da família camponesa pelo MST insere a mulher na esfera pública, na luta política.”¹³⁵ Diferente de outras organizações que faziam a separação entre militância e relações familiares e/ou conjugais, o MST envolve toda família, incluindo mulheres, crianças, jovens e idosos. Todo núcleo familiar compõe a luta pela terra, desde a ocupação aos espaços de decisões. Discorre neste sentido a fala de um dirigente nacional do MST, presente no escrito de Schwendler:

¹³² JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **As mulheres vão à luta**. Edição Especial 1º Congresso Nacional 29-31 de janeiro, Curitiba - Paraná. Porto Alegre, fevereiro de 1985, ano III, nº42, p.13.

¹³³ JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Ao lado dos homens, sem medo da luta**. Edição Especial 1º Congresso Nacional 29-31 de janeiro, Curitiba - Paraná. Porto Alegre, fevereiro de 1985, ano III, nº42, p.5.

¹³⁴ GREIN, M. I. História de Vida e Ação Política 11 - Maria Izabel Grein (MST).

¹³⁵ SCHWENDLER, Sonia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista** (Impresso). v.55, p.87 – 109, 2015, p.91.

Quando o movimento decide que a forma de adesão era familiar, a gente não tinha noção na época do significado disto para uma luta camponesa, numa sociedade extremamente patriarcal, conservadora, histórica de opressão da mulher. Eu acho que isto foi o grande acerto político, que possibilita que hoje no movimento tenha uma grande participação das mulheres.¹³⁶

Esta inclusão da família, a partir da organicidade do movimento, e consequentemente a participação das mulheres nos espaços, permite o contato entre mulheres com algum acúmulo das discussões de gênero e que já vinham de um engajamento político dentro dos Sindicatos e Pastorais da Terra, com mulheres que ingressam no movimento através de seus papéis sociais de esposas, mães ou filhas, com pouca consciência da sua condição de classe e gênero.¹³⁷ Este contato é, segundo Schwendler, educativo. De acordo com a autora, a participação em espaços dentro dos acampamentos, como núcleos de base e setores, possibilita que elas sejam informadas, tomem decisões e assumam responsabilidades na estrutura coletiva. Com isso,

a) a mulher deixa de atuar apenas nos limites do privado, provocando novas relações no interior da família e seu entorno; b) a mulher passa a articular, no âmbito do movimento, lutas diferenciadas em relação aos homens; c) aquelas mulheres, organizadas em torno de aspectos tradicionalmente femininos, passam a questionar a sua própria condição.¹³⁸

No entanto, a participação por si só nos espaços do movimento não conduz à percepção das condições de subordinação e reorganização das relações de gênero. Para Schwendler, depende de como as “pessoas participam e das possibilidades geradas para que a dominação de gênero seja desnaturalizada e as relações sociais reordenadas.”¹³⁹ Neste sentido, observa-se no processo organizativo das mulheres no interior do MST essa desnaturalização das relações pautadas na opressão e conscientização crítica. A partir desta constatação, quero evidenciar a experiência organizativa das mulheres do MST, e demais movimentos, que alimenta a formação transformadora e é alimentada por ela.

Como vimos, embora o Movimento tivesse fomentado a participação da família e invariavelmente das mulheres no processo de luta e instâncias de decisões nos acampamentos e assentamentos, como no caso dos núcleos de base, à medida que estas instâncias decisórias

¹³⁶ SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra, p.91.

¹³⁷ SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra, p.91.

¹³⁸ PINTO, Célia Regina. Movimentos sociais: Espaços privilegiados a mulher enquanto sujeito político. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. (Ed.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992 *apud* SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra, p.89.

¹³⁹ SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra, p.96-97.

aumentam, a participação das mulheres é reduzida. Isso se explica, segundo Gema Esmeraldo, pois, “para o Movimento, a condição de mulher e membro de família mantém-se vinculada à representação histórica e construída culturalmente de forma subordinada, no interior da família camponesa, ao pai, homem, marido e filho.”¹⁴⁰ Em face disso, a luta que as mulheres travam, para garantir participação e reivindicações no 1º Congresso Nacional, culmina no I Encontro Nacional de Mulheres do Movimento no ano de 1986, criando uma comissão de mulheres para discutir seus problemas e articulação interna. Era a primeira experiência organizativa formal das mulheres no interior do MST, que tinha como perspectiva ampliar os grupos de mulheres nos assentamentos e acampamentos, e impulsionar a inserção delas como lideranças. Assim, de 1986 a 1989, há uma tentativa dessas mulheres de se organizarem no interior do Movimento.¹⁴¹ Esse período é marcado, como bem traz Izabel, pela luta das mulheres por participação, pela sindicalização, para serem reconhecidas oficialmente como trabalhadoras rurais e não “do lar” e terem acesso a direitos básicos, o que leva a organização e mobilização das mulheres nos movimentos autônomos, já que há uma resistência dos dirigentes dos sindicatos em filiar essas mulheres e dentro dos movimentos chamados de “mistos” a questão das mulheres são colocadas em segundo plano.

Esmeraldo chama atenção ao discurso que orienta a luta de classes neste período, especialmente nos espaços dos sindicatos rurais e no campo político em que transitam esses grupos sociais, basicamente de caráter econômico e unificador em que as diferenças de sexo, gênero, raça, etnia e geração são tratadas como divisionistas.¹⁴² Como resultado, em 1989, sob o argumento de que as questões das mulheres causariam divisões e minariam o foco da luta, que era a luta pela terra e a luta de classes, a comissão das mulheres do MST deixa de funcionar e, assim, elas são orientadas a procurar os movimentos autônomos caso quisessem continuar discutindo “suas questões”. Essa postura do Movimento fica explícita no artigo 45 do documento básico de 1993, em que orienta “considerar questões específicas das mulheres e de sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero.”¹⁴³

É neste período também que há uma importante vitória na luta das mulheres do campo; elas conquistam o direito de receberem lotes dos projetos de assentamentos sem

¹⁴⁰ ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social, p.248.

¹⁴¹ SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa** nas páginas do jornal Sem Terra. *NORUS - Novos Rumos Sociológicos*, v. 7, n. 11, janeiro-junho, 2019.

¹⁴² ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social.

¹⁴³ DEERE, C. D. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira.

ficarem condicionadas à comprovação de dependentes de irmãos ou pais, uma exigência do Estado por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e resquício presente da colonização.¹⁴⁴ Essa postura do INCRA corrobora aquilo que Quijano explica, de que as independências na América Latina, com a formação dos Estados-nações, não levam a uma ruptura com o período anterior, mas “uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais.”¹⁴⁵

Iolanda dos Santos e Everton Picolotto, ao também analisarem as experiências organizativas das mulheres nas notícias do Jornal Sem Terra, compreendem o período de 1990 a 1995 como o “vazio organizativo” das mulheres do MST. Segundo eles, com a Comissão Nacional de Mulheres desfeita, deixa de existir uma organização nacional das mulheres no movimento, ainda que pudessem existir grupos ou coletivos locais ou regionais. Entre as pautas de lutas que vigoram, mantém-se uma continuidade de temas dos anos de 1980, aparecendo importantes conquistas como o então salário-maternidade e direitos à aposentadoria, e demais direitos sociais e trabalhistas a partir da Constituição de 1988. Em contrapartida, dentro do MST, há uma constatação da baixa participação das mulheres nas instâncias decisórias e suas dificuldades de participação, o que pode ser aferido pela edição de janeiro/fevereiro de 1994 do JST, que realiza uma entrevista com a terceira mulher a fazer parte da direção nacional do Movimento, depois de quase 10 anos de sua criação.¹⁴⁶

Por sua vez, os anos de 1995 a 2000 são marcados por uma retomada da organização das mulheres dentro do MST e uma intensificação do debate de gênero. Isso se dá, em grande parte, com o ingresso do movimento na Via Campesina, criada em 1992 na ocasião do II Congresso da União Nacional de Agricultores e Ganaderos, fato que possibilita o reconhecimento internacional das mulheres na agricultura como produtoras de alimentos e da organização das mulheres internacionalmente, o que afeta a concepção MST sobre as questões de gênero. De acordo com a edição de maio de 1996 do JST, que tem como título “Camponeses do mundo todo se unem contra o neoliberalismo”, a Via Campesina é concebida como um movimento de organizações populares camponesas de articulação internacional, cuja principal bandeira é a soberania alimentar, se contrapondo ao sistema

¹⁴⁴ SANTOS, I. A. F; PICOLOTTO, E. L. As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa nas páginas do jornal Sem Terra.

¹⁴⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social.

¹⁴⁶ Na notícia há um equívoco, ao qualificar como “segunda” mulher a ocupar a coordenação nacional em 1994. Conforme entrevista no mesmo jornal citada neste tópico, a respeito do 1º Congresso Nacional em 1985, as mulheres conseguem colocar suas mulheres na Direção Nacional, e não uma, sendo esta a terceira. Essa informação também consta da Carderno de Formação nº6 “A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base” de 2018.

neoliberal de produção hegemônico no campo. Segundo Fernandes, dentro dos objetivos da Via está a luta das mulheres, a partir de temas como agroecologia:

Entre seus objetivos, constam a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente, com a proteção da biodiversidade. É com esta aproximação que temas como agroecologia passam a ser incorporadas no movimento, também se tornando uma ferramenta de luta das mulheres.¹⁴⁷

Ademais, com a presença da Via Campesina no cenário nacional, há também nestes anos finais de 1990 uma articulação dos pequenos agricultores no país, os quais enfrentavam graves situações resultantes da ausência de políticas e subsídios que viabilizassem a produção, e pelo avanço do neoliberalismo e agronegócio, que não estava interessado em suas necessidades. Dessa forma, ocorria neste período uma forte estiagem nos estados da região sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo Frei Sérgio Górgen, a problemática trazida pelo clima agravava ainda mais a situação econômica e social dos pequenos produtores, o que culminou no nascimento do Movimento dos Pequenos Agricultores, derivado de um processo de resistência dos trabalhadores do campo, que refletiu nas lutas dos agricultores nos Acampamentos da Seca¹⁴⁸, espelhados na forma de lutas anteriores, assim como na formação de um novo movimento social que iria amparar e mostrar à sociedade esse caráter “antidemocrático” do desenvolvimento do capitalismo mundial. As primeiras reivindicações foram em forma de lutas imediatas para viabilizar um programa de “Crédito Subsidiado para viabilizar a Agricultura Familiar; o Seguro Rural; a Saúde e a Previdência”.¹⁴⁹ Nesse sentido, as ações iniciais do Movimento estavam afirmando um projeto alternativo para a pequena agricultura nacional, onde nesses princípios de luta buscava-se defender e garantir um trabalho digno, um território, uma moradia, e uma educação de qualidade e focada para essa classe social.

¹⁴⁷ FERNANDES, Bernardo Mançano. Via Campesina. In: CALDART, Roseli *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.767.

¹⁴⁸ Como pressão ao governo, foi decidido na época um acampamento permanente onde passaram cerca de 30 mil pessoas. Além disso, o MPA nasce da “falta de representação política pelas organizações sindicais da época”. Ver SILVA, LEILA SANTANA DA. **Do acampamento da seca ao programa camponês: atuais contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017, p.82-84.

¹⁴⁹ GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. Agricultura Camponesa. In: REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. (Org.). **Relatório Direitos Humanos no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorio2005>> Acesso em: 21 fev. 2022, p. 47.

As mulheres do MPA, muitas com raízes nos movimentos autônomos de mulheres e sindicatos, mas também nos papéis sociais de esposas ou filhas, igualmente participam das lutas e da organicidade do movimento. Dentro da Via, junto com outras mulheres de diversas organizações, vão assumindo cada vez mais a importância das mulheres na soberania alimentar, como produtoras de alimentos, ao passo que denunciam o modelo de desenvolvimento hegemônico no campo e sua própria condição de mulher na agricultura e na sociedade. Para se ter uma ideia, na edição do JST de outubro/novembro do ano de 1996, a notícia “Mulheres latino-americanas se organizam no campo”, demonstra a participação das mulheres na construção da Via Campesina, como resultado do acúmulo organizativo que elas construíram desde os anos de 1980. É tanto que, a notícia fala a respeito da conferência internacional da Via realizada em abril de 1996, reunindo 69 organizações campesinas do mundo, em que acontece um debate específico sobre as mulheres e são tiradas linhas políticas de como organizar o trabalho da Via com elas. Ainda na ocasião, foi formado um grupo permanente de articulação das mulheres do campo dentro da Via Campesina. Segundo Esmeraldo, “as relações e a pressão internacional colaboram para a aceitação pelas forças masculinas da entrada do conceito de gênero.”¹⁵⁰

Mas não somente isso. A Via Campesina, na articulação de movimentos populares do campo, possibilitou um maior destaque para outros segmentos organizativos no campo, não propriamente baseados em gênero, como a PJR, que vinha enfrentando dificuldades na “articulação e organização da juventude e do aumento do fluxo de jovens para a cidade de manter os jovens no campo”, os primeiros focos do êxodo rural. Na Via, de acordo com Gilmar Andrade, Paulo Mansan e Gabriel Troilo, a juventude camponesa consegue romper com a invisibilidade social e, do nosso ponto de vista, adquirir um maior protagonismo. Além do mais, os autores destacam que as experiências da juventude da Via Campesina nos chamados grupos produtivos, na organização da produção agroecológica como Rede GPR – Rede dos Grupos de Produção e Resistência, o perfil dos participantes são “jovens e em sua maioria mulheres que estão construindo formas organizativas de geração de trabalho e renda e assim possibilitar a permanência no campo.”¹⁵¹ Isso demonstra uma maior inserção das mulheres jovens na construção das experiências organizativas dos movimentos populares e a busca de alternativas de geração de renda, já que, ao nosso ver, nesta dinâmica elas

¹⁵⁰ ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social, p. 252.

¹⁵¹ ANDRADE, Gilmar dos Santos; MANSAN, Paulo Rogério Adamatti; TROILO, Gabriel. Juventude da Via Campesina: da invisibilidade à construção da rede GPR. **Entrelaçando**: Revista eletrônica de cultura e educação. Edição Especial n.10, ano V, 2016, p.13.

conseguem adquirir maior autonomia financeira em relação às relações tradicionais de produção no campo.

Desse modo, a Via Campesina, mais fortemente a partir de 1995, traz um novo cenário político para as lutas populares no campo em âmbito nacional, com participação sagaz das mulheres. Coincide com este momento a retomada das organizações internas das mulheres dentro do MST, motivadas pelo I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que reúne, no final de 1995, diferentes organizações de mulheres do campo que definem criar uma entidade nacional para unificar a formação e a luta delas: a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). De acordo com Esmeraldo, a ANMTR tornou-se um “espaço para a acumulação de conhecimentos, o acesso a saberes, a formação militante e a ação política fora e no interior de seus movimentos”¹⁵². O tema do encontro foi “Sem a luta das mulheres as conquistas ficam pela metade” e é discutida a necessidade de uma articulação nacional frente aos projetos neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, que ameaçava os direitos recém conquistados das mulheres. Neste encontro, elas chegam à conclusão de que gênero e classe se entrelaçam e que a combinação das lutas é fundamental para um projeto de sociedade democrática e popular, se contrapondo às “práticas autoritárias e machistas de muitas organizações da classe trabalhadora.”¹⁵³

Imersas neste encontro, que retoma a importância das mulheres nas lutas populares, elas levam a discussão novamente para dentro do MST e realizam, em 1996, o I Encontro Nacional de Mulheres militantes do MST, retomando o Coletivo Nacional de Mulheres, com o qual, mais uma vez, o Movimento Sem Terra passa a ter uma organização oficial de mulheres, assumindo a responsabilidade com as questões de gênero, não mais exclusivamente tarefas dos movimentos autônomos. A partir do Coletivo, o debate de gênero em torno da importância das mulheres na reforma agrária, a importância de combinar questões de classe e gênero e a responsabilidade de criar novas relações de gênero são impulsionadas no interior do Movimento. As notícias que se seguem neste período chamam atenção para diversos encontros e organizações regionais das mulheres.¹⁵⁴ Com essa mobilização e organização no interior do MST, em outubro de 1997, elas realizam o II Encontro Nacional de Mulheres. Neste mesmo ano, a edição do JST de agosto noticia o lançamento pela ANMTR da campanha nacional “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos”, resultado da conquista

¹⁵² ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social, p. 253.

¹⁵³ JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Sem a luta das mulheres as conquistas ficam pela metade**. Ano XIV, nº 153, novembro/1995, p.12.

¹⁵⁴ SANTOS, I. A. F; PICOLOTTO, E. L. As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa nas páginas do jornal Sem Terra.

dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas nos anos anteriores, em que a legislação exige, para acesso, que as mulheres tenham documentos pessoais. A matéria tem como título “Agricultoras lutam por cidadania”¹⁵⁵ e informa que, de um total de 18,5 milhões de trabalhadores rurais, apenas 3 milhões tinham algum tipo de documento que comprovava sua identidade ou profissão.

De outra parte, no ano de 1999, as edições do JST noticiam um avanço das discussões de gênero no MST. Na edição de janeiro/fevereiro deste ano (1999), há um informativo sobre o III Encontro de Mulheres previsto para acontecer no segundo semestre e estava sendo pensado, pela primeira vez, como um encontro misto. Na fala contida na notícia, uma liderança afirma a possibilidade de uma mudança interna, de Coletivo Nacional de Mulheres para um Coletivo Nacional de Gênero: “estamos refletindo para que esse encontro seja realmente um coletivo de gênero”, deixando de ser restrito às mulheres e abrindo para a participação dos homens, em que continua: “os homens também são discriminados e oprimidos, principalmente quando tomam alguma atitude mais sensível.”¹⁵⁶ Para Esmeraldo, “ao incorporar nova base de conhecimento, novo saber/fazer militante e político, o perfil das experiências das mulheres (antes restrito ao mundo familiar e doméstico) começa a mudar e a agregar novos componentes de saber, apreendidos na luta, na resistência, nas audiências e nas negociações.”¹⁵⁷ Esse amadurecimento aparece com mais força na primeira publicação do recém Coletivo Nacional de Gênero, contido na edição de março do mesmo ano (1999):

Depois de 15 anos de lutas, discussões, vivências, podemos dizer com certo orgulho que crescemos no entendimento da necessidade e importância da participação da mulher, do seu desenvolvimento como ser humano e cidadã, da sua igualdade na diferença com o homem. (...) A nova mulher e o novo homem estão dentro de nós. É preciso despertá-lo e deixá-los desabrochar, para juntos construirmos um novo jeito de sociedade.¹⁵⁸

Já o ano de 2000 é marcado pelo IV Congresso Nacional do MST, e a transformação do Coletivo de Gênero em Setor Nacional de Gênero, adquirindo mais visibilidade e importância. Entre as linhas políticas tiradas no Congresso, que cuidam de dar direcionamento às ações da organização, a construção interna e os rumos estratégicos, estava: “Resgatar e implementar em nossas linhas políticas e em todas atividades do MST e na sociedade, a

¹⁵⁵ JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Agricultoras lutam por cidadania**. Ano XVI, nº 171, agosto/1997, p.12.

¹⁵⁶ REVISTA SEM TERRA. **Encontro de mulheres**. Ano II, nº 6, janeiro/fevereiro/março/1999, p.31-33.

¹⁵⁷ ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social, p.253.

¹⁵⁸ JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Mulheres na luta por uma nova sociedade**. Ano XVII, nº 187, março/1999, p.17.

questão de gênero”¹⁵⁹. A criação do setor de gênero caracterizava-se como uma verdadeira vitória para as mulheres do MST e um avanço para o movimento.

Entre os desafios que estavam na centralidade deste período, encontramos a conquista de direitos econômicos, como o direito à titulação conjunta, um debate que já vinha sendo feito nos anos anteriores. Na mesma edição de janeiro/março de 1999, por exemplo, no tópico “coisas do Brasil”, elas trazem a discriminação das mulheres pelo INCRA. Em um primeiro momento, exigindo das mulheres solteiras a condição de “dependentes” dos pais ou irmãos para acessarem os projetos de assentamento, condição que deixou de existir em 1986 após as pressões e mobilizações nacionais das mulheres. Por outro lado, no final dos anos 1990, as mulheres reivindicam a titulação conjunta, pois na hora do casal fazer a inscrição no INCRA, apenas o nome do marido constava como proprietário, mantendo a mulher numa posição de submissão e dependência, conforme trecho da notícia: “Quando um casal (casado) vai efetuar a inscrição a mulher passa por uma situação constrangedora. No formulário do INCRA não há espaço para colocar o nome da mulher como proprietária da terra junto com o marido”, a justificativa do INCRA era que: “historicamente o imóvel é registrado no nome do homem.”¹⁶⁰

Ao estudar as razões pelas quais as mulheres formavam uma proporção tão baixa das beneficiárias da reforma agrária, em meados da década de 1990, mesmo com os direitos adquiridos na Constituição de 1988, Deere argumenta que isso reflete o fato de que o direito das mulheres à terra não era prioridade de nenhum dos movimentos sociais rurais. E só adquire centralidade quando o movimento percebe consequências práticas na consolidação dos assentamentos, com a baixa participação das mulheres nos espaços de mobilizações. Assim, o reconhecimento do direito da mulher à terra acontece sob dois argumentos, produtivista e empoderamento, conforme explica:

O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direito das mulheres à terra está associado com o aumento do bem-estar de mulheres e seus filhos, bem como com sua produtividade e, portanto, com o bem estar de sua comunidade e sociedade. O argumento do empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres.¹⁶¹

¹⁵⁹ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000**. Online. julho/2009. Disponível em: <<https://mst.org.br/2009/07/08/linhas-politicas-reafirmadas-no-iv-congresso-nacional-do-mst-2000-2/>>. Acesso em 03.12.21.

¹⁶⁰ REVISTA SEM TERRA. **Encontro de mulheres**. Ano II, nº 6, janeiro/fevereiro/março/1999, p.32.

¹⁶¹ DEERE, C. D. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira, p.176-178.

Dentre outras reivindicações do início do século XXI, estava a de participação igualitária nas direções e espaços como: associações, cooperativas, setores, cursos e formações. Isso exigia garantir a paridade de gênero nas instâncias, o que se torna uma realidade apenas em 2005, quando se deliberou que a direção nacional seria composta por um homem e uma mulher de cada estado. Mas a participação igualitária também pressupunha garantir as condições para que as companheiras pudessem estar nesses espaços, implicando a socialização do trabalho doméstico e a organização da ciranda infantil, inicialmente um direito das mulheres, tornando-se, em seguida, um direito dos sem terrinhas, ampliando o debate da infância.¹⁶²

Já entre os anos de 2000 e 2012, Santos e Picolotto mencionam que o MST estabelece relação mais estreita com os movimentos feministas, incluindo movimentos urbanos em torno da Marcha Mundial das Mulheres. É neste período também que aparecem nas publicações do JST a palavra “feminismo” e a consolidação da identidade coletiva “camponesa.” Para além da reforma agrária, a luta continua pela transformação social, contra o modelo de desenvolvimento neoliberal vigente no campo, com força nas pautas da agroecologia e biodiversidade.¹⁶³ O feminismo camponês e popular, que pretendemos aprofundar no terceiro capítulo, vai sendo construído como uma ferramenta de luta através vínculo com a Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) da Via Campesina, dialogando com a realidade da luta pela terra e as pautas de gênero. Por meio dele, as mulheres camponesas vão afirmando a suas próprias vidas e especificidades de ser e viver no campo, isso se contrapõe a uma lógica da exclusão como agricultoras, trabalhadoras do campo e exclusão dos espaços organizativos, mas também, da exclusão que essas mulheres vivenciaram e vivenciam dentro do feminismo liberal restrito ao ambiente urbano, acadêmico e tendo por referência universal a mulher branca burguesa.¹⁶⁴

Ademais, o que se segue de 2014 aos dias atuais juntamente com as bandeiras acima citadas é uma abertura, no interior do Movimento, a um reconhecimento da diversidade de sujeitos que constroem a luta pela reforma agrária popular e isso parte de uma série de contatos que o MST passa a ter com coletivos e movimentos LGBTQIA+. É preciso dizer que, com a criação do Setor de Gênero, não mais exclusivo às mulheres, houve uma abertura

¹⁶² SETOR de gênero [do MST]. A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base. **Caderno de formação n°6**, 1ª edição. [S.L], 2018.

¹⁶³ SANTOS, I. A. F; PICOLOTTO, E. L. **As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos**: rastros da experiência organizativa nas páginas do jornal Sem Terra.

¹⁶⁴ MEZADRI, Adriana Maria. CIMA, Justina Inês (orgs.). **Feminismo Camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

para que outros sujeitos/as pudessem ingressar e outros debates pudessem ser feitos, sendo um deles o da diversidade sexual e de gênero, visto que a discriminação e apagamento das LGBTQIA+ era uma realidade dentro do movimento. Sobre este aspecto, em 2014, no IV Congresso Nacional do MST realizado em Brasília, há uma presença marcante de LGBTQIA+ que passam a reivindicar o debate, o que culmina no 1º seminário “O MST e a diversidade sexual”, realizado em 2015 na Escola Nacional Florestan Fernandes, em São Paulo, considerado o início formal da auto-organização das LGBTQIA+ no movimento. Antes disso, nos estados já aconteciam diversos espaços formativos em torno do tema, o que resultou nesse momento de auto-organização, juntamente com a juventude e o setor de gênero.¹⁶⁵

No entanto, é em 2016 na reunião da Coordenação Nacional do Movimento em Caruaru - PE que ocorre o marco fundamental. A data da reunião coincide com o dia da visibilidade trans (29 de janeiro), o que favorece para que ocorram diversas intervenções, incluindo a bandeira do arco-íris na plenária e nas místicas. À vista disso, três iniciativas foram construídas e foram fundamentais: a) uma roda de conversa aberta a todas/os interessadas/os em participar; b) uma campanha fotográfica onde as/os delegadas/os tiravam fotos com uma placa que tinha a inscrição “MST contra transfobia”; e c) uma matéria com Dê Silva, militante transexual da organização, que contribuiu para dar visibilidade à toda diversidade que o movimento abriga.¹⁶⁶

É nesta reunião que acontece a alteração das normas gerais do MST, que passam a incluir a referência à orientação sexual e identidade de gênero no seu texto. A proposta de alteração foi apresentada pelas LGBTQIA+ e aprovada por toda a plenária, simbolizando o reconhecimento dos sujeitos LGBTQIA+ como parte integrante do movimento, estabelecendo o combate às discriminações como uma tarefa da organização. Com isso, o movimento não apenas reconheceu esses sujeitos, criando o coletivo LGBT Sem Terra¹⁶⁷, coletivo intersetorial que agrega pessoas de diversos setores do MST, mas está vinculada ao setor de gênero como igualmente reconheceu seu passado cerceado por preconceitos.¹⁶⁸ Para Agnaldo Cordeiro,

¹⁶⁵ MARIANO, Alessandro; PAZ, Thais Terezinha. Diversidade sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na Luta pela Liberdade Sexual. In. NOGUEIRA, Leonardo.; HILÁRIO, Erivan.; PAZ, Thaís Terezinha. MARRO, Katia (orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

¹⁶⁶ MARIANO, A; PAZ, T. T. Diversidade sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na Luta pela Liberdade Sexual.

¹⁶⁷ O Coletivo mantém esta nomenclatura.

¹⁶⁸ MARIANO, A; PAZ, T. T. Diversidade sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na Luta pela Liberdade Sexual.

o debate da diversidade sexual se pauta no MST como instrumento político, revelando que a Reforma Agrária não é apenas produzir alimentos para acabar com a fome. É preciso desconstruir o patriarcado, o heterocissexismo e o que os sustenta nas relações camponesas, nos territórios de assentamentos e acampamentos e construir novos meios, formas ou jeitos de viver e amar.¹⁶⁹

Desse modo, aglutinando a memória desses mais de três séculos, em março de 2020, elas realizaram seu I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra, com o tema “Mulheres em luta, semeando resistência!”, reunindo mais de 3.500 mulheres camponesas dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, com presença marcante de LGBTQIA+ e mulheres de outros movimentos e organizações do Brasil e de 14 países da América Latina, América do Norte, Europa e África. Na ocasião, elas lançaram o manifesto síntese e horizonte da trajetória que construíram dentro do movimento. Neste documento, reconhecem expressamente o racismo e o patriarcado como estruturantes da sociedade de classes, assumindo como pauta de luta romper com todas as formas de dominação e opressão, orientadas pelo feminismo camponês e popular.¹⁷⁰

Assim, depois de 35 anos de luta das mulheres desde o I Congresso do MST em 1985, para garantirem serem 30% no encontro, a organização e participação das mulheres dentro das lutas populares no campo foram cruciais para a percepção de que as questões de gênero precisavam compor a agenda política da luta de classes e para se desafiar a marginalização e submissões que lhes eram impostas pelos regimes patriarcais de gênero. À medida que se organizavam, discutiam sua participação política e lutavam por direitos, elas percebiam que os homens tinham mais acesso à terra, aos espaços formativos e decisórios e, por consequência, mais condições para acumular capital político e social. Mas não somente isso, a participação e organização dessas mulheres desnaturalizou programações coloniais e modernas, gerou um novo fazer político e novos lugares na luta camponesa, revelando sua ação protagonista frente às transformações pelas quais passa a sociedade camponesa e a sociedade como um todo tem passado.

Todavia, as mulheres do campo não fazem luta sozinhas, de cada movimento popular se organizam, constroem relações com outros movimentos e, ao participarem desses espaços, também constroem relações com outras mulheres em movimento. Por isso, queremos agora

¹⁶⁹ CORDEIRO, Agnaldo. **A construção do debate de gênero e diversidade sexual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019, p.89.

¹⁷⁰ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Mulheres Sem Terra: um mar de bandeiras enfiadas contra o capital**. 09.mar.2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/03/09/mulheres-sem-terra-um-mar-de-bandeiras-enfiadas-contra-o-capital/>>. Acesso em 10.dez.2021.

seguir compreendendo as mulheres do campo em sua diversidade de trajetórias e também de movimentos populares de luta pela terra.

1.3.2 Mulheres, água e energia não são mercadorias¹⁷¹

Como observamos, o período dos anos de 1980 é marcado pelas lutas das mulheres em diferentes âmbitos, desde os sindicatos a outros espaços de lutas populares. Ainda que neste contexto possam estar inseridas mulheres atingidas por barragens, a perspectiva de gênero e de organização das mulheres dentro do MAB é recente. Isso pode ser explicado, segundo Tchenna Maso, por três razões: por uma tomada de consciência a respeito das especificidades e particularidades das violências que as mulheres sofrem em um contexto de construção de barragens; pelos debates coletivos em torno de gênero e pelas mulheres passarem a ser maioria no movimento, apesar de não representarem maioria no controle decisório.¹⁷²

No intuito contextualizar este cenário, o plano de desenvolvimento implementado no país durante a ditadura militar financiou grandes projetos de construção de hidrelétricas, como demonstração de força e poder do governo, sendo a maior delas à época a da Empresa Binacional Itaipu no Rio Paraná nos anos de 1970. Os projetos de construções das barragens levaram à expulsão de milhares de agricultores/as de suas terras, colocando, muitos deles, na condição de sem terras. Segundo o MAB, nesta época imperava uma visão restrita sobre a definição de atingidos, de modo que, quem tinha possibilidade de reparação, eram os atingidos proprietários, isto é, aqueles que tinham os títulos das terras: “Não eram reconhecidas as pessoas, mas, sim, as propriedades”¹⁷³. Muitas dessas famílias, sem a terra, incorporaram-se nas ocupações dentro do MST que nascia naquele momento, na luta pela reforma agrária.

Nas pesquisas no JST, utilizando as palavras-chaves como “barragem” e “movimento dos atingidos por barragens”, encontramos algumas publicações entre os anos de 1982 e 1984 que explicitam a problemática do modelo energético adotado e as violências direcionadas às comunidades atingidas. Sem aqui querer exaurir esse tema, na edição de fevereiro de 1983 do JST, na notícia cujo título é “Colonos desaprovam barragem na

¹⁷¹ Grito de ordem das mulheres do MAB.

¹⁷² MASO, Tchenna Fernandes. Onde estão nossos direitos? O campo feminista de Gênero bordado pelas Mulheres Atingidas por Barragens. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, 2020.

¹⁷³ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **MAB 30 anos de lutas: a força dos atingidos e atingidas**. São Paulo, 2021, p.14.

Romaria”, há uma relato sobre as atividades da 6ª Romaria da terra¹⁷⁴, organizada pela Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) e CPT, cunhada como um grito de ordem contra as injustiças decorrentes das construções das barragens, que seria realizada simbolicamente na Comunidade Carlos Gomes - RS, atingida pela barragem de Machadinho e Itá e que exigia a transferência integral da comunidade para outro local.

A notícia resgata o folheto da atividade, escrito pela CPT/RS, que fala acerca das violências que são os projetos de barragens, primeiro, por servirem aos interesses de grupos econômicos, na exploração de mão de obra, energia e matéria prima barata, se beneficiando da falta de “leis sociais do trabalho” e sobre “poluição”. O segundo contexto de violências seriam as expulsões de milhares de famílias de suas terras e a forma como elas são tratadas: “elas não são consultadas, apenas devem sair”, são “apenas indenizadas as terras, com preços abaixo do mercado”, e para serem reassentados devem “procurar outros órgãos que não demonstram interesse em fazer justiça”.¹⁷⁵ Nesta mesma publicação, trazem o exemplo dos atingidos da barragem de Passo Real no Rio Jacuí, Município de Salto da Jacuí - RS, construída pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) entre os anos de 1968 e 1973:

Os afogados do Passo Real são 400 famílias que ainda estão na estrada à espera da terra que a CEEE prometeu. Na Bahia, a barragem de Moxotó expulsou 15 mil famílias que, em média, receberam Cr\$ 10 mil [cruzeiros] de indenização. Outras só recebem dinheiro para a passagem e sustento por alguns dias, ninguém recebeu terra. Há exemplos, também, de vitórias contras as injustiças, quando os agricultores se uniram para lutar. Em Itaipu o povo se uniu e conseguiu diminuir as injustiças.¹⁷⁶

De acordo com o MAB, a luta organizada em três regiões do país naquela época foram fatos históricos que culminaram na criação do movimento. No Sul, a mobilização e a pressão exercida pela CRAB na Bacia do Rio Uruguai faz a Eletrosul realizar um acordo em 1987 em relação às barragens de Itá e Machadinho, promovendo reassentamentos coletivos e reconhecendo a organização como interlocutora válida, em sobreposição às tratativas individuais.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Segundo Tarcísio Vanderlinde, trata-se de uma manifestação mística religiosa, de caráter popular e político de resistência camponesa criada em 1978, onde o povo caminha lembrando os “territórios perdidos à medida que aponta para novos lugares e um tempo de redenção dos pobres e oprimidos”. Ver VANDERLINE, Tarcísio. A peregrinação por um novo território. *GEOgraphia*, v. 10, n. 19, p. 84-102, 28 abr. 2010.

¹⁷⁵ JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Colonos desaprovam barragem na Romaria**. Porto Alegre, ano III, nº 29, fevereiro/1983, p.2.

¹⁷⁶ JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Colonos desaprovam barragem na Romaria**.

¹⁷⁷ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **MAB 30 anos de lutas: a força dos atingidos e atingidas**.

No Nordeste, os atingidos pela barragem de Sobradinho realizam uma articulação junto aos sindicatos. Organizadas, 6 mil pessoas ocuparam os canteiros de obras em 1985 e mais uma vez em dezembro de 1986, reivindicando: “terra por terra na margem do lago, abastecimento de água nas casas e nos lotes, indenizações justas das benfeitorias”, chamando a atenção de todo país. Com essas ações, conquistam um acordo que “garantiu terra por terra, 2,5 salários mínimos até o início da produção e participação dos trabalhadores na compra de terras e na administração do reassentamento.”¹⁷⁸

Na região Norte, as comunidades atingidas pela hidrelétrica de Tucuruí, construída no Rio Tocantins, igualmente se organizam, e criam o Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, fundado em 1981. A partir do movimento, elas conseguem realizar diversas mobilizações em face da Eletronorte, empresa responsável pela barragem, reunindo mais de 25 mil pessoas em Brasília. Diante disso, conquistam o direito a indenizações justas, terra e reassentamento.¹⁷⁹

Desse modo, em 1989, com apoio da Central Única dos Trabalhadores, setores das Igrejas Católica e Evangélica de Confissão Luterana, do movimento sindical, entre outras organizações, a CRAB organizou o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, na cidade de Goiânia. O encontro teve como intuito realizar uma troca de experiências entre regiões do país, identificando os principais atores envolvidos na política do setor elétrico, a forma como agiam, bem como as estratégias e práticas dos movimentos.¹⁸⁰ Após esse encontro, as organizações locais e regionais dos atingidos foram impulsionadas, levando à criação de comissões e movimentos em outros territórios, o que culminou, em 1991, no I Congresso Nacional do Atingidos por Barragens, em Brasília e na criação formalmente do Movimento dos Atingidos por Barragem como “um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis”¹⁸¹. De um lado, como resposta popular às violações de direitos humanos em torno da implementação de grandes projetos de hidrelétricas, que incluem deslocamentos compulsórios, perda do território cujas relações são culturais, identitárias e geracionais e, do outro, organizado nacionalmente passa a pautar um projeto energético popular e justiça socioambiental.

¹⁷⁸ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **MAB 30 anos de lutas**: a força dos atingidos e atingidas.

¹⁷⁹ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **MAB 30 anos de lutas**: a força dos atingidos e atingidas.

¹⁸⁰ COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS; CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Terra sim, barragem não**: I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, 1989.

¹⁸¹ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Quem somos**. Disponível em: <<https://mab.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 01.jan.2022.

Para entender as especificidades e particularidades das mulheres em um contexto de construção de barragens e dentro do movimento, o MAB entre os anos de 2007 a 2010 realizou em diferentes regiões do país encontros de mulheres atingidas a fim de “construir coletivamente um entendimento de como as barragens afetam a vida das mulheres”¹⁸², o que dá origem à cartilha: “O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens”¹⁸³ publicada em 2010 pelas mulheres do MAB em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU). Neste mesmo ano, foi divulgado o Relatório da Comissão Especial de Barragens do Conselho Nacional de Direitos Humanos, o então Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, marco significativo de sistematização das violências sofridas pelos atingidos e que evidencia as mulheres como vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operação de barragens. Elas não apenas são expulsas da agricultura e de suas terras, mas na implementação de uma barragem, elas sofrem uma série de violências na combinação mais cruel do capitalismo, patriarcado e racismo. Entre as violências, os documentos destacam quatro eixos centrais: 1) violências em torno da participação política e relação com as empresas, 2) as violações ao mundo do trabalho, 3) perda dos laços comunitários e familiares e 4) as violências físicas e sexuais.

No eixo da participação política e relação com a empresa, o resultados dos encontros constatou uma ausência de mulheres nos espaços deliberativos e de negociação com as empresas. Esta ausência não é surpresa se pensarmos que nas estruturas sociais, as mulheres historicamente foram condicionadas ao ambiente doméstico e expulsas dos espaços públicos e decisórios, como os de negociação. Com isso, soma-se um conjunto de precariedades no acesso a serviços básicos como transporte público, sistema de saúde e assistência social, que prejudicam a participação dessas mulheres. As comunidades, não poucas vezes, localizam-se em territórios afastados, “mais distantes dos espaços urbanos, onde normalmente se realizam as reuniões, mobilizações e decisões políticas.”¹⁸⁴

Dentro do MAB, a ausência de mulheres nos espaços de resistência esteve presente desde as organizações iniciais, indo de encontro com as reflexões de Maria José Carneiro, sobre a participação política e condição social de gênero das mulheres do campo. Segundo a autora, a presença das mulheres nos espaços dos movimentos se dava “através da

¹⁸² MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Mulheres e Arpilleras**. Disponível em: <<https://mab.org.br/mulheres/>>. Acesso. 12.jan.2022.

¹⁸³ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**. São Paulo: [MAB], 2011.

¹⁸⁴ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**, p.16.

participação dos respectivos maridos ou de outros familiares”, em que a liderança era estabelecida após a morte do marido, fato que a conduzia a substituí-lo. Outro ponto interessante do seu texto é que, para muitas dessas mulheres, a sua condição feminina não era uma questão, pois predominava “uma consciência da igualdade entre homens e mulheres, alimentada pela luta contra a desigualdade social”, no entanto, a validação era sempre evocada ao referenciadas, na utilização de termos como viúva seguida do nome dos respectivo marido, mesmo elas tendo demonstrado uma capacidade singular de liderança.¹⁸⁵ Isso pode ser exemplificado no relato extraído do documentário publicado MAB em 2016, em que uma atingida da barragem de Itá nos idos de 1980, parte da CRAB, faz o seguinte comentário:

No início, eu estava muito sozinha como mulher, mas eu fui uma liderança na minha comunidade. Brincavam que eu tinha um banheiro feminino só pra mim, porque eu fui a única mulher entre os 120 homens na Comissão dos Atingidos. E então a comunidade viu que tinha que se organizar e isso foi muito importante.¹⁸⁶

A participação dessa única mulher, em um grupo de 120 homens, é possibilitada por uma condição introduzida no início do relato de sua história de vida: a de esposa. No mesmo documentário, um dos filhos da atingida expressa tamanha ousadia da mãe, já que naquela época uma mulher era considerada “puta” caso participasse, o que revela que a condição de “validação” e “respeito” era proveniente da presença dos maridos.

No que pese esse contexto, os estudos do MAB verificam que a exclusão das mulheres nesses processos, gera um sentimento de não pertencimento ao grupo de resistência, de outra parte, quando participam das reuniões, têm suas contribuições desqualificadas, segundo relatos trazidos na cartilha de 2010: “os homens é que falam’ ou ainda, que ‘elas podem falar, mas na hora de decidir a opinião delas não é levada em consideração’”¹⁸⁷. A empresa reforça ainda mais a violência destinada às atingidas, já que elas são vítimas preferenciais de chantagens e pressão por parte das empresas construtoras. Essa investida pode ser vista no relato de uma atingida pela barragem de Santo Antônio (RO): “A assistente social diz pra gente aceitar a proposta da empresa porque a barragem e a empresa não são nossas inimigas. Querem trazer o progresso pra região e dar vida melhor pra gente. Dizem que

¹⁸⁵ CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2013, p.11-12.

¹⁸⁶ ARPILLERAS, bordando a resistência. Direção: Adriane Canan. Produção: Coletivo de Mulheres do MAB. São Paulo: MAB, 2017.

¹⁸⁷ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**, p.16.

vão dar casa na cidade e que lá é melhor que aqui. Que temos que convencer nossos maridos.”¹⁸⁸

O segundo eixo, trata-se do não reconhecimento do trabalho doméstico e no campo associado a um conceito patrimonialista e patriarcal de atingido. Aqui retomo as lições de Hirata e Kergoat sobre divisão sexual do trabalho, apresentadas no tópico anterior, analisando-as sobre a ótica da concepção de atingidos.¹⁸⁹ Em certo texto do MAB sobre as atingidas, apresenta-se essa realidade:

Quando perguntada se trabalhava, uma mulher atingida pela barragem de Santo Antônio, em Rondônia, respondeu que não. Mas quando perguntada sobre suas atividades diárias, ela respondera: “Eu trabalho na roça. Acordo, dou comida aos bichos, vou roçar, mas já deixo o feijão e a mistura no fogo, e volto para colher as verduras que o homem vende na cidade.”¹⁹⁰

Como podemos ver, o trabalho que a mulher desempenha em casa e no campo é considerado ajuda, o que contribui para sua dupla ou tripla jornada de trabalho, se considerarmos o cuidado com os filhos, entre dar banho, alimentar e outras atividades. Mas o que evitam mencionar é que é um trabalho que nunca termina, é chamado de não trabalho, pois não é remunerado. Esse não reconhecimento do trabalho das mulheres atingidas, aliado ao conceito patrimonialista e patriarcal de atingido, perpetrado também pelos órgãos estatais, reproduz um processo de violência que pode ser verificado nas próprias falas das atingidas e dirigentes do Movimento:

Logo no início, houve um choque, pois, as mulheres não recebiam a casa se não tivesse a presença masculina para assinar. A mulher não era proprietária. Esse tratamento da empresa com seu processo patriarcal e acirrou a discussão sobre machismo. Percebíamos também nas discussões que quando as mulheres falavam era diferente quando de quando os homens falavam. A empresa ouvia mais os homens.¹⁹¹

Neste caso acima, a empresa condicionou a continuidade da negociação e indenização sobre a propriedade à assinatura dos documentos necessários pelos ex-cônjuges, mesmo estando estas mulheres separadas há mais de anos, e muitas, diante das circunstâncias, mesmo indignadas, pediram as assinaturas e documentos, o que resultou em ameaças e violências a estas mulheres pelos ex-maridos, incluindo chantagens e extorsões. Devemos

¹⁸⁸ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**, p.19.

¹⁸⁹ HIRATA, H; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**.

¹⁹⁰ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**, p.11.

¹⁹¹ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A violência contra as mulheres no contexto da UHE Belo Monte (PA). Dossiê**. Altamira: MAB, 2018, p.21.

lembrar também que, até 1986, o INCRA exigia das mulheres solteiras comprovação da qualidade de dependentes dos pais ou irmão para receber lotes de assentamento, e a titulação conjunta de lotes, prevista no artigo 189 da Constituição de 1988, não foi efetivada até 2003, ou seja, a propriedade continuava ao longo de 10 anos a ser registrada no nome do marido, o que se altera com as regulamentações pela Portaria nº 981/03 INCRA e Instrução Normativa 38/07 INCRA.

Há o desafio ainda de não conseguirem comprovar as atividades que exerciam anteriormente, a maioria informais: comercialização de cosméticos, atividades alimentícias, prestação de serviços. Para uma atingida da comunidade Itueta - MG, questionada sobre o que mudou, ela informa: “Mudou tudo, pois vendia salgado e doce na linha férrea e tive que mudar para longe dela.”¹⁹² Com a barragem, “elas perdem o trabalho gerador de renda, não facilmente reestruturáveis em outras áreas,” contribuindo para seu empobrecimento e dependência. Além do mais, enfrentam dificuldades para o “trabalho urbano, já que boa parte delas são camponesas, vivem da terra e, quando deslocadas, vão para a periferia das cidades tendo que trabalhar em frentes de trabalho para as quais não foram preparadas.”¹⁹³ O MAB chama atenção ainda para a questão racial, visto que, a maioria das mulheres atingidas por barragem, na Amazônia, são mulheres negras, indígenas e trabalhadoras, estando mais sujeitas à precarização e à informalidade.¹⁹⁴

No eixo da convivência familiar e comunitária, com a barragem vem a desestruturação das relações familiares, comunitárias e, como no caso das mulheres indígenas e quilombolas, seculares. A barragem provoca não apenas o deslocamento físico, mas um deslocamento no modo de vida, com destruição de vínculos comunitários, culturais e solidários que, para as mulheres constituem verdadeiras redes de apoio familiar, como relata uma atingida pela barragem de Santo Antônio, da comunidade Joana D’arc: “Sou mãe solteira e tenho três filhos pra criar. Ela (outra atingida) aqui que olha meus filhos quando preciso vender as coisas. Ela vai sair, como será? Às vezes não tenho o que dar de comer aos meus filhos e ela quem ajuda!.”¹⁹⁵

No eixo das violências físicas e sexuais, os estudos do MAB verificaram um aumento dos casos de mercantilização dos corpos, a prostituição e exploração sexual de crianças e

¹⁹² MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Atingidas por Barragem: costurando direitos** Dossiê mulheres atingidas. Dossiê. Brasil: MAB, 2015, p.33

¹⁹³ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**, p.13.

¹⁹⁴ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A violência contra as mulheres no contexto da UHE Belo Monte (PA)**, p.8.

¹⁹⁵ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**, p. 20.

adolescentes em torno das construção das barragens, reforçando a noção de que “as violações históricas sofridas pelas mulheres são acirradas com a construção de barragens.”¹⁹⁶ Conforme o Dossiê sobre as mulheres atingidas da barragem de Belo Monte de 2018, para se ter uma ideia, com a barragem em construção, a cidade de Altamira - PA, maior cidade próxima aos canteiros de obras¹⁹⁷, passou de uma população de 99 mil habitantes para aproximadamente 150 mil habitantes em curto período de tempo. Estima-se que a obra tenha concentrado 45 mil trabalhadores entre 2011 e 2013¹⁹⁸, a maioria homens, e uma onda migratória espontânea para a região, não acompanhada por investimentos e ampliações da infraestrutura da região: “O preço dos aluguéis explodiu, hospitais ficaram superlotados, o trânsito virou um caos e o medo da violência aumentou.”¹⁹⁹ O MAB também constatou um crescimento da prostituição, com bordéis instalados próximos aos canteiros de obras para atender aos operários. O que leva a esse aumento? Diversos fatores são verificados, como a ausência de políticas públicas para as mulheres e vulnerabilidade social e econômica. Na construção de uma barragem, as mulheres não são vistas com perfil de trabalhadoras e, como vimos, são as que mais empobrecem com a discriminação de gênero e a postura patriarcal da empresa, dos companheiros e do Estado. Ademais, segundo o MAB, estas atividades envolvem pessoas com influência econômica e política na região, o que torna o tema delicado até mesmo para elas. Como resultado de todo esse cenário, temos um aumento exponencial da violência, conforme dados do Dossiê:

Em 2014, no auge da construção da barragem de Belo Monte, de acordo com a Delegacia da Mulher (DEAM) de Altamira, foram contabilizadas 584 notificações de crimes contra as mulheres na cidade. Em 2018, três anos depois de expedida a Licença de Operação de Belo Monte, somente entre os meses de abril a novembro foram notificados 358 casos.²⁰⁰

Também se consubstancia no assassinato de mulheres que se tornam lideranças, por isso trago à memória Dilma Ferreira Silva que compôs a coordenação regional do MAB, em Tucuruí - PA, atingida pela hidrelétrica Tucuruí no Rio Tocantins. Dilma desempenhava um

¹⁹⁶ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Atingidas por Barragem:** costurando direitos, p.18.

¹⁹⁷ Exatamente 54 km da barragem principal.

¹⁹⁸ NETO, José Queiroz de Miranda. As transformações urbanas em Altamira - PA após uma década de Belo Monte. **Amazônia atitude (online)**, 2021. Disponível em: <<https://amazonialatitude.com/2021/09/28/transformacoes-em-altamira-pos-belo-monte/>>. Acesso em 10.jan.2022.

¹⁹⁹ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A violência contra as mulheres no contexto da UHE Belo Monte (PA)**, p.11.

²⁰⁰ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A violência contra as mulheres no contexto da UHE Belo Monte (PA)**, p.13.

importante trabalho com as famílias atingidas, principalmente com as mulheres, tendo participado do I Encontro de Mulheres Atingidas em 2011, sendo escolhida para a entrega de um documento com reivindicações para a então presidente Dilma Rousseff e compondo o Coletivo de Mulheres do movimento. Foi assassinada brutalmente na madrugada do dia 22 de março de 2019. A repercussão nacional e internacional da sua morte trouxe à vista o “aumento da violência contra defensores de direitos humanos, sobretudo na Amazônia, em uma conjuntura na qual o próprio governo brasileiro incita a violência, discursos de ódio e impunidade.”²⁰¹

Outra lutadora foi Nilce de Souza Magalhães, a Nicinha, que a Turma de direito do PRONERA, na UFPR, escolheu para homenagear e denunciar sua morte e impunidade. Assassinada em 2016, até hoje o crime permanece sem que tenha sido elucidado. Nicinha residia em Abunã, distrito de Porto Velho, no estado de Rondônia, que faz divisa com a Bolívia. Nicinha, como liderança regional do MAB, vinha há anos denunciando ao poder público as reiteradas violações de direitos praticadas na implantação da Usina Hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, cuja construção iniciou em 2009. Entre as diversas localidades atingidas pela construção da hidrelétrica de Jirau no rio Madeira, está o distrito de Abunã, localizado às margens do rio Madeira. Antes de ser assassinada lutava pelo reconhecimento da comunidade como atingida e, então, ter o direito de ser reassentada.²⁰² Todo esse contexto envolvendo as mulheres atingidas reforça a fala de uma atingida pela barragem de Jirau/RO de que: “A mulher vivencia tudo (...) a totalidade da violência da barragem.”²⁰³

Pois bem, a partir da compreensão das violências que sofriam como mulheres atingidas, as mulheres do MAB realizaram, em 2011, na cidade de Brasília, o I Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens, reunindo 500 mulheres, entre elas, como citado, Dilma e outras atingidas de várias regiões do país que “compartilharam suas experiências acerca da violência, das formas de resistência e de organização.”²⁰⁴ Na carta final do encontro, elas assumem explicitamente a intencionalidade organizativa como tarefa dentro movimento, em que dizem:

²⁰¹ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A nossa luta é pela Vida: chega de Impunidade!**. São Paulo: MAB, 2019, p.12.

²⁰² MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A nossa luta é pela Vida: chega de Impunidade!**, p.15-22.

²⁰³ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Atingidas por Barragem: costurando direitos**, p.18.

²⁰⁴ MASO, T. F. **Onde estão nossos direitos? O campo feminista de Gênero bordado pelas Mulheres Atingidas por Barragens**, p.498.

Por isso propomos:

Organizar todas as trabalhadoras (es), sobretudo, aquelas (es) que são atingidas (os) por barragens e por grandes obras de infra-estrutura;

Seguir avançando nos espaços de formação para que através do estudo possamos compreender o atual modelo energético e construir as formas de combatê-lo;

Estimular o protagonismo das mulheres, criando as condições para sua efetiva participação em todos os espaços de decisão política e do processo de organização e luta;

Construir a unidade da classe trabalhadora, a partir da articulação com as demais organizações, especialmente com as categorias e organizações de mulheres, dos eletricitários, dos petroleiros, dos trabalhadores da construção civil, com a Via Campesina, com a Assembléia Popular e com os demais povos da América Latina.

Por fim, nos comprometemos cada vez mais a fazer do Movimento dos Atingidos por Barragens, uma organização bonita, forte, com a participação das mulheres como protagonistas, dos homens, dos jovens e das crianças, fortalecendo a unidade nacional, fazendo a luta por nossos direitos e pela construção de um projeto energético popular.

Mulheres, água e energia não são mercadorias!²⁰⁵

De acordo com Maso, também neste ano houve um processo de formação feminista no intercâmbio com coletivos por meio da Marcha Mundial de Mulheres, que aproximou de uma consciência da opressão pela desigualdade do modelo energético o que estava combinado com as opressões de gênero e raciais.²⁰⁶ Assim, nessa necessidade de organização das mulheres do movimento, foi criado o Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, formado por cerca de 45 mulheres, representantes da coordenação de cada região, como uma instância representativa das mulheres com a tarefa de pensar metodologias que fossem capazes de associar a formação de gênero com a denúncia das violações de direitos humanos das mulheres atingidas. Na busca por uma metodologia feminista popular de trabalho com as mulheres, o Coletivo Nacional de Mulheres do MAB teve contato com o trabalho popular das *arpilleras*²⁰⁷ chilenas. Uma técnica de bordado tradicional, de origem nas Islas Negras, área costeira no centro Chile, se tornando uma técnica conhecida pelos trabalhos da artista Violeta Parra. Na ditadura militar liderada por Augusto Pinochet no Chile, entre os anos de 1973-1990, a técnica recebe cunho político e de denúncia pelas “mulheres dos subúrbios que perderam filhos, maridos, sobrinhos, e se reuniam nas igrejas em busca de informações.”²⁰⁸

²⁰⁵ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Carta final do Encontro Nacional das mulheres do MAB.** Brasil, 2011. <<https://mab.org.br/2011/04/08/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab/>>. Acesso em 1.jan.2022.

²⁰⁶ MASO, T. F. **Onde estão nossos direitos? O campo feminista de Gênero bordado pelas Mulheres Atingidas por Barragens.**

²⁰⁷ O termo *arpillera* se refere a tecidos latino-americanos utilizados para ensacar batatas e arroz, ou também nomeia a técnica de bordado e costura manual sobre tela de sacarias e juta. Ver FREIRE, Ralyanara. Bordando transgressões arpillera e a luta de mulheres contra Belo Monte. In: Congresso Epistemologias do Sul, 1., 2016, Foz do Iguaçu. *Anais...*, v. 1, n. 1, Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2017.

²⁰⁸ MASO, T. F. **Onde estão nossos direitos? O campo feminista de Gênero bordado pelas Mulheres Atingidas por Barragens**, p. 508.

Assim, em 2014, mulheres atingidas de cinco estados brasileiros participaram da exposição na Argentina “Retalhos Testemunhais, arpilleras do Chile e outras latitudes”, no Parque da Memória em Buenos Aires, em que tiveram o primeiro contato com as *arpilleras* chilenas, concretizado por Esther Vital, naquele momento coordenadora de projetos do MAB e a curadora internacional Roberta Bacic. A exposição contou com dois momentos, que consistiram em conhecer a exposição das *arpilleras* chilenas e aprender a fazer na prática as *arpilleras* através de oficinas.²⁰⁹ Foi neste contato, aprendizado e inspiração na história das *arpilleras* chilenas que o MAB institucionalizou a técnica como metodologia de trabalho com as mulheres atingidas, conforme explica Anita que compõem a Turma Nilce:

Então, essa metodologia das *arpilleras*, ela é inspirada nas arpilleras chilenas, que as mulheres bordavam juntas denúncias sobre os refugiados, o pessoal que estava, inclusive desaparecido na ditadura do Chile. Inspirado nisso, a gente pegou essa técnica e levou para as mulheres atingidas por barragem. Então, como é que funciona assim? Basicamente a gente se reúne com essas mulheres e conversa sobre situações que elas estão enfrentando dentro, seja no contexto de rompimento de barragem, seja um contexto de construção de barragem, a gente conversa a partir desta realidade, e depois a gente provoca que elas coloquem essa realidade no bordado.²¹⁰

Com esse jeito de fazer, o Coletivo de Mulheres do MAB toca em temas sensíveis e leva as mulheres a refletirem sobre sua realidade. Segundo Maso, a adoção de uma proposta de oficinas pelo método popular “formação de formadores” torna essas mulheres multiplicadoras e protagonistas. Neste sentido, o MAB projetou “Arpilleras, bordando a resistência” a fim de “mapear as principais violações de direitos que as mulheres atingidas por barragens sofrem”, usando a técnica têxtil.²¹¹ De modo que, em um primeiro momento foi realizada uma oficina nacional com mulheres de todas as regiões, junto àquelas mulheres que retornaram da Argentina. Nesta oficina, aconteceu o que foi descrito acima, uma roda de conversa de base feminista, com trocas e relatos sobre as realidades, levando a perceber a dimensão coletiva das violências. Em seguida, elas confeccionam as peças divididas em grupos de 4 ou 5 mulheres: “A mesma lógica era reproduzida nas coordenações de estados, e nas localidades.”²¹² Segundo Maso, a construção das *arpilleras* de forma intencionalizada, foi desenvolvido em 19 estados brasileiros, com mais de 500 peças produzidas e inúmeras

²⁰⁹ PORTES, Fernanda de Oliveira. **Mulheres atingidas por barragens:** expressando resistência através das arpilleras. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Veranópolis, 2017, p.43.

²¹⁰ Entrevista com Anita, MAB/PR.

²¹¹ MASO, T. F. **Onde estão nossos direitos? O campo feminista de Gênero bordado pelas Mulheres Atingidas por Barragens**, p. 510.

²¹² MASO, T. F. **Onde estão nossos direitos? O campo feminista de Gênero bordado pelas Mulheres Atingidas por Barragens**, p. 510.

exposições, que visibilizam e denunciam as experiências dessas mulheres. Destaca-se a exposição no Memorial da América Latina, em São Paulo, em 2015, acompanhada de debates e oficinas; no Centro Cultural da Justiça Federal no Rio de Janeiro, em 2017; e, no Congresso Nacional, em 2020.²¹³ Segue abaixo uma dessas *arpilleras* produzidas intitulada: “Mulheres, água e energia não são mercadoria!”

FIGURA 1 - : “Mulheres, água e energia não são mercadoria!”



Nesta arpillera, várias cenas convergem e criam as condições para que a participação das mulheres seja real: um homem com uma criança no colo representa a necessidade de dividir o trabalho doméstico e de cuidados; a presença de espaços próprios de auto-organização das mulheres ao redor da bandeira do MAB, para fomentar processos de empoderamento; autonomia financeira para poder tomar as próprias decisões; a reivindicação do direito a lutar e não ser criminalizada; o acesso às políticas públicas, como educação, saúde e transporte público de qualidade; assim como o fim da violência doméstica contra às mulheres que são coagidas e chantageadas dentro de casa. No centro da arpillera, as mulheres participam da luta coletiva no grito: “Mulheres, água e energia não são mercadorias!”²¹⁴

Segundo Maso, sobre o processo de consciência dessas mulheres que participam das oficinas, a “participação revela que, ao costurar suas histórias, as mulheres repensam a ideia e

²¹³ MASO, T. F. **Onde estão nossos direitos? O campo feminista de Gênero bordado pelas Mulheres Atingidas por Barragens**, p. 510.

²¹⁴ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Mulheres, Água e Energia não são Mercadoria!**. (online). Disponível em: < <https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/mulheres-agua-e-energia-nao-sao-mercadoria/>>. Acesso em 10.jan.2022.

o lugar tradicionalmente atribuído às mulheres,” e adquirem uma consciência organizativa e em direitos. Uma delas relata:

Agora, é um ponto bom, falar das mulheres e do movimento, é ótimo. A gente vem para os encontros de mulheres aprende mais, alegre mais, tem mais vista para mundo lá fora, tem mais visibilidade, tem mais direitos. A gente faz até é pouco encontro. Abrissem os olhos para que temos direitos em casa, no serviço, com os amigos. Com as Arpilleras, o trabalho das mulheres, eu acho que a gente deveria retratar mais, expor mais o que as mulheres sentem, porque muitas mulheres em casa elas não conversam, muitas vezes nem com seus próprios maridos.²¹⁵

Para o MAB, “o trabalho com a técnica têxtil permite que essas mulheres construam uma identidade coletiva, num encontro de lugar, voz e história. Logo, aquilo que era uma negação individual ao ser partilhada no grupo torna-se social.” Igualmente, “a reflexão na construção de uma única peça faz com que aquelas dimensões negadas encontrem ‘fios comuns’, revelando a possibilidade de construção de denúncias coletivas de violações.” Elas transcendem a condição de vítimas para defensoras de direitos humanos através do bordado. Para Maso, o caminho da costura coletiva torna-se um processo legítimo e transformado através do compartilhamento de novos valores, teorias e ações, que irão se colocar frente à estrutura de dominação e exploração das mulheres. Sendo assim, “abre espaço para criar originalidade na resolução do conflito.” “Bordar, torna-se ato criativo para transcender a violência,” devolvendo a autoestima dessas mulheres que veem suas produções em exposições, correndo o país. Sobre o olhar Anita, a *arpillera* permite ser um espaço coletivo de troca, de auto-organização e de diálogo com os companheiros, conforme diz:

Então assim, eu acho que essa metodologia, ela é feita principalmente com a base, principalmente com as mulheres das comunidades, ela foi fundamental pra auto-organização das mulheres, e também pra esses momentos mais coletivos. Então também é como é que aquela imagem, aquilo transformado no que realmente a gente denuncia, também impacta para os homens, para os companheiros da organização, assim, acho que isso é algo fundamental.²¹⁶

Portanto, a trajetória das mulheres do MAB envolve não somente um contexto de violências inauguradas com a colonialidade de gênero, mas a recriação de pedagogias, que se colocam como verdadeiras práticas e propostas contra hegemônicas, como afirma Claudia Korol, consubstanciadas em um movimento educativo que se baseia na própria cotidianidade das mulheres, ou melhor dizendo, um movimento educativo de base popular que se constrói

²¹⁵ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Atingidas por Barragem:** costurando direitos, p.20.

²¹⁶ Entrevista com Anita, MAB/PR.

na práxis, dentro dos movimentos populares, em que as mulheres são as sujeitas da transformação social.²¹⁷

1.3.3 Toda mulher quilombola é sinônimo de resistência²¹⁸

O ponto de partida para compreender singularidades das mulheres quilombolas é assimilar dois conceitos fundamentais extraídos de suas trajetórias e relação com a terra: o de quilombo e o de territorialidade. De acordo com Vera Silva, há uma pluralidade de olhares sobre o conceito de quilombo, o qual se reveste da complexidade resultante da dinâmica social. Para a autora, essa via dialoga com os campos de conhecimento antropológico e historiográfico, com a intelectualidade do movimento social negro. Ela pontua que nesse processo é perceptível a fluidez de um conceito que abrange para além de categorias oficiais, datas fechadas em “fugas”, “isolamento” e “reminiscências”, mas também informado por sujeitos e trajetórias sociais, por vezes invisibilizados ou estigmatizados na leitura social que trazem.²¹⁹

No seu estudo, a autora apresenta alguns pilares da historiografia e antropologia brasileiras. Segundo ela, para que se compreenda o conceito de quilombo, é necessário retomar dois períodos de opressão social: a escravidão dos povos africanos até o final do século XIX e a ditadura militar no século XX. Entre esses dois fatos, fulguram as estratégias de oposição à ordem vigente, em que a noção de quilombo vai ser empregada no enfoque da resistência. Já no final do século XX, se revela a pluralidade de contextos e estratégias desenvolvidas pelos sujeitos para além da resistência, mas também na ótica de reconfigurações da organização social.

Ainda de acordo com Silva, os quilombos urbanos e rurais, os quilombos organizados em torno da ocupação, compra ou doação de terras, os quilombos localizados do Norte ao Sul do país, demandam uma gama situacional que desafia conceitos e preconceitos e que instiga a, minimamente, buscar compreender em toda sua complexidade.²²⁰

Por outro caminho, Beatriz Nascimento assevera que, conhecer a história do povo negro no Brasil é retomar a historiografia dos quilombos, e não da escravidão como faz a historiografia oficial, que nos conta um passado de violência, submissão e de ruptura dos/a

²¹⁷ KOROL, C. **Hacia una pedagogía feminista**, p.21-22.

²¹⁸ Título da notícia da Organização de Direitos Humanos Terra de direitos sobre o processo organizativo das mulheres quilombolas de Santarém - Pará, acompanhado pela entidade.

²¹⁹ SILVA, Vera Regina Rodrigues da. A gênese do debate e do conceito de quilombo. **CADERNOS CERU**, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008.

²²⁰ SILVA, V. R. R. **A gênese do debate e do conceito de quilombo**.

negros/as com seus ascendentes e suas origens culturais. Ao contrário disso, a autora explica que quilombo é uma instituição africana da diáspora no país, que nos liga tanto ao passado africano quanto à própria trajetória no país a que fomos postos. O quilombo, assim, carrega uma identidade pessoal, coletiva e histórica, composta de diferentes formas de resistência ao longo de sua história, seja ela religiosa, artística, de hábitos ou política.²²¹

Inclusive ela nos conta que, o termo quilombo remete a palavra kilombo que designava a característica nômade da etnia Imbamgala no continente africano que tinha como característica estar aberto a todos os estrangeiros que passavam pelo rito de iniciação. O rito consistia na circuncisão em que jovens de várias etnias integravam a comunidade Imbamgla, este rito de passagem era chamado kilombo, assim como, o local sagrado de sua realização. Outro aspecto interessante que a autora aborda é a primeira menção da palavra quilombo nos documentos oficiais portugueses, já em 1559. É relevante, à vista que o primeiro navio negreiro que desembarcou no país, sabe-se, tenham chegado em 1530 na a expedição de Martim Afonso de Souza vindo da Guiné²²², o que denota que o processo de resistência esteve presente em todos os momentos. É tanto que, a resistência do quilombo de Palmares o fez existir por quase um século, enfrentando as trocas holandesas e portuguesas, vencendo a maioria delas em condições desiguais. Com o tempo e crescimento de quilombos pelo país, uma primeira definição de quilombo foi dada pelos portugueses em 1720 como “toda habitação de negros fugidos que passam de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantadas nem se achem pilões neles.”²²³

Neste sentido, Alessandra Schmitt, Maria Turatti e Maria Carvalho pontuam que:

A promulgação da constituição e a necessidade de regulamentação do Artigo 68 provocaram discussões de cunho técnico e acadêmico que levaram a esta revisão dos conceitos clássicos que dominavam a historiografia sobre a escravidão, instaurando a relativização e adequação dos critérios para se conceituar quilombo, de modo que a maioria dos grupos que hoje, efetivamente, reivindicam a titulação de suas terras, pudesse ser contemplada por esta categoria, uma vez demonstrada, por meio de estudos científicos, a existência de uma identidade social e étnica por eles compartilhada, bem como a antiguidade da ocupação de suas terras e, ainda, suas

²²¹ NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Afrodiáspora: **Revista do mundo negro**, nº 6-7. Ipeafro, 1985, p.41-49.

²²² DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. Tráfico de Escravos. **Arquivo Nacional e história Luso-brasileira**, Rio de Janeiro, 23 de fev. de 2018. Disponível em: <http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5141&Itemid=336#:~:text=Os%20primeiros%20escravos%20negros%20chegaram,geral%20Salvador%20Correa%20de%20S%C3%A1.>>. Acesso em 22.abr.2022.

²²³ NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra, p.43.

práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.²²⁴

Para as autoras, há consonância com o mais atual conceito antropológico a condição de remanescente de quilombo, também definida de forma dilatada e enfatiza os elementos identidade e território. Neste sentido, o conceito de território é designado por um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico. O sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam.

De acordo com Neusa Gusmão, estes dois conceitos são fundamentais e estão sempre inter-relacionados no caso das comunidades negras rurais, pois a presença e o interesse de brancos e negros sobre um mesmo espaço físico e social revela, no dizer de Bandeira, aspectos encobertos das relações raciais.²²⁵ Segundo Barbara Souza, os conflitos de terra envolvendo quilombolas estão intimamente atrelados a lei de terras de 1850, primeira tentativa de regularização fundiária no país, “que proibia a aquisição das terras a não ser pela via da compra”²²⁶. A lei de terras “possibilitou a manutenção da concentração de terras no Brasil, regulamentou a propriedade privada, principalmente na área agrícola do país, e tornou as terras um bem comercial, tirando delas o caráter de status social derivado da simples posse.”²²⁷

Deixando nítido seu caráter excludente, visto que a propriedade por compra e venda não era a realidade da massiva população brasileira, e sim de uma pequena burguesia agrária, a lei de terras foi criada na emergência de assegurar a concentração de terra frente a anulação do fim da escravidão. Não por acaso a abolição da escravidão em 1888 (último país no feito) não estabeleceu nenhuma reparação histórica, incluindo a distribuição de terras. Por isso, a luta quilombola tem sido, principalmente, pela demarcação de terras, ante a expropriação e ameaça de grileiros, empreendimentos e mineradoras.

²²⁴ SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Comunicação de Resultados de Pesquisa**, Ambient. soc. (10), Jun 2002. p.3.

²²⁵ GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de Pretos, terra de mulheres**: Terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Fundação Palmares, 1995, p.14.

²²⁶ SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário, e político do movimento quilombola brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de pós-graduação em antropologia social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p.35.

²²⁷ PORTO, Dayse. **Luta quilombola pela terra**: conquistas e marcos históricos. Série especial Na raça e na cor. Brasil: TERRA DE DIREITOS, 2017.

Não menos, apenas 100 anos depois da abolição é que veremos o primeiro marco de proteção de terras quilombolas. A Constituição de 1988 garantiu às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade das terras por elas ocupadas, em seu art. 68, em que prevê “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”²²⁸ Mas a morosidade no processo titulação por órgãos do Estado, expôs estas comunidades a insegurança da posse da terra, abrindo caminho para a sobreposição de interesses do agronegócio sobre os seus territórios, gerando uma gama de conflitos e violências.

Por isso, conhecer a trajetória das mulheres quilombolas é se deparar com histórias de resistência. Sua auto-organização tem aspectos próprios dos povos e comunidades tradicionais. Para elucidar, selecionei dois artigos que representam parte das lutas que vivenciam. No artigo *Mulheres quilombolas e luta pelo reconhecimento* de Saritha Vattathara e Alisson Zarnott, é apresentado o contexto de mulheres de duas comunidades quilombolas do estado do Rio Grande do Sul, sendo elas: a comunidade de Linha Fão e a comunidade Júlio Borges. Estas mulheres protagonizaram e reconstruíram suas identidades em três esferas sociais: na reprodução socioeconômica da família, na organização da vida comunitária e na construção do reconhecimento da comunidade, no sentido de para “dentro” e para “fora” dela.²²⁹

As autoras relatam que por meio de uma revisão bibliográfica e com entrevistas abertas às mulheres das duas comunidades, foi constatado que as mulheres têm papel central na reprodução da vida social da família por meio do trabalho doméstico e da produção de alimentos para o autoconsumo; trabalham em prol da organicidade da comunidade e da preservação de suas culturas; assumem o papel político de coordenar as atividades e participar dos espaços proporcionados pelas instituições públicas.²³⁰

Outro exemplo é o da comunidade Mutuca, no Quilombo do Mata Cavalo (MT). No artigo *Mulheres quilombolas e liderança feminina*, Neudson Martinho, Lígia Oliveira, Pietra Osti e Beatriz Passos relatam a organização matriarcal, a qual quebra e legitima as mulheres como líderes da comunidade. Este estudo buscou desvelar os processos culturais inerentes à construção dos espaços de liderança das mulheres numa comunidade quilombola, de modo

²²⁸ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

²²⁹ VATTATHARA, Saritha; ZARNOTT, Alisson. Mulheres quilombolas e a luta pelo reconhecimento. Cadernos de Agroecologia. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 11., 2020, São Cristóvão. **Anais**. v. 15, n°2. São Cristóvão, 2020.

²³⁰ VATTATHARA, S.; ZARNOTT, A. **Mulheres quilombolas e a luta pelo reconhecimento**, p.5.

específico no que tange aos cuidados com a saúde.²³¹ Os resultados obtidos foram a identificação de uma base organizacional da liderança feminina na comunidade quilombola que se caracteriza como uma herança cultural das mulheres africanas que atuavam junto aos movimentos de resistência dos/as negros/as contra os senhores e fazendeiros, sendo passada de geração a geração entre as mulheres quilombolas.

No entanto, Joana, quilombola da Turma Nilce, comenta que embora as comunidades tenham uma base organizacional que pode ser considerada matriarcal, as mulheres quilombolas ainda são as grandes encarregadas pelos trabalhos domésticos e de cuidado, o que dificulta a participação em espaços de reuniões e lideranças, como retrata:

Por exemplo, vai ter uma reunião, é uma reunião que vai discutir a pauta território, se você convidar, vai na casa e falar: ó, vai ter uma reunião, pra discutir isso, isso, isso e isso; a mulher vai ouvir, vai ouvir também, o homem vai responder. A mulher pode responder, tal e tal, mas, é o homem que vai posicionar: ah não, a gente vai sim, pode deixar. Na hora da reunião, quem vem na maioria é o homem, porque... Ah, e a sua mulher, não veio? Ah não, tinha que fazer almoço, ficou cuidando das crianças, ficou não sei o que, entendeu. As mulheres deixam de ir para a reunião, por conta das demandas domésticas, porém, esse homem vem para a reunião, volta para casa, e a noite que ele discute com essa mulher, diz o que aconteceu e ela dá a opinião dela, e tal. No outro dia, às vezes esse homem tem uma opinião diferente da que ele tinha na reunião presencialmente. Então é nesse ponto que eu te digo, as mulheres contribuem, constituem mais, algumas vezes essa relação do machismo na área rural, ainda faz, impede com que elas estejam como que eu posso dizer, estejam ou sejam reconhecidas como as lideranças.²³²

Com a criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) em 1996, as mulheres quilombolas começaram a ocupar espaços nacionais de articulação, desafiando as estruturas patriarcais e racistas da sociedade. A este respeito, Souza em sua dissertação explica que a CONAQ teve sua gênese nos processos organizativos de comunidades quilombolas em âmbito estadual, com forte destaque para o Maranhão e o Pará, que junto com movimentos negros urbanos e parlamentares se mobilizaram em torno da constituinte de 1988, para que fosse incluído o acesso à terra e políticas públicas destinadas à população negra. Neste bojo, os anos de 1990 seguem nesta linha, com articulações nacionais e internacionais, para que o país ratificasse tratados de combate à discriminação e pela igualdade racial. Fruto desses processos, entre os dias 17 e 19

²³¹ MARTINHO, Neudson Johnson; OLIVEIRA, Lígia Bauer; OSTI, Pietra Andrade de; PASSOS, Beatriz Santos Dos. Mulheres quilombolas e liderança feminina. In: Seminário de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste (SEREX), 9., 2018, Rio Verde. **Anais**. Rio Verde: UniRV, 2018.

²³² Entrevista com Joana, quilombola/PR, em 5 maio de 2021, por videochamada.

de novembro de 1995, foi realizado em Brasília o I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas.²³³

Neste encontro, as comunidades presentes socializam um histórico de luta pelo seu território, com destaque para os Estados do Maranhão, Pará e Bahia, e tomam conhecimento da existência de quatrocentos e doze quilombos espalhados pelo país, o que expressa a necessidade de criação de uma Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas, com a missão de “mobilizar as comunidades nos vários estados da Federação.”²³⁴ Este encontro coincide com a Marcha Zumbi dos Palmares, que reúne 30 mil pessoas na esplanada dos poderes, e se torna um marco para as reivindicações políticas da população negra. No ano seguinte, 1996, acontece o encontro de avaliação do I Encontro Nacional em Bom Jesus da Lapa, Bahia, em que a Comissão Provisória se transforma na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais - CONAQ, concebida como movimento social de âmbito nacional, cuja voz ecoa de comunidades quilombolas do país.

Entre os escritos de Souza, aparece Givania Silva, uma das fundadoras da CONAQ e líder quilombola em Pernambuco, o que demonstra uma participação ativa das mulheres dentro da organização. O destrinchar organizativo das mulheres quilombolas dentro da CONAQ toma impulso a partir da Marcha Nacional das Mulheres Negras, que reuniu em Brasília 50 mil mulheres em 2015 denunciando o racismo e a violência e pelo bem viver.²³⁵

Antes disso, as mulheres da CONAQ já haviam realizados outras atividades, como o Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas, realizado de 13 a 15 de maio de 2014, em Brasília, Distrito Federal. Porém, desde a Marcha Nacional das Mulheres Negras, o processo de mobilização e articulação das mulheres quilombolas se intensificou significativamente.²³⁶

O que se seguiu da Marcha foi uma ampla mobilização das mulheres, com um conjunto de encontros e oficinas entre 2016 e 2018²³⁷ e a formação do coletivo de mulheres

²³³ SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se:** panorama histórico, identitário, e político do movimento quilombola brasileiro.

²³⁴ SOUZA, B. O. **Aquilombar-se:** panorama histórico, identitário, e político do movimento quilombola brasileiro, p.156.

²³⁵ SOUZA, B. O. **Aquilombar-se:** panorama histórico, identitário, e político do movimento quilombola brasileiro.

²³⁶ COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ. Mulheres da CONAQ: organização e luta pela vida das mulheres quilombolas. Nota de rodapé (2). In: ORG. TERRA DE DIREITOS; ORG. COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018, p.184.

²³⁷ Oficina de Mulheres Quilombolas contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, decorrida de 18 a 20 de março de 2016, na Casa Kalunga, em Cavalcante, estado de Goiás; Oficina Regional de Mulheres Quilombolas, decorrida de 06 a 08 de julho de 2016, no Quilombo Tapuió, em Nova Queimada, estado do Piauí; Oficina

dentro da organização. Da ótica de luta dessas mulheres quilombolas está o seu caráter coletivo, expressa no “bem viver”, que “convoca a novas concepções de gestão coletiva dos territórios, dos indivíduos, da natureza, da política, da cultura, dentre outras, da própria vida.” Para o coletivo de mulheres da CONAQ, os direitos das mulheres atravessam os direitos de toda comunidade, em que “seu corpo é defendido enquanto território”, assim como é a defendido a terra de “seus ancestrais e de seus futuros filhos e netos.”²³⁸

Portanto, corpo e terra vão se configurando na história do país como pontos de disputas, mas também territorialidades de defesa para mulheres em diferentes contextos históricos e diferentes movimentos de resistência. Organizadas elas expõem a relação da terra e gênero na estrutura social de poder, e a partir dos espaços que ocupam, reivindicam, sobretudo, o reconhecimento dessa relação, como também produzem práticas e metodologias capazes de mudar o rumo da história, de suas vidas e dos movimentos. A trajetória das mulheres da Turma Nilce de Souza insere-se neste contexto, e partir dele oxigenam novos alcances, por isso merece ser mais bem conhecida, ao que passo a fazer.

Nacional de Mulheres Quilombolas contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver - Região Pantaneira, decorrida de 26 a 28 de agosto de 2016, no Quilombo Mutuca, em Nossa Senhora do Livramento, estado do Mato Grosso; Encontro de Coordenadoras da CONAQ região Nordeste, decorrido de 10 a 12 de março de 2017, no Quilombo Alto Alegre, em Horizonte, estado do Ceará; Oficina Nacional contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, decorrida de 24 a 26 de março de 2017, no Quilombo Maria Joaquina, Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro; Roda de Diálogos sobre a Violência Agrária contra as Mulheres Quilombolas, decorrida de 09 a 12 de abril de 2018, no Quilombo Divino Espírito Santo, em São Mateus, estado do Espírito Santo (COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ. **Mulheres da CONAQ: organização e luta pela vida das mulheres quilombolas**, p.187.)

²³⁸ COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ. **Mulheres da CONAQ: organização e luta pela vida das mulheres quilombolas**, p.187

2 TURMA NILCE DE SOUZA MAGALHÃES: AS MULHERES CAMPONESAS OCUPANDO O LATIFÚNDIO DO SABER-FAZER JURÍDICO

Na trajetória das mulheres do campo, a educação tem sido uma pauta de luta central para sua emancipação. A luta que travam vai desde a construção de escolas em suas próprias comunidades a serem 50% nas turmas profissionalizantes, nos cursos, e espaços formativos dos movimentos. Mais especificamente nos anos finais de 1990, a partir dos movimentos que estão inseridas, elas impulsionam o processo de criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Neste sentido, o Pronera é do ponto de vista institucional uma política pública criada a partir da portaria 10/1998, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e que no ano de 2010, por meio do Decreto nº 7.352 foi incluída nas bases da educação do campo, portanto, uma política pública de educação do campo.

Sobre o enfoque das lutas populares, é fruto da mobilização de movimentos populares do campo e sindicatos rurais, que reivindicavam dentre outras coisas, a educação no/do campo em todos os níveis. Criada em 1998, após pressão dos movimentos e sindicatos ao governo diante do massacre de Corumbiara (1995) e de Eldorado dos Carajás (1996), como forma de justiça social e como resposta a anos de exclusões a que camponesas e camponeses estiveram submetidos - com a falta de acesso, ou quando não, com o acesso precário a uma educação avessa a sua realidade -, o Pronera em seus anos iniciais direcionou-se à alfabetização de jovens e adultos e, para tanto, foi preciso formar também educadores e educadoras. Daí decorrem diversos cursos de pedagogia da terra, a capilaridade da proposta da formação de professores à época, com destaque para o curso de Pedagogia da Terra no Espírito Santo, a que minha mãe pode acessar, criado no final de 1999 por meio da parceria entre o Movimento Sem Terra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Universidade Federal do Espírito Santo.

Neste ensejo, o Pronera avançou igualmente nos cursos técnicos, alguns concomitantes às formações no ensino médio - Técnico em Administração de Cooperativas, Enfermagem, Técnico em Saúde Comunitária, Técnicos em Comunicação - e em cursos superiores que envolviam a lida direta com a terra: Veterinária, Agronomia etc. No entanto, a realidade do campo demandava (e demanda) muito mais, daí terem sido reivindicadas outras áreas do conhecimento, incluindo o direito. Violência no campo, possessórias e políticas públicas são apenas a ponta do *iceberg*, já que, de forma mais ampla, com a formação em

direito se buscava (busca) a garantia das condições básicas de vida aos povos do campo, historicamente marginalizados.

Autoras como Franciele Valadão, Denice Silva, Marisa de Farias et al. ao estudarem as mulheres nas turmas do Pronera, evidenciam o potencial transformador que a educação e a política pública têm na vida dessas mulheres.²³⁹ Isso fica manifesto, quando o Pronera se torna a oportunidade de muitas mulheres camponesas voltarem a estudar, um sonho interrompido pelas dificuldades impostas a vida no campo. Conforme um relato exposto no trabalho de Valadão:

Foi pelo MST que Margarida chegou ao PRONERA. Já adulta, tinha estudado apenas até a 7ª série, quando recebeu o convite da organização para cursar a EJA no Rio Grande do Sul. De acordo com seu relato, foram dois anos até que concluísse o Ensino Médio; ao iniciarem as inscrições para o processo seletivo do curso de graduação em Geografia, foi incentivada junto de outros companheiros a realizar sua inscrição. Desse modo, O PRONERA garantiu que Margarida e diversas outras mulheres pudessem voltar a estudar.²⁴⁰

O ingresso na universidade, nos cursos, significa conquistar autonomia financeira já que a sua presença no roçado, não poucas vezes, se limita a crua forma de ajuda, mas também autonomia política, já que elas relatam maior envolvimento nos espaços de organizações populares. No acesso ao conhecimento, elas tomam consciência das identidades que as atravessam, muitas das quais passam a questionar e a romper estruturas internalizadas e socializadas do patriarcado, tomando para si, sua identidade como mulher, camponesa, lésbica, negra, como identidades políticas. Assim, o Pronera, com seus valores de educação do campo, “desestrutura os pilares capitalistas, do patriarcado e do latifúndio ao despertar a consciência crítica a sua existência como mulher.”²⁴¹

À vista disso, neste capítulo me dedico às experiências das mulheres camponesas na Turma Nilce, Turma pelo Pronera no curso de direito da Universidade Federal do Paraná.

²³⁹ VALADÃO, Franciele Aparecida. **Mulheres camponesas: construindo resistências através do programa nacional de educação na reforma agrária.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2020. SILVA, Denice Batista da. *A Mulher Camponesa no Ensino Superior.* In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; et al (orgs). **Memória e História do PRONERA Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; MENEGAT, Alzira Salete. *Experiência de empoderamento de acadêmicas-mulheres-assentadas no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal Grande Dourados (UFGD).* In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; et al (orgs.). **Memória e História do PRONERA Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

²⁴⁰ VALADÃO, F. A. **Mulheres camponesas: construindo resistências através do programa nacional de educação na reforma agrária,** p.87.

²⁴¹ VALADÃO, F. A. **Mulheres camponesas: construindo resistências através do programa nacional de educação na reforma agrária,** p.103.

Para acessar suas vozes e narrativas, utilizei entrevistas orientadas pela história oral, focalizando nas suas memórias ligadas à Turma, e também para além dela, os ecos na Universidade. As entrevistas foram realizadas entre maio e dezembro de 2021, utilizando plataformas digitais de vídeos chamadas com gravação, por conta da pandemia. Não houve estranhamento aos temas abordados, através do roteiro semiestruturado, nem aos termos utilizados como gênero e feminismo. Por ter composto a Turma, pude perceber que elas se sentiram familiarizadas e à vontade para tocar em temas sensíveis, não havendo uma hierarquia ou distanciamento entre entrevistadora e entrevistadas.

Dessa maneira, investigo o contato inicial dessas mulheres com os movimentos populares do campo, as vivências dentro da Turma e, possibilitadas por este método da história oral, acessei as suas experiências pós-formadas. Nas escolhas das participantes, usei o método de amostragem por cota não probabilística, estabelecendo critérios que representassem a diversidade da própria composição da Turma, quais sejam: regionalidade; etnicidade; movimentos; faixa etária durante o curso; e maternidade.

Assim, restaram abarcadas as regiões Sul, Sudeste e Nordeste.²⁴² Dentro do critério étnico, constam brancas e negras. A Turma não possui indígenas, pela especificidade do programa. Sobre os movimentos contemplados, temos o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), Comunidades Quilombolas ou Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) e Pastoral da Juventude Rural (PJR). Ficou de fora o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) pela ausência de mulheres na Turma do movimento. A faixa etária de ingresso na Turma manteve-se diversa, dos 17 aos 35 anos, bem como as perspectivas sobre a maternidade, com mulheres que se tornaram mães antes, durante e depois do curso. Ademais, 2 já tinham outra graduação antes de ingressar na Turma, 2 tinham recém saído do ensino médio, e 1 estava há mais de 15 anos fora da sala de aula. As outras 4, diferenças de 1 ano de formadas no ensino médio.

Por que história oral para acessar a narrativa dessas mulheres? Para Paul Thompson, a história oral, de forma ampla, é a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas por meio da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências.²⁴³ Configura um método interdisciplinar com presença de diferentes áreas do conhecimento, desde a sociologia, antropologia, história, como neste caso o direito. Para Verena Alberti, uma

²⁴² Não conseguimos incluir na pesquisa as regiões norte e centro-oeste, pelas particularidades das duas estudantes dessas regiões.

²⁴³ THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **Revista História Oral**. v. 5, p.9-28, jun. 2002, p.9.

das peculiaridades da história oral é a proposta da “recuperação do vivido, concebido por quem viveu”²⁴⁴. Para Alessandro Portelli a história oral é “ciência e arte do indivíduo”²⁴⁵ capaz de fornecer padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, isto porque se utiliza das memórias de indivíduos que testemunharam acontecimentos, conjunturas, instituições etc. Neste sentido, indivíduo e memória são fundamentais.

A memória nada mais é do que um instrumento biológico-cultural de diálogo entre o vivido (passado) e o que se vive (presente) em uma dinâmica de lembrar e esquecer. O que se esquece e porque se esquece tem igual relevância sobre o que se lembra e porque se lembra, por isso a memória não pode ser reduzida apenas a lembrança, mesmo que em muitos casos esta seja a intenção. Assim, a memória constrói no presente a sua percepção do passado.

Sendo a memória uma construção do indivíduo, Portelli afirma que “a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas.”²⁴⁶ Com base nisso, a história oral configura um método da diferença e igualdade, pois tem em sua estrutura a busca por encarar o coletivo sem que, com isso, uniformize ou ignore as diferenças. Sobre esta perspectiva, o que se busca são as memórias coletivamente compartilhadas, situando-as próximas aos indivíduos que nos contam, de maneira a reconstituir a experiência humana vivida em grupo.²⁴⁷ Isso implica a possibilidade de narrativas muitas vezes conflitantes entre si, pois o vivido é lembrado de forma diferente por cada indivíduo, que, ao contar algum acontecimento atribui diferentes configurações de importância ou de percepção. Portanto, o que importa na história oral não são, exclusivamente, os padrões que transcendem a pessoa, mas captar os padrões levando em conta as “variações e transgressões individuais concretas.”²⁴⁸

Como vimos, a história oral embasa-se na realização da escuta de pessoas que presenciaram ou testemunharam acontecimentos ou conjunturas, como forma de se aproximar do objeto de estudo. O objetivo é recuperar memórias e resgatar experiências vinculadas por traços comuns. Dessa forma, o testemunho oral - junto à memória - é um instrumento privilegiado dentro da história oral. Por meio dele, conseguimos acessar ideias e sentidos, e é

²⁴⁴ ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, v.1, 2004, p.23.

²⁴⁵ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Revista Ética e História Oral**, São Paulo, v. 15, p.13-49, jul/dez .1997, p.15.

²⁴⁶ PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral, p.16.

²⁴⁷ PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral.

²⁴⁸ PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral, p.16.

formado não apenas pela fala, com seus sons e ritmos, como também por gestos e expressões, transmitindo a subjetividade com que cada um/a experimenta a realidade.

As fontes orais permitem o resgate do indivíduo como sujeito no processo histórico e constituem-se como documentos gerados no momento da entrevista, legítimos tanto pelo seu valor informativo quanto pelo seu valor simbólico. Dada a importância da fonte oral, saber escutar também é fundamental. A este respeito, uma das discussões entre teóricos da história oral é se ela seria um método ou uma técnica. Seguimos a linha de autores em que a história é um método, o qual não se vale de regras fixas ou de processos mecânicos. Por isso, segundo Portelli, a entrevista, momento em que ocorrem os processos de fala e escuta, tem que estar amparada por uma relação de igualdade, que “não depende da boa vontade do pesquisador, mas de condições sociais.”²⁴⁹ Ele explica que “uma entrevista é uma troca entre sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca.” Essa mutualidade é importante a fim de atingir “uma comunicação menos distorcida e em um conjunto de informações menos tendenciosas.”²⁵⁰

Por outro lado, Thompson aponta para o fato de que o trabalho de pesquisa com história oral possui um leque de potencialidades em termos de temas a serem abordados, sendo: a) vozes ocultas: no acesso à experiências de quem vive às margens do poder, cujas vidas são menos documentadas em arquivos, neste sentido, tem sido muito utilizada na construção da história das mulheres, como também de povos e comunidades tradicionais; b) esferas ocultas: dando acesso a “aspectos da vida da maioria das pessoas que raramente são bem representados nos arquivos históricos”²⁵¹ – a despeito disso, os resultados da nossa pesquisa demonstraram que a vida das mulheres que compuseram a Turma Nilce é fortemente atravessada pelos cortes estruturais da sociedade: gênero, raça/etnia e classe; c) mitos e tradições orais: que podem revelar identidades ou lutas cotidianas, assim como demonstrar influências em comportamentos atuais; d) conexões através das vidas: entre elementos que não são fáceis de se conectar, mas conseguem ser notados na história de vida, a exemplo da forma de criação no âmbito familiar e a criatividade.²⁵²

Na história oral temática, o objetivo é compreender como um tema específico é concebido e significado a partir das narrativas de memórias de um ou mais indivíduos. Os detalhes da vida do narrador e as experiências pessoais adquirem interesse ao revelarem

²⁴⁹ PORTELLI, Alessandro. Forma e significação na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, vol. 14, p.07-24, fev. 1997, p.9.

²⁵⁰ PORTELLI, A. Forma e significado da história oral: a pesquisa como um experimento de igualdade, p.9.

²⁵¹ THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade, p.17.

²⁵² THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade.

aspectos vinculados à temática central. Ela se diferencia da história de vida e da tradição oral, outros desdobramentos da história oral, à medida que a história de vida tem como fonte e objeto a trajetória do indivíduo e como é narrado por ele mesmo, ressaltados aspectos marcantes da existência por quem escreve, não necessariamente ligados a um tema principal. Noutro sul, na tradição oral, o objetivo é mapear e analisar uma prática, um saber tradicional de uma comunidade, de uma cultura, por meio da oralidade.²⁵³

Portanto, o que diferencia a história oral de outros métodos de pesquisa é a capacidade de capturar a subjetividade do expositor, entendida como o movimento pelo qual “as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade.”²⁵⁴ Portelli reforça este entendimento ao afirmar que o único e precioso elemento que as fontes orais têm para oferecer, e que nenhuma outra fonte possui igual, é a subjetividade.²⁵⁵ É um método que permite acessar instâncias mais subjetivas dos informantes e para Alberti, sua importância não está na veracidade de um fato ou ineditismo de alguma informação ou preencher aquilo que não é encontrado em arquivos de fontes escritas, mas na forma como ele é lembrado, por isso, sua intensa ligação com a memória concebida por quem viveu.²⁵⁶

É por isso que nos parece assertivo seu uso e com os fins que ela se propõe, trazendo para o centro as vozes e memórias das mulheres da Turma Nilce de Souza, que carrega a diversidade das mulheres do campo, mulheres em luta. Por isso, escutá-las é, antes de tudo, fundamental. Como recordam e nos contam traz à tona como interpretam o vivido. E como resultado disso, temos memórias compartilhadas e outras dissonantes, influenciadas por diversos fatores. E é com essa diversidade de vozes que este trabalho se enriquece e aproxima da realidade, compondo, como sugere Portelli, “não um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como uma colcha de retalhos, em que os pedaços diferentes formam um todo coerente.”²⁵⁷

Com isso, quero dizer que observo no interior da Turma um processo de formação humana, e desestruturação dos nós estruturais de raça, gênero e raça, que identifico como parte da dinâmica social dos movimentos populares, protagonizado, principalmente, pelas mulheres, na produção de novas relações humanas. É na Turma também, através da política

²⁵³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

²⁵⁴ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, vol. 1, n° 2, 1996, p.1-2.

²⁵⁵ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo: vol. 14, p.25-40, fev. 1997, p.31.

²⁵⁶ ALBERTI, V. **Manual de história oral**, p.23.

²⁵⁷ PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral, p.16.

pública do Pronera, que enxergo um ponto de encontro específico entre a luta das mulheres dos movimentos de luta pela terra e o fenômeno jurídico. Por esta razão, estou em busca não somente para os fatos que narram, mas como elas interpretam e refletem a respeito.

2.1 A ENTRADA DE CAMPONESES E CAMPONESAS NA ARENA DA FORMAÇÃO JURÍDICA

E assim nós fomos pra Goiânia, participar da etapa preparatória, onde nós tivemos toda a convivência coletiva, da mística e do estudo pra esse primeiro vestibular, inédito, que demarcou a entrada dos camponeses nessa arena da formação jurídica, a partir dessa intencionalidade [pro objetivo] dos movimentos sociais da Via Campesina.²⁵⁸

A memória e a experiência individual acima transcrita têm origem em uma conversa que tive com uma educanda da primeira turma pelo Pronera no curso de direito, a Turma Evandro Lins e Silva, iniciada em 2007 na Universidade Federal de Goiás. Apesar da experiência da primeira Turma não ser propriamente nosso objeto, ela é simbólica e configura o ponto de partida para a criação das seis turmas que viriam depois: a Turma Elizabeth Teixeira na Universidade Estadual de Feira de Santana; Turma Eugênio Lyra na Universidade Estadual da Bahia; Turma Nilce de Souza Magalhães na Universidade Federal do Paraná; Turma Fidel Castro na Universidade Federal de Goiás, Turma Frei Henri na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e a Turma Dom Tomás Balduino, Turma de pós-graduação também na Universidade Federal de Goiás.

A trajetória da pronerista citada, de como se aproxima do Movimento Sem Terra e das lutas populares até ingressar na Turma de direito nos foi contada em outubro do ano de 2021, por videochamada. De acordo com ela, o ponto de partida foi sua criação no campo, junto à avó materna, considerada sua segunda mãe, e sua relação com o tio, o que ela concebe como seu tio-pai. É nesta configuração familiar, de luta, de vida no campo que ela se envolve na luta pela terra, com a convivência marcante do tio-pai que, através do movimento, participa das ocupações e é então assentando. Além dessa experiência do tio que a aproxima da luta do MST, ela também se insere nas pastorais da Igreja Católica, ainda criança e depois jovem, o que proporciona uma formação de base religiosa, mas vinculada às causas sociais.

A vivência familiar dentro do MST juntamente com as pastorais da igreja a iniciam em ambientes de luta e de formação que se desdobram na sua iniciação em outros espaços, como a Rede de Educadores Populares e em partidos políticos como no Partido dos

²⁵⁸ Entrevista com Ana Maria, da Turma Evandro Lins e Silva.

Trabalhadores - PT, passando a compor o Setor da Juventude, e na sequência, de forma mais orgânica, o Setor de Direitos Humanos do MST do seu estado. É nessa vinculação direta com os movimentos populares do campo que cursar direito através de uma turma do Pronera surgiu como um horizonte possível. Primeiro como uma novidade, pois nunca antes se ouvira falar de uma turma para beneficiários da reforma agrária no curso de direito:

Então, a turma, pra nós assim, foi uma novidade, digamos assim, quando os estados receberam o comunicado que poderiam indicar militantes para acessar o direito, cursar Direito, pra ajudar na luta do MST, na luta dos trabalhadores. E aí, eu já integrava o Setor de Direitos Humanos nessa época, e com isso foi dialogado que eu poderia participar desse processo seletivo, considerando essa vinculação que eu tinha, tanto familiar, com a luta pela reforma agrária, e também esse processo de contribuição que eu já tinha no Setor de Direitos Humanos no estado, nessa relação com os outros movimentos também, da própria PJMP [Pastoral da Juventude do Meio Popular], do nosso campo, que também respaldou essa possibilidade, que ajudou nessa contribuição pra fazer o vestibular do curso.²⁵⁹

Como única pessoa prestar o processo seletivo da turma no seu estado, ela nos conta que a etapa preparatória rumo ao vestibular, inédito até ali, foi de convivência coletiva, mística e de estudo, aprovando ao final 60 estudantes e concebendo uma turma de 19 estados brasileiros, 48 deles de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e 12 da Agricultura Familiar envolvendo diversos movimentos populares e sindicatos, com um total de 30 homens e 30 mulheres, e com idades entre 17 e 42 anos.²⁶⁰ Ainda, o fator étnico é apontado na pesquisa Hugo Berlamino de Moraes, indicando a presença de 43% de negros e indígenas na turma.²⁶¹

Então, foi nesse sentido que se deu, que nós passamos por esse processo, que nós fomos aprovados, e que nós resistimos e continuamos nessa luta ao longo de cinco anos pra concluir a nossa graduação, considerando que foi a primeira turma e que foi uma turma que foi muito questionada no próprio ambiente jurídico sobre a legalidade da existência dessa turma e que foi muito perseguida também, pelo campo do agronegócio, do campo conservador do Direito, que não admitia a possibilidade de uma turma com essa formatação, composta por camponeses e camponesas oriundas dos movimentos sociais do campo, da Via Campesina e da agricultura familiar. Então, foi nesse sentido que a gente foi se conformando e resistindo e se dedicando pra acompanhar e concluir essa graduação na primeira turma de Direito, voltada pra beneficiários da reforma agrária e agricultores familiares, Turma Evandro Lins e Silva.²⁶²

²⁵⁹ Entrevista com Ana Maria, da Turma Evandro Lins e Silva.

²⁶⁰ MORAES, Hugo Berlamino de. **A dialética entre educação jurídica e educação do campo: a experiência da turma “Evandro Lins e Silva” da UFG derrubando as cercas do saber jurídico**. 225 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

²⁶¹ MORAES, H. B. de. **A dialética entre educação jurídica e educação do campo**, p.189.

²⁶² Entrevista com Ana Maria, da Turma Evandro Lins e Silva.

Além da conformação - que etimologicamente significa “dar forma”, e que aplicado ao contexto das turmas do Pronera refere-se ao processo percorrido entre elaboração do seu projeto à materialização da turma em si, com rostos, cores e sotaques -, a experiência da Turma Evandro Lins e Silva foi marcada pela resistência, já que a Turma é constantemente questionada sobre o local que ocupa e a legitimidade para estar ali, conforme relata a educanda na entrevistada.

O questionamento mais assíduo direcionado à primeira Turma de direito para beneficiários da reforma agrária veio, nada menos, do Poder Judiciário. A Ação Civil Pública (ACP) nº 2008.35.00.013973-0 proposta pelo Ministério Público do estado de Goiás em 2008 marcou os cinco anos da Turma que viveu a incerteza sobre sua conclusão. Antes mesmo do processo seletivo ocorrer em 2007, quando a possibilidade da Turma existir ainda era debatida nas instâncias da Universidade, a proposta já havia sido alvo de dois inquéritos civis públicos, que questionavam sua legalidade, instando órgãos como Ministério da Educação (MEC), OAB e o INCRA a se manifestarem, obtendo pareceres favoráveis desses órgãos e, no caso do Ministério Público, pareceres contraditórios, já que no primeiro inquérito reconhece a legalidade, o que levou ao seu arquivamento, e no outro assume um entendimento diverso, propondo a partir daí a ACP em 2008. A alegação do MP para paralisação da Turma centrava-se no suposto desvio de finalidade dos recursos do Pronera, já que o curso de direito não estava atrelado à “qualificação rural” para o trabalho e que um “tratamento diferenciado” a determinado grupo lesionaria o princípio da igualdade.

A este respeito, Marcos Afonso Spiess, ao analisar a controvérsia judicial em torno da Turma, verifica o impacto que as matérias jornalísticas tiveram neste contexto como grandes mobilizadoras do poder judiciário e influenciadoras dos principais argumentos usados na ACP pelo Ministério Público, cujos títulos das matérias juntadas aos autos eram:

*UFG monta cursos para movimentos de sem-terra; Cursos da UFG para sem-terra causam reação: empresários temem aumento de invasões de terra e vão pedir explicações a reitor da instituição. Professor diz que proposta é inconstitucional por privilegiar segmento específico”; e Faeg quer discutir cursos para sem-terra.*²⁶³
(itálico do autor)

Para demonstrar a tamanha importância que as mídias tiveram, ele resgata a portaria do primeiro inquérito instaurado pelo MP que conferia o seguinte enunciado:

²⁶³ Spiess ainda relata que, todas as matérias juntadas aos autos foram produzidas pelo jornal goiano “O Popular”. SPIESS, Marcos Alfonso. **Etnografia de uma Controvérsia Judicial sobre a Educação Jurídica no Campo: O caso Turma Evandro Lins e Silva**. 237 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019, [p. 115].

Considerando que a *mídia goiana* vem divulgando constantes matérias a respeito dos projetos formulados pela Universidade Federal de Goiás para a criação de cursos superiores a determinados segmentos específicos da sociedade;
 Considerando que, *segundo o noticiado*, a Universidade Federal de Goiás mantém projetos para dois novos cursos de graduação [...];
 Considerando que, *segundo a imprensa*, os projetos conduzidos pela Universidade Federal de Goiás, para a inauguração destes dois novos cursos, já foram aprovados pelos Conselhos Diretores das Faculdades de Direito e Educação [...];
 Considerando que, hodiernamente, a polêmica questão da criação dos dois novos cursos privilegiando segmentos específicos da sociedade vem sendo *amplamente discutida pela mídia local* e chegou ao conhecimento público, causado indignação em vários setores da sociedade goianiense. (itálico do autor).²⁶⁴

Do ponto de vista de Spiees, o poder judiciário também assume posicionamento controverso diante da sentença da 9ª Vara Federal da Subseção de Goiás que dá provimento ao pedido da ACP e determina a extinção da Turma e, do outro lado, a decisão do Tribunal Regional da 1ª Região que reformou integralmente a sentença, reconhecendo a falta de interesse de agir do MP em virtude da ausência de fatos novos em relação ao segundo inquérito e aplicação do princípio da unicidade às decisões da instituição. De acordo com ele, em segunda instância temos uma análise mais pró-forma, voltada para os pareceres jurídicos e distante das notícias locais. Além disso, é apenas em segunda instância que membros da Turma são admitidos e se manifestam pela primeira vez:

Podemos apontar, ainda, que o próprio desenvolver da demanda judicial coloca os movimentos sociais em segundo plano, vez que somente após a sentença, quando dos recursos da decisão de primeiro grau, é que alguns alunos são admitidos para figurar na demanda judicial como terceiro interessado. Com base nesses lugares periféricos (ou nos não lugares) que são ocupados pelos movimentos sociais, percebemos que nem sempre é garantida uma participação ativa dos movimentos sociais do campo e das próprias comunidades na implementação dessas políticas. De atores políticos na construção de uma política pública, os sujeitos do campo acabam sendo objetificados pelas ações estatais, tornando-se beneficiários do programa, isto é, polo passivo das políticas públicas.²⁶⁵

Embora a análise do autor se restrinja ao exame do processo, o caminhar histórico da turma aponta um protagonismo dos/as educandos/as na discussão e construção da peça recursal em sala de aula, evidenciando a importância do conhecimento jurídico para sua defesa, deslocando a condição de objetos para sujeitos.

A Turma Nilce de Souza apesar de não ter enfrentado questionamentos na esfera judicial e tenha tido menos repercussão na mídia local, os embates em torno da sua construção se dão no seio da Universidade e de sua comunidade acadêmica. Na qualidade de quarta

²⁶⁴ SPIESS, M. A. **Etnografia de uma Controvérsia Judicial sobre a Educação Jurídica no Campo**, [p. 111].

²⁶⁵ SPIESS, M. A. **Etnografia de uma Controvérsia Judicial sobre a Educação Jurídica no Campo**, [p. 84].

Turma de direito pelo Pronera e única no Sul do país, a experiência das mulheres da também será afetada. Por isso, antes de entrarmos na análise da amostra de trajetórias de mulheres da Turma Nilce de Souza Magalhães, é imperioso percorrer o caminho histórico de sua construção, sempre dialógica com a Turma Evandro Lins e Silva, a fim de evidenciar suas dinâmicas e especificidades, e aquilo que se aproxima e afasta das outras turmas do Pronera no direito.

Dentro da Universidade Federal do Paraná, a proposta de criação de uma turma do Pronera no curso de direito inicia com o contato dos professores Manoel Caetano Ferreira Filho e José Antonio Peres Gediél, com a experiência da primeira turma iniciada no ano de 2007 na UFG - a Turma Evandro Lins e Silva, já mencionada. Convidados para aulas experimentais, ficaram diante de uma Turma “composta por camponeses e camponesas oriundas dos movimentos sociais do campo, da Via Campesina e da agricultura familiar.”²⁶⁶

No artigo de Eloísa Dias Gonçalves sobre a criação da Turma na UFPR, texto que compõe o livro *Educação Jurídica Insurgente: a experiência da Turma Nilce de Souza Magalhães* que tive acesso antes da publicação em razão desta pesquisa, extraio um relato pormenorizado das etapas burocráticas para implementação do projeto, o caminho percorrido nas instâncias da Universidade e os debates entre os próprios estudantes. Gonçalves foi estudante da faculdade à época, escreveu um dos primeiros trabalhos na UFPR sobre o Pronera ciências jurídicas²⁶⁷ e encabeça junto com colegas e os respectivos professores a criação da Turma em meados de 2009. É por sua participação ativa nessa construção e com sua ajuda que acessei ao projeto da Turma e a uma série de documentos que dão conta de informar esses caminhos institucionais de criação da Turma, como relatórios, boletins informativos, resoluções, editais e e-mails.

De início, o contato dos professores que retomam da Universidade Federal de Goiás banhados por essa experiência inspira coletivos de estudantes sobre a possibilidade de criação de uma Turma com essas características. Mas antes de tudo, foi necessário entender o procedimento de criação de uma Turma, a sistemática do Pronera e como funcionava o convênio com o INCRA, o que demandou estudos e o amadurecimento sobre a proposta pelo grupo. Feito isso, o passo seguinte foi sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância de uma turma do Pronera no direito. Segundo Gonçalves, estavam cientes de que

²⁶⁶ Entrevista com Ana Maria, da Turma Evandro Lins e Silva.

²⁶⁷ Eloisa escreveu o Trabalho de Conclusão de Curso sobre a turma de Goiás. Ver GONÇALVES, Eloisa Dias. **Assentados na universidade:** o direito à educação a partir da turma “Evandro Lins e Silva”. Monografia (graduação em direito) - Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

enfrentariam desafios, o que dura não menos do que cinco anos para superá-los e materializar a Turma.²⁶⁸

Assim, de 2009 a 2014 segue-se um conjunto de discussões, reuniões, estudos e elaboração e alteração do projeto. Nesta ideia de sensibilizar a comunidade acadêmica, o grupo de professores e estudantes realizou no dia 5 de junho de 2009 o evento “Movimentos Sociais e Educação Superior: rumo à Universidade Popular”, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFPR. Com a participação de Maria Izabel Grein, referência dentro do MST e da educação do campo, discutem o Pronera e sua importância para os povos do campo e para a reforma agrária brasileira. Entre outras atividades deste período, acontece a visita à Escola Latino-Americana de Agroecologia, no Assentamento Contestado, na Lapa; o Seminário “Movimentos Sociais e Universidade” em novembro de 2009 e a Jornada sobre Reforma Agrária em junho de 2010.²⁶⁹

Institucionalmente, o lançamento da proposta para a faculdade de direito aconteceu através dos docentes, numa busca por maior legitimidade e força política, após sentirem que o tema já havia sido amadurecido. Desse modo, “em 11 de maio de 2011, foi apresentada à Coordenação de Curso uma carta²⁷⁰ assinada por 36 professores da Faculdade de Direito, propondo essa discussão, dando início a uma série de debates nas diversas instâncias da Universidade.”²⁷¹ Diferente da primeira turma, que tem à frente de seu processo de criação os movimentos populares, a Turma Nilce de Souza vem de uma articulação acadêmica de professores e estudantes e sua disputa de sentidos ocorre de dentro para fora. A exemplo disso, são as reuniões e debates que ocorrem nos departamentos da faculdade, primeiras instâncias de passagem do projeto em que Gonçalves pontua terem sido “debates intensos”. Em todos os departamentos - Direito Penal e Processual Penal, Direito Público, Direito Civil e Processual Civil e Direito Privado - a proposta foi aprovada, mesmo diante de abstenções e votos contrários, expressando também a necessidade da criação de uma comissão que elaborasse com precisão o projeto dessa Turma “especial”.

²⁶⁸ GONÇALVES, Eloísa Dias. Percurso histórico de um projeto coletivo: da Turma Especial à Turma Nilce de Souza Magalhães. In: PAZELLO, Ricardo Prestes; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano; GONÇALVES, Eloísa Dias (orgs.). **Educação jurídica insurgente: a experiência da Turma Nilce de Souza Magalhães (turma de direito/UFPR/PRONERA)**. Curitiba: CRV, 2022.

²⁶⁹ GONÇALVES, E. D. Percurso histórico de um projeto coletivo: da Turma Especial à Turma Nilce de Souza Magalhães.

²⁷⁰ Embora tenha sido proposta pelo conjunto de professores, a carta foi elaborada e organizada com apoio dos estudantes.

²⁷¹ GONÇALVES, E. D. Percurso histórico de um projeto coletivo: da Turma Especial à Turma Nilce de Souza Magalhães, p.30.

Entre os estudantes, o tema da criação da Turma continuava sendo objeto de discussão, alavancado na maior parte por coletivos e grupos minoritários, que conseguiam promover espaços de debate, rodas de conversas, distribuição de materiais informativos e, além do mais, fazer enfrentamento ao posicionamento da gestão à frente do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) contrário a implantação da Turma, cujo principal argumento era a “diminuição do nível do curso”. Neste período, é relevante dizer, o sistema de cotas ainda é recente. Implementado em 2005 pela Universidade através da resolução 34/2004 do Conselho Universitário, que estabeleceu 20% de suas vagas nos cursos para pessoas de escolas públicas e 20% das vagas para candidatos/as que se autodeclaravam negros/as, segundo fontes de notícias vinculadas ao tema²⁷², deste último, somente 10% era de fato preenchida, o que levou a uma mudança em 2008, abrindo essa porcentagem não apenas a pessoas negras, como prioritariamente pessoas negras oriundas de escolas públicas, e as vagas não fossem preenchidas por este grupo, seriam abertas para candidatos/as de cotas sociais. Portanto, estou falando de uma Universidade em que ainda não havia uma diversidade étnica/racial propriamente dita.

Dentre os eventos que marcam a trajetória da construção da Turma, Gonçalves destaca o evento “Políticas Afirmativas Educacionais para o Campo” realizado em maio de 2011 e que conta com a participação de Ney Strozake (primeiro assentado a ter título de Doutor em Direito), José do Carmo Alves Siqueira (professor e coordenador da Turma de Direito da UFG) e Nilton Guedes (superintendente regional do INCRA no Paraná à época).²⁷³

O caminho institucional que decorre da aprovação nos departamentos segue com a reunião do colegiado do curso e conselho setorial que aprova por ampla maioria e delibera sobre a criação da Comissão, instituída pela Portaria nº 21, de 11 de outubro de 2011, que tem o prazo de 60 (sessenta) dias para elaborar uma proposta para o Projeto da Turma Especial do Pronera. Com a comissão consolidada, seguem-se diversas reuniões entre os membros e reuniões com funcionários da Universidade e INCRA no intuito de compreender os termos da política pública e sua operacionalidade na UFPR. Finalizado o projeto pela Comissão, ele passou ainda por uma série de etapas seguintes. Para uma visão geral, construímos o quadro abaixo que demonstra o trânsito institucional a partir do projeto finalizado e aprovado pelo INCRA:

²⁷² CRISTO, Luciano. Universidade Federal do Paraná anuncia mudança nas cotas. **Tribuna Paraná**. Curitiba, 2007. Disponível em <<https://tribunapr.uol.com.br/noticias/parana/universidade-federal-do-parana-anuncia-mudanca-nas-cotas/>>. Acesso em 10.dez.2021.

²⁷³ GONÇALVES, E. D. Percorso histórico de um projeto coletivo.

QUADRO 1 - Etapas de criação da Turma Nilce de Souza Magalhães

Junho de 2012	O projeto foi discutido pelo Conselho Setorial e pelo Colegiado de Curso
Abril de 2013	O projeto recebeu parecer favorável da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Aprovada pelo CEPE foi publicada a Resolução nº 21/13-CEPE que oficializou “a criação da Turma Especial do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) do Curso de Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.”
Data não identificada	Elaborado o Termo de Cooperação entre o INCRA e a UFPR, sendo necessário apresentar um Plano de Trabalho e carta assinada pelo coordenador do projeto, endereçada ao seu chefe imediato, apresentando a parceria proposta e solicitando aprovação.
Mai de 2013	O Departamento de Direito Civil e Processual Civil, vinculado pelo coordenador do projeto, aprovou o Plano de Trabalho, que passou para análise do Conselho Setorial.
Junho de 2013	O Conselho Setorial aprovou o plano de trabalho apresentado, assim como o “adiamento do início do PRONERA para 2015”.
Outubro de 2014	Foi publicado o Edital nº 21/2014 do Núcleo de Concursos da UFPR, com as normas do processo seletivo especial para a Turma de beneficiários da reforma agrária.

De acordo com os relatórios de reuniões da Comissão, a escolha do processo seletivo leva em consideração a questão de “como realizar a seleção diferenciada (apenas para beneficiários do Pronera, reconhecidos pelo INCRA)?”²⁷⁴ Para sanar essa e outras dúvidas, a Comissão convida servidores técnicos da UFPR, e dentre eles, o coordenador do Núcleo de Concursos (NC) da Universidade, para que pudesse explicar o que era possível fazer. Assim, no dia 6 de março de 2012 o coordenador do NC informou ser possível um processo seletivo diferenciado, com temas relacionados à população que participaria da seleção, devendo obrigatoriamente conter um redação, exigência do MEC. A faculdade poderia usar tanto o vestibular geral da UFPR ou processo seletivo específico. É nesta ocasião, que o coordenador sugere usar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que evitaria gastos com a estrutura de um processo seletivo específico e facilitaria a participação dos candidatos, que

²⁷⁴ Essa foi uma das questões pendentes da comissão na terceira reunião que ocorreu no dia 23 de março de 2012, conforme relatório de suas reuniões.

poderiam realizar as provas a partir de seus estados de origem, e apresentar na matrícula o documento emitido pelo INCRA comprovando ser beneficiário do Pronera. A Comissão entende ser o mais viável e delibera pelo processo seletivo pela nota do ENEM.

Ademais, as características da Turma vão sendo definidas já nas primeiras reuniões da Comissão em novembro de 2011, conforme trecho abaixo retirado dos relatórios:

1. a turma especial terá o mesmo projeto político pedagógico do curso regular, com anexo definindo suas características peculiares;
2. as especificidades da turma especial serão atendidas com adaptações do conteúdo das disciplinas tópicas já existentes;
3. havendo condições, as aulas da turma serão ministradas pela manhã e complementadas no período da tarde (especialmente com disciplinas tópicas);
4. a turma terá grade horária própria, com maior concentração, para atender à “pedagogia da alternância”, porém será observado o calendário normal da UFPR;
5. a seleção dos alunos será feita pelo órgão competente da UFPR (núcleo de concursos), atendendo, dentro do possível, as peculiaridades da turma.²⁷⁵

Junto a isso, algumas questões centrais também vão surgindo, como a formalidade do projeto entre criação de um novo curso ou nova turma e significado da exigência pronerista de 30% da carga horária a ser realizada na comunidade. Conforme observo dos documentos do processo de criação da Turma, a discussão de um novo curso ou nova turma resulta, invariavelmente, na definição da matriz curricular, isso porque a criação um novo curso abriria margens maiores para a elaboração de uma nova matriz curricular. Sobre o assunto, interessante são as contribuições de Raquel Buitron Vuelta que analisou os processos pedagógicos institucionalmente previstos e aqueles efetivamente concretizados durante a execução do projeto da Turma Evandro Lins e Silva na UFG.

Segundo ela, ao comparar a grade curricular ofertada à Turma Evandro Lins e Silva e a grade do curso regular, não houve grandes diferenças entre os dois. Igualmente, não havia inovações quanto às ementas das disciplinas. Ela explica que existia por parte da UFG a preocupação em adotar um programa muito diferenciado ou um verdadeiro “Frankenstein” que inviabilizasse a inserção dos estudantes da turma no campo jurídico, não atendendo, sequer, as exigências do exame da OAB. O que a UFG pretendia não eram exímios profissionais formados em direito agrário, mas estudantes que dominassem diferentes áreas do direito tendo condições de aplicá-las em defesa dos interesses dos povos do campo. Além

²⁷⁵ CAETANO FILHO, Manuel; PEREIRA, Luis Fernando Lopes; et al. Proposta de Projeto da Turma de direito para beneficiários da reforma agrária. **Relatório da Comissão Especial**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. No prelo.

disso, para a UFG a criação de um novo curso “levaria muito tempo porque a burocracia interna na Universidade é pesada para chegar à formulação.”²⁷⁶

Sobre esta perspectiva, nos parece que a UFPR seguiu a mesma linha ao aprovar a criação de uma turma do Pronera com matriz curricular idêntica às turmas regulares. Na argumentação que consta do projeto aprovado, está a reforma curricular do curso realizada no ano de 2009, que passa a adotar um “currículo aberto, flexível e engajado nas demandas sociais da comunidade em que estarão inseridos seus egressos”²⁷⁷. Com isso, o curso assume a perspectiva crítica na formação jurídica e a interdisciplinaridade entre diferentes áreas do conhecimento e sua relação com o direito, atravessando o exercício das atividades de ensino, e a prática de pesquisa e extensão, o que oportuniza uma formação humanista com acentuado compromisso social. Segundo o projeto do curso, a diretriz de flexibilização busca fazer dos estudantes do curso sujeitos ativos de seu processo de formação e aos professores, oferecer uma abertura maior para aprofundar determinados conteúdos.

Na experiência prática da Turma, os termos em que o projeto é idealizado se concretizam e as especificidades da Turma são assumidas dentro das disciplinas tópicas (ou denominadas também de optativas) e dentro das atividades complementares. As disciplinas obrigatórias ou também chamadas de estruturais, que ocupam a maior parte da carga horária (3.060 horas), no entanto, não sofrem mudanças significativas com a criação da Turma, mantendo-se as mesmas ementas e bibliografias e cabendo aos professores/as destas disciplinas interligarem-nas com a proposta de formação da Turma.

Sobre isso, trago aqui algumas dessas iniciativas, que, apesar de pontuais, buscaram dinamizar a experiência na sala de aula. Em vista disso, tivemos a amostra com o tema “trabalhadores invisíveis” dentro da disciplina de direito do trabalho, em que a Turma desenvolveu pesquisa escrita e expôs um leque de trabalhos rurais invisíveis para a Universidade. Tivemos também em direito ambiental a pesquisa de conflitos ambientais nas regiões de origem da Turma, dividindo-a a partir da aproximação geográfica. A atividade envolveu pesquisa e discussão em sala, e somou-se como nota dentro da disciplina. Como essas disciplinas, houve outras, tais como direito civil, direito comercial, antropologia jurídica etc.

²⁷⁶ VUELTA, Raquel Buitron. **Pelo Direito de Estudar: A 1ª Turma de Direito do PRONERA** (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013, p.92.

²⁷⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, 2015, [p.10]. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2013/05/PROJETO-PEDAG%C3%93GICO-2015-1-1.pdf>>. Acesso em 19.out.2021.

A partir do terceiro ano a turma passou a ter contato com as disciplinas tópicas, as quais complementam a formação do estudante de acordo com sua área de interesse (Relações Sociais, Direito do Estado ou Teoria do Direito e Direitos Humanos), devendo cursar, pelo menos, doze disciplinas tópicas, que totalizam uma carga horária de 360 horas. Com isso, houve uma oferta por parte de alguns professores/as de disciplinas tópicas direcionadas às demandas do projeto, ao passo que, abertas aos estudantes das demais turmas regulares, permitiu uma aproximação e convivência do corpo discente com a experiência do Pronera. É neste leque de disciplinas que ocorreram expressivas mudanças provocadas pela presença da Turma, que impulsiona a abordagem de assuntos relacionados à sua realidade. A este respeito, merecem destaque as disciplinas: Territorialidade e Direitos humanos; Função Social do Processo; Processo Civil e Direitos Fundamentais; Ruralidades e Meio Ambiente; Seguridade Social; Pensamento Pós-Colonial e Luta por Direitos; e Direito e Relações Raciais, dentre outros. Sobre estes últimos, é onde notei a maior bibliografia composta por autores e autoras negras e do sul global no curso de direito, quase inexistentes em disciplinas obrigatórias e outras optativas.

A disciplina Direito e Relações Raciais, que esteve contida em Tópicos de Antropologia Jurídica D, aconteceu no último ano da Turma no Prédio Histórico e situou-se como verdadeira insurgência dentro do centenário e tradicional curso de direito da Universidade Federal do Paraná que nunca antes ofertou disciplina semelhante, ainda que tenha ofertado em temas como classe e gênero, levando em conta os recortes estruturais da nossa sociedade. Em sua ementa, é possível perceber como a disciplina fratura com uma lógica eurocêntrica se comparada a outras disciplinas do curso:

Ementa:

1. Apresentação de pressupostos: os cortes estruturais da sociedade moderna/colonial/capitalista entre colonialidade do poder e consubstancialidade
2. A pedagogia da encruza e as encruzilhadas da educação jurídica
3. Samba entre repressão e nacionalização: a força da cultura negra
4. A criminalização da religiosidade de matriz africana
5. Racismo e direito
6. Filosofia africana: contribuições para o pensamento jurídico crítico
7. O papel do direito no genocídio da população negra
8. Quotas raciais e políticas públicas
9. A conquista do Estatuto da Igualdade Racial e seus desafios práticos
10. Limites e possibilidades da lei 10.639/2003 sobre a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira”
11. Direito e questão quilombola sob a perspectiva da territorialidade
12. Direito e questão quilombola sob a perspectiva antropológico-cultural
13. Direito e relações raciais sob uma perspectiva marxista

Além da previsão das disciplinas tópicas para atender as especificidades do programa, as atividades formativas complementares obrigatórias para integralização do currículo do curso de direito da UFPR também fizeram parte da proposta do projeto, consideradas, assim, as atividades de ensino, pesquisa, extensão e representação estudantil, além da participação em seminários, jornadas, congressos, eventos, simpósios e atividades afins. Na pesquisa, segundo os relatórios anuais sobre a Turma, temos participação no PET – Programa de Educação Tutorial; Pesquisa “direito, tecnologia e controle”; NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; NDCC - Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania; e EKOA: Direito, Movimentos Sociais e Natureza. Na extensão, a Turma participa do Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular - MAJUP Isabel da Silva; PLPs - Promotoras Legais Populares; EKOA: Direito, Movimentos Sociais e Natureza; e do grupo de Direito da População em Situação de Rua.

Importante pontuar, ainda, os trabalhos desenvolvidos no Núcleo de Prática Jurídica em Direitos Humanos. Com uma turma formada exclusivamente com integrantes do Programa, as atividades do núcleo aprofundaram a temática dos direitos humanos e reflexões sobre a assessoria jurídica popular. Com base nisso, entre as atividades desempenhadas esteve a atuação junto com o Movimento de População em Situação de Rua em parceria com a Defensoria Pública do estado do Paraná, para o atendimento jurídico de pessoas em situação de rua. Igualmente, atuação com as mulheres catadoras de materiais recicláveis na construção de pareceres sobre a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em Curitiba e revisão dos contratos das associações de catadores com o poder público. Foi realizada também a Oficina sobre usucapião na Defensoria Pública; e pesquisa sobre violência política e eleitoral entre 2016 e 2019. Como resultados dos trabalhos desenvolvidos enfatizo a publicação do material intitulado "Violência Política e Eleitoral no Brasil: Panorama das violências de direitos humanos de 2016 a 2020"²⁷⁸, produzido por organizações de direitos humanos com referência expressa à contribuição do núcleo e da Turma na primeira fase de levantamento de dados.

Como se vê, a Turma conseguiu avançar em um tempo-universidade crítico e vinculado às suas demandas e especificidades, embora, como disse, tenha havido poucas mudanças nas disciplinas obrigatórias que ocupam a maior parte do currículo. Ao todo foram

²⁷⁸ ver LAURIS, Élida. CARVALHO, Sandra. MARINHO, Gláucia. FRIGO, Darci (coods.). **Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020**. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020, p.8.

3.920 horas de carga horária mínima na exigência do curso de direito na UFPR, assim distribuídas:

QUADRO 2 - Grade horária do curso de direito da Universidade Federal do Paraná

3.060 horas	Disciplinas obrigatórias do currículo
360 horas	Disciplinas tópicas
150 horas	Atividades no Núcleo de Prática Jurídica
150 horas	Estágio supervisionado, podendo ser realizado em órgãos públicos e escritórios de advocacia.
200 horas	Atividades complementares, como extensão e pesquisa. ²⁷⁹

Se, por um lado, o tempo-universidade ganha ênfase na experiência do Pronera no direito UFPR, o tempo-comunidade é ponto controverso e de bastante discussão na Comissão, centrado na questão de como compatibilizar a exigência de horas que a política pública exige e os requisitos de horas do curso, descritos acima. O tempo-comunidade, junto com o tempo-universidade, é uma reivindicação dos movimentos populares dentro da estrutura da educação do campo, configurada pela alternância entre os dois tempos e espaços. Tanto o tempo-universidade quanto o tempo-comunidade são igualmente importantes na formação do estudante, inserindo-se numa crítica histórica a uma formação que se distancia da prática. O que se busca é a “aquisição não só de conhecimentos, mas de habilidades para intervir na realidade”²⁸⁰. O tempo-universidade propicia a aprendizagem no ambiente escolar ou neste caso, no ambiente universitário. Por outro lado, é no tempo-comunidade que a/o estudante relaciona a aprendizagem teórica com a realidade, em um diálogo permanente entre as duas esferas. Mas não só, o tempo-comunidade mantém o vínculo do estudante com o campo, respeita sua identidade e leva em conta as diferenças culturais distintas de uma cidade, ainda mais capital.

No entanto, o que acontece na UFPR é sua flexibilização. Da alternância a cada 3 em 3 meses, como foi na primeira Turma, ela é posta junto aos recessos e férias universitárias, restritos a quatro meses no ano (janeiro, fevereiro, julho e dezembro). Isso implica, sem

²⁷⁹ UFPR. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná.**

²⁸⁰ ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Formação de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária no contexto do PRONERA: uma leitura a partir das práticas. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de (orgs.). **Memória e história do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, p. 132.

dúvida, uma limitação à proposta do Pronera, o que tem impacto direto na Turma. A preocupação quanto a um tempo-universidade extenso também aparece da análise pela Comissão Nacional do Pronera, que recomenda a aprovação do projeto pelo INCRA, com a “ressalva de que fosse discutida a pertinência do longo tempo-escola nele previsto.” Vale dizer que, a esta altura, a proposta do projeto já havia sido concluída pela Comissão e aprovada pelos departamentos.

Do que se observa das pesquisas de mestrado e doutorado feitas sobre a experiência da Turma Evandro Lins e Silva, o tempo-comunidade é também uma questão. É tanto que, na pesquisa que Vuelta desenvolve, ao entrevistar o Professor José Humberto de Góes Junior, professor da Turma na UFG, este declara que a “Universidade não se preparou metodologicamente para receber essa Turma, a Universidade não conseguiu entender a proposta da pedagogia da alternância. O curso de Direito não conseguiu entender a pedagogia da alternância.”²⁸¹ Este desafio de compreensão e realização do tempo-comunidade também se nota na experiência na UFPR, que diferente da primeira Turma, lida com um tempo-comunidade exíguo e concomitante a isso, busca entender a operacionalidade da alternância. Tudo isso influi para um tempo-comunidade pouco enraizado, mas que foi capaz de existir, servindo, aliás, de fonte documental para a presente pesquisa.

Da análise de Pazello, professor da Turma e que compôs a Comissão Político-Pedagógica (CPP), responsável por elaborar as atividades dos tempos-comunidade, este pode ser dividido em dois momentos na experiência da Turma Nilce: um vinculado aos três primeiros anos do curso, que representa o cumprimento à risca da proposta da alternância pedagógica e os dois últimos, “contemplando tempos mais flexíveis para referida alternância a fim de aproveitamento de oportunidades de formação profissional junto à advocacia e ao sistema de justiça do estado brasileiro.”²⁸² Ainda segundo Pazello, foram propostas ao todo nove atividades do tempo-comunidade, conforme descritas abaixo, com uma adesão relativa a parcela das atividades

I. 2015: realização de histórico das comunidades de origem dos estudantes, bem como levantamento dos problemas jurídicos presentes e, ainda, uma entrevista com liderança comunitária;

²⁸¹ VUELTA, R. B. **Pelo Direito de Estudar: A 1 a Turma de Direito do PRONERA** (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), p. 97.

²⁸² PAZELLO, Ricardo Prestes. A antimatemática de uma CPP: Experiência Insurgente de Educação Jurídica. In: PAZELLO, Ricardo Prestes; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano; GONÇALVES, Eloísa Dias (orgs.). **Educação jurídica insurgente: a experiência da Turma Nilce de Souza Magalhães** (turma de direito/UFPR/PRONERA). Curitiba: CRV, 2022.

- II. 2015-2016: entrevista com advogados que realizavam assessoria jurídica popular na região da comunidade de origem do educando e elaboração de relatório com síntese da entrevista realizada;
- III. 2016: elaboração de um projeto de trabalho local, em que o educando pudesse dizer de que forma se daria sua atuação nos próximos tempos-comunidade, permitindo maior aproximação com as famílias e suas demandas locais;
- IV. 2016-2017: aperfeiçoamento da elaboração do projeto de trabalho local anteriormente proposto e início de sua tentativa de implementação;
- V. 2017: conversa com lideranças locais ou estaduais para perguntar como elas achavam que os estudantes deveriam contribuir para a comunidade e/ou o movimento e relatório das conversas, indicando quem eram as lideranças, que função ocupavam e quais as propostas que surgiram, para comparar com o projeto anteriormente elaborado;
- VI. 2017-2018: reflexão sobre o modo como o TCC do educando poderia contribuir para sua respectiva comunidade ou movimento, bem como sobre as contribuições dos conhecimentos produzidos pelos movimentos sociais do campo na referida pesquisa, seguida de um pré-projeto de trabalho de conclusão de curso;
- VII. 2018: análise de casos concretos com que os alunos tenham tido contato, relacionando-os com as temáticas da disciplina de direitos reais a qual estava sendo por eles cursada;
- VIII. 2018-2019: apresentação de um projeto definitivo de trabalho de conclusão de curso, após conversas com professor orientador escolhido para delimitação temática;
- IX. 2019: apresentação de, ao menos, um capítulo completo do trabalho de conclusão de curso, a ser finalizado e defendido até o fim do período letivo.²⁸³

De minha parte, o texto de Pazello lança reflexões pertinentes que, aliadas às pesquisas sobre a primeira Turma, indicam que: a) a Universidade e INCRA são estruturas estatais, com dinâmicas próprias - se comparadas às das comunidades e movimentos do campo; b) a criação de novas turmas dentro de uma estrutura já existente induz um maior protagonismo das Universidades e não dos movimentos populares, os quais ficam adstritos à participação na CPP; c) como resultado, os movimentos não conseguem influir de modo significativo na organicidade e na estrutura pedagógica das turmas.

Com uma participação reduzida dos movimentos na organicidade do curso, as turmas são levadas a se auto organizarem, muitas vezes com uma sensação de distanciamento dos movimentos e/ou comunidades de origem, uma vez que, em outras experiências do Pronera, há uma maior participação e protagonismo por parte desses atores. No entanto, é com essa auto-organização, como veremos, que as turmas sobrevivem nos locais do curso e conseguem chegar ao final, tornando-se bacharéis em direito. Do ponto de vista dos efeitos na Turma, de um tempo-comunidade exíguo e estrutura curricular e pedagógica semelhante à das turmas regulares, lembro de uma importante lição de Nilma Gomes sobre a Universidade como “um espaço marcado pelas relações de poder.”²⁸⁴

²⁸³ PAZELLO, R. P. A antimatemática de uma CPP: Experiência Insurgente de Educação Jurídica, p.61

²⁸⁴ GOMES, Nilma. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina. SA, 2009, p.433.

Por isso, não deixamos de fora de nossas análises os recortes históricos que organizam e estruturam nossa sociedade e estão em todas as esferas, incluída Universidade e os próprios movimentos. Com isso em mente, a Turma é demandada duas vezes mais que as turmas regulares, tanto para corresponder ao índice de rendimento, que exige “igual qualidade” em condições desiguais, pensando sobre os desafios que a Turma enfrenta ao longo dos cinco anos. E o que o sujeito oprimido sente, apesar de muitas vezes não ter consciência sobre a razão desse sentir: inferior, desencaixado, não aceito ou aceito sobre certas condições. É desse sentir que a Turma vai tomando consciência da sua condição e do espaço que ocupa, e sobre formas resistir, desde o uso das bandeiras dos movimentos durante as aulas, que confronta um ambiente aparentemente neutro de produção do conhecimento à mudança na disposição das cadeiras, uma do lado da outra e não em fileiras, como é regularmente na universidade.

Conformado o projeto nestes termos e aprovado pela Universidade e Incra, em outubro de 2014 a UFPR lançou o edital de abertura do processo seletivo para ingresso através do Pronera em seu curso de direito. O critério de seleção eram as notas do ENEM, ser beneficiário do Pronera, seguido da idade como critério de desempate. O processo seletivo, que contou com mais de 300 inscritos para 60 vagas ofertadas, e duas chamadas complementares, materializou-se com a chegada dos 47 estudantes em Curitiba no final de fevereiro de 2015, deixando de ser um projeto idealizado, para se tornar uma experiência viva de educação jurídica insurgente. Importa agora darmos um passo seguinte rumo a esta experiência.

2.2 NÓS QUE SOMOS FILHOS DE POBRES E AINDA NÓS QUE SOMOS MULHERES NEGRAS

Até aqui vimos a trajetória histórica de criação e conformações da Turma Especial do Pronera no curso de direito da UFPR. Com sua chegada em Curitiba e no Prédio Histórico da UFPR, a turma foi criando sua própria identidade. De turma especial passou a se chamar Turma Nilce de Souza Magalhães, em homenagem a “Nicinha”, mulher lutadora do MAB. A escolha do nome coincide com o ano de 2016, ano de seu assassinato, mas também se explica pela identificação da Turma com a sua história, tanto como mulher, quanto como lutadora.

Nesta linha, esta pesquisa busca resgatar as memórias dessas mulheres que compuseram a Turma, frente a uma lógica de ocultamento de suas histórias e vivências, cuja trajetória é a história das mulheres do campo, e a fim de seguir aprofundando como essa

experiência fratura o fenômeno jurídico. Na maioria das histórias narradas por essas mulheres, a vida pessoal e familiar está ligada à luta pela terra ou as melhores condições de vida no campo. Vejamos.

Sobre uma das participantes, a chamo aqui de Célia: compõe o MST e é do estado de São Paulo, uma das mais jovens a ingressar na Turma. De acordo com seu relato no primeiro tempo-comunidade realizado em 2015 que teve por objetivo resgatar a memória da sua comunidade de origem, ela descreve que a luta de sua comunidade iniciou antes de seu nascimento. Seus pais que trabalhavam com pessoas em situação de rua em São Paulo e juntamente com famílias da periferia da capital e do interior participaram de uma leva de ocupações em 1994. As terras de domínio público eram irregularmente usadas por fazendeiros da região. A luta pela terra que incluía, principalmente, a ocupação, envolveu diversos despejos e ocupações, inclusive à beira de estradas até a conquista da terra em 1996, distribuindo as famílias em assentamentos definitivos e temporários. Seu nascimento veio no ano seguinte, vivendo na área de reforma agrária e organizado por movimento popular desde então.

Sobre Anita, do MAB e do estado do Paraná, sua comunidade nasce de um processo de luta e organização das famílias atingidas pela Usina Elétrica construída no Rio Iguaçu. As discussões acerca da construção da usina remontam os anos de 1970, mas é apenas em 1980 que as construções têm início e as famílias passam a se organizar por meio do Movimento Atingidos por Barragens - MAB, cujas atividades à época eram desenvolvidas pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu - CRABI. Segundo escreve na primeira etapa do tempo comunidade, é através da organização das famílias atingidas, sendo uma delas, a sua família, que foram resguardados os direitos ao trabalho, moradia digna, educação e a realocação em aproximadamente 10 Reassentamentos Rurais Coletivos.

Diferentemente das anteriores, Elza, da PJR e do estado da Bahia, descreve em seu primeiro tempo-comunidade que sua comunidade não possui propriamente uma história de luta pela terra. Localizada no nordeste baiano, em uma região marcada pelos conflitos agrários, com destaque para a guerra de Canudos em 1896-1897, sua comunidade nasce de uma ocupação espontânea iniciada por um vaqueiro e sua família em terras abandonadas, sem dono, formando com o tempo um pequeno povoado. Acrescenta que o povoado tem como principais atividades o cultivo da terra e o manejo de pequenos animais como ovinos, caprinos ou suínos e tem na organização comunitária a conquista de diversos projetos geradores de renda, como associações e casa de farinha elétrica. De acordo com seu relato, o acesso à terra costuma se dá por meio da herança, compra ou doação, relação distinta das comunidades

vizinhas, chamadas Fundo de Pasto que possuem relações tradicionais e comunitárias com a terra, compondo um jeito tipicamente nordestino de ocupar e utilizar as terras, sem cercamento e com a criação de animais soltos, por exemplo. Questionada na entrevista sobre como iniciou dentro dos movimentos populares, aponta para o ingresso na Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE) como porta de entrada, passando a atuar na Pastoral da Juventude Rural.

Joana, quilombola e do estado do Paraná, ainda que tenha residido grande parte de sua vida em área de assentamento, isso se dá em virtude do conflito em torno de seu território ancestral, ainda vigente. Uma luta que se inicia com seus antepassados, 18 negros escravizados, os quais, no século XIX, recebem de herança as terras de sua antiga senhora. É nestas terras que por muitos anos seus familiares cultivaram e criaram seus filhos até o processo de violência e expulsão, e a luta pela retomada, culminando na primeira comunidade quilombola a ser parcialmente titulada no Paraná. Sobre sua inserção na militância, nos conta que:

Pois olha, eu iniciei na militância, no ativismo, a partir da comunidade mesmo né, da minha comunidade, da demanda, da necessidade de atuação no nosso território. Mas eu iniciei na verdade, não, aliás, iniciei no campo político através do Grupo de Dança e Cultura Afro que nós criamos aqui na comunidade. Então eu comecei como ativista, dançarina, compositora, é, enfim, atriz, trabalho, é, enfim. Sim, a gente trabalhava muito a questão da lei 10.639, da 11.645, que é a que traz obrigatoriedade no ensino da história e cultura africana brasileira nas escolas, e indígenas. Então a gente militava por isso, pela visibilidade das pautas afro-brasileiras, nas escolas estaduais, municipais, na rede de ensino do estado do Paraná. Depois disso, eu me graduei em História, e aí contribuí com o Movimento Quilombola Estadual, do Paraná, aqui em Curitiba. E a partir daí eu conheci a Rede de Mulheres Negras, passei a militar também na pauta das mulheres negras, e conheci o Movimento Quilombola Nacional, que é a CONAQ, através desta relação enquanto Movimento Quilombola Estadual, então o meu envolvimento se deu a partir disso.²⁸⁵

Aline Maria, do MST e do estado de São Paulo, é uma das que participa da ocupação e conquista de seu território. Filha de lavradores sem-terra, conhece o MST por meio da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base. Sua vida é atravessada pelo trabalho rural: pequeno arrendatário, meeiro, diarista, assalariado rural, boia-fria, entre outros. Aos 18 anos junto com a família participa da sua primeira ocupação, e é nela que nasce sua primeira filha. De acordo com suas memórias publicadas, por cinco anos ficou acampada em um “processo intenso de luta pela terra, enfrentando a violência física e simbólica do Estado e

²⁸⁵ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

do latifúndio.”²⁸⁶ Depois de 16 anos, em 2014, retoma o sonho de estudar, assumindo o desafio de prestar o ENEM e cursar direito em uma turma do Pronera.

Carolina, embora resida em área de assentamento organizado pelo MST no estado do Maranhão, é descendente de comunidade quilombola. Questionada sobre essa passagem, relata na entrevista que a família de sua mãe é toda quilombola e que a mãe é quilombola, mas fora de seu território.

Nós [ela e irmão] não tivemos contato, a gente não foi criado dentro deste território, a gente foi criado dentro de um Assentamento, mas a gente sempre teve contato com nossos familiares, com minha bisavó que ainda é viva, meu bisavô que faleceu há muitos anos, eu era criança, não me lembro muito. Mas que ele foi uma liderança muito importante neste período e que foi uma dessas pessoas que construiu essa comunidade quilombola, que inclusive a escola de lá é chamada com o nome do meu bisavô.²⁸⁷

Neste retorno à ancestralidade, ela informa que foi na Turma que aconteceu reconhecimento como mulher negra e nordestina e a aproximação com o movimento negro. Isso se deu, segundo ela, por meio do contato com outros quilombolas que já vinham de um processo de luta e reconhecimento de seu território. Na busca por sua história, vê a saída do avô materno do território ancestral ao se casar com sua avó pertencente a outra área como o motivo inicial dessa mudança. Mas é no casamento dos seus pais, que eles conhecem o MST e participam das ocupações que dão origem aos primeiros assentamentos da região, em que passa sua infância e juventude.

Esse reconhecimento da negritude durante a Turma também é notado na fala de Dolores, do MAB/BA e Marielle do MST/MA durante as entrevistas. Nelas, uma das Marielle relata que em seu estado de origem era lida como uma mulher branca, numa tentativa de embranquecimento dentro de uma população majoritariamente negra como é a do Maranhão, mesmo possuindo traços e fenótipos associados à negritude. Mas é Curitiba, no Sul do país, que passa a questionar a sua cor e sua raça. Dolores, me conta que nunca antes havia tido contato com “tanta gente branca”. Foi em meio à branquitude, na primeira relação urbana, na sala e na Universidade que há um sentir-reconhecer do racismo que permeia, conforme diz:

eu sabia que eu era negra, eu sabia que eu não era branca, isso eu sempre soube, mas em questões raciais de me ver assim, e de pensar nisso o tempo inteiro enquanto eu andava, enquanto eu ia fazer alguma coisa, enquanto eu ia no mercado, aquilo tava aqui, foi aqui, por que nunca estive aqui, nunca estive. E daí quanto mais você

²⁸⁶ TERRA DE DIREITOS; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Orgs.). **Aline Maria**: uma construção de vida feminista, popular e agroecológica. Curitiba: Terra de Direitos, 2021, p.13.

²⁸⁷ Entrevista com Carolina, MST/MA, em 12 de maio de 2021, por videochamada.

ouvia falar de relações raciais, você começava a perceber o quanto ela também define o seu cotidiano, ela tá presente no seu cotidiano, por que até então ela não estava presente dessa forma, sabe, as relações raciais elas podem existir ali no campo, existe o racismo ambiental, a gente sabe que existe essa discriminação nos territórios, por conta de questões raciais também que é onde a população negra está, que é no campo, que é nas comunidades tradicionais, então esse racismo ambiental, questões coletivas a gente já sabe, mas individualmente você sentir e saber, isso é muito diferente, foi aqui, foi aqui mesmo.²⁸⁸

Esta experiência é compartilhada, já que no Espírito Santo, na minha comunidade, eu não experimento uma realidade majoritariamente branca e rica como a que tive contato no centro de Curitiba logo que cheguei. Não tocávamos na palavra racismo em casa, muito menos com meus amigos ou grupos de convívio. Não que não houvesse, havia, e posso rememorar muitos exemplos. Porém, a percepção veio estando em Curitiba, primeiro pela tomada de consciência, mas esta pôde existir através do contato com uma outra realidade, como inúmeras vezes ser a única pessoa negra em um espaço predominantemente branco, o que desnaturalizava a minha percepção e levava a questionar recorrente: onde estavam os negros/as?

Reconhecer a negritude também significa reconhecer as violências sofridas, como nos conta Marielle, do MST e do estado do Maranhão, ao lembrar dos preconceitos familiares que sofria, do alisamento do cabelo, dos processos de embranquecimento, das ofensas dirigidas que usavam seus traços e, ainda, da experiência na Turma e no Sul do país. Ela traz fortemente a questão da miscigenação e de como sua origem é a mistura entre africanos, colonizadores e nativos e o que isso implica na sua vida:

quando eu cheguei aqui no Sul, não tem tanto esse debate no Maranhão, não tem mesmo esse debate, por ter essa miscigenação forte e por não ter tanta segregação, assim, quanto tem aqui no Sul. Quando eu chego aqui no Sul as pessoas brancas do sul me olham, tipo, você nunca vai ser branca, você nunca, nunca. Você não é branca e tipo, de uma forma ruim, sabe, uma forma de, tipo, de se achar superior a mim, tipo, você nunca vai ser branca. Da onde que você é branca? E aí eu percebo até de uma conversa que a gente teve assim, de como é diferente o olhar de uma pessoa negra retinta pra mim, tipo, você nunca vai ser negra. E ficar nesse limbo do pardo a vida inteira e dessa, e dessa cor, é também um não pertencimento né, e também uma violência não pertencer a nada a vida toda, mas, entendendo, estudando muito, eu tenho estudado muito, tenho, tenho pesquisado bastante, e hoje em dia eu me identifico assim, e é até difícil trabalhar isso em terapia e tal, por que eu nunca vou ser uma pessoa branca e eu nunca vou ser uma pessoa retinta. E aí eu tô nesses questionamentos mesmo de ouvir.²⁸⁹

No caso de Olga, quilombola e do estado de São Paulo, ela me conta que esse processo de se enxergar como mulher negra sempre foi presente, vindo da trajetória histórica

²⁸⁸ Entrevista com Dolores, MAB/BA, em 13 de dezembro de 2021, por videochamada.

²⁸⁹ Entrevista com Marielle, do MST/MA, em 23 de novembro de 2021, por videochamada.

dos seus pais e da sua comunidade, mas principalmente do racismo que indica o lugar que cada pessoa deve ocupar na ordem social:

Olha, sempre, desde pequenininha na verdade meus pais sempre falavam, “a gente aqui é negro, é quilombola” [risos], então eu cresci sobre essa influência, então desde pequena eu sabia que eu era, que eu era negra, e eu via isso através dos olhares, através da forma que as pessoas falavam comigo, através até da minha história enquanto quilombola, você tem uma outra narrativa, [...] desde pequena sempre me vi assim, enquanto pessoa negra, enquanto pessoa quilombola, principalmente, enquanto ser quilombola, e a memória da escravidão sempre foi uma memória presente, até porque meu território ele foi um território que ainda tem bastante resquícios, recentes assim, da escravidão. Então, é uma memória que sempre foi presente no nosso, no nosso povo assim, nas histórias que se contavam durante o cafezinho da tarde, era uma coisa que sempre foi muito frequente, toda nossa ascendência negra também, essa coisa, isso também nos faz estar localizado nesse lugar, e principalmente por parte do racismo, acho que o racismo é uma das coisas que mais te indicam, né, o quanto que você ainda tá nesse processo, tá enfrentando esse racismo por conta da sua cor, da sua aparência, da sua luta também.²⁹⁰

De suas comunidades de origem à Universidade Federal do Paraná, três das entrevistadas relatam de forma expressa que já conheciam o Pronera antes do curso, por causa dos pais ou familiares que já haviam tido algum tipo de contato:

Eu já sabia o que era Pronera, porque ali onde eu resido tem uma escola popular que também teve essa, que também teve cursos do Pronera, cursos de técnico em agroecologia e meus pais coordenavam essa escola, então desde pequena eu já crescia vivendo a realidade dessas turmas.²⁹¹

Eu conhecia, eu conhecia porque a minha mãe trabalha, trabalhou com educação por muito tempo dentro do MAB e depois dentro do MST. Ela trabalhou mais de 12 anos nas escolas do MST, então ela tinha esse acesso, ao que era o Pronera.²⁹²

Sobre o ingresso na turma do Pronera e no curso de direito, a maioria das participantes relatam, dentre outras coisas, que o curso de direito não estava no horizonte de formação, sendo que apenas duas informam o direito como perspectiva de curso. Em alguns casos dizem frases como: “não tinha pretensão de formar em direito”²⁹³; “nunca quis fazer direito”²⁹⁴; “Eu não tinha essa vontade, esse sonho de cursar direito”²⁹⁵. Apesar disso, a maioria das entrevistadas recorda o compromisso com as lutas populares, a defesa de suas comunidades e o sonho de entrar na Universidade como motivadores do ingresso:

²⁹⁰ Entrevista com Olga, quilombola/SP, em 13 de dezembro de 2021, por videochamada.

²⁹¹ Entrevista com Célia, MST/SP, em 14 de setembro de 2021, por videochamada.

²⁹² Entrevista com Anita, MAB/PR.

²⁹³ Entrevista com Elza, PJR/BA, em 12 de maio de 2021.

²⁹⁴ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

²⁹⁵ Entrevista com Célia, MST/SP.

não tinha a pretensão de formar em direito, de ser advogada, mas quando eu passei e teve essa construção, essa conversa, com a organização, com a minha família, com a comunidade, eu entendi que era necessário porque, primeiro, vinha de uma região que, tanto a dificuldade de acesso a uma Universidade Pública e gratuita num curso que é tão importante, de uma região que é muito conflituosa, que só quem se forma em direito os filhos dos fazendeiros, e muita impunidade no campo, então venho de um município que tem muita impunidade no campo, então eu senti uma chamado mesmo, assim, sabe, pra filha de pequenos agricultores ter acesso a Universidade Pública de qualidade, e gratuita e que a minha formação servisse para contribuir com a luta, com a transformação social, com a construção de uma sociedade mais justa.²⁹⁶

É, eu acho que eu já entrei na Universidade com essa perspectiva de pensar uma outra forma de, de pensar e encarar a Universidade, de partir de uma outra perspectiva. Eu já tinha feito uma faculdade, tinha sido bolsista do PROUNI, mas não tinha qualquer perspectiva, era uma trajetória muito individual. Acho que o ingresso na turma do direito, pensando nesta responsabilidade mais coletiva mesmo, entendendo muito este sentido do que era a política pública, do que era a política pública do Proner.²⁹⁷

É, né, infelizmente, a tal carteirada, seria isso, para poder defender a minha comunidade, nesse espaço específico que só quem podia falar é quem tinha essa tal dessa carteirinha aí. Mas hoje eu ainda sei que não é o mais importante não, tem coisas, assim, a luta pelo direito se faz em vários aspectos.²⁹⁸

Elas enxergam o ingresso na Universidade e o acesso ao conhecimento como um desafio às estruturas da sociedade e uma ruptura com a exclusão, ao que dizem:

Significou uma transformação, na vida assim porque eu vinha, era uma mulher jovem, do interior, filha de pequenos agricultores do interior da Bahia, do sertão com muita dificuldade, meu grande sonho era entrar na Universidade [...] então a formação em direito veio para me formar, ter acesso à Universidade, dizer que filhos de pequenos agricultores do sertão da Bahia também podem acessar a Universidade, pode fazê-la com qualidade, acho que nossa turma representa isso e o que nos falta mesmo é acesso porque quando a gente tem acesso consegue fazer da melhor forma.²⁹⁹

Foi muito difícil. Muito difícil mesmo. Mas foi a melhor coisa, e eu tenho certeza que nós que somos filhos de pobres e ainda para nós que somos mulheres negras, o estudo é uma das únicas formas que tem para a gente chegar em algum lugar, no sentido de ter uma vida financeira melhor, de poder dar acesso à família a saúde, educação, a muitas outras coisas. Porque a gente que é pobre, é negro, a gente tem muito mais dificuldade em ter acesso a muitas coisas, inclusive aquelas coisas mais básicas da vida.³⁰⁰

De acordo com o que se extrai dos relatos, a ida para Curitiba é rodeada de incertezas. Tanto sobre a cidade quanto como seria o curso. Vindas do campo, a maioria longe

²⁹⁶ Entrevista com Elza, PJR/BA.

²⁹⁷ Entrevista com Anita, MAB/PR.

²⁹⁸ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

²⁹⁹ Entrevista com Elza, PJR/BA.

³⁰⁰ Entrevista com Carolina, MST e quilombola/MA.

das respectivas capitais de seus estados e das famílias, a vivência na cidade “grande” é para muitas delas a primeira experiência e mostra-se como um desafio juntamente com cursar a faculdade. Em alguns casos, mesmo conhecendo o funcionamento do Pronera antes do ingresso, este fato não absterne do “choque” com a condição da Turma e suas características.

Eu saí de casa com 18 anos, eu não fazia nem ideia de Universidade, eu sabia que queria estudar, não fazia ideia para onde eu ia. Quando eu fui, não pesquisei onde era Curitiba, como era Curitiba, como era o clima de Curitiba. Eu só sabia que a gente foi preparada pra isso, a gente estudou muito. Eu fiz o ensino fundamental no assentamento, fiz o ensino médio na cidade, e aí eu não fazia nem ideia. Eu via na televisão “A Universidade Federal do Paraná”, eu dizia “eu vou estudar nesta Universidade ainda”.³⁰¹

Ela [mãe] já tinha feito uma pós-graduação pelo Pronera também, então eu acho que eu também tive essa vantagem de me preparar para o que viria assim, pelo menos em tese do que seria o Pronera, então eu entendo assim, que eu entrei com isso. Lógico que não foi nada do que eu tinha imaginado, do que falaram, do que a gente se prepara. A experiência, a vivência, ela é diferente, mas eu tinha essa ideia. O que eu não tinha ideia é de como isso seria dentro da UFPR, né, que eu acho que isso talvez tenha sido o choque assim.³⁰²

Assim, essas mulheres, ao olharem para suas trajetórias reconhecem o lugar social que ocupam e o compromisso com as causas populares como elementos de suas vidas, seja como fruto da história familiar ou vínculo com as comunidades de origem. Com a Turma, novos elementos agregaram à sua identidade camponesa, nessa experiência vão tomando consciência de que são mulheres e racializadas, e perpassadas não apenas pela opressão de classe. Imersas numa vivência coletiva que é a Turma e de relações sociais diversas, a auto-organização em torno de necessidades básicas de permanência no curso acaba por refletir esses processos, nos quais nos debruçamos agora.

2.3 A AUTO-ORGANIZAÇÃO DA TURMA COMO UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA, QUE NÃO SE FAZ SEM OS “HOMENS”, MAS É FORJADA PELAS “MULHERES”

O início da Turma é, para essas mulheres, marcado pela incerteza e pelo desconhecido, ainda que, para algumas, uma turma do Pronera não tenha sido algo estranho. Nos dois primeiros meses da chegada na Universidade, questões estruturais vão surgindo e a Turma passa a ser demandada para levantamentos de informações gerais às instituições, como se manter financeiramente em Curitiba e busca por locais para moradia, até então

³⁰¹ Entrevista com Carolina, MST e quilombola/MA.

³⁰² Entrevista com Anita, MAB/PR.

indefinidos.³⁰³ A auto-organização é, assim, formulada em torno dessas demandas estruturais (recursos financeiros, moradia e relações políticas institucionais), evocando-se a experiência organizativa dos movimentos populares camponeses, principalmente por integrantes que naquele momento chegavam com uma atuação ativa e que ingressam na Turma imersas por este contexto.

Era preciso discutir e encaminhar, de modo que, inicialmente, foram escolhidos dois coordenadores, mantendo-se uma paridade de gênero, que tinham como tarefa representar a Turma de dentro pra fora, e foi sugerido formar núcleos de bases (NBs), constituídos por pequenos grupos de pessoas, entre 5 e 6, que possibilitariam que todas/todos/todes falassem e fossem ouvidos, cientes de que, em assembleias ou reuniões maiores, isso ficaria prejudicado. Cada NB tinha dois coordenadores, mantendo a paridade de gênero, formando, assim, uma estrutura de coordenação que aglutinaria as discussões dos núcleos de bases e, com suporte nisso, faria os encaminhamentos. Apesar de não ter sido praticada por toda Turma, a inserção da Turma numa estrutura de organicidade permitiu alcançar uma série de soluções para questões iminentes já mencionadas, como moradia, recursos financeiros e estudos que beneficiaram todo coletivo.

À medida que se consolidava e era compreendida pela Turma, a auto-organização passou a pautar outros componentes considerados essenciais: formações, participação nos espaços de lutas populares e, não menos importante, a aprendizagem do curso em si. As formações parecem ser questões primordiais dentro da Turma, na construção de uma consciência política, ainda em desenvolvimento e para compreensão da organicidade. Diante disso, nos relatórios dos NBs analisados, as formações são voltadas à mística; formações políticas - com integrantes dos movimentos - aos coordenadores, para que eles repassem aos participantes dos NBs, atingindo o que chamaram de uma formação geral. Com este propósito, uma das primeiras formações que ocorrem ainda no primeiro ano é com Izabel Grein, integrante da coordenação do MST no Paraná.

As formações também permeiam os demais setores, para além da mística. Ao todo eram cinco setores, cada qual com uma tarefa tida como importante dentro da Turma. O setor de Memória e Secretaria era responsável por fazer os registros fotográficos e escritos da Turma, e zelar por eles; a Comunicação compreendia a criação de artes e textos para

³⁰³ Entre março e abril de 2015, a turma ficou alojada na Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná (CEU), uma casa de estudantes localizada no centro de Curitiba. O grupo de estudantes e professores que encabeçaram a criação da turma no período anterior, alguns estudantes já formados neste momento, cuidaram da logística de saída dos territórios à chegada na cidade de Curitiba, como também as articulações para que a turma pudesse ficar no respectivo local, mesmo que temporariamente.

divulgação; a Mística cuidaria da parte mais artística e humanizadora; o setor de Relações Políticas cuidava dos diálogos com atores externos: INCRA, Movimentos, Universidade, etc.; e, por fim, o setor de Finanças, gerindo qualquer recurso que entrava para a Turma, tendo por horizonte a formatura.

Outro aspecto que fazia parte das discussões dentro da estrutura organizacional da Turma era a participação em espaços de lutas populares. Em um relatório do NB Nelson Mandela, o grupo discutia a participação da Turma no Abril Vermelho, mês que marca as lutas dos povos do campo e relembra o massacre de Eldorado dos Carajás em 1996. Igualmente, no relatório da reunião da coordenação consta uma discussão sobre a participação da Turma na Jornada de Agroecologia, realizada em Iratí - Paraná, em 2015. A participação da Turma nos espaços de luta dentro e fora da Universidade atravessa afimco os cinco anos de curso e coincide com uma série de eventos protagonizados no Paraná de 2015 a 2019, que influi na conjuntura nacional e faz parte não só da transição de governos, mas de projetos políticos, cujas políticas afetaram e continuam a afetar, sobremaneira, uma parcela da população historicamente marginalizada, especificamente aquilo que a Turma representava.

A respeito disso, no discurso de formatura lido por Aline Maria no teatro da reitoria em dezembro de 2019, a título de colação de grau, a Turma expressava as contradições que se defrontavam, de uma lado o direito aprendido na sala de aula e, do outro, o mesmo direito visto nas ruas:

[...] em 2015, o Brasil iniciou um período conturbado, vivenciamos retrocessos na democracia, na política e nos direitos conquistados. Daqui de Curitiba vimos a Constituição ser violada, afrontada, manipulada, distorcida sob os interesses de determinados grupos políticos. Durante esses 5 anos vimos acontecerem malabarismos jurídicos, para interferir na nossa frágil democracia, e que culminaram com uma polarização política ideológica nunca antes vista na história do país. Já em 2015, logo no primeiro ano de graduação, vivenciamos a contradição entre teoria e prática. Nas ruas, vimos professores sendo bombardeados por lutarem por seus direitos. Ao lado desses professores, sentimos nossa carne sendo dilacerada por balas de borracha, ao mesmo tempo que nossos olhos se perdiam em meio à fumaça colorida das milhares de bombas atiradas contra cidadãos que exerciam o direito de manifestar a sua indignação contra o ceifamento de seus direitos. Mal sabíamos que era só o começo.³⁰⁴

Sobre o espaço da sala de aula e a compreensão dos conteúdos, a organização da turma foi essencial. Concebia desde o diálogo com professores e monitores à criação de grupos de estudos com mestrands para reforço de matérias. Nas primeiras reuniões do NBs,

³⁰⁴ TURMA Nilce de Souza Magalhães. Discurso de formatura. Curitiba, 2019. Não publicado.

buscavam saber as impressões de cada uma/a sobre as aulas, já que as primeiras provas se aproximavam, conforme notei do relatório do NB Nelson Mandela no dia 14 de abril de 2015:

Bom da minha parte em relação aos estudos os conteúdos são muito novos, ainda estou me adaptando a esta nova realidade e vejo na maioria das vezes uma dificuldade dos professores avançar o conteúdo, por conta das várias intervenções feitas em sala de aula...

Estou de boa por enquanto, tirando o conteúdo que é tudo novo (e nada fácil) e o fato de os nossos companheiros parecerem estar muito mais a par dos assuntos e conhecerem bem mais sobre tudo e eu me sentir uma analfabeta na sala às vezes, o resto está bem.³⁰⁵

Nos diferentes espaços a Turma foi criando uma identidade. Nos anos iniciais dentro da sala de aula, já é conhecida como uma Turma questionadora e de muitas intervenções. Em alguns momentos, as intervenções parecem incomodar não apenas os professores que querem “avançar no conteúdo” como os colegas que presenciam, e fazem disso uma avaliação negativa. As intervenções sanam algumas dúvidas, mas também “me deixam confusa” (expressava uma das falas do relatório do NB Nelson Mandela). De certo que a sala de aula será o espaço do conflito e das contradições e, com isso, da construção de novos sujeitos e novas sujeitas deste processo.

Há ainda, dentro da estrutura organizacional da Turma, um importante ator externo que é a Comissão Político-Pedagógica (CPP), composta pelos movimentos, professores, estudantes extensionistas e advogados/as populares, possibilitando uma participação comunitária na organização política pedagógica da Turma, apesar dos desafios encontrados.³⁰⁶ Nas palavras da Elza, era tarefa dos dois representantes da Turma fazer o diálogo com a Comissão:

Aí já partindo externamente tinha a CPP, que é a Comissão Político-Pedagógica, que era justamente uma Comissão que era composta por parceiros, pela direção de cada movimento, né, que compunha a Turma, então tinha MST, MPA, teoricamente era pra ter, mas às vezes a gente não conseguia juntar todos, mas MST, MAB, MPA, PJR, e aí tinha outros parceiros como Terra de Direitos, esses. Então essa Comissão Político-Pedagógica, como o próprio nome já diz, tinha essa responsabilidade política com a Turma, né, com a direção, se a gente tinha problemas com disciplinas, com, politicamente com pessoas que, enfim, as coisas que a gente enfrentava na política.³⁰⁷

³⁰⁵ **RELATÓRIO NBI.** Destinatário: Turma Nilce de Souza (direitopronera@gmail.com). Curitiba, 24 de abril de 2015. Mensagem eletrônica.

³⁰⁶ PAZELLO, R. P. A antimatemática de uma CPP: Experiência Insurgente de Educação Jurídica.

³⁰⁷ Entrevista Elza, PJR/BA.

Mas sendo uma turma formada por maioria de mulheres e racializada, uma narrativa meramente descritiva de sua auto-organização não dá conta de complexificar o debate. É preciso trazer estes elementos ao visível e tensionar as análises. Como mencionei, a paridade de gênero na auto-organização é desde o início reforçada. No entanto, quando aprofundo as relações no interior da Turma, as interlocutoras indicam um protagonismo feminino juntamente com um baixo comprometimento dos homens na construção da organicidade. A disparidade na participação e envolvimento entre homens e mulheres aparece em todas as falas e, de antemão, por mais que elas se enxergassem como pilares na organização interna, compreendiam que este processo não se fazia sem os homens:

a gente dialogava muito, falava assim: “é necessário que tenha também um menino”, então tinha sempre a menina, a gente via que era mais fácil a gente construir essa figura feminina, a figura masculina era mais difícil, mas a gente construía ainda sim, por que a gente avaliava que era necessário ter esse perfil masculino.³⁰⁸

A postura de luta conjunta expressa na trajetória das mulheres do campo reverbera na Turma, no olhar que as mulheres lançam sobre o outro como componente importante para uma construção coletiva. No entanto, infelizmente, o mesmo não se vê com frequência em ambientes predominantemente masculinos. Em muitos casos, a ausência de mulheres sequer é questionada, e quando é, lá estão elas, buscando inserção e voz. Já no âmbito da Turma, é notório pelos relatos e falas que havia um esforço de trabalhar a equidade nas tarefas e paridade nas relações de coordenação e um esforço de trazer ambos, homens e mulheres, para construir a organicidade, mesmo sendo elas na prática que “acabavam fazendo mais.”³⁰⁹ Quando reflete sobre esta questão, Dolores vê a organicidade da Turma como um trabalho de cuidado, isto é, cuidado uns com os outros e cuidado o coletivo ao que a maioria dos homens se abstinham, conforme menciona:

Olha, nos núcleos que eu participei a gente garantia, sempre, mas era sempre uma confusão, eu acho que a confusão maior às vezes não era a questão de gênero, a questão maior era as pessoas quererem ser o coordenador dos núcleos ou a coordenadora dos núcleos, as pessoas não queriam, porque é muita responsabilidade. De fato, não é muita responsabilidade se você pensar naquilo que a gente faz no dia a dia, a quantidade de coisas, mas é uma responsabilidade que você tem e você não quer porque as pessoas não querem responsabilidade. Com os homens isso é mais comum, os homens querem ter menos responsabilidade neste sentido, porque os núcleos de base, eles pareciam ser algo relacionado ao cuidado, ao nosso cuidado com a Turma, ao nosso cuidado com nós mesmos, a nossa organização e numa questão de gênero, as mulheres sempre tiveram essa, essa responsabilidade com o

³⁰⁸ Entrevista com Elza, PJR/BA.

³⁰⁹ Entrevista com Célia, MST/SP.

cuidado, então era mais fácil sempre ter duas mulheres, do que ter dois homens como coordenadores por que fugia disso, porque cuidado é de mulher.³¹⁰

A palavra cuidado é recorrente nas entrevistas com as mulheres da Turma Nilce de Souza, como reflexo das experiências das mulheres nas comunidades que também estão a cuidar dos espaços comunitários, dos bens comuns. A este respeito, Federici afirma que as mulheres carregam a consciência de que, como sujeitas principais do trabalho reprodutivo, dependem do acesso a recursos naturais comunitários, sendo as mais penalizadas por sua privatização, razão que estiveram historicamente mais comprometidas com sua defesa.³¹¹

Isso fica mais nítido nas falas das mulheres da Turma quando o assunto é maternidade. Para algumas delas que engravidaram durante o curso, foi preciso trazer parentes para morar em Curitiba, “alguém que pudesse ficar com a criança, porque não tinha como ficar com a criança no período da aula”. Carolina, em seu relato, me conta as dificuldades que enfrentou quando se tornou mãe e a importância de uma rede de apoio na turma para sua permanência no curso:

quando engravidei eu estava no terceiro ano da faculdade, além do processo da gravidez, que é difícil, os enjoos, teve essa parte de estar longe. Estar longe de uma rede de apoio que é a família, mas eu tive também na minha Turma assim, das pessoas que, cara, não vou esquecer nunca assim, que eu tive muito apoio de gente da Turma, que talvez não tivesse tido essa rede de apoio em certos momentos, eu acho que eu não conseguiria terminar meu curso, e de maneira alguma.³¹²

Havia uma preocupação por parte da Turma em relação ao acolhimento dessas mulheres que viviam a maternidade, não só as que integraram a Turma, como as professoras que estavam em situações similares. Joana, vivendo a maternidade após formatura e na época da entrevista estava no mestrado, rememorou o apoio coletivo da Turma às essas mulheres em diversas situações, desde reivindicar questões junto à coordenação do curso, a ajudar em trabalhos ou cuidar da criança para que a mãe pudesse realizar alguma tarefa. Ela relata como ficou chocada em “como a sociedade, em geral, não acolhe a maternidade de uma mulher estudante e, conseqüentemente, não acolhe a maternidade em geral.”³¹³

Quando refletem sobre a relação da Universidade e o acolhimento dessas mulheres que foram mães, afirmam limitações de ordens estruturais como a falta de fraldários, por

³¹⁰ Entrevista com Dolores, MAB/BA.

³¹¹ FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata. (Org). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF – Sempre viva organização feminista, 2014.

³¹² Entrevista com Carolina, MST e quilombola/MA.

³¹³ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

exemplo. Lembram, ainda, episódios tidos como extraordinários à época como a criação de salas na ala da pedagogia para as mães poderem amamentar seus filhos. E o fato de verem mulheres da Turma e mães professoras precisarem levar o/a filho/a para a sala de aula, e se sentirem constrangidas com a criança chorando ou fazendo barulho, mas o mesmo nunca ter ocorrido com professores ou colegas que também foram pais.

Essa disparidade de gênero no trabalho reprodutivo foi visível na Turma, principalmente no tocante à participação e presença na sala de aula. Elas mencionam que as dificuldades que as mulheres enfrentaram não ocorreu aos homens que foram pais, cujo cuidar da criança ficou com a mãe desde o nascimento. As disparidades de participações se explicam por uma lógica que centraliza na figura materna os trabalhos de cuidado, levando-a a jornadas duplas ou triplas, entre dar conta das demandas da faculdade, o cuidado com a criança e muitas vezes, o estágio. Assim, do mesmo modo que a sociedade capitalista não reconhece o trabalho reprodutivo como trabalho, igualmente não reconhece um mundo que tenha crianças, excluindo as mulheres mães da esfera de sociabilidade e do acesso à fonte de rendas, conforme se extrai do relato de Joana:

esses tempos eu fui fazer uma entrevista para uma bolsa, uma bolsa de um curso, e aí quando, e aí assim, eu não acho que eu tenho que esconder que eu tenho um filho, né, pelo contrário, então eu falo com o maior orgulho, com o maior carinho dele, porque ele vai compor isso, em algum momento vai parecer um áudio meu com uma criança falando. E aí quando eu falei isso, eu falei sou uma mãe e tal, e suponho [falha]. Era uma professora e um professor, o professor perguntou assim: e como você, você pensa em fazer, porque você falou que tem um filho, que tem um bebê; e a professora concordou, ela falou: é, como é que você vai fazer então com o filho e tal. Na hora assim, tirando a raiva que me deu, eu disse: olha, eu tenho um filho, não sei como tão perguntando isso para os homens que têm filhos, no meu caso, de fato eu preciso me organizar em relação aos horários do dia, para eu poder responder algum, é então, que nem essa entrevista, que é depois das oito, que é quando o bebê está dormindo, aí eu posso conversar de forma tranquila, que se não, eu tenho que pedir para alguém ficar com ele. [falha], mas eu quero saber como eles falam com os homens pais, porque subentende-se, que por mais que o cara seja pai, não vai fazer diferença ele ter filho, então, eles nem cogitam.³¹⁴

Por isso, a luta das mulheres no tocante ao trabalho reprodutivo tem sido por sua coletivização, dada a importância de redes de apoio, protegendo-as da pobreza, e consequentemente da violência decorrente de sua dependência financeira. Ademais, na experiência de outras turmas do Pronera em relação maternidade, Valadão indica que uma “alternativa colocada pelas mulheres é garantir que o manual de operações do PRONERA considere a maternidade e preveja recursos a serem implementados para garantir as

³¹⁴ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

cirandas”³¹⁵, pensando as particularidades de gênero e condições socioeconômicas de permanência dessas mulheres nos cursos.

No tocante a percepção dessas particularidades nas relações internas, incluindo raça e sexualidade, elas relatam que, como na sociedade, ocorreram “episódios de machismo extremo, a gente teve episódios de racismo, teve de LGBTfobia.”³¹⁶ Esses episódios abrangiam principalmente interrupções de falas e comentários machistas, racistas e homofóbicos. Nos anos iniciais do curso, dizem que os “meninos” conseguem se “colocar mais”, fazem “falas longa” e até mesmo são “ouvidos mais quando faziam algum tipo de intervenção”³¹⁷, em contrapartida, as “meninas” eram “mais objetivas”, “mais sucintas”. Em algumas aulas, sequer sentiam-se confortáveis para falar.

Não menos, quando quebravam o silêncio e se desafiavam a fazer uma intervenção, eram interrompidas, mencionam a prática reiterada de “não deixar a gente terminar de falar”³¹⁸. Para algumas autoras esta prática é chamada de machismo discursivo impregnados na vida cotidiana e tem a ver com a imposição do silêncio como norma para as mulheres nos espaços públicos e de poder, como os ambientes acadêmicos e de produção do conhecimento. A marginalização discursiva torna invisível sua participação na esfera pública, criando um imaginário de falta de habilidade do uso da palavra, de modo que, é perceptível na trajetória das mulheres da turma, como também das mulheres camponesas em geral, a importância de espaços de compartilhamento discussões voltadas a elas, onde suas vozes são ouvidas e respeitadas. Nestes espaços elas rompem com a insegurança condicionada por esta violência simbólica, e se desafiam a colocar seus pontos de vistas e questões.³¹⁹

Sobre a existência dessas questões na Turma, as entrevistadas afirmam que ocorre na Turma é reflexo da sociedade, em que não estão isentas as comunidades ou os movimentos populares, de maneira que, para elas, quem compôs a Turma foram pessoas “comuns” em que “nem todo mundo leu *O capital*”³²⁰. Por esta razão, elas enxergam os episódios e reproduções de preconceitos, opressões, como elementos “da sociedade em geral”, inclusive entre as mulheres, “mulheres que desconheciam a pauta das mulheres.”³²¹ É neste sentido que elas declaram que foi preciso construir coletivamente - “diversas vezes também tendo que mostrar,

³¹⁵ VALADÃO, F. A. **Mulheres camponesas**: construindo resistências através do programa nacional de educação na reforma agrária, p.84.

³¹⁶ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

³¹⁷ Entrevista com Anita, MAB/PR.

³¹⁸ Entrevista Carolina, MST e quilombola/MA.

³¹⁹ BARROS, Antonio Teixeira de; BUSANELL, Elisabete. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27 n. 2, 2019.

³²⁰ Entrevista com Dolores, MAB/BA.

³²¹ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

provar, aprender juntos né, trocar as experiências”³²² levando a reflexão sobre temas, na intenção de construir novas relações interpessoais, que aos meus olhos, representam uma revolução de valores, hábitos, jeitos de ser - à medida que implica rever pensamentos e práticas dominantes. Como isso ocorre? é a questão que me coloco a responder a seguir.

2.4 EU VI COM MEUS PRÓPRIOS OLHOS, MULHERES SE TRANSFORMANDO DENTRO DA TURMA

Porque foi na Turma Nilce de Souza, com este contato, de ter conhecido a [Joana], de ter conhecido outras pessoas também que me possibilitaram de me reconhecer enquanto mulher negra, mulher nordestina também e de conseguir compreender todo este processo que a gente vivencia e que eu não compreendia até então, até ter contato, até ter contato com esse conhecimento.³²³

Dentro da dinâmica da Turma e sua relação interna, há inicialmente uma primeira consciência a partir das desigualdades de participações na estrutura organizativa, desencadeando outras discussões em torno das diferenças e desigualdades, ampliando sua relação com a Universidade e com a cidade, as mulheres vão tomando consciência das identidades sociais que carregam ao passo que enfrentam situações cotidianas de machismo, racismo e LGBTfobia na sala de aula, na Universidade e em outros espaços. Assim, elas vão compreendendo as relações de poder e compartilhando entre elas memórias de luta vinculadas às suas comunidades e movimentos populares que fazem parte. Esse processo as levam a assumir uma posição, uma escolha diante dos acontecimentos: a de intervir coletivamente, a partir da realidade concreta.

Dentro de uma perspectiva de formação humana, na subversão de valores dominantes, a Turma e sua organicidade configuraram ambientes pedagógicos, que alimentam as formações e por elas são alimentados. Como principais agentes deste processo, estão as mulheres. Para melhor entender, quando as interlocutoras informam como se dava o enfrentamento a situações de opressão, descrevem da seguinte maneira:

Houveram muitas conversas, muitas, muitas conversas, pessoais mesmo, com os colegas que tinham posturas machistas, enfim, eu acho que tiveram muitas. E eu acho que a gente sempre trouxe nos momentos esses debates e essa formação, não só necessariamente tipo, ó, gente, vamos sentar agora e vamos ler determinado texto e vamos fazer um debate. Eu acho que o nosso processo de conscientização, ele se deu muito a partir das questões concretas que a gente vivenciou, e das oportunidades que a gente teve, dentro da sala de aula, ou dentro dos nossos espaços auto organizados, dentro de nossos núcleos de base, da gente trazer esse debate, falar para os

³²² Entrevista com Joana, quilombola/PR.

³²³ Entrevista com Carolina, MST e quilombola/MA.

companheiros, tipo, olha, assim, não é dessa forma que a gente entende, entendam o nosso lado, entendam nossa perspectiva. Então, me parece que a conscientização ela se deu nesses moldes assim.³²⁴

O que se pode perceber desta e de outras falas é que “tratavam de modo coletivo”, eram feitas “intervenções místicas”; “conversas nos NBs”; “muitas conversas” no intuito de “colocar nossa voz e dizer que a gente não aceitava”³²⁵; havia para elas a “necessidade de não deixar passar.”³²⁶ Quando falam como se organizavam em torno disso, como no trecho acima, elas informam que as intervenções aconteciam sobre “situações concretas”, e com base nos momentos que tiveram de trazer o tema dentro dos espaços organizativos. Mesmo não havendo um coletivo oficialmente organizado de mulheres dentro da Turma, elas conversavam ou reuniam no intuito de troca e fortalecimento dos posicionamentos e ações:

inclusive a gente tinha um grupo de meninas da Turma, em que a gente criou, se não estou enganada, num que é, se chamava “Manas da Nilce”, que foi construído justamente acho que depois de um episódio, disso assim, de uma fala que foi sexista e a gente se viu né, na necessidade de ter força neste sentido.³²⁷

Mas, quando aconteciam situações, a gente acabava comentando uma com as outras, o que que a gente vai fazer, o que que a gente vai fazer, e enfim, nesse sentido assim, de sempre se unir pra tentar colocar nossa voz e dizer que a gente não aceitava, e já teve momentos de debater isso em coletivo, de fazer mística pra fazer refletir, intervenções e tudo mais, pra se fazer questionar. A gente era bem atuante nesse sentido de se organizar e colocar voz e não deixar as coisas passarem, digamos, quando a gente tinha conhecimento, mas não que seja algo formal pra debater estudo, essas coisas não.³²⁸

Sim, havia, não, não necessariamente assim “vamos nos organizar para pautar ou para combater uma janela”. Mas, os episódios incomodavam algumas mulheres, essas mulheres dialogavam com outras e quando havia condições nos reunimos, nós pautávamos, nós fazíamos alguma mística [risos], às vezes não era nem compreendida, mas havia sempre a necessidade de não deixar passar episódios sexista, machistas, racista, enfim.³²⁹

Outros espaços proporcionavam uma troca entre elas, como as moradias coletivas, a exemplo da Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC), casa estudantil vinculada à UFPR para mulheres estudantes de baixa renda, local que reuniu a maioria das mulheres da Turma, vejamos:

³²⁴ Entrevista com Anita, MAB/PR.

³²⁵ Entrevista com Célia, MST/SP.

³²⁶ Trecho da entrevista com Joana, quilombola/PR. O mesmo aparece de forma bem semelhante na entrevista de Eva, MST/SP quando diz “A gente era bem atuante nesse sentido de se organizar e colocar voz e não deixar as coisas passarem”.

³²⁷ Entrevista com Elza, PJR/BA.

³²⁸ Entrevista com Célia, MST/SP.

³²⁹ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

a gente se encontrava, a gente morava juntas também, então isso, nos fortaleceu em alguns sentidos, de estar juntos ali, isso, discussões que viam, mesmo que não seja em uma reunião, porque às vezes acontecia também, da gente se reunir pra conversar, mas não teve muitas reuniões, neste sentido, salvo engano, mas a gente também tinha a CEUC que era um local que a gente se encontrava e neste momento trocava também em relação a essa questão e a gente pontuou, a gente trocava inclusive mesmo para pontuar, teve até momentos que a gente fez oficina com os homens, com as mulheres também sobre a questão, então isso são formas de ampliar esse debate, mas antes disso, é, também, se articular internamente mesmo em relação a questão, ver o que o outro sentiu, de escutar também como foi isso para a outra pessoa né, pra poder pontuar também.³³⁰

Interessante o que se extrai das falas: os episódios envolviam também a relação com professores na sala de aula. Com certos professores, relatam que era nítido as mulheres não se sentirem confortáveis para falar, e sentirem que não eram capazes de realizar uma intervenção “qualificada”, diferente dos colegas homens da Turma. A respeito disso, contam:

E até mesmo a gente teve episódios de ter que brigar inclusive com professores pra se fazer respeitar, professores ou outros quadros hierárquicos da Universidade. Até quem se fazia muito de amigo, muitas vezes precisava de um: vem aqui no cantinho, vamos conversar, não é essa palavra não, esse termo está errado, traz outras autoras. Então, é construção mesmo, não tem jeito, então atuar junto aos que, educar os que nos educavam.³³¹

À vista disso, as formações no seio da Turma parecem ocorrer de diversas maneiras, desde espaços mais elaborados com a presença de um/a convidado/a externo/a, como foi o espaço de formação em gênero no ano de 2016, citado nos relatórios do NBs ou através da convivência diária da sala de aula, nas moradias comuns, das místicas que a Turma construiu, das intervenções, reuniões e conversas.

Para as interlocutoras, o que propicia esta prática pedagógica é as mulheres estarem mais organizadas, serem maioria e assumiram a intencionalidade educativa de formação humana e de novas relações como princípio orientador das ações que se propuseram a realizar e construir, o que refletia em como as situações eram discutidas dentro da Turma. Na fala de uma delas, afirma: “quando eram coisas que eram sensíveis as mulheres, ficavam sensíveis ao coletivo.”³³² Em outra fala contam que as mulheres estavam mais abertas a mudar opiniões e dispostas a acolher outras diversidades.³³³ Outro fato são os núcleos de base que fornecem uma estrutura dialógica e descentralizada que permite incorporar mais discussões, outras narrativas e realidades.

³³⁰ Entrevista com Olga, quilombola/SP.

³³¹ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

³³² Entrevista com Anita, MAB/PR.

³³³ Entrevista com Dolores, MAB/BA.

Olhando mais especificamente sobre este último ponto, tendo por base os escritos de Caldart que analisa a estrutura organizativa do MST (em que a Turma se inspira) e a vê como um princípio educativo, é possível notar que, como a ocupação da terra é educativa, as turmas do Pronera representam a “ocupação do latifúndio do saber”, nisso politizam o processo educacional a partir de suas identidades históricas, atreladas a herança da luta em torno da terra e território. Nesse limiar, as turmas são espaços de socialização, em que os indivíduos vivem um tempo significativo, imersos em uma organização coletiva.

A autora fala ainda sobre o potencial educativo do enraizamento a uma coletividade organizada. Ela afirma que: “quanto mais enraizado em sua nova coletividade, mais o sem-terra poderá ser educado por ela.”³³⁴ Assim, fazendo uma interpretação livre, a organização da Turma também é essa estrutura que permite este enraizamento a que Caldarte se refere, em que a formação continuada foi possível, a partir de uma identificação comum com as origens, bem como com os valores, princípios e significados de compor uma turma do Pronera. Isso fica nítido na fala da Olga sobre o que a Turma significou para ela, em que ela afirma que se fosse em outra Turma comum ela não teria feito direito, e explica o porquê:

foi fundamental essa coisa de você pertencer algum lugar, você pertencer a uma turma, acho que essa é um sentimento de pertencimento, mesmo, de você tá com aqueles que compartilham das mesmas experiências, não das mesmas, mas experiências semelhantes a sua e tão meio que no objetivo comum que é o objetivo da luta embora sempre tenha vários N casos, mas todo mundo saiu de alguma base.³³⁵

Por sua vez, o processo de formação no seio da Turma não foi homogêneo, ou seja, não foi vivido por todas as pessoas da Turma de modo igual. Uma série de elementos da experiência de vida das pessoas confluíram na dinâmica da Turma e em como as questões eram internalizadas por cada um/a. Por outro lado, também não é contínuo. Há momentos em que a intencionalidade ganhou mais fôlego, como os anos iniciais do curso, e em outros menos, como os anos finais, voltados à formatura, trabalhos de conclusão de curso e prova da OAB. Além do mais, não são todos os casos que chegaram ao conhecimento do coletivo. A respeito deste fato, uma das interlocutoras relata, por exemplo, que quando passava por situações de violências, estas resgatavam traumas além da Turma, o que a fazia evitar dar visibilidade:

³³⁴ CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.348.

³³⁵ Entrevista com Olga, quilombola/SP.

sei lá, quando eu sofro essas situações de violência assim de gênero, porque eu faço muito esse recorte assim de também deixar as especificidades, porque muitas minorias me atravessam, e elas me atravessam de formas diferentes, sabe, o rolê da raça me atravessa de um jeito, a lebofobia me atravessa de outro jeito, o preconceito de classe me atravessa de outro jeito, o preconceito de, eles me atravessam de outros jeitos, tem a intersecção deles, mas eu, eu costumo separar assim, e aí com relação a essas violências de gênero aqui sem colocar a questão LGBT, eu sinto que sim, tinha muito, mas tipo, sempre quando há esse, quando eu sofro essas situações, tipo, a primeira reação é não, tipo, me culpar, às vezes, de ter me colocado naquela situação e não falar. Eu acho que eu fui umas das pessoas que vim falar depois, de entender o quanto que foi violento pra mim, e aí no momento eu não procurei, mas eu não sentia uma acolhida da Turma neste sentido, em questão LGBT, deixava muito a desejar.³³⁶

Nesta dinâmica formativa também há um reconhecimento das diferenças, na afirmação das diversidades que compõe a Turma, em que as mulheres são levadas a questionar a leitura essencialista e isso ocorre quando são acrescidas as intervenções raciais³³⁷, vejamos na fala de Joana e Anita como isso ocorre:

Até mesmo as mulheres negras da Turma, nós, em determinado momento não nos sentimos contempladas por algumas decisões coletivas e promovemos espaços, diálogos de mulheres negras também, dentro da pauta de mulheres, da pauta de povos tradicionais do coletivo como um todo. Isso é enriquecedor na verdade, não só para pautar e evidenciar o machismo, mas para a nossa construção pessoal, pra vida como um todo. Eu vi com meus próprios olhos, mulheres se transformando dentro da Turma. Pessoas que não sabiam, não se sentiam contempladas, até mesmo negavam, após os 5 anos de convivência, diálogos, troca, e episódios, que passaram dentro e fora da Turma, fazer com que essas mulheres buscassem a compreensão das pautas, a compreensão do porquê desses diálogos serem levantados.³³⁸

Agora eu falo muito da perspectiva de uma mulher branca, desse impacto, dessa grande representatividade de mulheres negras dentro da Turma, também formou as mulheres, e formou as mulheres brancas pra entender essa questão racial, também dentro da questão de gênero. Pra mim, foi o espaço em que eu mais aprendi, mais qualifiquei, mais, é, entendi o debate, foi dentro da Turma. E volto a dizer, sem que necessariamente a gente parasse pra ler, muito a partir dos relatos e do que as companheiras negras da Turma passavam para a gente, assim, eu acho que teve esse impacto interno.³³⁹

Portanto, neste processo educativo, a Turma vai se formando, educando uns aos outros e rompendo com opressões enraizadas. Por seu turno, o processo formativo não se restringe somente à Turma. À medida que ocupam outros espaços, as mulheres levam consigo suas identidades, realidades e questionam perspectivas predominantes na Universidade. Para elas, as mulheres tiveram uma tarefa, “um papel sem ser intencional, mas muito de fazer

³³⁶ Entrevista com Marielle, MST/MA.

³³⁷ Menos mobilizadoras, talvez, havia as diferenças geracionais e regionais que também foram tematizadas dentro da turma.

³³⁸ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

³³⁹ Entrevista com Anita, MAB/PR.

também com que a Universidade também pensasse, pensasse esses seus modelos.”³⁴⁰ Para Dolores, por exemplo, mesmo que a Turma tenha saído, as pesquisas ficaram, a Universidade falando sobre povos e raça, sobre questões do campo, elas ficaram. Destaca, ainda, a criação da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade - SIPAD na Universidade, ao que enxerga como criada também muito em razão das demandas da Turma e da presença de muitos estudantes da Turma como pesquisadores.

Diante disso, dentro da Turma Nilce de Souza, do Pronera na UFPR, as mulheres protagonizam como sujeitas pedagógicas que desvelam práticas e conceitos coloniais, desafiam a hegemonia e buscam construir desde suas realidades um processo de transformação projetiva, assumindo uma intencionalidade que acontece a partir dos locais que ocupam. Assim, dentro da Turma, fazem lutas e resistências internas, dentro do curso de direito da UFPR levam as pautas, falam de povos, levando vivência e teorizando sobre ela. De certo que, a experiência da Turma e a experiência das mulheres da Turma, não foi um fim em si mesmo, mas inserem-se em revoluções mais amplas, na construção de outros mundos possíveis.

³⁴⁰ Entrevista com Anita, MAB/PR.

3 ENTRE O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR E O DIREITO INSURGENTE

Nas últimas décadas os estudos feministas sobre o direito e as instituições de justiça têm se voltado aos temas da violência e da discriminação de gênero. Dando um panorama mais geral, a pesquisa de Carmen Campos, Fabiana Severi e Ela Castilho, sobre perspectivas críticas do direito a partir do feminismo na produção acadêmica no Brasil, revela que na segunda metade do século XX a abordagem do direito pelo feminismo estava adstrita às “agendas de mobilizações políticas dos movimentos feministas brasileiros”, não necessariamente formuladas por juristas de formação ou vindas de “contribuições do meio acadêmico”. O que estava em foco entre os anos de 1960 e 1970 eram os direitos sociais: “educação, creche, saneamento básico, direitos trabalhistas, moradia – e à luta pela redemocratização do país”, muito a partir de uma aproximação temática de gênero com a perspectiva marxista sobre o capitalismo tendo como um dos principais nomes Heleieth Saffioti.³⁴¹

Para além do debate político sobre direitos para/das mulheres, outras vertentes críticas apontavam para a distância entre a “lei e as condições para o seu cumprimento ou efetividade” e a necessidade de políticas públicas de combate à violência e de mudança das práticas judiciais. Já nos anos de 1980 e 1990, o processo constituinte traz à tona a articulação de diferentes movimentos de mulheres do campo e da cidade para a garantia dos direitos como igualdade e não discriminação. Conforme as autoras, nesta toada, o direito é visto como um instrumento de “mudanças concretas” e é marcado por estudos de caráter mais dogmático, trazendo ao debate a interpretação da lei e a crítica às instituições jurídicas e políticas brasileiras, em que o feminismo “jurídico” adota uma perspectiva da “reforma legal em todos os campos.”³⁴²

Com a conquista da igualdade formal na Constituição de 1988, há um intenso trabalho para mudanças nas legislações infraconstitucionais recepcionadas constitucionalmente, para que essa igualdade atingisse ramos do direito como o civil (incluindo o de família) e o penal. Segundo as autoras, “desde os anos de 1980, as juristas brasileiras também acompanham a pauta do feminismo internacional em torno dos direitos

³⁴¹ CAMPOS, Carmen Hein de; CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de; SEVERI, Fabiana Cristina. Críticas Feministas ao Direito: uma análise sobre a produção acadêmica no Brasil. In: CONSÓRCIO LEI MARIA DA PENHA PELO ENFRENTAMENTO A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES (ORG.). **Tecendo fios das críticas feministas ao direito no Brasil**. Ribeirão Preto: FDRP/USP, 2019.

³⁴² CAMPOS, C. H.; CASTILHO, E. W. V. SEVERI, F. C. Críticas Feministas ao Direito: uma análise sobre a produção acadêmica no Brasil.

humanos e, em especial, dos direitos sexuais e reprodutivos.”³⁴³ Por sua vez, os estudos nos anos de 1990 privilegiaram as pesquisas empíricas ou pesquisas “sociojurídicas” nas análises, por exemplo, do sistema de justiça e do tratamento do judiciário direcionados às mulheres nos casos de homicídio, aborto e violência, tomando as pesquisas um caráter de denúncia.

A partir dos anos 2000 as autoras afirmam que cresce o número de pesquisas dentro do ambiente acadêmico, com uma ampliação da variedade de reflexões, e visibilidade de temas como as relações raciais e disputas pelos sentidos do direito ou mesmo formação de juristas. Segundo destacam, as pesquisas buscam dar ênfase aos “problemas do tratamento jurídico-legal”, cuja pauta da violência das mulheres em diferentes âmbitos mantém-se central, o que se intensifica com a criação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e mais recentemente a criação do tipo penal feminicídio. Do que concluem as autoras, até final anos de 1990 vê-se que as juristas feministas estavam fortemente ligadas aos movimentos feministas, com poucos casos daquelas vinculadas à academia, já nas últimas décadas elas notam “uma espécie de profissionalização no campo dos estudos feministas sobre o direito.”³⁴⁴

Embora, para as mulheres do campo, esses temas sejam valiosos, tendo elas próprias lutado pela igualdade e não discriminação na Constituição de 1988, quero tecer neste capítulo um olhar crítico ao direito a partir do feminismo camponês popular, sem a cisão entre mulheres acadêmicas e de movimentos populares, mas ao contrário disso, esse ponto de encontro entre diferentes práticas e saberes. Qual a contribuição das mulheres do campo para o fenômeno jurídico com base na experiência da Turma Nilce? Esta é a pergunta motivadora que me guia nesta análise, porque falar sobre mulheres é também desnaturalizar sua concepção, aquilo que de fato é, assim como demonstrar a relação com a terra e, neste momento, a relação crítica com o direito.

Para tanto, pretendo localizar a Turma Nilce de Souza Magalhães, e com isso responder à questão acima aventada, sobre dois aspectos que me parecem latentes em sua experiência, já oportunamente mencionados: o feminismo camponês popular e o direito insurgente. O feminismo camponês popular como síntese da trajetória que as mulheres camponesas têm construído nos movimentos populares do campo, e de libertação na América latina, e o direito insurgente, como prática dos movimentos populares, e da crítica ao direito como relação específica do capitalismo. Sem demora, sigo para estas análises.

³⁴³ CAMPOS, C. H.; CASTILHO, E. W. V. SEVERI, F. C. Críticas Feministas ao Direito: uma análise sobre a produção acadêmica no Brasil, p.28.

³⁴⁴ CAMPOS, C. H.; CASTILHO, E. W. V. SEVERI, F. C. Críticas Feministas ao Direito: uma análise sobre a produção acadêmica no Brasil.

3.1 UM FEMINISMO QUE NASCE DA EXPERIÊNCIA DE LUTA DAS MULHERES DO CAMPO

Dentro da trajetória das mulheres da Turma Nilce, o feminismo não é um elemento dado. Não obstante elas vão concebendo que a luta que travam nos espaços cotidianos é uma luta feminista, elas não se identificam com o feminismo predominante na Universidade, em que o enxergam como “um discurso feminista acadêmico e muito urbano”, de modo que refletia a realidade das pessoas que estavam no curso que elas consideram “muito elitista”, com “muitas meninas brancas, classe média/alta”, que “estava discutindo um tipo de feminismo, que era um tipo de feminismo que fazia sentido pra elas, que é beber muito das teorias clássicas, europeias, norte-americana etc.”³⁴⁵ Neste sentido, elas veem que, a ausência de outras experiências favorecia a predominância de apenas uma perspectiva, como da fala de Joana, quilombola da Turma:

os estudantes de direito, as professoras de direito até tinham [falha] com essas pautas, mas ainda eram algo distante, porque de fato aquelas mulheres que são indígenas, são ciganas, são decoloniais, são interseccionais, não compunham aquele espaço cotidianamente, elas compunham quando tinha um evento, e buscava ser chamado elas, enfim, a preocupação específica em trazer diálogos mais diversos. Mas, olhando para a Universidade Federal, no seu quadro mais orgânico, mais permanente, não, eu acho que há uma tentativa de buscar outras vozes feministas, mas ainda é um feminismo, como eu posso dizer, de mulheres brancas, urbanas, de classe média alta, de uma esquerda ainda, não sei se esquerda, ainda em processo, sabe.³⁴⁶

Por outro lado, o feminismo popular, mais próximo de suas realidades e que estava presente em vários grupos da faculdade e nos espaços urbanos, no tocante às mulheres do campo, elas explicam que havia uma discussão, mas era ainda muito teórica e idealista, “não tinha uma vivência concreta”, apenas uma ideia de mulheres da cidade que tiveram estágio de vivência no campo.³⁴⁷ Do ponto de vista de Elza, Joana e Anita, a Turma traz uma concretude para os debates sobre as mulheres do campo no curso de direito, no olhar crítico e inserção de outras perspectivas, o que possibilita algumas mudanças de leituras, vindas de sua

³⁴⁵ Entrevista com Elza, PJR/BA.

³⁴⁶ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

³⁴⁷ Entrevista com Anita, MAB/PR. Ela menciona os EIV [Estágio Interdisciplinar de Vivência], organizados pelo movimento estudantil junto com o MST, em que os estudantes dos centros urbanos eram recebidos por uma família camponesa e lá realizam por determinado período a vivência campo-cidade.

organicidade, no saber-fazer dos povos do campo e nas questões que as mulheres da Turma internalizam nos espaços que ocupam.³⁴⁸

Na trajetória das mulheres do campo a partir dos movimentos populares, a identificação com o feminismo também não foi imediato, e por muito tempo permaneceu a noção como luta das mulheres e não uma luta feminista. Mas ao se identificarem que as lutas que realizam é uma luta feminista, elas buscaram ressignificar o feminismo, bordando desde então o feminismo camponês e popular, que não nasce das teorias, centros acadêmicos ou da mulher universal, mas de uma realidade concreta, das experiências das mulheres camponesas, alcançando o lugar onde “o feminismo hegemônico encontra o seu limite” ou aquilo que “sua teoria não consegue responder”: as vivências e, sobretudo, o respeito às mulheres sujeitas à opressão de raça e classe, nos territórios marcados pela colonização.³⁴⁹

Em minha perspectiva, com base nas formulações teóricas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e outros movimentos, e de autoras sobre o feminismo camponês e popular, ele pode ser compreendido em três dimensões, as quais sob o enfoque prático são indissociáveis: a dimensão histórica, identitária e de transformação social.

Em sua dimensão histórica, o feminismo camponês popular não pode ser compreendido apartado da trajetória de luta das mulheres do campo, leva-se em conta a tomada de consciência e como ela ocorre, assim como o contexto político e socioeconômico, o que culmina em seus processos organizativos. Neste sentido, o feminismo camponês popular está inscrito nas lutas e práticas das mulheres do campo, uma história de organização e formação, em que as mulheres, tomando consciência da sua condição na sociedade, se organizam e reivindicam seu lugar como sujeitas políticas. É um feminismo orgânico desse processo ao passo que resgata da invisibilidade a contribuição das mulheres camponesas para as lutas populares, ocultado nas historiografias oficiais de uma narrativa aparentemente neutra que acaba por evidenciar a figura hegemônica do homem no campo. Mas organizadas, as mulheres camponesas reivindicam seu lugar na história, além do reconhecimento como trabalhadoras do campo, com acesso à terra de forma autônoma, aposentadoria e salário-maternidade, cidadania, saúde pública – e o fazem de diversas maneiras: encontros, mobilização, abaixo-assinados, marchas etc.

Ademais, o feminismo camponês e popular nasce em um contexto político de efervescência das lutas dos/as trabalhadores/as contra a ditadura, pela redemocratização e

³⁴⁸ Elementos da entrevista com Anita, MAB/PR.

³⁴⁹ CHEHAB, Isabelle; CARVALHO, Giovana. Feminismo Camponês e Popular: a voz que vem do campo. *Revista Ártemis*, vol. XXIX no 1; jan-jun, 2020, p.169

reforma agrária, fruto da memória e das mulheres que resistiram desde a colonização, que encontraram na força coletiva organizada o poder contestar a ordem patriarcal, racista e capitalista.

Neste sentido, o fenômeno da conscientização, esse tomar posse da realidade desmistificada, tem grande importância, pois realizou-se ao confrontar-se com uma realidade de exclusão, desigualdades e violências já não mistificada, conforme Paulo Freire.³⁵⁰ Isso é oportunizado pela presença dessas mulheres nas lutas populares: sindicatos, CEBs, CPT, movimentos, partidos políticos que, junto aos demais, acessam a teologia da libertação e a pedagogia do oprimidos, mas que no dia a dia se veem desempenhando papéis secundários e submissos nesses espaços e, em dados momentos, são visivelmente excluídas como do feito da criação das oposições sindicais. Assim, elas passam a questionar sua própria realidade, como trecho de uma fala trazido pelo MMC a respeito: “Eu fiquei pensando por que a mulher fica em casa, vai para roça, cuida dos filhos, mas não decide nada. O homem faz negócio, viaja e toma as decisões. Por que existe essa diferença entre homem e mulher? será que Deus quer essa situação?”³⁵¹

De acordo com os estudos de Iridiani Seibert sobre o tema, as formações de base promovidas pelas Igrejas Católicas e Luterana permitem as discussões sobre a condições dessas mulheres como pobres e oprimidas da classe trabalhadora, mas são também nestes espaços de reflexões e debates sobre a realidade brasileira que elas percebem situações comuns entre elas: a de que são excluídas, invisibilizadas e condicionadas a submissão por sua condição de mulheres, o que as leva a se auto organizarem de forma independente. A respeito desse processo de formação da consciência, Seibert explica que a primeira forma de consciência é a interiorização de um retrato que a pessoa faz de relações sociais imediatas em que ela extrai normas, valores, regras e define como verdade de mundo.

É nesta fase que, muitas vezes, os cortes estruturais de raça, classe e gênero são naturalizados, tomando formas imutáveis. Porém, tratando-se de uma realidade e relações sociais em movimento que toma a forma estática para os indivíduos, surgem as contradições e sobre elas age a consciência. Essa seria, segundo a autora, a primeira fase da conscientização. Essa contradição “leva ao indivíduo a condição de inquietação, de contradição interna entre o que entendia como ‘verdade’ e a realidade concreta transformada. Se estabelece um estado de

³⁵⁰ FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

³⁵¹ MEZADRI, A. M. CIMA, J. I. (orgs.). **Feminismo Camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**, p.14

revolta no indivíduo.”³⁵² Aqui há a desmistificação de Freire ou a quebra de idealizações de Seibert, em que o indivíduo já compreende as situações como injustas e tem predisposição para resistir, mas estas ainda lhe parecem inevitáveis: “sempre foi assim”.

Nesta primeira fase da consciência reside a indagação, como a feita acima: “Eu fiquei pensando por que a mulher fica em casa. (...) Por que existe essa diferença entre homem e mulher?”. Para as mulheres do campo, essas contradições vão aparecendo à medida que participam dos espaços de lutas populares, em que a nova realidade de libertação de todos e de acesso à terra não as inclui, a não ser na condição de esposas ou filhas, sem voz e tomada de decisão. Reunidas e percebendo que as contradições não são individuais, mas afetam todas elas de diferentes maneiras, Seibert destaca que há a superação da fase inicial da consciência quando “a rebeldia inicial, individual, se faz social com um processo de identidade com as ‘outras’, vistas e percebidas em idêntica contradição.”³⁵³ Neste aspecto, a consciência inicial se transforma na sua segunda forma, denominada de consciência em si ou consciência reivindicatória, que transcende a “própria percepção da discriminação” cuja especificidade é a “percepção dos vínculos e da identidade de grupo”, que “permite ao grupo reivindicar a minimização das injustiças e discriminações.”³⁵⁴

Dessa forma, a auto-organização das mulheres camponesas em movimentos autônomos vai ao encontro com o resgate delas mesmas e no intuito de mudar a realidade imposta, de modo que os movimentos autônomos são os primeiros a serem capazes de dar a elas voz, participação e autonomia, em que a situação que elas vivenciavam são debatidas e consideradas dentro do conjunto estratégico de emancipação e libertação. No I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1986, um dos primeiros registros de encontros para troca de experiências em nível nacional, elas compreendem que a luta era de gênero e de classe, uma luta que elas mesmo diziam conjunta: “que as lutas das mulheres sejam lutas conjuntas dentro de suas organizações de classe e também as lutas específicas das mulheres.”³⁵⁵

Na visão do MMC, em seu livro e também considerando os outros movimentos populares do campo, a consciência reivindicatória dessas mulheres se corporifica em sua

³⁵² SEIBERT, I. G. **Feminismo Camponês e Popular**: Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social, p.101.

³⁵³ KIRKWOOD, Julieta, Ser política en Chile: Las feministas y los partidos, Facultad Latinoamericana De Ciencias Sociales- FLACSO, Santiago – Chile, 1986, p.35 *apud* SEIBERT, I. G. **Feminismo Camponês e Popular**: Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social, p.102.

³⁵⁴ SEIBERT, I. G. **Feminismo Camponês e Popular**: Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social, p.102.

³⁵⁵ MEZADRI, A. M. CIMA, J. I. (orgs.). **Feminismo Camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas.

organicidade, seja nos movimentos autônomos seja nos movimentos mistos, cuja estrutura organizativa se firmava nas comunidades camponesas, que se tornarão mais tarde os grupos ou núcleos de base, o que significava reconhecer que a base da organização eram as famílias e, de forma mais ampla, toda a comunidade, desde crianças a jovens e adultos. Incorpora toda família, e toda comunidade ensinou que as mulheres fossem inseridas na esfera pública de luta política, e passam a ter contato com outras mulheres com algum acúmulo do debate de gênero ou dos “direitos das mulheres”. Os espaços de direção eram coletivos, o que incluía articulações locais, regionais e nacionais, considerados nos movimentos mistos espaços de disputa e luta por participação por parte das mulheres. Além do mais, o MST tinha setores e comissões, reconhecendo ou sendo levado a reconhecer coletividades temáticas ou de trabalho dentro da própria estrutura organizativa, como as comissões de mulheres, primeiras tentativas de auto-organização. Portanto, a forma como as mulheres se organizavam dentro dos movimentos populares ia desde estarem inseridas nos movimentos autônomos, até as comissões e posteriormente os setores nos movimentos mistos. Não menos, em outros espaços populares, as mulheres se organizam por meio da produção, em torno da saúde, das plantas medicinais, daquilo que faz parte de sua cotidianidade, o que de igual maneira propicia discussões e reivindicações.³⁵⁶

Assim, não por acaso, a luta que as mulheres travam nestes movimentos nos anos de 1980 são incorporadas na Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), instância de articulação dos movimentos camponeses na América Latina e Caribe integrantes da Via Campesina, que decidem articular-se a partir da campanha continental de 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular (1989-1992), em enfrentamento às comemorações de 500 anos da Conquista. E é desse espaço que as “formulações” sobre o feminismo camponês e popular surgem, de uma caminhada em que a CLOC reconhece desde o seu I Congresso em 1994 que a luta das mulheres é uma luta de todos os explorados e de toda sociedade, afirmando “a necessidade de uma maior participação política das mulheres e de construção de um olhar próprio como camponesas, acerca da temática da terra, do território, da reforma agrária, das sementes e o acesso a créditos.”³⁵⁷ Em seu II Congresso em 1997, realizado no Brasil, essa preocupação da organização com a luta das mulheres fica evidente da I Assembleia de Mulheres do Campo, interiorizando gênero em sua estratégia política, conforme declaração final do encontro:

³⁵⁶ MEZADRI, A. M. CIMA, J. I. (orgs.). Feminismo Camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas.

³⁵⁷ BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América latina. *Revistas Novos Rumos Sociológicos*, v.7, nº.11, Jan/Jun/2019, p.101.

Neste sentido, conscientes da urgência de construir relações igualitárias entre homens e mulheres, nos comprometemos a assumir em todas nossas orientações e práticas cotidianas o enfoque de gênero, estabelecendo concretamente a participação das mulheres em 50% em todas as esferas e de maneira especial nos espaços de decisão e direção.³⁵⁸

Assim, o MMC foi o primeiro movimento da organização a se declarar feminista conforme Michela Calaça, Isaura Isabel Conte e Catiane Cinelli, todas intelectuais orgânicas do movimento: “não foi ninguém que buscou convencer as camponesas de que sua luta era feminista, foi a luta e a análise da sua própria realidade que as levou a perceberem-se como parte de um instrumento maior de luta das mulheres, que é o feminismo.”³⁵⁹ Segundo as autoras, um movimento de mulheres camponesas assumir-se feminista gerou duas reações:

1) parecia que seria necessário dar explicações sobre o motivo de se declarar feminista e classista, mas, junto a isso, houve também acolhida, pois éramos mais uma organização feminista para fortalecer a luta das mulheres; 2) era e é necessário ampliar os debates nas bases, reforçar nossa compreensão do que é feminismo e de como nossas lutas feministas contribuem para a derrota do sistema capitalista, patriarcal e racista que explora toda a classe trabalhadora, em especial as mulheres.³⁶⁰

Nesta perspectiva, apesar de muitas mulheres coordenadoras dos movimentos autônomos terem compreensão de que a luta que os movimentos desenvolviam eram uma luta feminista, havia do ponto de vista estratégico um cuidado de introduzir o debate no momento anterior. Assim, da fundação do MMC como movimento nacional das mulheres do campo em 2004, reunindo as mulheres de diversos outros movimentos autônomos que já vinham desde os anos de 1980 realizando articulações nacionais e internacionais, o assumir-se como um movimento feminista veio desta percepção maior, o que levou a ressignificar o próprio feminismo para estas mulheres. Com isso, entre 2009 e 2015, na IV e V Assembleia da Articulação das Mulheres do Campo da CLOC, depois de 10 anos de amadurecimento, a organização assumiu o feminismo camponês e popular como síntese da concepção de feminismo pelas mulheres do campo, com identidade camponesa e construção coletiva “compreendida como estratégia política para a emancipação das mulheres frente ao

³⁵⁸ II CONGRESSO DA COORDENADORIA LATINO AMERICANA DAS ORGANIZAÇÕES DO CAMPO. Brasília, 2-7 de novembro de 1997. **Cadernos do CEAS**. N. 173 - Janeiro/Fevereiro 1998. Disponível em: <<http://ospiti.peacelink.it/zumbi/news/ceas/cc173dc.html>>. Acesso em 29.mar.2022.

³⁵⁹ CALAÇA, Michela; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3 n. 4 p. 1156-1183 set./dez. 2018, p.1168.

³⁶⁰ CALAÇA, M.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. **Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas**, p.1165.

patriarcado e à ofensiva do capital transnacional no campo que atenta, diretamente, sobre suas vidas, seus corpos e seus territórios.”³⁶¹

Assim, o feminismo camponês e popular tem em sua dimensão histórica a “apreensão das muitas lutas que já vêm se dando no campo, no continente, nas quais as mulheres têm sido grandes protagonistas”³⁶², é resultado da resistência e enfrentamento à ofensiva do capital transnacional sobre a natureza, os bens comuns, os meios de produção e reprodução da vida das pessoas no campo e da “possibilidade de impulso à luta feminista e às mobilizações das mulheres camponesas latino-americanas.”³⁶³ E mesmo se tratando de uma construção coletiva, autoras como Calaça, Conte e Cinelli têm entendido que o fazer-se e o descobrir-se feminista parte da experiência concreta das mulheres camponesas. E embora não se assumam ou afirmem o termo feministas, pela resistência ainda não superada no campo, “estão a construir concretamente espaços de maior liberdade, autonomia e reconhecimento político e familiar.”³⁶⁴

Ademais, como um feminismo que se expressa na experiência de luta concreta das mulheres do campo, em seus processos de vivências diários, no seu cotidiano está a relação com o trabalho, com a terra e o território, com os alimentos e com a diversidade. Schwendler vai mais além e afirma que “o cotidiano para as mulheres e povos do campo são a terra, as sementes, a produção de alimentos saudáveis, a água, sua cultura, sua espiritualidade, suas crenças e seus conhecimentos ancestrais.”³⁶⁵ Assim, esse conjunto de elementos compõe a dimensão identitária do feminismo camponês e popular, em que afirma a identidade camponesa como uma de duas bases.

Para Seibert, o trabalho é imprescindível para conhecer a vida das mulheres e a vida no campo, já que na maioria dos casos elas começam a trabalhar muito cedo e veem no trabalho a possibilidade de mudança da realidade. É tanto assim que a luta pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais foi um dos primeiros elementos de articulação política das mulheres, que naquele momento buscavam valor e visibilidade ao trabalho que realizavam, considerado mera ajuda. A partir dele, elas pautaram outras demandas, como a

³⁶¹ BARBOSA, L. P. *Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina*, p.202.

³⁶² ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. Feminismo Camponês e Popular: caminhos para uma nova sociabilidade. *Revista Linguagem em (Re)vista*, vol. 15, n. 30, ago./dez. Niterói, 2020, p.90.

³⁶³ ARAÚJO, D. M. de O. *Feminismo camponês e popular: caminhos para uma nova sociabilidade*, p.90.

³⁶⁴ CALAÇA, M.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. *Feminismo Camponês e Popular: uma história de construções coletivas*, p.1167.

³⁶⁵ SCHWENDLER, Sônia Fátima. Mesa 2: Feminismos e Agroecologia. Informação verbal. In: CENTRO ACADÊMICO HUGO SIMAS. Simpósio Nacional de Justiça Sócio Ambiental. Youtube. 27 abr.2021. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=GzTDQGbtrbQ&list=LL&index=12&t=2s>>. Acesso em 27 abr.2021. Informação verbal.

transformação da própria estrutura patriarcal da unidade de produção camponesa, fincada na supremacia masculina, sobre as decisões na produção e sobre a renda ao acesso à terra e a relação com a natureza e com os bens comuns. Segundo Seibert, é desse olhar que o feminismo camponês e popular compreende o trabalho, denunciando a divisão sexual do trabalho, as desigualdades de gênero no campo e afirmando que o trabalho deve ser um fator de geração de valor para toda família, fundado na complementaridade, na promoção da igualdade entre os sexos e na humanização das pessoas e na socialização.³⁶⁶

Por outro lado, o reconhecimento dessas mulheres como trabalhadoras faziam delas detentoras de saberes que envolviam o trabalho no campo, saberes ancestrais de cuidado com a terra e com os alimentos, vistos como remédios. Essa visão transformava o campo não só em um lugar de trabalho, mas em um lugar de vida, com jeitos e modos específicos de viver. Por isso que a agroecologia, ao ser pensada como uma alternativa e conceito de agricultura no campo, não se limitou a apenas uma agricultura sem veneno ou a produção de alimentos, mas foi pensada como um projeto de transformação da sociedade, no reconhecimento da contribuição das mulheres para a agricultura, na valorização de práticas que já vinham sendo feitas por elas e pelos povos e comunidades tradicionais, a partir do uso e manejo sustentável da terra, tornando-se uma proposta contra-hegemônica no campo frente a um modelo de desenvolvimento que não visa a produção de alimentos, mas sim de *commodities* para exportação, no uso indiscriminado de transgênicos e agrotóxicos.

Do ponto de vista das mulheres do MPA a agroecologia pode ser definida como a “alternativa ao modelo agroindustrial, que recupera e atualiza saberes tradicionais, desenvolve a biodiversidade, produz alimentos ecologicamente, é socialmente sustentável, e gera autonomia.”³⁶⁷ E as mulheres do campo, urbanas e os povos e comunidades tradicionais estão à frente desses processos agroecológicos, resistindo aos avanços da mercantilização da vida e da natureza.

Não à toa que, diante do tema da soberania alimentar introduzido pela Via Campesina na América Latina, na possibilidade de os camponeses e as camponesas terem o controle dos alimentos, escolhendo o que e como plantar, as mulheres se lançaram como protagonistas, pois são elas que, ao redor do mundo, têm resistido através da agricultura de subsistência, produzindo alimentos saudáveis nas hortas ou nos arredores da casa para alimentar a família e a sociedade. Para Federici, em seus estudos sobre mulheres, lutas por

³⁶⁶ SEIBERT, I. G. **Feminismo Camponês e Popular:** Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social.

³⁶⁷ MULLER, Adriana; et al. **Pensando a alimentação, a fome e a agroecologia desde o feminismo.** Brasil: Coletivo de gênero do Movimento dos Pequenos Trabalhadores, 2021, p.13.

terra e globalização, em todo o mundo as mulheres resistem por um uso não capitalista dos recursos naturais, por uma agricultura de subsistência e acesso comum à terra, em contraposição a sua expropriação e um modelo que intensifica os desastres ecológicos. São elas, em grande maioria, que produzem os alimentos consumidos por seus familiares e mercados locais, nas áreas urbanas e rurais. No entanto, é um dado de difícil quantificação, em primeiro lugar por não se tratar de um trabalho assalariado ou produzido em fazendas formais. Em segundo, por ser considerado dentro da lógica capitalista, como não trabalho, junto com o trabalho doméstico.³⁶⁸

De acordo com Schwendler, a agroecologia ao ser pensada como conceito pelas próprias mulheres implica o cuidado com a vida, com as pessoas, com o planeta e relações sociais:

É esta dimensão da ciência agroecológica vinculada a uma base social, representada por esta diversidade sociocultural e política da agricultura familiar, camponesa, urbana, de povos e comunidades tradicionais do Brasil que tem que ser compreendida nesta dimensão política, cultural e técnico científico. Portanto, a partir de sua luta cotidiana, elas vão construindo outros saberes, que confrontam duplamente o capital e o sexismo, fora, nos diferentes espaços da sociedade, mas também dentro dos movimentos sociais. Reconhecer como as políticas públicas, PAA, PNAE, como esses programas contribuíram enquanto políticas que permite uma autonomia econômica da mulher, a resistência do campesinato.³⁶⁹

Portanto, a agroecologia resgata os saberes e a diversidade praticados pelas mulheres, povos e comunidades tradicionais “com as plantas medicinais, na guarda e defesa das sementes crioulas, no manejo das plantas nativas, nas práticas agroecológicas nos quintais, nos arredores da casa, espécies na produção de hortaliças, frutíferas, forrageiras, criação de galinhas e pequenos animais” e transforma em uma dimensão política, de uma identidade camponesa, que busca garantir a decisão dos povos sobre o que e como produzir em seus territórios, promovendo a produção e o consumo de alimentos saudáveis, dos agroecossistemas, ao mesmo tempo em que reconhece o conhecimento, o trabalho e a contribuição econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida, renovando seus conceitos e práticas.³⁷⁰

De outra parte, Schwendler afirma que o feminismo camponês e popular carrega essa valorização dos saberes do campo e das florestas, e das identidades das mulheres camponesas,

³⁶⁸ FEDERICI, Silvia. Mujeres, luchas por la tierra y globalización: una perspectiva internacional. In: FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**: Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de sueños, 2013. Tradução nossa.

³⁶⁹ SCHWENDLER, S. F. Mesa 2: Feminismos e Agroecologia. Informação verbal.

³⁷⁰ SCHWENDLER, S. F. Mesa 2: Feminismos e Agroecologia. Informação verbal.

uma identidade que tem como premissa a diversidade que, de acordo com o MMC, é uma diversidade que busca contemplar a diversidade do campesinato brasileiro e das mulheres camponesas e é com base nisso que ele assume uma abordagem também na perspectiva antirracista:

Enquanto mulheres (negras e indígenas) camponesas que compomos esse campo brasileiro, cheio de conflitos e concentração de terra, logo, sujeitas da construção do feminismo Camponês e Popular, precisamos cada dia avançar na afirmação de nossas raízes afro-brasileira e também indígenas. Buscar em nossa ancestralidades os conhecimentos medicinais, as tecnologias que contribuam na lida com a terra, a valorização da nossa cultura quilombola e indígena, da nossa culinária e reafirmar que, apesar de todos os males, continuamos e continuaremos lutando e resistindo pela erradicação do racismo, do patriarcado e do capitalismo, por um feminismo Camponês e Popular.³⁷¹

Da unidade na diversidade, posição afirmada pelas mulheres na VI Assembleia de Mulheres da CLOC – Via Campesina, outro aspecto importante do feminismo camponês e popular é a diversidade de gênero e sexualidade, marcada pela compreensão da sexualidade humana como uma construção histórica social e não biológica. Essa soma de componentes fez com que as mulheres não apenas ressignificassem o feminismo, como também a identidade camponesa, não mais calcada em um imaginário de atraso do campesinato, ao contrário disso é adotado um “significado de luta” e “ideia de uma agricultura camponesa associada à agroecologia.”³⁷² Segundo Isabelle Chehab e Giovana Carvalho, a categoria campesinato para o MMC ressignificou-se sob três eixos: produção, território e projeto político. Assim, conseguiu abarcar diversas categorias: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, pescadoras artesanais, quilombolas, sem-terra e assentadas em torno da produção de alimentos para a subsistência, em um dado espaço geográfico, também político e cultural e com um projeto político contra-hegemônico.³⁷³ Para Calaça, Conte e Cinelli, esta diversidade também pode ser vista nas “expressões do feminismo que se manifesta na CLOC: comunitário, indígena, negro, ecofeminismo, feminismo camponês, que, a partir o ano 2010, parece caminhar para ter como síntese o Feminismo Camponês e Popular.”³⁷⁴ Neste sentido, o feminismo camponês e popular envolve essa identidade camponesa no trabalho com a terra, o

³⁷¹ ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo Camponês e popular: uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, A. M. CIMA, J. I. (orgs.). **Feminismo Camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p.84.

³⁷² CHEHAB, I.; CARVALHO, G. Feminismo Camponês e Popular: a voz que vem do campo, p. 165.

³⁷³ CHEHAB, I.; CARVALHO, G. Feminismo Camponês e Popular: a voz que vem do campo.

³⁷⁴ CALAÇA, M.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. **Feminismo Camponês e Popular**: uma história de construções coletivas, p.1171.

cuidado com a natureza, com as relações humanas entre si e com esses outros aspectos, contribuindo para a libertação dos povos contra todas as formas de opressão e exploração, assumindo igualmente uma dimensão de transformação social, que se insere nas lutas de libertação na América Latina, na construção de uma “sociedade justa e solidária, ou seja, socialista.”³⁷⁵

É um feminismo que se afirma, conforme Seibert, como “uma estratégia de ação política para buscar a emancipação e liberação das mulheres, mas também de transformação ampla e estrutural da sociedade (...) frente às desigualdades sociais, econômicas e políticas da estrutura social de dominação e exploração.”³⁷⁶ Um feminismo que dialoga com o pensamento latino americano, e é parte do giro descolonial, em que os povos do campo, em especial as mulheres camponesas em sua diversidade, têm afirmado novos jeitos de ser, saber e existir, buscando romper com o sistema de poder colonial/moderno. Ele defende novas relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza, uma relação que tem se perdido com a formação do capitalismo no campo. “Ele tem reconhecido a articulação do racismo, patriarcado e capitalismo como um dos principais eixos que compõem o sistema de exploração e dominação das mulheres”, desnaturalizando espaços e concepções a respeito do mundo e do funcionamento da sociedade. Como afirma Schwendler:

se expressa e se concretiza nas lutas e ações cotidianas, buscando transformar as relações sociais cotidianas de produção, relações sem exploração do trabalho alheio, sem destruição da natureza e na construção de relações de igualdade entre os gêneros e entre os membros da família, da comunidade, do movimento, do sindicato, do partido e da igreja, enfim, em todas as dimensões das relações sociais.³⁷⁷

Pois bem, com vistas a realidade que se constrói a partir da experiência da Turma Nilce de Souza, ou seja, do Pronera no curso de direito, com em especial ênfase ao protagonismo das mulheres que carregaram a práxis do feminismo camponês popular, quero avançar na análise da relação com o fenômeno jurídico, lançando bases para reflexões também futuras. Da análise de trabalhos escritos sobre o feminismo camponês e popular e de minha própria investigação sobre as trajetórias das mulheres nos movimentos de luta pela terra, abordadas no primeiro capítulo, o “direito” é usualmente utilizado na práxis das mulheres do campo em diferentes momentos: I - como catalisador da mobilização das mulheres, em que ele se torna a chave reivindicatória em afirmações, como: havia para essas

³⁷⁵ CALAÇA, M.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. **Feminismo Camponês e Popular**: uma história de construções coletivas, p.1156.

³⁷⁶ SEIBERT, I. G. **Feminismo Camponês e Popular**: Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social, p.115.

³⁷⁷ SCHWENDLER, S. F. Mesa 2: Feminismos e Agroecologia. Informação verbal.

mulheres uma “ausência de direitos”; o “surgimento do MMC está relacionado a demandas por direitos”³⁷⁸; “mostra que as mulheres começaram a sair de casa em busca de direitos”³⁷⁹; II - a transformação delas como “sujeitas de direitos”. Neste ponto, encontra-se afirmações como “desvendar a grandeza da luta das mulheres do campo, de seu trabalho, de sua identidade de vida camponesa e colocá-las como sujeitos de direitos para a sociedade é parte constituinte do feminismo camponês popular”³⁸⁰, em certos pontos dos textos, há uma defesa das mulheres como proprietárias das terras para que fossem sujeitas de direitos, na alegoria de que a libertação de classes trabalhadora será quando esta tomar posse dos meios de produção, assim sendo a libertação das mulheres também compreende a autonomia delas em relação ao acesso a terra; III - o anúncio de uma sociedade justa e solidária, com prevalência de plenos direitos.³⁸¹ Quero demonstrar com isso a centralidade do fenômeno jurídico, e mais ainda provocar a reflexão do lugar que o direito ocupa em nossa sociedade e nas lutas populares, em especial no feminismo camponês e popular.

3.2 O LUGAR DO DIREITO: CRÍTICA À RELAÇÃO SOCIAL PRODUZIDA PELO CAPITALISMO

O que é o direito para uma sociedade marcada pela colonialidade do poder? Oriento-me em direção à resposta ou à tentativa dela, dimensionando como opera o fenômeno jurídico no nosso território sob o ponto de vista da teoria crítica marxista e do giro descolonial. Partindo de uma tradição soviética, Miguel Pressburger, Ricardo Pazello e Moisés Soares, junto com outros autores/as, retomam dentro das teorias críticas latino-americanas ao direito a teoria marxista nas releituras de Marx e dos pensamentos de Evguiéni Pachukanis e Piotr Stutchka. Esses últimos autores, em um contexto de revolução russa, precedente à instituição do stalinismo e com base em Marx, se debruçaram sobre a questão do que fazer com o direito na transição revolucionária. Essa questão os levou a criar uma teoria antinormativista do

³⁷⁸ CALAÇA, M.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. **Feminismo Camponês e Popular**: uma história de construções coletivas, p.1162.

³⁷⁹ CALAÇA, M.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. **Feminismo Camponês e Popular**: uma história de construções coletivas, p.1160.

³⁸⁰ SEIBERT, I. G. **Feminismo Camponês e Popular**: Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social, p.113.

³⁸¹ SEIBERT, I. G. **Feminismo Camponês e Popular**: Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social, p.153.

direito em face do “fetichismo normativo”, em que passam a compreender “o direito como relações sociais específicas ao modo capitalista de produzir a vida.”³⁸²

A teoria desenvolvida por estes autores possui três traços principais, conforme Soares:

1) antinormativismo – uma negação de posturas que reduziam o direito à normatividade instituída pelo Estado, mas o que não significa ignorar sua importância e seu papel na sociedade; 2) uma crítica estrutural – uma abordagem que analisa o direito como uma relação social histórica e constituinte a produção e reprodução do capital; 3) uma práxis insurgente – a necessidade de exercer uma crítica imanente à forma jurídica e projetá-la à práxis, isto é, em miúdos, organizar uma atuação estratégica e tática no interior da mediação jurídica nacional – na trincheira imposta da guerra de posição – articulada com um projeto contra-hegemônico de amplo espectro para superar o bloqueio político-jurídico.³⁸³

De outra parte, as reflexões críticas ao direito na América Latina por muito tempo se detiveram a denunciar o “caráter burguês” do direito natural e positivista, Jesús Antonio de La Torre de Rangel, por exemplo, ao escrever sobre o direito moderno na formação social do capitalismo, primeiro o localiza em 1789 na revolução francesa, e o descreve como um dos triunfos da burguesia emergente. Isso porque a racionalidade moderna fundada nos princípios da igualdade, liberdade e propriedade passaram a estruturar a sociedade, e foram assim consagrados nos chamados direitos naturais do indivíduo. De la Torre de Rangel também argumenta que não demorou para que juristas da burguesia reinterpretassem as normas romanas em seu favor, levando a uma codificação do “direito” e lhe dando a aparência de abstrato e pessoal, aplicável a qualquer sociedade em diferentes contextos, protegendo, assim, os institutos modernos. Neste sentido, o que ele concebe como o direito moderno explica que nasce de uma concepção individualista liberal de ser e viver no mundo, correspondente às demandas do capitalismo e fundado sobre dois princípios institucionais: a propriedade privada e a livre contratação.³⁸⁴

No entanto, Pazello e Soares explicam que as teorias críticas na América Latina deixaram de lado a “centralidade da crítica estrutural ao fenômeno jurídico”, isto porque, embora tenham nascido em contraponto às teorias clássicas do direito, centradas no jusnaturalismo e no juspositivismo, no famoso contraste dos direitos naturais e direito positivo

³⁸² SOARES, Moisés Alves; PAZELLO, Ricardo Prestes. Direito e Marxismo: entre o antinormativismo e o insurgente. *Revista Direito e Práxis*, vol.5, n. 9, 2014, p. 476.

³⁸³ SOARES, Moisés Alves. O equilíbrio catastrófico da teoria marxista do direito no Brasil. *Blog da Boi Tempo*. 23 jan. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/01/23/o-equilibrio-catastrofico-da-teoria-marxista-do-direito-brasileira/>>. Acesso em 18 mar.2022.

³⁸⁴ DE LA TORRE RANGEL, Jesús Antonio. *El derecho como arma de liberación en América Latina*. Sociología jurídica y uso alternativo del derecho. CENEJUS, Centro de Estudios Jurídicos y Sociales P. Enrique Gutiérrez, Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México. 2006.

da herança canônica eurocêntrica, essas teorias acabaram por se limitar ao normativismo, mesmo que intencionalmente tenham surgido no intuito de instrumentalizar o próprio direito às necessidades práticas das lutas populares. No Brasil, destacam-se duas dessas correntes críticas: o direito alternativo e o pluralismo jurídico.

Para os autores, essas duas correntes buscaram a “convivência e reconhecimento diante do direito oficial”, em que a concepção do direito se confundia com os seus usos. Desse modo, os autores afirmam que o equívoco do direito alternativo foi reduzir a racionalidade jurídica à técnica, a partir de uma noção “emancipatória do direito”, e apostando no “garantismo constitucional.” Por outro lado, o pluralismo jurídico enxergou o direito como “um fenômeno universal normativo e como relações sociais”, tendo como referencial prático o novo constitucionalismo latino-americano, que “garante a convivência de culturas, todas asseguradas por um mesmo direito, flexível ao regular a propriedade privada, a troca de mercadorias e os costumes dos povos originários.” Porém, não houve por parte de ambas as correntes a investida em “compreender a especificidade do jurídico como forma social própria do capitalismo”, permanecendo o fenômeno jurídico nos “terrenos normativistas”.³⁸⁵ Além do mais, os projetos políticos estratégicos dessas correntes não se sustentaram, embora conquistas imediatas tenham ocorrido no campo de garantias legais mínimas, que se confrontaram com as disputas nas contrarreformas ou golpes de Estado, restando seus fragmentos ainda hoje nos movimentos e partidos de esquerda.

Diante disso, a retomada de uma perspectiva crítica marxista sucedeu às reiteradas crises do reformismo jurídico e buscou preencher um “déficit teórico dos processos sociais no capitalismo” das teorias críticas e influenciados pelas perspectivas latino-americana da práxis de libertação de terem a capacidade de influir nas lutas populares. Para Soares, a teoria marxista do direito ganhou impulso no país “em 2017 com a celebração dos 100 anos da Revolução Russa e do lançamento de duas traduções diretas do russo para o português das obras de Pachukanis em volta da crítica marxista do direito, antes disso destaca-se o trabalho de Márcio Bilharinho Naves, em sua tese ‘Marxismo e Direito – um estudo sobre Pachukanis’, que se tornaria uma espécie de “leitura obrigatória da crítica do direito brasileira.”³⁸⁶

Assim, Stutchka, primeira grande contribuição teórica da crítica jurídica soviética, com *O papel revolucionário do Direito e do Estado: Teoria Geral do Direito* de 1921, traduzido o título na edição brasileira como *Direito e Luta de Classes*, afirmou o direito com

³⁸⁵ SOARES, M. A.; PAZELLO, R. P. Direito e Marxismo: entre o antinormativismo e o insurgente, p.483-485.

³⁸⁶ SOARES, M. A. O equilíbrio catastrófico da teoria marxista do direito no Brasil.

base na definição do Colégio do Comissariado do Povo para a Justiça, do qual esteve à frente, no período revolucionário soviético (1917-1919), como “um sistema (ou ordenamento) de relações sociais correspondente aos interesses da classe dominante e tutelado pela força desta classe.”³⁸⁷

Esse pontapé inicial faz com que Pachukanis, outro pioneiro na formulação da teoria marxista do direito, vá mais além nesta formulação, utilizando a teoria do valor de Marx, compreende o direito como relações sociais específicas, fundado nas relações sociais de produção do capitalismo. Retomando algumas categorias introdutórias de Marx, no livro I de *O capital*, valiosas para este estudo, o autor inicia o texto caracterizando a mercadoria como a forma elementar das relações de produção capitalista.³⁸⁸

Com esta definição, ele apresenta a mercadoria sobre dois aspectos: valor de uso e valor (que gera valor de troca). No valor de uso, a mercadoria contém valor em razão de suas serventias possíveis, podendo conter uma ou mais utilidades levando em conta sua corporação, isto é, suas propriedades físicas. Vincula-se ao que de concreto ela fornece, seja para uso ou consumo, e este uso não reside no campo das ideias. Por exemplo, uma cadeira, produto do trabalho do marceneiro, é útil ao passo que nela se pode sentar e, assim, obter-se descanso. Por outra parte, a ideia de uma cadeira não satisfaz uma necessidade concreta e imediata. Marx afirma, ainda, que suas qualidades úteis não são medidas por uma quantidade de trabalho despendido, mesmo que fruto de trabalho socialmente diferenciado, como a do marceneiro. Essa forma de uso é a mais milenar e vista em outras sociedades, de tempos-históricos distintos, e sua acumulação, forma, senão, riquezas.³⁸⁹

Por outro lado, o valor está compreendido no princípio quantitativo e não qualitativo, como no valor de troca. O que importa é a proporção das mercadorias, e não suas propriedades físicas ou mesmo sua utilidade imediata. A relação de troca se caracteriza pela troca de mercadoria com diferente valor, em que a troca se manifesta por uma equação e grandeza em que dada quantidade de mercadoria é igualada a certa quantidade de outra mercadoria. Aqui, para se chegar ao valor de troca, é necessário abstrair o valor de uso, em que esta abstração é necessária para se chegar a uma medida que possibilite a troca.³⁹⁰

Com a abstração que transcende a materialização da mercadoria em seu valor de uso, Marx alude ao fato de que resta à mercadoria apenas ser fruto do trabalho humano e, portanto,

³⁸⁷ STUTCHKA, Petr Ivanovich. **Direito e luta de classes:** teoria geral do direito. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988, p.16.

³⁸⁸ MARX, Karl. **O capital.** Vol. I. 2 ed. Eletrônico. São Paulo: Boitempo, 2011.

³⁸⁹ MARX, K. **O capital.**

³⁹⁰ MARX, K. **O capital.**

valor. Mas como as propriedades da mercadoria são abstraídas, aquilo que as torna distintas entre si, o trabalho humano, na relação de troca entre mercadorias também é. Assim, as mercadorias já não carecem de valor de uso, apenas valor. Como esse valor é medido? Pela quantidade de trabalho humano despendido na produção da mercadoria, possuindo como grandeza, o tempo: horas, dias, semanas etc. e o parâmetro é não o tempo de trabalho individualmente despendido, diferenciado, mas a força de trabalho socialmente necessária, uma força de trabalho em abstrato, generificada.³⁹¹

Desse modo, Marx explica que o produto do trabalho assume a forma de mercadoria na relação social de troca, uma relação ordenada pela equivalência de seus valores. Ele elucida:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social.³⁹²

Esse duplo aspecto da mercadoria também se encontra no trabalho, entre trabalho útil, que transforma elementos naturais em produto com valor de uso, e trabalho abstrato, que produz valor. No tocante à relação de troca, Marx esclarece que “as mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias”. Assim, na relação de troca de mercadorias, para Marx, as relações entre pessoas aparecem como uma relação entre coisas, “pessoas cuja vontade reside nessas coisas”, ordenadas pela vontade que se entrelaçam por meio do acordo de apropriação e alienação.³⁹³

Com pé fincado na forma-mercadoria de Marx, Pachukanis esmiúça a forma jurídica, extraindo do próprio Marx esta aproximação. Se, para Marx, a mercadoria é o átomo da relação econômica, para Pachukanis o sujeito proprietário de mercadorias é o átomo da teoria jurídica, “o elemento mais simples e indivisível.”³⁹⁴ Em seu livro *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, Pachukanis percorre um caminho sistemático de explicação do fenômeno jurídico, entre a forma jurídica mais abstrata e a concretização histórica do direito. Do ponto de vista

³⁹¹ MARX, K. **O capital**.

³⁹² MARX, K. **O capital**, p.100.

³⁹³ MARX, K. **O capital**, p.129.

³⁹⁴ PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017, p.117.

do autor, que se recusa a uma análise puramente subjetiva do direito, e apoiado no materialismo próprio do marxismo, o direito é uma relação social específica da troca mercantil, mais especificamente a relação entre sujeitos possuidores de mercadorias, já que estas não podem trocar-se sozinhas.

Destrinchando este conceito, o autor explica que no ato da troca, “ao mesmo tempo que um produto do trabalho adquire propriedade de mercadoria e se torna o portador de valor, o homem adquire um valor de sujeitos de direito e se torna portador de direitos.”³⁹⁵ Esta análise é proveniente da forma mercadoria esboçada em Marx, em que, vale salientar, a troca de mercadorias não se faz sem os proprietários de mercadorias. É neste aspecto relacional entre mercadorias e mediador entre sujeitos possuidores que está a relação jurídica, em que “o ato de troca, constitui momento mais essencial tanto da economia política quanto do direito.”³⁹⁶

Assim, no mundo das mercadorias, as relações sociais são mediadas e dirigidas por coisas, as quais satisfazem nossas necessidades quando estão em relação umas com outras. Na relação econômica, elas exercem por via das “sutilezas metafísicas” o poder sobre nós, mas, juridicamente, o sujeito as detém. Como guardiões de mercadorias, Marx escreve que estes devem se relacionar como pessoas. A forma pessoa adere ao indivíduo na troca, e tem como elemento essencial à vontade, residindo-a na coisa, já que está destituída de sentidos. E a vontade da coisa é, senão, trocar-se. A este respeito escreve Pachukanis: “Por isso, ao mesmo tempo que um produto do trabalho adquire propriedade de mercadoria e se torna o portador de um valor, o homem adquire um valor de sujeito de direito e se torna portador de direitos. Sujeito de direito é o ente cuja vontade é decisiva.”³⁹⁷

Portanto, os guardiões de mercadorias são sujeitos de direitos, e assim portadores de direitos, se na relação de troca é reconhecido por outro guardião de mercadoria como um proprietário privado, igual e livre. A significação jurídica aparece no momento dos atos de troca recíprocos de aquisição e alienação: “em concordância com a vontade do outro, portanto por meio de um ato de vontade comum a ambos.”³⁹⁸ Portanto, o sujeito de direitos é o sujeito componente da relação de troca, regida pela lei de equivalência sob os aspectos formalistas e abstratos da propriedade, igualdade e liberdade, em que a relação jurídica é proveniente de um ato de vontade do proprietários/donos de mercadorias, uma vontade que encontra sua

³⁹⁵ PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**, p.120.

³⁹⁶ PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**, p.127.

³⁹⁷ PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**, p.120.

³⁹⁸ MARX, K. **O capital**, p.130.

expressão no contrato. Antes disso, a apropriação natural na relação do homem com a coisa é destituída de qualquer significação jurídica.³⁹⁹

Seguindo a forma-mercadoria, que encontra o valor no trabalho abstrato, o sujeito de direitos é portador abstrato de todas pretensões jurídicas. Tem-se a “possibilidade de abstrair as diferenças concretas entre sujeitos e reuni-los sob único conceito genérico.” E, junto com a propriedade mística de valor, surge o direito.⁴⁰⁰

Em um contexto histórico amplo, as reiteradas trocas isoladas formaram uma cadeia ampla de circulação de mercadorias e com ela, um emaranhado de relações jurídicas. Somente com o “completo desenvolvimento das relações burguesas o direito adquiriu caráter abstrato”⁴⁰¹, no apogeu da Revolução Industrial e na declaração dos direitos do homem e do cidadão.

É com esses pressupostos que, Pachukanis, ao escrever sobre direito e ideologia, por exemplo, rechaça a ideia equivocada de que Marx e Engels consideram o direito tão somente uma forma ideológica, embora advirta que o direito também é experimentado no campo psíquico, na forma de normas, princípios e regras. A crítica a que se centra é a este enclausuramento do fenômeno jurídico ao sentido subjetivo da psique humana e, em face disso, afirma que o direito é reflexo das relações sociais objetivas de produção, assim como é a mercadoria, que igualmente apresenta-se como um construto mental, como conceitos gerais da economia, mas que tem na relação social de produção sua objetividade. O autor se preocupa em reconhecer o caráter ideológico, sem que, com isso, exclua a realidade objetiva do conceito de direito, o que pode ser notado em sua afirmação, segundo a qual o direito se apresentaria “como a forma mistificada de uma relação social bem específica.”⁴⁰²

Por isso que reduzir o direito a norma seria, em suas palavras, uma abstração vazia, já que esta deriva de uma relação social existente e específica que é o próprio direito. Ele ainda afirma que a vida humana pode ser regulada de diferentes maneiras, a prescrição imperativa encontra-se na moral, estética, técnica, mas o momento jurídico aparece nestas relações quando há interesses divergentes e opostos, o famoso “litígio”, no “antagonismo dos interesses privados”, e na aparição do sujeito de direito. O Estado seria não a fonte do direito, como afirma a teoria clássica, mas o poder organizador, “rígida organização central e planejada de modo a operacionalizar a circulação de bens” dando “clareza e estabilidade à

³⁹⁹ PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**.

⁴⁰⁰ PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**, p.125.

⁴⁰¹ PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**, p.121.

⁴⁰² PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**, p.121.

estrutura jurídica”⁴⁰³, na garantia e preservação das relações jurídicas e interesses da burguesia.

Para melhor compreender, Pazello sistematiza os três momentos das formas jurídicas em Pachukanis, divididas em: fundante, essencial e aparente. Na forma jurídica fundante, o direito é consubstanciado na relação de valor; na forma essencial é a relação jurídica; e na forma aparente, o momento legal e judicial. Para Pazello, Pachukanis concebe as formas legal e judicial como complementares às da relação jurídica, atingindo a “totalidade dos momentos constitutivos do direito em geral.”⁴⁰⁴

Portanto, as relações entre pessoas e, neste sentido, relações sociais, no processo de troca, momento essencial do modo de produção capitalista, apresentam a complexidade de ser “uma relação entre coisas, que são ao mesmo tempo mercadorias; por outro lado, como relação entre vontades entre unidades independentes e iguais.”⁴⁰⁵ Por isso, valor e direito são faces da mesma moeda. Para Vinícius Casalino, à vista disso, a propriedade privada, a liberdade, a igualdade são qualidades intrínsecas à forma sujeitos de direitos que ligam-se ao indivíduo na relação de troca de mercadorias, mistificada como direitos naturais, fundamentais, norma geral e abstrata criada pela autoridade. “Fora da relação de troca, os indivíduos não são pessoas. Não tem, portanto, quaisquer direitos.”⁴⁰⁶

Feita esta explicação, o conceito de direito e valor como formas de produção da vida no modo de produção capitalista são consubstanciais a outras relações sociais, ou seja, “(...) formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais.”⁴⁰⁷ Com isso quero dizer que, tomando por base o conceito de consubstancialidade e a coextensividade de Kergoat, sob uma lente ou possibilidade de apreender a relação entre exploração e opressão ou as relações sociais a partir de “unidade de substância”, as relações capitalistas se misturam intrinsecamente com as relações raciais e de gênero. Por isso, é preciso entender seus contornos.

Tendo o direito sua origem nas relações de troca, à medida que essas são orientadas igualmente pelo racismo e patriarcado, a forma jurídica se transpõe também para essas outras

⁴⁰³ PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. **Teoria geral do direito e marxismo**. Trad. Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988, p.55.

⁴⁰⁴ PAZELLO, Ricardo Prestes. Os momentos da forma jurídica em Pachukanis: uma releitura de Teoria Geral do Direito e Marxismo. **Verinotio revista online**, n. 19, Ano X, abr./2015, p.137.

⁴⁰⁵ PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**.

⁴⁰⁶ CASALINO, Vinícius Gomes. **Direito e a transição: a forma jurídica na passagem do capitalismo ao socialismo**. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-graduação do departamento de filosofia e teoria geral do direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

⁴⁰⁷ KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**. CEBRAP (86), mar, 2010, p.94.

dimensões organizativas da sociedade. Pachukanis, em dada altura, assevera que sendo o direito uma relação social, em maior ou menor grau, “pinta com suas cores ou transmite sua forma para outra relação social.”⁴⁰⁸

De certo que, as relações capitalistas não nascem com a colonização, mas é com a colonização que é formado o sistema de gênero colonial/moderno e a classificação da população mundial em termos raciais e étnicos, pedras angulares da formação do sistema capitalista de exploração e opressão e da acumulação de capitais. De acordo com Federici, é a partir da degradação cultural e social das identidades destes sujeitos, que formam parte de categorias étnico/raciais e de sexo específicas, que o modo de produção capitalista pode desenvolver e justificar seu projeto de expropriação e máxima acumulação de riquezas.⁴⁰⁹

Parafraseando Marx e Pachukanis, na forma-pessoa, ou seja, indivíduos proprietários de mercadorias, não haveria uma diferenciação entre sexos, raça, ou idade, de modo que, no ato de troca, as especificidades seriam diluídas no sujeito de direitos, tal como as especificidades corporais da mercadoria, dando lugar ao valor, e no primeiro caso, ao sujeito universal abstrato. No entanto, resta certa complexidade nesta compreensão, à medida que as diferenças são diluídas em uma ideia de sexo/gênero (e raça) universal, privilegiando o masculino (e o branco) como norma e não menos, como denominação para espécie humana, na aparente ou não tão aparente assim, mas naturalizada, noção de neutralidade, nítido da instituição dos direitos universais e abstratos “do homem e do cidadão”, marco de criação dos direitos humanos.

Na existência concreta, no entanto, estas diferenças são, senão, acentuadas, construídas e hierarquizadas. Federici, em seu segundo capítulo de *O calibã e a bruxa* expõe a acumulação do trabalho e degradação das mulheres como partes fundamentais de desmobilização da resistência camponesa em face da expropriação de terra e usurpação dos meios de produção, em que a diferença hierarquizada foi condição histórica de dominação. Em suas palavras, a acumulação originária também foi “uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a ‘raça’ e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno.”⁴¹⁰

Desse modo, as relações capitalistas em sua essência criaram as diferenças de classes entre proprietários e trabalhadores e essa diferença foi combinada com o patriarcado e com o

⁴⁰⁸ PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. p.92

⁴⁰⁹ FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva.

⁴¹⁰ FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva, p.119.

racismo, na exclusão das mulheres e não brancos do circuito de trocas, logo, considerados como “não pessoas” e “não sujeitos de direitos”, o que justificou a sua superexploração e a transformação de seus corpos em objetos mercadorizados, residindo o “valor útil” na força de trabalho e/ou na capacidade de exploração sexual. Com efeito, mulheres e povos não brancos foram interpretados como mercadorias a serviço do capital e considerados “como peças das índias”. As mulheres (em especial mulheres negras e originárias) marcadas pelo sistema de gênero colonial/moderno foram destituídas de decisão sobre a terra sem a presença de seus maridos, pais ou irmãos e objetificadas ao ponto de sequer serem julgadas mulheres, exceto reprodutoras e trabalhadoras, conforme Davis:

Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos. Por isso, a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada. Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas.⁴¹¹

De outra parte, o acúmulo de diferenças caminhou junto da transformação da economia de subsistência para a economia monetária de produção-para-a-troca, implicando mudanças profundas nas relações de produção e reprodução da vida. A separação entre trabalho produtivo, como criador de valor e trabalho reprodutivo, definido como não trabalho e sem valor no modo de produção capitalista foi sexualmente diferenciado, condicionando os homens ao trabalho produtivo e as mulheres ao trabalho reprodutivo. Assim, o trabalho concreto, vivo, útil que está na produção e reprodução e que permitia a subsistência do indivíduo e da comunidade foi largamente composto de trabalho morto, abstrato, não mais limitado a produção e reprodução da vida, mas orientado à produção e reprodução do capital, da mais-valia, resultado do trabalho excedente e não remunerado, gerador de lucro e da exploração.

Dessa perspectiva, se um homem ao vender a sua força de trabalho recebe em troca um salário para sua sobrevivência por 8 horas trabalhadas, sendo que, por este salário seria necessárias apenas 6 horas, e as 2 horas a mais é a mais valia. As mulheres que trabalham mais de 8 horas no trabalho doméstico limpando, cozinhando e cuidando sem um salário, tem

⁴¹¹ DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**, p.26.

usurpado delas essas mais de 8 horas de mais valia, de trabalho não remunerado, igualmente útil a manutenção da vida, tornando-as cada vez mais dependentes da renda dos maridos ou pais. Isso sem contar nas mulheres que realizam duplas jornadas, entre trabalho assalariado e trabalho doméstico. À vista disso, Milena Barroso assevera que, o modo de produção capitalista “tem na acumulação o seu motor por meio da produção de mais-valor via exploração do trabalho e engendra relações sociais mediadas por mercadorias, em que as necessidades humanas são substituídas pela produção de ‘coisas’ alheias a estas.”⁴¹²

Por isso que, o sujeito de direito, esse ser abstrato e universal será construído sob égide masculina e em uma ideia inventada de superioridade determinada por sua localização geográfica e fenótipo/cor, ou, em termos marxianos do sujeito de direito, definido pela equivalência (o espelho da igualdade), empurrando o dissemelhante para a margem: a sub-humanidade. Assim, a incorporação da noção de patriarca da Roma Antiga que tinha poder de vida e morte sobre sua mulher se entrelaça com as necessidades emergentes do capital, e a exploração da força de trabalho (em especial das mulheres, povos originários e negros) somado à exploração do recurso naturais dão as condições materiais para a Revolução Industrial – momento em que o capitalismo se torna predominante em todo mundo.

Neste sentido, quando me refiro ao direito como forma jurídica, é possível perceber sua atuação nos diferentes contextos históricos. As leis espanholas e portuguesas, forma jurídica legal, foram impostas sobre a terra, na proteção da propriedade privada, e nas relações humanas, a mercantilização da própria vida, na exploração e opressão das mulheres e dos povos originários. Entre genocídio, e violência e saque, destaca-se as lutas das mulheres escravizadas pela liberdade, aceita em sua acepção liberal: a de terem a capacidade econômica de adquirirem a alforria, e serem donas de seus corpos, e assim, gradualmente sujeitas portadoras direitos. Nesse período, há também um dos primeiros focos de mulheres que usam da forma jurídico-legal para reivindicar melhores condições de vida, com destaque para Esperança García. Outras, vão até os tribunais em busca do reconhecimento da liberdade e fazem com que estes tribunais as identifiquem como portadoras de direitos. Já no final do século XX, sob o jugo de uma luta por direitos, fomenta-se o processo organizativo das mulheres camponesas nos movimentos populares, circunscrito na reivindicação do seu lugar na agricultura, no acesso à terra, assim como terem suas reivindicações atendidas na constituição.

Por isso, quando falamos em direito, a indagação é a que forma jurídica estamos nos

⁴¹² BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociologia**. São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018, p.447.

referindo, ante a confusão provocada pela crença na sua forma aparente em sobreposição a sua forma fundante, como parte das relações de produção e reprodução do capital. Neste sentido, sendo o direito à mediação das relações de trocas, pensadores/as críticos latinos americanos, partindo da teoria marxista do direito, se dedicaram à responder sobre a existência ou não de um direito libertário, encontrando nos movimentos populares um “direito concreto” que “rasga, afrontando a ordem social” a “norma abstrata e comprometida com o capital”, com o “indivíduo subjetivado e invisibilizado na norma jurídica”, ou seja, o sujeito de direitos. Um direito que fissa a ordem estabelecida, insurgente, portanto, usado para anunciar fortes elementos de uma cultura que pretende ser revolucionária, rumo a outros mundo possíveis.⁴¹³

3.3 TURMA NILCE DE SOUZA E DIREITO INSURGENTE: QUAL É O NOVO?

Se a célula do modo de produção capitalista é a mercadoria e o sujeito de direitos, a do direito, os movimentos populares, de certo, são a do pensamento crítico latino-americano ao direito.⁴¹⁴ Por isso, este estudo se desenha como um olhar atento para dentro dos movimentos populares do campo, especificamente as mulheres camponesas que são parte imprescindível dos movimentos de resistência, e um olhar para fora, na sua relação com o direito e a luta rumo a novas relações de produção da vida.

Nesta cena relacional é que encontramos a via da insurgência, mediação crítica entre o direito, poderíamos dizer “burguês” por sua origem na classe, e os movimentos populares. Ela nasce das bases populares organizadas na América Latina e tem como um dos principais expoentes as assessorias jurídicas populares. O direito insurgente se constrói a partir do uso que os subalternos/oprimidos/pobres fazem do direito. É proveniente de um acúmulo de debates e ações que buscam dar ao direito usos alternativos, sedimentados na busca por transformações concretas e imediatas em que as formas jurídicas são inescapáveis.

Para o advogado popular Miguel Pressburger, esse direito que nasce do povo pretende ser “eficiente e justo”, se contrapondo ao uso hegemônico do direito correspondente aos interesses das classes dominantes, tido como injusto e inábil.⁴¹⁵ A este respeito, é inevitável retornarmos aos soviéticos, cujas contribuições estão ainda a responder: o que fazer

⁴¹³ PAZELLO, Ricardo Prestes. Direito Insurgente: Fundamentações Marxistas desde a América Latina. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 3, 2018.

⁴¹⁴ PAZELLO, Ricardo Prestes. Direito Insurgente: Fundamentações Marxistas desde a América Latina..

⁴¹⁵ PRESSBURGER, Miguel. Direito, a alternativa. *In*: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (RJ). **Perspectivas sociológicas do direito: 10 anos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Thex ed: OAB/RJ: Universidade Estácio de Sá, 1995.

com o direito no período de transição? Embora eles se dediquem mais assiduamente ao caminhar revolucionário em um contexto ocidental fronteiriço, sua junção à perspectiva crítica latino-americana fornece sedimentos teórico-práticos para responder aos problemas factuais imediatos, sem com isso perder o horizonte destituído das relações de poder vigentes. Dessa forma, na transição do capitalismo para o socialismo, momento pré-revolucionário, os soviéticos apostam em um uso tático direito pois, segundo Pazello e Moisés:

A “legalidade revolucionária” da qual falava Stutchka tem, então, as qualidades e os defeitos da forma legal, com o adendo de uma caracterização revolucionária: é índice de preservação da existência das classes (e da luta entre elas, o que é o mais importante), mas também é dispositivo de desarme do uso fatalista do direito, vinculando-se a uma dimensão tática, já que “a transição para uma sociedade nova, sem classes, é certamente impossível sem o elemento da coerção e da persuasão.”⁴¹⁶

Assim, o uso tático do direito imporia o seu uso como desuso, e estratégico a extinção do próprio direito. Vale dizer que, o uso tático se dá prevalentemente no ambiente pré-revolucionário, da tomada do poder e instituição do socialismo, o uso do direito seria revolucionário, rumo a sua efetiva extinção, mas por ora não me cabe esta discussão. Dito isto, a insurgência no uso tático do direito pelos movimentos populares comporta três dimensões, conforme Pazello: combate, releitura e assimetria. Estes elementos compõem o “uso pré-revolucionário latente” caracterizado pela simbiose da resistência. Desta forma, na práxis dos movimentos, a insurgência emerge das relações que esse trava com o Estado, com a sociedade, com o mercado, como desestabilizador das esferas fundantes e organizativas do capital. Dessas relações, verifica-se um uso combativo do direito “quando se reivindica a forma jurídica para dar respostas imediatas a problemas que o direito se põe, formalmente, a resolver.”⁴¹⁷

Nesta dimensão combativa estão inseridos mecanismos jurídicos reivindicatórios, para que haja uma ação ou, ao contrário disso, sendo esta causadora de danos ou riscos, para que cesse; ou mecanismos de embate e defesa, como em ações acusatórias. Esse uso possibilita um discurso fronteiriço à ordem estabelecida e atua como mobilizador das classes populares, suas conquistas operam em terrenos melindrosos, esbarrando no próprio interesse de classe. A título de exemplo, mais recentemente, tenho acompanhado de perto as discussões e mobilizações em torno da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828 no Superior Tribunal Federal (STF), que suspendia os despejos urbanos e rurais durante a

⁴¹⁶ SOARES, M. A.; PAZELLO, R. P. Direito e Marxismo: entre o antinormativismo e o insurgente, p.495.

⁴¹⁷ PAZELLO, R. P. Direito Insurgente: Fundamentações Marxistas desde a América Latina, p.1592.

pandemia até 31 março de 2020. Em todo o país, as mobilizações de março reuniram movimentos e ocupações do campo e da cidade em torno da Campanha Despejo Zero, tendo como direcionamento fortalecer politicamente o pedido de alargamento do prazo estabelecido na decisão de suspensão, o qual foi estendido até junho deste mesmo ano. Em âmbito estadual, dos processos de reintegração, a defesa das ocupações apoia-se no direito coletivo à moradia - direito constitucionalmente previsto e não efetivado - em um contexto de crise sanitária, socioeconômica, cujas famílias são atingidas por políticas de austeridade de governos conservadores e neoliberais, em face aos ditames da propriedade privada.

Ademais, na releitura jurídica, no que pese este último, seu uso não intenciona ser reivindicatório ou de defesa, mas, com base em uma reinterpretação da forma jurídica, obter resultados favoráveis às classes populares, ainda que não presumidos. A releitura se aproxima de uma postura ofensiva, e não apenas defensiva dentro da forma jurídica, constando como “uma subversão (versão que está abaixo) da legalidade.”⁴¹⁸ Aqui, talvez, a releitura mais notável da história da advocacia popular brasileira venha do jurista Luiz Gama, em sua releitura do instituto da legítima defesa em favor de negros/as escravizados/as, qual seja: “todo escravo que mata o senhor age em legítima defesa.”

Já a assimetria jurídica tem sua raiz nos conflitos de classe e nas culturas não jurídicas, em que ocorre “contrastividade entre a forma jurídica estandardizada e as formas análogas ou parcialmente equivalentes encontradas no seio das classes subalternas, movimentos populares e povos e comunidades tradicionais.”⁴¹⁹ Poderíamos citar a ocupação coletiva da terra, a agroecologia, como modo de vida e modelo de produção no campo, o cooperativismo na organização das relações de trabalho, a territorialidade, a ancestralidade, a solidariedade, nos termos próprios dos movimentos e a educação do campo, todas práticas e pedagogias insurgentes dos movimentos populares. O uso assimétrico do direito, portanto, coloca “o direito e suas formas sociais (o sujeito de direito)” em relação assimétrica com “o não-direito-tornado-direito, de comunidades tradicionais (conceito jurídico, aliás) ou movimentos populares.”⁴²⁰

Mas, neste universo de relações, é também a relação com as universidades onde a via da insurgência encontra o direito. Pois é deste espaço, a partir das turmas do Pronera, que se encontra o tensionamento direto entre movimentos populares e a educação jurídica. Se teóricos burgueses no direito hegemônico foram capazes de produzir uma educação jurídica

⁴¹⁸ PAZELLO, R. P. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**, p.490.

⁴¹⁹ PAZELLO, R. P. *Direito Insurgente: Fundamentações Marxistas desde a América Latina*, p.1592.

⁴²⁰ PAZELLO, R. P. *Direito Insurgente: Fundamentações Marxistas desde a América Latina*, p.1592.

que deu e tem dado conta das necessidades cognoscíveis do capitalismo: normativa, abstrata, e afastado de outras áreas do conhecimento e que se reflete inteiramente nas formas jurídicas; o direito insurgente, ou melhor, a educação jurídica insurgente extraída da experiência da Turma Nilce tem em sua identidade, na pedagogia da alternância e, com ela, o tempo-comunidade, e na pesquisa militante uma perspectiva subalterna que fratura a colonialidade e a modernidade na educação jurídica.

Analisando a trajetória da Turma neste e em outros trabalhos escritos por mim⁴²¹, demonstro que a Turma é composta por povos do campo, majoritariamente mulheres camponesas em sua diversidade étnico/racial, geracional, regional e sexual, embora este último ainda pouco retratado nas pesquisas. A Turma carrega em si, os valores da educação do campo, do feminismo camponês e popular e dos movimentos populares de luta pela terra, que em contato com a formação jurídica tensiona este espaço de hegemonia.

A pedagogia da alternância traz a comunidade para dentro da produção do conhecimento jurídico não como objetos, mas como saberes comunitários e ancestrais, conhecimentos que, como bem apresento nos tópicos anteriores, envolvem a relação com a terra, com os alimentos, com a natureza e tem nas mulheres e povos e comunidades tradicionais sua proteção e transmissão para as futuras gerações. O tempo-comunidade permite o vínculo com nossos territórios, culturalmente diferenciados em comparação à cidade, são espaços que cultivamos jeitos próprios de ser, de se relacionar e viver. Envolve a vida em comunidade, com laços afetivos que perpassam gerações, relações muitas vezes incompreendidas dentro das relações sociais mercantilizadas.

O elemento organizativo dentro da Turma, como vimos, toma a forma de núcleos de base e coordenações, estranho à individualidade moderna nos contextos das turmas regulares. Esta organização, possibilita à Turma, com protagonismo das mulheres, seja dito, a incutir um processo pedagógico interno e externo de formação humana, a conscientização a respeito dos três cortes estruturais de raça, classe e gênero, uma consciência que reverbera em ações concretas em espaços de atuação. No tocante a produção do conhecimento, observo uma postura de pesquisa militante que traz, para a reflexão no campo dos saberes jurídicos, os saberes e práticas não jurídicas, fundamento das críticas que a Turma realiza. As mulheres entrevistadas da Turma constituem-se como verdadeiras intelectuais orgânicas. Este entendimento está contido em uma série de Trabalhos de Conclusão de Curso, artigos e textos

⁴²¹ Ver HUPP, A. P. M. **Um pensamento “outro”**: o Pronera no direito UFPR.

diversos produzidos por elas.⁴²²

Exemplo disso é o trabalho *“Titulação conjunta de lotes: a contribuição do feminismo camponês e popular para a função social da terra”*⁴²³ de Aline Maria dos Santos Silva, desde a sua luta dentro do MST. Em sua trajetória acadêmica, ela resgata as suas vivências e sua identidade camponesa, fala sobre agroecologia e o uso da terra para reprodução de vida, sobre a luta das mulheres do campo e produção de alimentos saudáveis. Em seus agradecimentos na monografia, ela expressa sobre a experiência na Turma: “volto dessa jornada com a certeza de que estou transformada.”⁴²⁴

Com a formatura da Turma em 2019, houve a passagem da educação jurídica para a práxis jurídica. Perpassaram os relatos das entrevistadas a advocacia popular, os mestrados e atuações técnico-jurídicas junto a comunidades ou movimentos populares como desdobramento da qualificação de egressas da Turma Nilce e agora bacharelas e advogadas. Para Fernando Prioste, advogado que acompanhava a Turma por via da CPP e Rede Nacional de Advogados/as Populares (RENAP), a advocacia popular que ele qualifica como “uma ferramenta de luta criada e gerida com e pelos movimentos sociais”, com as turmas do Pronera, na sua “formação crítica e a vinculação de cada estudante com as lutas coletivas” inaugurou para o campo da advocacia popular elementos inéditos, ainda poucos refletidos.⁴²⁵

Segundo ele, um considerável número de pessoas exerceu e ainda exerce a advocacia sob premissas do compromisso e solidariedade às causas sociais e com as estratégias desenvolvidas pelos movimentos, mas “esse conjunto de pessoas, ou mesmo os coletivos que se reconhecem como de assessoria jurídica popular, talvez não tenham a mesma condição histórica que as turmas de direito do Pronera têm para exercer e transformar o fazer da advocacia popular.”⁴²⁶

Com esta provocação, detive atenção ao perfil dos expoentes do direito insurgente, utilizando, para tanto, os trabalhos de Luiz Otávio Ribas e Flávia Carlet. Ribas, em sua tese

⁴²² Analisando 28 trabalhos de conclusão de curso das 30 mulheres que compuseram a turma, ao menos 22 escreveram sobre direito à alimentação, biodiversidade, povos e comunidades tradicionais, feminismo camponês popular, Pronera, educação jurídica e educação quilombola, criminalização dos movimentos populares, direitos humanos e democracia, previdência e mulheres do campo e regularização fundiária. Das outras 6 analisadas, é importante apresentar que se tratavam de direito de família, participação social na esfera pública, impacto de resíduos sólidos ao meio ambiente e direito comercial.

⁴²³ SILVA, Aline Maria dos Santos. **Titulação conjunta de Lotes: A Contribuição do Feminismo Camponês e Popular para a Função Social da Terra**. Monografia (Graduação em direito) - Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

⁴²⁴ TERRA DE DIREITOS; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Orgs.). **Aline Maria**: uma construção de vida feminista, popular e agroecológica, p.42.

⁴²⁵ PRIOSTE, Fernando. O pão pelo povo do Pronera. In: PAZELLO, Ricardo Prestes; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano; GONÇALVES, Eloísa Dias (orgs.). **Educação jurídica insurgente: a experiência da Turma Nilce de Souza Magalhães (turma de direito/UFPR/PRONERA)**. Curitiba: CRV, 2022.

⁴²⁶ PRIOSTE, F. O pão pelo povo do Pronera.

sobre advocacia e insurgência, nos apresenta algumas reflexões a respeito das práticas insurgentes na advocacia. Fazendo o levantamento da trajetória de advogados/as populares com experiências juntos a organizações políticas e populares entre 1964 e 1987, período da ditadura e redemocratização, ele expõe alguns perfis sem a pretensão generalizante. Ouso dizer que estes seriam uma primeira geração de assessores jurídicos populares, propriamente dita, que atuaram, e alguns ainda atuam, em “apoio” aos movimentos como assim quiserem chamar, por um sentimento de solidariedade e compromisso com a causa.⁴²⁷ Esta afirmação tem fundamento também no trabalho de Carlet, que enxerga neste período a “prática de uma advocacia igualmente sensibilizada com grupos sociais (...) que viviam as políticas repressoras que se instalaram no país.”⁴²⁸

Entre as 9 trajetórias analisadas por Ribas, 7 homens e 2 mulheres, entre a faixa etária de 57 a 85 anos, a aproximação desses advogados com práticas insurgentes iniciaram com contato com partidos políticos, CPT e organizações sociais de combate à ditadura, o que levou a atuarem no apoio jurídico a perseguidos políticos por ações armadas; assessoria de movimentos grevistas e a camponeses nas ocupações de terra e trabalhadores na ocupação de solo urbano. Ribas não menciona a classe social de origem desses advogados e advogadas, e nem o perfil étnico/racial, mas ao perguntar os desafios na atuação a uma advogada entrevistada, esta menciona o machismo no cotidiano dos sindicatos e movimentos. Em um caso específico em que foi convidada a substituir um advogado no sindicato, ela relatou: “Ele me levou até o sindicato, onde ele trabalhava, pra ver se o sindicalista lá gostaria de ter a minha contribuição enquanto ele estava ausente. Esse sindicalista fez muita restrição: ‘mas você tem certeza? Não tem um advogado homem’.” Ribas ainda destaca pontos interessantes: “para atuação direta em movimentos, nenhum revelou que o fizesse enquanto advogados”; “para os dirigentes prevalecia a assessoria dos advogados como ‘opinamento’, não havia participação direta nas discussões políticas”⁴²⁹, o que corroborava em atuações na educação popular, que de certa maneira, respingava na compreensão tática dos movimentos.

Carlet, ao escrever sobre a advocacia popular, igualmente empenha seus estudos na investigação das vivências e percepções dos e das advogadas que entrevista. Mas ao contrário de Ribas, o público que escolhe é mais jovem, a maioria tem menos de 36 anos e um apenas

⁴²⁷ RIBAS, Luiz Otávio. **Direito Insurgente na assessoria jurídica de movimentos populares no Brasil (1960-2010)**. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

⁴²⁸ CARLET, Flávia. **Advocacia popular: práticas jurídicas e sociais no acesso ao direito e à justiça aos movimentos sociais de luta pela terra**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p.381

⁴²⁹ RIBAS, L O. **Direito Insurgente na assessoria jurídica de movimentos populares no Brasil (1960-2010)**, p.48-49

mais de 46 anos, com 15 anos ou menos de atuação. Por outro lado, dos 11 entrevistados, apenas duas são mulheres, mantendo a mesma variação do trabalho de Ribas, o que não permite conhecer com exatidão a realidade das mulheres na advocacia popular, visto que gênero, não é um categoria de análise em ambos trabalhos. Outro dado ausente na pesquisa é o critério étnico/racial e de classe nas análises desses perfis. De todo modo, a advocacia popular na trajetória dos entrevistados gira em torno de: “a) atuação em favor dos movimentos sociais; b) compromisso político com a causa (luta) dos movimentos e c) pedagogia de trabalho solidário e coletivo que realizam.”⁴³⁰

De Ribas a Carlet, a advocacia popular se faz na práxis com os movimentos populares, cunhado por Baldez de “não sujeitos”, que correspondem a uma parcela da população marginalizada e excluída da ordem econômica, social e política. A atuação se volta, assim, para as questões colocadas pelos movimentos, como grupo coletivamente organizado de transformação social. O que orienta a atuação jurídica é a identificação e o compromisso com a causa popular, que se justifica a partir das trajetórias pessoais de cada um/a, tendo desde aqueles/as que dizem “abraçar uma bandeira [de luta] que não é sua de origem”⁴³¹, reconhecendo sua origem na classe média, a outros que têm na sua história de militância no movimento a razão de seu compromisso político-ideológico com a causa.

Em paralelo a estes perfis na advocacia popular, um outro tem-se criado a partir das turmas do Pronera nos cursos de direito, a que Prioste se referia. Com origem camponesa e dentro dos movimentos, com participação ativa das mulheres, e mais ainda, mulheres negras, a advocacia popular tem buscado compreender estes novos atores e atrizes no cenário jurídico. No que pese ainda haver um caminho de investigação a ser trilhado, compreende que, junto com o senso de comprometimento e a identificação com as causas populares, que demarcam a diferença na atuação entre a prática da advocacia popular e a advocacia tradicional, para estes novos/as sujeitos/as da advocacia popular, outro sentimento guia sua atuação: o de pertencimento.

Das narrativas das mulheres da Turma, e seguindo com os trabalhos de Ribas e Carlet, a formação crítica pelo Pronera propiciou uma “forte consciência política” e “juízo crítico da realidade social”, observados das Assessorias Jurídicas Populares (AJUPs).⁴³² Além do mais, o exercício da profissão vai para além da atuação técnico-jurídica, tratando-se de

⁴³⁰ CARLET, F. **Advocacia popular: práticas jurídicas e sociais no acesso ao direito e à justiça aos movimentos sociais de luta pela terra**, p.63.

⁴³¹ CARLET, F. **Advocacia popular: práticas jurídicas e sociais no acesso ao direito e à justiça aos movimentos sociais de luta pela terra**, p.66.

⁴³² Mudança de nomenclatura para abarcar diferentes frentes de atuação, não só as restritivas ao exercício da advocacia.

outra metodologia de trabalho, que transcende o apoio técnico-jurídico, conforme podemos notar do relato de Anita:

Então, eu tenho, dentro das tarefas mais do direito, eu tenho feito coisas de Direito Administrativo, voltado à associação, cooperativa, então eu tenho um trabalho mais técnico neste sentido, a gente não tem cooperativas, mas, a gente tem bastantes associações, então, eu trabalho com isso e daí mais no âmbito, vamos dizer assim, político, mais direitos humanos, daí é em volta da temática dos direitos das populações atingidas por barragem, tanto seja acompanhamento de projeto de lei, seja formulação interna, seja é, como eu explico, até mesmo assessoria popular no sentido de explicar o que está acontecendo, por exemplo, projetos de lei, de licenciamento que a gente trabalha, e tenta, procura estudar, fazer parecer, fazer esse tipo de coisas pra dentro da Organização.⁴³³

Para Olga, a advocacia popular tem sido um desafio desde o começo, contando com muito apoio. Desde que se formou na Turma, ela passou a integrar uma organização que assessora e articula as comunidades quilombolas de sua região, incluindo a sua, sendo, ao todo, 46 territórios. Segundo ela, diante de ameaças por empreendimentos de barragens 30 anos atrás, as comunidades tradicionais da região “decidiram que seria importante ter uma assessoria, então, criou-se uma assessoria das comunidades e hoje estamos aí enquanto quilombolas, pegando essa parte jurídica.”⁴³⁴ Entre as demandas que envolvem sua atuação, ela nos conta que os principais conflitos judiciais são sobre questões ambientais envolvendo unidades de conservação e racismo ambiental, já que se trata de uma região que contém “tanto remanescente florestal quanto também muitas comunidades tradicionais.”⁴³⁵

Outro aspecto da sua atuação, para além da assessoria jurídica propriamente dita, é a articulação dessas comunidades. Segundo ela,

ao mesmo tempo que você tá pegando processos você tá também articulando as comunidades, você tá também nesta questão de traduzir o direito pras comunidades e trazer também as dinâmicas delas para o jurídico, para as demais pessoas do Estado entender a complexidade e a importância de incorporar as narrativas, as falas, os próprios entendimentos e sabedorias das comunidades tradicionais.⁴³⁶

Assim, a atuação da AJP “não se limita ao espaço físico do escritório”, na relação tradicional advogado-cliente, busca realizar um “trabalho conjunto de conscientização e organização comunitária” por meio da atuação educativa, indo até as comunidades, muitas das quais afastadas, sem acesso a serviços básicos de energia e transporte, onde vão se criando

⁴³³ Entrevista com Anita, MAB/PR.

⁴³⁴ Entrevista com Olga, quilombola/SP.

⁴³⁵ Entrevista com Olga, quilombola/SP.

⁴³⁶ Entrevista com Olga, quilombola/SP.

laços mútuos de solidariedade na luta.⁴³⁷ Estes encontros requerem um processo dialógico de traduzir o mundo jurídico e sua linguagem para as comunidades e movimentos, despedindo de formalidades e jargões, ao passo que leva os saberes desses povos para o Estado e o sistema de justiça. Sob o olhar de Joana, os advogados e advogadas populares possuem uma metodologia de se relacionar com o direito e com as pessoas que destoam desse lugar da advocacia “convencional”, predominante no campo jurídico, que olha a si próprio como possuidor do “discurso privilegiado” e “hierarquizante” em detrimento dos outros saberes, em especial dos saberes das comunidades tradicionais:

Infelizmente tem gente que só ouve quando você tem algum papel, algum documento, alguma coisa que legitime esse discurso. Mas, eu não acho, ou melhor, como eu posso dizer assim, mulheres rurais, principalmente mais velhas, que estão na área rural, não perdem em nada, professores, acadêmicos, universitários, formados, não perdem. Por quê? Porque a vida ensina, a relação com a terra, ela ensina, a relação com o tempo ensina, muito, muito, muito. O que incomoda é a arrogância de se achar que o direito está só ali, ele não está só ali, entende, e isso cria uma nuvem que faz com que pessoas da área rural, principalmente pessoas que não acessaram a alfabetização básica, ou o Ensino Médio, a acharem que aquela pessoa que tá falando difícil, aquele advogado que tá num terninho, que tá supondo que sabe mais, é mais importante do que aquela pessoa que tá na roça, o dia todo, plantando o feijão, inclusive que é pro advogado comer. Porque aquela pessoa que tá na roça, ela sabe viver sem o diploma de direito, aquela pessoa que tem o diploma de direito, não sabe viver sem ela plantar feijão, na maioria das vezes, então ela morre de fome com o diploma dela na mão, então o agricultor e a agricultora não, sabe.⁴³⁸

Quando conversei com Olga sobre o processo de retomada para seu território, agora como advogada da comunidade, como tem sido, ela me respondeu que existem muitos desafios, entre eles o da comunicação. Foi enfática ao ato da fala, sobre o desafio de usar um tom de voz firme, articulando os pensamentos, e ser capaz de expressá-los ao mesmo tempo. Também trouxe à tona os desafios de ser uma mulher negra quilombola advogada, subjugada e deslegitimada em alguns momentos. Para além de uma questão pessoal, bell hooks tem demonstrado a partir das experiências das mulheres negras, dos destituídos de voz, que a “transição do silêncio à fala é, para o oprimido, (...) não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta.”⁴³⁹ Lélia Gonzalez chega a usar a expressão “o lixo vai falar”, para retratar a ruptura com espaços negados de fala, entre aqueles que merecem ser ouvidos, dos que devem se manter em silêncio.⁴⁴⁰

⁴³⁷ CARLET, F. **Advocacia popular: práticas jurídicas e sociais no acesso ao direito e à justiça aos movimentos sociais de luta pela terra**, p.66.

⁴³⁸ Entrevista com Joana, quilombola/PR.

⁴³⁹ HOOKS, bell. **Erguer a voz: Pensar como feminista, pensar como negra**. Editora Efevante. São Paulo: 2019, p. 38-39.

⁴⁴⁰ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

Dessa maneira, o silenciamento “não é apenas literal, mas também simbólico: é sobre ter voz, mas também ter ouvidos. É sobre falar não apenas o que as outras pessoas querem ouvir, mas sim o que se sente, o que se vive, o que se quer.”⁴⁴¹ A fala, portanto, possibilita a transformação dos lugares de subalternidade e o enfrentamento aos lugares colonizados⁴⁴², que neste caso, podem ser expressos tanto pelo curso de direito, como o sistema de justiça, que inclui a advocacia, mas também a relação deste com órgãos públicos, juízes/as, promotores/as.

Desse modo, ocupando um espaço marcadamente branco, como o é o do sistema de justiça, espaço de disputas de poder, que nesta sociedade está atrelado à figura masculina, a presença de uma mulher negra quilombola é um ato subversão à ordem imposta, ela que, conforme Walter Mignolo, “(...) habita a fronteira, sente na fronteira e pensa na fronteira no processo de desprender-se e subjetivar-se.”⁴⁴³ Assim, dentro da sua experiência na advocacia popular, permeada por estas e outras questões, ela expressa as angústias e aprendizados de ocupar espaços de representação das comunidades tradicionais, no diálogo direto com agentes violadores, e o fato de pertencer à causa que defende:

a gente vê muito como uma responsabilidade mesmo, de luta assim, de estar representando nosso povo e aí junto com isso ser advogado do movimento, então daí você fica aquela coisa, você fica muito mais, é muito mais internalizado, a gente sofre em dobro neste caso, porque você ter que lidar com uma ameaça que é do seu território, que ameaça sua família, que ameaça sua comunidade, seus parentes, então uma coisa assim que gera muita preocupação, acho que sofri muito essa questão da ansiedade também.⁴⁴⁴

O pertencimento à causa é, assim, ao mesmo tempo o que motiva à atuação na advocacia popular, por outro lado, pertencer significa “lidar com a ameaça do seu território”, em que o sofrimento aparece como próprio da condição de insegurança que recai sobre àqueles que são próximos, atenuado na força coletiva e apoio mútuo. Para Souza, em uma dimensão de quilombola, mas aqui abarcando outros grupos, a ideia de pertença está atrelada a construção da própria identidade do/a sujeito/a, em que laços de valores, costumes e lutas comuns ligam estes às suas comunidades. Por isso, para Souza, a construção da identidade e a

⁴⁴¹ SANTOS, Letícia Rocha. **Redistribuição, Reconhecimento e Representação: Uma análise dos documentos finais das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2020.

⁴⁴² PASSOS, Rute; SANTOS, Letícia Rocha; ESPINOZA, Fran. Direitos humanos, decolonialidade e feminismo decolonial: ferramentas teóricas de compreensão de raça e gênero nos locais de subalternidade. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, vol. 10, nº2, p.142-172, 2020.

⁴⁴³ MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017, p. 14.

⁴⁴⁴ Entrevista com Olga, quilombola/SP.

perspectiva que dá forma ao pertencimento são fundadas no território e, também, em critérios político-organizativos.⁴⁴⁵

Desse lugar subalterno, fronteiriço, Elza traz a importância de assumir uma luta contra as matrizes de opressões/exploração também na advocacia popular e nos direitos humanos, conforme diz: “ser um advogado popular, estar em luta em defesa dos direitos humanos, eu acho que é uma luta que nunca é apartada dessa questão, nunca é apartada da questão de classe, de gênero, de raça, por que isso diretamente.”⁴⁴⁶ Sua fala vai de encontro com a teoria crítica dos direitos humanos que expõe o projeto imperialista de proteção de direitos universalistas e abstratos de um humano que não é questionado. A este respeito, Franz Hinkelammert afirma que, “a determinação de uma igualdade formal entre todos os seres humanos considera, equivocadamente, que todos partem do mesmo local, das mesmas oportunidades ou, até mesmo, das mesmas opressões”⁴⁴⁷.

Por isso, David Rubio pontua três paradoxos desse movimento homogeneizante de proteção dos direitos humanos: o primeiro paradoxo é o “lugar comum”, definido numa concepção de que os direitos já estão postos, o que resta é, apenas, corroborar a sua aplicação; O segundo é a “condição humana”, destacando a passividade da natureza humana abstrata; e terceiro, os feitos políticos e históricos com base na concepção da hegemonia global.⁴⁴⁸ Por isso que, como bem frisa Elza, raça, gênero e classe não devem estar apartados de uma atuação da advocacia popular, assim como de uma compreensão dos direitos humanos, pois segundo ela: “afeta as populações que nós trabalhamos, de onde a gente vem e as populações que nós trabalhamos, que nós cuidamos, então, esse cuidado e essa atenção e a defesa com certeza, com certeza, ela tá nesse campo.”⁴⁴⁹ De forma significativa, talvez esta seja uma das maiores contribuições das mulheres, em especial mulheres camponesas, negras, indígenas as lutas populares e a lida com o fenômeno jurídico, um saber-fazer que tem no cuidado com o outro, com a terra e a natureza, a sua

A experiência da Turma Nilce de Souza, não menos, revela isso, ela que tem em sua trajetória luta conjunta das mulheres camponesas, no feminismo camponês e popular e feita com o direito insurgente irradiando seus os passos na educação jurídica e advocacia popular. A experiência da Turma, a partir de sua identidade e trajetória juntamente aos movimentos

⁴⁴⁵ SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário, e político do movimento quilombola brasileiro.

⁴⁴⁶ Entrevista com Elza, PJR/BA.

⁴⁴⁷ HINKELAMMERT, Franz Josef. **La inversión de los derechos humanos**: el caso de John Locke. El vuelo de Anteo. Derechos humanos y crítica de la razón liberal, p. 79-113, 1999, p.148. Tradução nossa.

⁴⁴⁸ RUBIO, David Sanchez. Derechos humanos, no colonialidad y otras luchas por la dignidad: una mirada parcial y situada. **Campo Jurídico**, v. 3, n. 1, p. 181-213, 2015, p. 195.

⁴⁴⁹ Entrevista com Elza, PJR/BA.

populares do campo mostrou ser esta costura entre o feminismo camponês e popular e o direito insurgente.

Nesta altura e se aproximando do encerramento deste trabalho, trago a memória emocionante que marcou o fim de uma das entrevistas. Quando perguntada sobre o que significou ter passado pela Turma Nilce de Souza Magalhães, uma das entrevistadas pede para ler um texto que escreveu na ocasião da formatura, que carrega seu olhar daquele período e hoje diz ter outra linguagem, leituras e estudos, mas respeita aquela que foi um dia. Ela nos conta o seguinte:

Eu acho que eu posso resumir assim, o que a experiência, assim, eu não sei se, tipo, eu posso ler? Eu acho que resume mais do que qualquer coisa, tipo, eu sempre sonhei demais, crente que meus sonhos eram maiores, não! crente que meus sonhos eram maiores que as quatro ruas do assentamento Califórnia, Maranhão, e que provavelmente não se concretizariam, pelas barreiras das quatro ruas. Mal sabia eu que elas me proporcionaria realizar o sonho de sempre, fazer faculdade..., aí eu começo agradecendo meu irmão, pela fonte intelectual que ele me traz e que ele me deu, e como ele foi essa ponte, como eu te disse, de me inscrever nesse projeto que mudou minha vida, e como ele sonhou comigo, e plantou esse pensamento crítico, que é o que me trouxe na faculdade, sem o pensamento, a minha maior inteligência eu acho que é meu pensamento crítico sobre as coisas, sobre um pensar pra além, eu acho, e mesmo na adolescência quando as coisas estavam difíceis, assim, e aí, no dia da formatura, tinha essa cadeira próxima dele vazia, que aí eu fiquei encarando por várias horas, e ela não tava preenchida nem de medo, nem tava vazia, ela refletia muito a presença da minha mãe assim, que foi a mulher mais esperta, mais inteligente de negociar, de ser uma mulher livrona assim que eu conheci, e olhar pra aquela cadeira que foi um dos grandes desafios assim, que era o maior sonho era tá, ela tá ali na minha formatura vendo aquilo, sonhando junto comigo, e ali foi um soco no estômago também, mas de ressignificar, e de amar ela pra além da presença física, e aí ter meu pai ali também foi outro, eu tô tipo coisando, e aí eu agradeço muito por eles me aceitarem por ser uma mulher lésbica, negra, pobre e advogada, que eu nunca pensei que eu seria advogada, que eu nunca passaria de primeiro na OAB, que eu nunca, nunca pensei, por que nunca me deixaram sonhar desse jeito, nunca, tipo, até hoje, olham pro meu pai “sua filha é mesmo advogada? Acho que não hein”, e aí, no dia da formatura eu senti como se eu tivesse carregado meu assentamento todinho pra dentro daquele teatro ali, eu senti várias Califórrias aplaudindo, chorando junto, rindo, e aí eu faço parte desse assentamento, que é místico, assim, é místico no Maranhão, ele sempre vai ser místico na minha vida, e já a Universidade ela é grandiosa, ela, tipo, me virou de ponta a cabeça e eu saí uma pessoa outra, aí eu falei assim, tipo, eu vivi tudo que eu tinha pra viver, eu me perdi várias vezes, e tudo foi mais do que válido, eu não aturei gente de coração leviano e me esbaldei, eu conheci gente pra tudo e pra sempre, e o meu amor pela Turma Nilce está eternizado e emoldurado nas paredes da memória, e vocês são, nós somos a Universidade, eu amei inteiramente, e o quanto é importante amar inteiramente essa experiência do como eu me entreguei, eu vivi mesmo a faculdade, eu vivi tudo que eu queria, assim, e aí eu termino, tipo, vocês precisam amar a educação, vocês precisam querer [Marielle] dentro da Universidade, vocês precisam ser ponte, e aí eu agradeço a todas as pontes que cruzaram a minha existência, e obrigada, aí tipo, a galera que foi nossa ponte assim, tipo do Pronera e tal, e aí o meu agradecimento final é pra não deixarem o Pronera morrer mesmo, por que eles salvaram a minha vida, realmente, salvaram a minha vida, depois das coisas que aconteceu eu não sei nem o que seria de mim, se eu perdesse minha mãe e eu não tivesse na faculdade sabe, se eu teria estrutura pra lidar, se eu estaria viva ainda sabe, por isso que eu falo, tipo, foi uma experiência que salvou a minha vida, e a CEUC e tudo, foi... foi tudo, e aí eu termino só assim, agora eu corro do vazio existencial que me rodeia no

fim desse ciclo, mas a minha cabeça brilha como o sol do Maranhão, desejando leite mal pros caretas e eu que sou muito viva lhes pergunto, qual é o novo agora, hein? Qual é o novo? e é isso, pra mim foi isso.⁴⁵⁰

Para Marielle que questiona - qual é o novo? - creio que este já esteja em construção, e não tenho dúvidas que as mulheres camponesas dentro dos movimentos populares, estão juntas neste processo, elas que com base em suas experiências sido “uma revolução dentro da revolução”⁴⁵¹, como contestadoras da ordem estabelecida e produtoras de elementos com forte dimensão de projeto. Então, qual é o novo?

⁴⁵⁰ Entrevista com Marielle, MST/MA.

⁴⁵¹ Frase que Fidel Castro usou para se referir às mulheres cubanas em agosto de 1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir este trabalho não é tarefa fácil, pois me coloca diante do fechamento de um ciclo de estudos que têm se centrado na experiência na Turma Nilce de Souza, como turma em que trilhei a formação jurídica, e se tornou uma jornada de reflexões e aprendizados. Neste sentido, por sete anos - desde que a Turma pisou na universidade pela primeira vez -, tenho refletido sobre esta experiência: o que vem significando para mim, para aqueles/as que compartilhei a sala de aula (alegrias e anseios de cursar uma faculdade) e o que significou na luta popular. Embora o fechamento não signifique um fim em si mesmo, o que há aqui em diante está por se desenhar.

Neste trabalho, a partir da trajetória de lutas cotidianas e organizadas das mulheres camponesas é possível perceber as nuances que envolvem o protagonismo delas na luta pela construção de outros mundos, mais justos e solidários entre gentes e estes com a terra. As mulheres camponesas são grandes exemplos de forças mobilizantes nas lutas dentro de suas comunidades, famílias, movimentos e sociedade como um todo, na conquista de políticas públicas, na defesa da agroecologia, de modos de vida que envolvem visão holística de existência na terra, atreladas ao cuidado com a natureza, com a alimentação saudável, com a saúde popular e com as relações humanas.

Longe do reducionismo das teorias que defendem mero essencialismo na ligação entre mulheres e o cuidado com a terra, busquei demonstrar neste trabalho que essa ligação pode ser explicada a partir das práticas de mulheres que criam resistências. As históricas violências que impuseram o sistema de gênero colonial/moderno forjado enquanto destino de diversas sociedades, também deram bases para a expropriação das mulheres de seus meios de vida, em especial da terra, bem como as violências e agressões que se dirigiram aos seus corpos, marcadamente representadas pela caça às bruxas e escravidão, chegando nas violações implicadas pelo não acesso das mulheres à renda diante da desvalorização reservada aos trabalhos a que tem acesso, especialmente ao trabalho reprodutivo.

É preciso reafirmar que as mulheres têm o protagonismo na luta pela terra, pela natureza e pelos bens comuns, mas isso ocorre não por uma condição “natural”, mas sim porque elas foram as mais afetadas com a articulação do capitalismo e as opressões de raça e gênero. Quando se expulsou a natureza da modernidade, conforme teorização de Carlos Frederico Marés buscou-se expulsar as mulheres de si mesmas, o que se revela pelo acesso

negado a elas aos seus meios de vida.⁴⁵² Nota-se que a partir do surgimento do sistema capitalista são atreladas a exploração da terra como fonte de matéria prima para gerar lucro ao capital e a exploração de gênero, que coloca as mulheres em situação de constantes violências. Com isso se percebe a ligação da exploração de trabalho produtivo (homens) e do trabalho reprodutivo (mulheres) pelo sistema capitalista.

A dominação de seus corpos indica uma escala da dominação da natureza e em última instância da vida e da construção coletiva do futuro, o qual segue sendo arrogantemente represado. E como fruto de sua trajetória de resistência, o feminismo camponês e popular, em primeiro lugar, tem buscado dar visibilidade à historicidade desse percurso, lida através da narrativa das próprias mulheres. De outra parte, é um feminismo que igualmente reivindica a identidade dessas mulheres, ante os aspectos de sua existência e de sua luta, ou seja, são mulheres que tem no campo seu modo de vida, possuidoras de conhecimentos tradicionais ligados ao trabalho com a terra, com o cuidado com a natureza e os alimentos. Elas são conhecedoras das plantas medicinais, produtoras de alimentos em seus quintais, os chamados quintais produtivos ou agroecológicos o que as tornam mantenedoras do alimento para a família, mas também nas feiras, fornecendo alimentos para toda sociedade.

Todos estes elementos, transformados em luta popular, em face de projetos nefastos a vida como um todo, as posicionam na luta pela libertação no contexto das lutas dos povos no continente, uma luta que inclui a soberania alimentar, um modelo de produção no campo que respeite a natureza, a saúde do planeta, as relações humanas, não baseadas em opressões e explorações. Além do mais, em um contexto amplo, a libertação para estas mulheres é a libertação de todaa as gentes, pois, elas, em especial mulheres negras, indígenas, não brancas e étnicas, melhor que ninguém conhecem a totalidade da opressões do sistema-mundo colonial/moderno.

Por isso, a pesquisa aqui empreendida permitiu compreender esta relação das mulheres com a terra, uma luta que verberizou não apenas no acesso à terra, mas em outros aspectos, incluindo a educação do campo. Pois a educação, é para elas, uma forma de emancipação, de voltar a estudar, de tomar consciência das amarras das opressões, principalmente, do patriarcado, que as fizeram sonhar nos limites do ambiente doméstico e do cuidado com o outro. Em virtude disso, o Pronera foi também uma conquista das mulheres. Elas lutaram para ocupar os espaços formativos, para estarem nos cursos técnicos, nos cursos profissionalizantes.

⁴⁵² SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. De como a natureza foi expulsa da modernidade. **Revista Crítica do Direito**, v. 66, p. 88-105, 2015.

Dessa maneira, a Turma Nilce de Souza Magalhães se insere neste contexto e carrega em si às memórias dessas mulheres que estão a resistir há mais de 500 anos neste território que é marcado pela colonização. Sua identidade é de uma turma feminina, negra e camponesa, e no que pese, com origem na luta popular dos movimentos do campo. Diante disso, no primeiro capítulo busquei compreender estas identidades não como aspectos naturalizados, mas buscando justamente remontar a sua formação nos contextos históricos assentados. Foi importante, pois a luta de libertação tem sido por abolir a colonialidade de gênero, assim como também abolir as classes sociais. Segundo Paredes, a luta não é para mais burgueses, não nem para que todos sejam proletários ou todos/as/es sejam masculinos ou todo/as/es sejam femininos, mas sim o emergir dos corpos em liberdade.⁴⁵³

No entanto, sendo uma Turma com estes traços no curso direito, foi se concretizando também como uma experiência insurgente no direito. A insurgência esteve na forma que a turma se organizou, uma forma coletiva distinta da noção individualista da educação bancária, da organização de outras turmas na Universidade e do próprio direito; na organização da sala de aula, simbólica, mas igualmente importante, desfazendo as cadeiras em fileiras para colocá-las uma do lado da outra, aludindo uma relação de sujeitos conhecedores sem hierarquias; a sua pedagogia da alternância que procurou trazer para o conhecimento jurídico a comunidade, e para a comunidade a formação jurídica. Acredito que, para além do tempo comunidade proposto, a turma ainda trouxe a comunidade nos debates na sala de aula, dos trabalhos das disciplinas, nos grupos de extensão, e não menos, nos seus trabalhos de conclusão de curso, que versam sobre suas vidas, mas também, sobre aquilo que a compõem: sua comunidade, sua origem, muitas delas com raízes no campo e na luta popular.

Com base nesses sentidos, é que a Turma, a partir de sua identidade, organicidade, tempo comunidade e outro modo de produzir conhecimento, expressou a sua insurgência. Boa parte disso, busquei demonstrar na monografia, trazendo referências neste trabalho. Na dissertação, dei um passo adiante, me debruçando em realizar um estudo sobre os três cortes estruturais na Turma e sua insurgência na práxis jurídica, não mais limitada à educação jurídica, mas abarcando o exercício da advocacia. Neste sentido, avancei de igual modo na compreensão do direito e suas formas jurídicas, partindo dos estudos soviéticos sobre o direito. Com fulcro na teoria marxista sobre o tema, extrai o direito como uma relação específica do modo de produção capitalista, que tem na relação de troca de mercadorias, a sua

⁴⁵³ PAREDES, Julieta. **Mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear.**

existência concreta, e não se confunde com suas formas aparentes, sobretudo, as formas jurídico-legais, ou seja, normas, leis, jurisprudências.

Como elemento basilar das relações capitalistas, o direito se nutre das relações de raça e gênero, como expus ao longo do trabalho. A acumulação de capitais não é somente a exploração desmedida dos recursos naturais, é a exploração da força de trabalho não remunerada, e a este respeito, as mulheres têm sido ponto de acumulação histórico. Destituídas da condição de pessoas e sujeitas de direitos, o capitalismo sustenta sua exploração pela desumanização, e assim, consegue atingir a máxima extração de excedente sobre sua força de trabalho e sobre seus corpos, transformando-os em objeto, em mercadoria.

Mas na contramão deste processo, mencionei que as mulheres tem historicamente elaborado formas de resistência. Não menos, estas formas de resistência compreendem a insurgência também por dentro das formas jurídicas, à medida que impulsionam a revolução em direção ao fim do próprio capitalismo e suas relações, incluindo o direito. Nestas práticas de resistência, elaboradas pelos movimentos populares, é que encontramos o direito insurgente, uma fissura no direito hegemônico, que tem no seu uso o objetivo no desuso. Um direito que nasce das camadas populares, dos/as oprimidos/as, no uso que realizam das formas jurídicas, o qual tenciona a ordem social posta. O Pronera, enquanto política pública estatal pode ser considerada um fenômeno insurgente na educação burguesa, e uma turma no curso de direito (e outros cursos) onde esse fenômeno se realiza.

Assim, o direito insurgente com as turmas do Pronera no saber-fazer jurídico ganha nova roupagem. Situa-se nesta relação direta dos movimentos e a educação jurídica, com todos os elementos já ditos, reivindicando o saber jurídico, mas denunciando sua herança colonial e moderna, através dos pressupostos dogmáticos, descontextualizados e compartimentados. Outrora, na advocacia popular, as trajetórias das mulheres da Turma Nilce configuram novas realidades, demandando dos movimentos espaços de reflexão estratégica do fenômeno jurídico e na atuação, escrevem junto a luta das mulheres camponesas, assentadas, acampadas, ribeirinhas e quilombolas, o encontro entre o feminismo camponês e popular e o direito insurgente.

REFERÊNCIAS

Livros, artigos em revista, trabalhos acadêmicos e legislações

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, v.1, 2004.

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo Camponês e popular: uma abordagem antirrarista. MEZADRI, A. M. CIMA, J. I. (orgs.). **Feminismo Camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANDRADE, Gilmar dos Santos; MANSAN, Paulo Rogério Adamatti; TROILO, Gabriel. Juventude da Via Campesina: da invisibilidade à construção da rede GPR. **Entrelaçando: Revista eletrônica de cultura e educação**. Edição Especial n.10, ano V, 2016.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Formação de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária no contexto do PRONERA: uma leitura a partir das práticas. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de (orgs.). **Memória e história do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. Feminismo Camponês e Popular: caminhos para uma nova sociabilidade. **Revista Linguagem em (Re)vista**, vol. 15, n. 30, ago./dez. Niterói, 2020.

ARMAS ASIN, Fernando. **Religión, género y construcción de una sexualidad en los Andes (Siglos XVI y XVII)**. Una acercamiento provisional. Revista de Indias, vol. 61, n. 223, p.673-700, dez, 2001.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da américa latina. **Revistas Novos Rumos Sociológicos**, v.7, nº.11, Jan/Jun/2019.

BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Revista Serviço Social & Sociologia**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BARROS, Antonio Teixeira de; BUSANELL, Elisabete. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 27 n. 2, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CALAÇA, Michela; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3 n. 4 p. 1156-1183 set./dez. 2018.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, Carmen Hein de; CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de; SEVERI, Fabiana Cristina. Críticas Feministas ao Direito: uma análise sobre a produção acadêmica no Brasil. *In*: CONSÓRCIO LEI MARIA DA PENHA PELO ENFRENTAMENTO A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES (ORG.). **Tecendo fios das críticas feministas ao direito no Brasil**. Ribeirão Preto: FDRP/USP, 2019.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

CASALINO, Vinícius Gomes. **Direito e a transição**: a forma jurídica na passagem do capitalismo ao socialismo. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-graduação do departamento de filosofia e teoria geral do direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CHEHAB, Isabelle; CARVALHO, Giovana. Feminismo Camponês e Popular: a voz que vem do campo. **Revista Ártemis**, [S.L], vol. XXIX no 1; jan-jun, 2020.

COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ. Mulheres da CONAQ: organização e luta pela vida das mulheres quilombolas. Nota de rodapé (2). *In*: ORG. TERRA DE DIREITOS; ORG. COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

COLLINS, Patricia Collins. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS; CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Terra sim, barragem não**: I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, 1989.

CORDEIRO, Agnaldo. **A construção do debate de gênero e diversidade sexual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa B. (Org). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DE LA TORRE RANGEL, Jesús Antonio. **El derecho como arma de liberación en América Latina. Sociología jurídica y uso alternativo del derecho**. CENEJUS, Centro de Estudios Jurídicos y Sociales P. Enrique Gutiérrez, Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México, 2006.

DEERE, Carmen Diana. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 175- 204, jan.-abr./2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Elaine Cristina. **Retrato Falado: O perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2013.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro: a origem da modernidade**. Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar com la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; MENEGAT, Alzira Salete. Experiência de empoderamento de acadêmicas-mulheres-assentadas no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal Grande Dourados (UFGD). *In*: SANTOS, Clarice Aparecida dos; et al (orgs.). **Memória e História do PRONERA Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Mujeres, luchas por la tierra y globalización: una perspectiva internacional. *In*: FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero: Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas**. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. *In*: MORENO, Renata. (Org). **Feminismo, economia e política: debates para a**

construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF – Sempre viva organização feminista, 2014.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Via Campesina. *In:* CALDART, Roseli et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.767.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2010.

GOMES, Nilma. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina. SA, 2009.

GONÇALVES, Eloísa Dias. Percurso histórico de um projeto coletivo: da Turma Especial à Turma Nilce de Souza Magalhães. *In:* PAZELLO, Ricardo Prestes; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano; GONÇALVES, Eloísa Dias (orgs.). **Educação jurídica insurgente:** a experiência da Turma Nilce de Souza Magalhães (turma de direito/UFPR/PRONERA). Curitiba: CRV, 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amerifricanidade. *In:* HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019;

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje,** Anpocs, 1984.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de Pretos, terra de mulheres:** Terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Fundação Palmares, 1995.

HARTEN, Maria Marinho. **Mulheres escravizadas em ações de liberdade** - Recife oitocentista 1870-1885. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-graduação Mestrado Profissional em História, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa,** v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Mringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. *In*: HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Bhuvio Libanio. 14º ed. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2020.

HUPP, Ana Paula Martins. **Um pensamento “outro”**: o Pronera no direito UFPR. Monografia (Graduação em direito) - Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, [S.L], 2010.

KIRKWOOD, Julieta. **Ser política en Chile**: Las feministas y los partidos. Santiago: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales FLACSO, 1986.

KOROL, Claudia. **Hacia una pedagogía feminista**. 1º ed. El Colectivo América Libre, 2007.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía**: mujeres, tierra y territorio en América Latina. GRAIN, Acción por la Biodiversidad y América Libre, 2016.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do do tempo, 2019.

LUGONES, María. Rumo ao feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminismo: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thais Terezinha. Diversidade sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na Luta pela Liberdade Sexual. *In*. NOGUEIRA, Leonardo.; HILÁRIO, Erivan.; PAZ, Thais Terezinha. MARRO, Katia (orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, Karl. **O capital**. Vol. I. 2 ed. Eletrônico. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASO, Tchenna Fernandes. Onde estão nossos direitos? O campo feminista de Gênero bordado pelas Mulheres Atingidas por Barragens. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [S.L], v. 10, n. 2, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. A divisão sexual do trabalho no contexto da pandemia. **Revista Trabalho Necessário**, [S.L], v. 19, n. 38, p. 105-125, 16 jun. 2021.

MEZADRI, Adriana Maria. CIMA, Justina Inês (orgs.). **Feminismo Camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIÑOSO, Yuderkys. Espinosa; et. al. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em AbyaYala**. Editoria Universidad del Cauca, 2014.

MORAES, Hugo Berlamino de. **A dialética entre educação jurídica e educação do campo: a experiência da turma “Evandro Lins e Silva” da UFG derrubando as cercas do saber jurídico**. 225 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MOTT, Maria Lucia Barros de. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

MULLER, Adriana; et al. **Pensando a alimentação, a fome e a agroecologia desde o feminismo**. Coletivo de gênero do Movimento dos Pequenos Trabalhadores. Brasil: MPA, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra: Revista do mundo negro*, nº 6-7. Ipeafro, 1985, p.41-49

OYEWUMI, Oyeronke. **La Invención de las Mujeres: Una Perspectiva Africana Sobre los Discursos Occidentales del Género**. Bogotá: en la frontera, 2017.

PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. **Teoria geral do direito e marxismo**. Trad. Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PACHUKANIS, Evguiéni Bronislavovich. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAREDES, Julieta. Mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. **Revista Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia**. Dossiê: Giro decolonial. Foz do Iguaçu, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, v. 3, n. 2, ago. 2020. Entrevista.

PAZELLO, Ricardo Prestes. A antimatemática de uma CPP: Experiência Insurgente de Educação Jurídica. In: PAZELLO, Ricardo Prestes; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano; GONÇALVES, Eloísa Dias (orgs.). **Educação jurídica insurgente: a experiência da Turma Nilce de Souza Magalhães (turma de direito/UFPR/PRONERA)**. Curitiba: CRV, 2022.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares:** o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2014.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito Insurgente:** Fundamentações Marxistas desde a América Latina. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 3, 2018.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Os momentos da forma jurídica em Pachukanis: uma releitura de Teoria geral do direito e marxismo. **Verinotio revista online**, n. 19, Ano X, abr./2015, p.137.

PEREIRA DA ROCHA, Solange. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual.** Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007, p.88-89.

PEREIRA, Jeferson. MIRANDA, Rafaela. **O PRONERA visto de dentro:** reflexões sobre a turma de direito da UFPR - Programa de Iniciação Científica e em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

PINTO, Célia Regina. Movimentos sociais: Espaços privilegiados a mulher enquanto sujeito político. *In:* BRUSCHINI, C.; COSTA, A. (Ed.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PRIOSTE, Fernando. O pão pelo povo do Pronera. *In:* PAZELLO, Ricardo Prestes; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano; GONÇALVES, Eloísa Dias (orgs.). **Educação jurídica insurgente:** a experiência da Turma Nilce de Souza Magalhães (turma de direito/UFPR/PRONERA). Curitiba: CRV, 2022.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, vol. 1, n° 2, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significação na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, vol. 14, p.07-24, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo: vol. 14, p.25-40, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Revista Ética e História Oral**, São Paulo, v. 15, p.13-49, jul/dez, 1997

PORTES, Fernanda de Oliveira. **Mulheres atingidas por barragens:** expressando resistência através das arpilleras. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul. Veranópolis, 2017.

PORTO, Dayse. **Luta quilombola pela terra:** conquistas e marcos históricos. Série especial Na raça e na cor. Brasil: TERRA DE DIREITOS, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. *In:* CECENÁ, Ana Esther (Coord.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.** Buenos Aires: CLACSO, 2006, p.161.

PRESSBURGER, Miguel. Direito, a alternativa. *In: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (RJ). **Perspectivas sociológicas do direito**: 10 anos de pesquisa.* Rio de Janeiro: Thex ed: OAB/RJ: Universidade Estácio de Sá, 1995.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidade racionalidad. *In: BONILLA, Heraclio (comp.). **Los conquistados**. 1492 y la población indígena de las Américas.* Quito: Libri Mundi, Tercer Mundo, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**.* Coimbra: Almedina. SA, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 68-115, jan./jun. 2014.

RIBAS, Luiz Otávio. **Direito Insurgente na assessoria jurídica de movimentos populares no Brasil (1960-2010)**. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

ROSA, Graziela Rinaldi da; SILVA, Márcia Alves da. **Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa nas páginas do jornal sem terra. **NORUS - Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, janeiro-junho, 2019.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo**: identidade e território nas definições teóricas. Comunicação de Resultados de Pesquisa, Ambient. soc. (10), Jun 2002.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, v.55, p.87 – 109, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminismo**: conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES [Online]**, v. 18, dez. 2012, p.118. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 03.dez.21.

SEIBERT, Iridiani Graciele. **Feminismo Camponês e Popular:** Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, Aline Maria dos Santos. **Titulação conjunta de Lotes:** A Contribuição do Feminismo Camponês e Popular para a Função Social da Terra. Monografia (Graduação em direito) - Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

SILVA, LEILA SANTANA DA. **Do acampamento da seca ao programa camponês:** atuais contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017.

SILVA, Vera Regina Rodrigues da. A gênese do debate e do conceito de quilombo. **CADERNOS CERU**, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008.

SILVA, Denice Batista da. A Mulher Camponesa no Ensino Superior. *In:* SANTOS, Clarice Aparecida dos; et al (orgs). **Memória e História do PRONERA Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SIMAS, Tatiany de Oliveira. **História de resistência de mulheres escravizadas em Pernambuco (1830-1856).** Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em história do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2017.

SOARES, Moisés Alves; PAZELLO, Ricardo Prestes. Direito e Marxismo: entre o antinormativismo e o insurgente. **Revista Direito e Práxis**, vol.5, n. 9, 2014.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se:** panorama histórico, identitário, e político do movimento quilombola brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de pós graduação em antropologia social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. De como a natureza foi expulsa da modernidade. **Revista Crítica do Direito**, v. 66, p. 88-105, 2015.

SPIESS, Marcos Alfonso. **Etnografia de uma Controvérsia Judicial sobre a Educação Jurídica no Campo:** O caso Turma Evandro Lins e Silva. 237 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

STEARNS, Peter. **História da sexualidade.** São Paulo: Contexto, 2010.

STUTCHKA, Petr Ivanovich. **Direito e luta de classes:** teoria geral do direito. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

SVAMPA, Maristella. Feminismos del Sur y ecofeminismo. **Nueva Sociedad**. n. 256, mar-abr. 2015.

TERRA DE DIREITOS; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Orgs.). **Aline Maria:** uma construção de vida feminista, popular e agroecológica. Curitiba: Terra de Direitos, 2021.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **Revista História Oral**, v. 5, p.9-28, jun. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, 2015, fls.10. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2013/05/PROJETO-PEDAG%C3%93GICO-2015-1-1.pdf>>. Acesso em 19.out.2021.

VALADÃO, Franciele Aparecida. **Mulheres camponesas:** construindo resistências através do programa nacional de educação na reforma agrária. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2020.

VANDERLINE, Tarcísio. A peregrinação por um novo território. **GEOgraphia**, v. 10, n. 19, p. 84-102, 28 abr. 2010.

VARGAS, Eliseu Júnio Leite de. **Insurreição quilombola e ordem senhorial:** Quilombo em Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, em 1838. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em história, Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Nova Iguaçu, 2012.

VUELTA, Raquel Buitron. **Pelo Direito de Estudar:** A 1a Turma de Direito do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial. Entrejiendo caminos. *In:* WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales:** Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir, y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WASSMANSDORF, Marina Lis. Feminismos De/Pós Coloniais sob rasura: As perspectivas de Gênero e Patriarcado de María Lugones, Rita Segato e Julieta Paredes. **CAPTURA CRÍPTICA:** direito, política, atualidade. Florianópolis, n.5., v.1., jan./dez. 2016.

Eventos e Anais

FREIRE, Ralyanara. Bordando transgressões arpillera e a luta de mulheres contra Belo Monte. *In:* Congresso Epistemologias do Sul, 1., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais...**, v. 1, n. 1, Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2017.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. *In:* Reunião Brasileira de Antropologia, 25., 2006. **Anais...** Goiânia: 2006. Disponível em:

<<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/GT48Fatima.pdf>>. Acesso em: 03.12.2021.

MARTINHO, Neudson Johnson; OLIVEIRA, Lígia Bauer; OSTI, Pietra Andrade de; PASSOS, Beatriz Santos dos. Mulheres quilombolas e liderança feminina. *In: Seminário de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste (SEREX)*, 9., 2018, Rio Verde. **Anais**. Rio Verde:UniRV, 2018.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. *In: Seminário CETROS crise e mundo do trabalho no Brasil*, 6., 2018, Itaperi, **Anais**. Itaperi: UECE, 2018.

II CONGRESSO DA COORDENADORIA LATINO AMERICANA DAS ORGANIZAÇÕES DO CAMPO. Brasília, 2-7 de novembro de 1997. Cadernos do CEAS. N. 173 - Janeiro/Fevereiro 1998. Disponível em:<<http://ospiti.peacelink.it/zumbi/news/ceas/cc173dc.html>>. Acesso em 29.mar.2022.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Feminismos e Agroecologia. *In: Simpósio Nacional de Justiça Sócio Ambiental*. Youtube. Curitiba: CENTRO ACADÊMICO HUGO SIMAS, 2021. Informação verbal. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=GzTDQGbtrbQ&list=LL&index=12&t=2s>>. Acesso em 27 abr.2021.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Sindicalismo rural e conflitos de terra na Baixada: 1967-1979. *In: Simpósio Nacional de História*, 25., 2009. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009.

VATTATHARA, Saritha; ZARNOTT, Alisson. Mulheres quilombolas e a luta pelo reconhecimento. Cadernos de Agroecologia. *In: Congresso Brasileiro de Agroecologia*, 11., 2020, São Cristóvão. **Anais**, v. 15, nº2. São Cristóvão, 2020.

Notícias, sites, redes sociais

ARPILLERAS, bordando a resistência. Direção: Adriane Canan. Produção: Coletivo de Mulheres do MAB. São Paulo: MAB, 2017.

DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. Tráfico de Escravos. **Arquivo Nacional e história Luso-brasileira**, Rio de Janeiro, 23 de fev. de 2018. Disponível em:<http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5141&Itemid=336#:~:text=Os%20primeiros%20escravos%20negros%20chegaram,geral%20Salvador%20Correa%20de%20S%C3%A1>. Acesso em 22.abr.2022.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Sem a luta das mulheres as conquistas ficam pela metade**. Ano XIV, nº 153, novembro/1995, p.12.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Ao lado dos homens, sem medo da luta**. Edição Especial 1º Congresso Nacional 29-31 de janeiro, Curitiba - Paraná. Porto Alegre, fevereiro de 1985, ano III, nº42, p.5.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Colonos desaprovam barragem na Romaria**. Porto Alegre, ano III, nº 29, fevereiro/1983, p.2.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Mulheres na luta por uma nova sociedade**. Ano XVII, nº 187, março/1999, p.17.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A nossa luta é pela Vida: chega de Impunidade!**. São Paulo: MAB, 2019.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Atingidas por Barragem: costurando direitos** Dossiê mulheres atingidas. Dossiê. Brasil: MAB, 2015, p.33

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **MAB 30 anos de lutas: a força dos atingidos e atingidas**. Cartilha. São Paulo, 2021.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Mulheres e Arpilleras**. Disponível em: <<https://mab.org.br/mulheres/>>. Acesso. 12.jan.2022.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Mulheres, Água e Energia não são Mercadoria!**. (online). Disponível em: < <https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/mulheres-agua-e-energia-nao-sao-mercadoria/>>. Acesso em 10.jan.2022.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**. São Paulo: MAB, 2011.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Quem somos**. Disponível em: <<https://mab.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 01.jan.2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base**. Caderno de formação nº6 - Setor de gênero., 1ª edição, janeiro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000**. Online. julho/2009. Disponível em: <<https://mst.org.br/2009/07/08/linhas-politicas-reafirmadas-no-iv-congresso-nacional-do-mst-2000-2/>>. Acesso em 03.12.21.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Mulheres Sem Terra: um mar de bandeiras enfurecidas contra o capital**. 09.mar.2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/03/09/mulheres-sem-terra-um-mar-de-bandeiras-enfurecidas-contra-o-capital/>>. Acesso em 10.dez.2021.

NETO, José Queiroz de Miranda. **As transformações urbanas em Altamira - PA após uma década de Belo Monte**. Amazônia atitude (online), 2021. Disponível em: <<https://amazonialatitude.com/2021/09/28/transformacoes-em-altamira-pos-belo-monte/>>. Acesso em 10.jan.2022.

REVISTA SEM TERRA. **Encontro de mulheres**. Ano II, nº 6, janeiro/fevereiro/março/1999.

SOARES, Moisés Alves. **O equilíbrio catastrófico da teoria marxista do direito no Brasil.** Blog da Boi Tempo. 23 jan. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/01/23/o-equilibrio-catastrofico-da-teoria-marxista-do-direito-brasileira/>>. Acesso em 18 mar.2022.

CRISTO, Luciano. **Universidade Federal do Paraná anuncia mudança nas cotas.** Tribuna Paraná. 05/10/2007. Disponível em <<https://tribunapr.uol.com.br/noticias/parana/universidade-federal-do-parana-anuncia-mudanca-nas-cotas/>>. Acesso em 10.jan.2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19.** 2º Ed. Nota técnica, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>>. Acesso em 29.03.22.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Agricultura Camponesa.** In. REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. (Org.). Relatório Direitos Humanos no Brasil. 2005. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorio2005>> Acesso em: 21 fev. 2022, p. 47.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Agricultoras lutam por cidadania.** Ano XVI, nº 171, agosto/1997, p.12.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **As mulheres vão à luta.** Edição Especial 1º Congresso Nacional 29-31 de janeiro, Curitiba - Paraná. Porto Alegre, fevereiro de 1985, ano III, nº42, p.13.

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AÇÕES COLETIVAS E SAÚDE (LAPPACS). **História de Vida e Ação Política 11 - Maria Izabel Grein (MST).** Youtube, 03 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2d2VJ2DpflU&t=1040s>>. Acesso em: 02.jan.22.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Carta final do Encontro Nacional das mulheres do MAB.** Brasil, 2011. <<https://mab.org.br/2011/04/08/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab/>>. Acesso em 1.jan.2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Mulheres Sem Terra: um mar de bandeiras enfurecidas contra o capital.** Brasília: março de 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/03/09/mulheres-sem-terra-um-mar-de-bandeiras-enfurecidas-contr-o-capital/>>. Acesso em 09.set.2020.

ONU MULHERES. **Trabalho de cuidados oscila entre 10 e 39% do PIB de países, considera ONU Mulheres.** Site. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalho-de-cuidados-oscila-entre-10-e-39-do-pib-de-paises/>>. Acesso em 28.mar.2022.

SLAVEVOYAGES: Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/>>. Acesso 03.dez.2021.

Não publicados

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A violência contra as mulheres no contexto da UHE Belo Monte (PA).** Dossiê. Altamira, MAB, 2018. No prelo.

ATA - Reunião dos coordenadores 18/05. Destinatário: Turma Nilce de Souza. Curitiba, 18 de maio de 2015. Mensagem eletrônica.

FW: **Informes.** Destinatário: Turma Nilce de Souza. Curitiba, 22 de abril de 2015. Mensagem eletrônica.

Relatório NB1. Destinatário: Turma Nilce de Souza. Curitiba, 24 de abril de 2015. Mensagem eletrônica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Proposta de Projeto da Turma de direito para beneficiários da reforma agrária.** Curitiba, 2011. No prelo.